Santa María la Real
FUNDACIÓN

FUNDACIÓN RAMÓN ARECES

Arte românica em Portugal

Arte românica em Portugal

ARTE ROMÂNICA EM PORTUGAL

Coordenação geral
Jaime Nuño González

Coordenação dos planos:
Miguel Tomé

Autores dos textos
Lúcia Rosas
Maria Leonor Botelho

Autores dos planos
Hugo Almeida
Perdo Azevedo
Sérgio Azevedo
Ricardo Pinto
Miguel Tomé
Fundación Santa María la Real

Autores das fotografias
Amélia Alexandre/JFF
Maria Leonor Botelho
Alexandre Delmar/JFF
Sara Díez de Mier
João Ferrand/JFF
Pedro Luis Huerta Huerta
Jaime Nuño González
Michael Schlapkohl
María Sortino
Mariana Themudo/JFF
José Vicente
Arquivo Nacional da Torre do Tombo
Biblioteca Nacional de Portugal
Biblioteca Pública Municipal do Porto
British Museum
IHRU/SIPA
Museu Alberto Sampaio/José Pessoa/Divisão de Documentação Fotográfica-Instituto dos Museus e da Conservação, I.P.
Museu de Arte Sacra do Mosteiro de Arouca /Maria Leonor Botelho
Museu Nacional de Arte Antiga/José Pessoa/Divisão de Documentação Fotográfica-Instituto dos Museus e da Conservação, I.P.
Museu Nacional de Machado de Castro/José Pessoa/Divisão de Documentação Fotográfica-Instituto dos Museus e da Conservação, I.P.
Museu Nacional de Machado de Castro/Arnaldo Soares/Divisão de Documentação Fotográfica-Instituto dos Museus e da Conservação, I.P.
Tesouro-Museu da Catedral de Viseu
Tesouro-Museu da Sé de Braga/Manuel Correia

Cartografia
Chema Román

Fotografia da portada:
Michael Schlapkohl (Igreja de São Pedro das Águias)

Edição
Jesús Herrán Ceballos

Edita
Fundación Santa María la Real
Centro de Estudios del Románico
Monasterio de Santa María la Real
34800-Aguilar de Campoo (Palencia)
www.enciclopediadelromanico.com

© Dos textos, das fotografias e dos planos: os autores.
© Da edição: Fundación Santa María la Real

ISBN:

Depósito legal:

Esboço e fotomecánica
Fotomecánica Camus, S.L.
Parque Emp. de Morero, parcela 2-11,
nave 19 / 39611 Guarnizo (Cantabria)

Impressão
Artes Gráficas Campher, S.L.
Parque Emp. de Morero,
39611 Guarnizo (Cantabria)

ARTE ROMÂNICA EM PORTUGAL

Direcção
José María Pérez González

Coordenação científica
Lúcia Rosas
Maria Leonor Botelho

Santa María la Real
FUNDACIÓN

FUNDACION RAMON ARECES

AGUILAR DE CAMPOO, 2010

Sumário

APRESENTAÇÕES

Gabriela Canavilhas
Ministra da Cultura de Portugal 11

José María Pérez González
Presidente da Fundación Santa María la Real 15

ESTUDOS

Arte românica em Portugal. Contexto Histórico-Artístico
Lúcia Rosas 17

CATÁLOGO

BRAGA 45
Sé de Braga 47
BRAGANÇA 59
Domus Municipalis 61
COIMBRA 71
Igreja de Santiago 73
Sé Velha de Coimbra 85
FELGUEIRAS-PORTO 99
Igreja de São Vicente de Sousa 101
Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro 115
LEIRIA E MEDA-GUARDA 129
Castelos de Pombal e de Longroiva 131
MOGADOURO-BRAGANÇA 145
Igreja de Santa Maria de Azinhoso 147
MONTALEGRE-VILA REAL 159
Mosteiro de Santa Maria das Júnias 161
PAÇOS DE FERREIRA-PORTO 173
Igreja da Colegiada de São Pedro de Ferreira 175
PONTE DA BARCA-VIANA DO CASTELO 189
Mosteiro de São Salvador de Bravães 191
PORTO 205
Sé do Porto 207
PÓVOA DE VARZIM 217
Igreja de São Pedro de Rates 219

Resende-Viseu 235
Igreja de São Martinho de Mouros 237
Santo Tirso-Porto 249
Mosteiro de Roriz 251
Tabuaço-Viseu 263
Igreja de São Pedro das Águias 265
Tomar-Santarém 277
Charola do Convento de Cristo 279
Torre de Moncorvo-Bragança 289
Igreja de São Tiago de Adeganha 291
Valença-Viana do Castelo 303
Mosteiro de Sanfins de Friestas 305
Viseu 317
Mosteiro e Igreja de São João de Tarouca 319

Outros vestígios importantes 331

Bibliografia 373

UM EMBLEMA DE PORTUGAL

A arte românica é um emblema de Portugal. Quando se começaram a edificar estes maravilhosos edifícios estava a nascer o nosso País. O pequeno reino que D. Afonso Henriques concebeu, e que foi ampliando ao longo do século XII, viu erguer uma nova igreja em cada localidade que se definia, viu renovar a catedral em cada cidade que se afirmava e viu edificar um castelo em cada colina. Todos juntos deram uma outra coesão ao novo País. E estas edificações conheceram tanto prestígio que, durante o século XIII e mesmo durante o XIV, quando já se tinham implantado novos modelos artísticos, em muitos locais ainda se imitavam as velhas fórmulas construtivas, identificadas com uma época de prestígio. O românico associa-se de facto às origens da Nação Portuguesa. Mas, simultaneamente, é um testemunho que nos faz partilhar todo um conjunto de valores com outros países europeus, pois trata-se de uma arte internacional que reflecte um espírito comum ao nosso continente, uma referência fundamental para assentar, também agora, nas bases da moderna e unida Europa.

Todavia, apesar da importância espiritual e artística que esta bagagem cultural possui, o românico português parece não ter recebido até à data a atenção que merece. Além das honrosas excepções de estudos parciais e, com excepção do empenho de algumas comunidades na promoção do legado cultural do seu território, ainda é muito o que está por fazer, por estudar e por difundir. Neste sentido, devemos felicitar-nos pela iniciativa da Fundación Ramón Areces com vista à actualização dos nossos conhecimentos sobre a arte românica em Portugal, mostrando-nos a peculiar personalidade das nossas catedrais "afortalezadas", das nossas pequenas igrejas rurais que estoicamente aguentaram a passagem do tempo, dos poderosos castelos que ainda coroam as nossas linhas de horizonte ou da requintada arte móvel que os museus e as bibliotecas guardam e que nos falam, no seu conjunto, de uma sociedade em formação, apreciadora da beleza, submetida aos rigores de uma vida dura, mas cheia de vontade de vencer.

Queremos felicitar também a equipa de historiadores, de arquitectos, de fotógrafos, encabeçados pela Professora Doutora Lúcia Cardoso Rosas, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, e a todos os que com o seu trabalho coordenado pela Fundación Santa María la Real fizeram o esforço de recuperar este legado. A arte românica foi uma arte integradora e o seu conhecimento deve servir para tomarmos consciência de um património comum e de uma riqueza cultural que terá, sem dúvida, um papel relevante no desenvolvimento futuro do nosso País e de toda a Europa.

É missão do Ministério da Cultura facilitar o acesso à cultura e ao conhecimento, de estabelecer canais adequados para que toda a sociedade possa desfrutar deste património e dele beneficiar aos mais diversos níveis, um compromisso que às vezes é de complexa gestão, por diversos motivos, mas que sempre é apaixonante tendo em conta um desafio: a transmissão, melhorada, às gerações futuras de uma herança acumulada durante séculos por todos os que nos precederem. Por isto também devemos felicitar-nos que a partir da iniciativa privada sejam

postas em marcha acções, como esta, que acabam por ser o melhor reconhecimento de que a arte românica –a cultura em geral–, constitui um património de todos e que todos devemos estar comprometidos com o seu estudo, a sua salvaguarda e a sua projecção actual e futura. É talvez um bom exemplo de como a participação e a proactividade são das grandes qualidades das sociedades democráticas e de que a socialização do conhecimento é uma das suas maiores concretizações.

Gabriela CANAVILHAS
Ministra da Cultura

A ARTE ROMÂNICA EM PORTUGAL

Há cerca de mil anos, o continente europeu sofreu profundas mudanças que, no fundo, constituíram o gérmen da nossa sociedade actual. Em plena Idade Média, nesse momento da História que popularmente se considera obscuro, servil, violento, decadente, triste e inactivo, acabaram por ocorrer profundas transformações que aos poucos deram lugar a uma renovação social e da qual emanaria por fim aquilo que é hoje a Europa. Foi um período de reorganização depois do assédio dos invasores violentos que chegaram do Norte, do Sul e de Este; foram tempos de relativa estabilidade política, o que permitiu a consolidação de uma série de monarquias que configuraram países estáveis; foram anos de bonança climatérica, o que facilitou o crescimento populacional e a colonização de novas terras; foram momentos de desenvolvimento económico, o que favoreceu o progresso da técnica e o desenvolvimento da cultura e das artes. Foi então que surgiu a Arte Românica.

Desde as frias ribeiras do Báltico até às quentes praias mediterrânicas, e desde as fronteiras dos desertos orientais até aos confins atlânticos, que se teve consciência de que se fazia parte de uma unidade espiritual e de uma cultura comum que, além do mais, olhava com nostalgia para um esplendoroso passado, o do antigo império romano, no qual a humanidade viveu a sua época de ouro e um tempo que era intuído através das numerosas ruínas de edifícios antigos que ainda salpicavam os campos e as cidades europeias. Um mundo que se desejava descobrir, imitar, copiar, mesmo que sob o olhar da fé cristã. Com uma nova capacidade económica e com este olhar voltado para o mundo antigo, toda a Europa viveu uma efervescência construtiva e num desejo de unidade sob uma mesma liturgia, um mesmo rito e uma mesma disciplina monástica, como a que era impulsionada para ordem beneditina. O Românico e o seu ambiente cultural e ideológico configuram-se assim como a primeira grande referência da unidade europeia, um elemento que, afortunadamente, depois de tantos séculos, depois de tantas guerras, depois de tantas mudanças como as que a Europa sofreu, ainda continua vivo em milhares de locais e cidades, salpicando ainda uma boa parte dos campos deste velho continente. Foi também nesta época que Portugal começou a configurar-se como País e, no seu primeiro avanço para Sul, as novas povoações foram edificando as suas igrejas e os mosteiros, quais ícones de uma vontade de coesão e de sobrevivência, e que hoje continuam a constituir um símbolo de permanência, de dignidade, de respeito perante ao passado e de gratidão face a todas as gerações que contribuíram para a sua manutenção.

Mais do que um símbolo, o Românico assume-se no seu conjunto como Património Cultural, um recurso de futuro que há que conhecer, conservar e divulgar para que seja capaz de gerar agora um dinamismo socioeconómico. É necessário que o conhecimento da Arte e da História ultrapasse os muros do academismo para chegar a toda a sociedade, para colocar à disposição de todos esses valores interessantes que constituem a matéria-prima das nossas indústrias culturais. Neste sentido, este livro é uma humilde tentativa de contribuir para tal tarefa,

procurando levar a toda a sociedade alguns monumentos que se encontram espalhados por pequenas povoações, escondidos em vales recônditos e que suportaram o reflexo dos tempos graças ao carinho e ao trabalho de muitas pessoas que, ao longo dos séculos, foram baptizadas nas suas pias baptismais, se casaram diante dos seus altares e se fizeram enterrar ao abrigo dos seus muros. Hoje, estes monumentos falam-nos de tempos remotos e difíceis, nos quais a devoção e o sentido de comunidade superaram os precários meios para erguer o melhor templo, o edifício mais emblemático da freguesia ou da aldeia; são pedras que nos falam de determinadas formas de trabalhar, de uma espiritualidade e de uma sobrevivência face ao passar dos séculos, com as suas novas técnicas construtivas, modas e também da sua temperança diante dos períodos nefastos que, ao longo do tempo, foram muito mais numerosos do que o desejável.

A Fundación Santa María la Real, crente nesta tradição e nesta possibilidade de futuro, há mais de trinta anos que tem trabalhado no conhecimento, conservação e divulgação da Arte Românica de toda a Península Ibérica, numa tarefa muito trabalhosa, mas emocionante, à qual há uma década se juntou com entusiasmo a Fundación Ramón Areces, uma instituição que, como proba esta obra, tem vindo a demonstrar uma profunda sensibilidade para o conhecimento e para o compromisso diante das pessoas que trabalham pela sua terra e acreditam no que fazem, como evidencia o apoio à equipa que elaborou este livro. Por tudo isto, devemos expressar aqui a nossa mais sincera gratidão.

José María Pérez González,
Presidente da Fundación Santa María la Real

Arte românica em Portugal

Contexto histórico-artístico

Mosteiro de São Salvador de Bravães (Michael Schlapkohl)

Sé de Braga (Michael Schlapkohl)

Arte românica em Portugal
Contexto histórico-artístico

EM PORTUGAL a arquitectura românica surge nos finais do século XI, no âmbito de um fenómeno mais vasto de europeização da cultura peninsular. A reforma monástica cluniacense, a liturgia romana e o estabelecimento das ordens religiosas de Cluny (c. 1086-96), dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho (c. 1131), de Cister (c. 1144), e das Ordens Militares do Templo (c. 1128) e do Hospital (c. 112-1130) são os motores mais importantes daquele fenómeno.

A expansão da arquitectura românica coincide com o reinado de D. Afonso Henriques (1143-1185). Foi nesta época que se iniciaram as obras românicas das Sés de Lisboa, de Coimbra e do Porto e que se construiu o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra de Cónegos Regrantes de Santo Agostinho que incorporaria, na sua torre-pórtico, o panteão da 1ª dinastia.

Expressão da abertura e das experiências europeizantes do tempo, a igreja do Mosteiro de Santa Cruz estava localizada fora das muralhas, numa região e época em que eram frequentes as razias árabes. Apresentava uma larga nave central coberta por abóbada de canhão e criptonaves de abóbadas transversais, que ajudavam a contrafortar o peso da cobertura central. O templo, apesar de muito transformado na época manuelina, pode ser reconstituído devido às parcelas conservadas e às descrições antigas (GONÇALVES 1980: 169-176). A parte ocidental da igreja era composta por um maciço turriforme de dois pisos com arcadas abertas no piso inferior, formando três naves com quarto tramos. Aí estavam os túmulos de D. Afonso Henriques e de D. Sancho I. As obras começaram em 1131 e em 1150 era dedicado o altar-mor, tendo sido o templo sagrado em 1228. As soluções espaciais e estruturais desta igreja são muito diferentes da arquitectura coeva de Portugal e da Península. O seu arquitecto conhecia, sem dúvida, a arquitectura românica da Borgonha, como Tournus, Cluny, Paray-le-Monial ou Romainmôtier (ALMEIDA 1987: 28).

A ordem do Cónegos de Santa Cruz, de origem francesa e favorecida por D. Afonso Henriques, estabeleceu-se na cidade do Mondego em 1131 tendo rapidamente irradiado as suas fundações para o norte e para sul do território, assegurando a sua presença em Lisboa, com a fundação do Mosteiro de São Vicente de Fora, logo depois da conquista desta cidade aos mouros (1147).

Sendo uma arquitectura predominantemente religiosa, o românico está muito relacionado com a organização eclesiástica diocesana e paroquial, e com os mosteiros das várias ordens monásticas, fundados ou reconstruídos nos séculos XII e XIII. Os principais encomendadores da arquitectura românica foram os bispos, com o patrocínio régio, das dioceses então restauradas –Braga, Coimbra, Lisboa, Porto, Lamego e Viseu– e os priores e abades dos mosteiros.

A obra românica da Sé de Braga foi iniciada durante o governo de D. Paio Mendes (1118-1138) depois de, em 1128, D. Afonso Henriques lhe ter concedido a carta do couto de Braga, bem como diversas regalias expressamente doadas para a edificação da catedral. D. Afonso Henriques deixou ainda, em testamento de 1185, a esta Sé, a quantia 500 morabitinos para as obras.

A construção da Sé de Coimbra, obra de importância maior no desenvolvimento do estilo românico em Portugal, teve início nos meados do século XII. Se por um lado, o aspecto inter-

Porto (Jaime Nuño)

no das naves e o trifório lembram muito a catedral de Santiago de Compostela por outro, as galerias de circulação têm paralelos no Norte de França. As obras foram impulsionadas pelo bispo D. Miguel de Salomão a partir de 1162. Na década de 1180 a catedral de Coimbra é aberta ao culto.

Projectada nos meados do século XII, pouco depois da conquista da cidade aos mouros com o patrocínio de D. Afonso Henriques, como se deduz do seu testamento lavrado entre 1176 e 1179, a Sé de Lisboa foi uma das construções mais eruditas do românico português. As suas características, apesar dos terramotos que a cidade sofreu ainda na Idade Média e do trágico terramoto de 1755, são visíveis no aspecto geral do espaço interno cujas soluções se aproximam dos padrões arquitectónicos do Norte de França de onde será originário o mestre Roberto que aí trabalhou (ALMEIDA 1987: 30-31).

No Porto, onde a intensidade dos contactos comerciais com a França e o Norte da Europa cedo se desenvolveu, a Sé vai receber influências do Centro-Oeste de França, nomeadamente na cabeceira com deambulatório e capelas radiantes, destruída no século XVIII, no enquadramento da rosácea e na escultura dos capitéis. Iniciada pouco depois dos meados do século XII só viria a ser concluída no século XIII.

A Sé românica de Viseu começou a ganhar forma no século XII, no reinado de D. Afonso Henriques. Sob o impulso do bispo D. Odório, iniciou-se a construção da catedral românica, da qual resta muito pouco.

As obras românicas da Sé de Lamego iniciaram-se nos meados do século XII com o patrocínio parcelar de D. Afonso Henriques, sobre uma antiga capela dedicada a São Sebastião mandada edificar pela condessa D. Teresa algumas décadas antes. Do período românico resta a monumental torre que flanqueia a fachada principal, no lado Sul.

Sé do Porto (Jaime Nuño)

O estabelecimento em Portugal das Ordens religiosas acima referidas deve ser entendido no âmbito do fenómeno da Reconquista. De facto, as instituições monásticas que receberam o privilégio dos condes portucalenses, da antiga nobreza e dos reis contribuíram para a segurança e, sobretudo, para a organização do território.

O monaquismo do século XI apresenta características muito diversas do monaquismo de origem oriental, mais antigo e centrado em práticas ascéticas e de isolamento. A Regra de São Bento aliou a vida contemplativa ao trabalho manual, repartindo-se, as horas do dia do monge, entre a oração e o trabalho.

São Bento (c. 480-c. 547) fundador e abade do Mosteiro de Monte Cassino, aí compôs a Regra que recebeu o seu nome. Apesar da influência desta *Regula Monachorum* ser já nítida no monaquismo carolíngio, é a partir da época românica que se torna o documento fundamental da vida monástica, servindo de modelo a um grande número de ordens religiosas que a adopta ou que nela se inspira.

A carta de fundação do mosteiro de Cluny (Borgonha), assinada pelo duque de Aquitânia Guilherme I, marca um ponto de viragem na história do monaquismo ocidental. Os abades de Cluny agrupam os diferentes mosteiros da ordem cluniacense sob a sua autoridade, incorporando na vida monástica alguns aspectos da organização jurídica do feudalismo. A carta de fundação da abadia, datada de 910, expressa que o mosteiro teria de adoptar a Regra de São Bento, enquadrando-se na sequência da reforma promovida por São Bento de Aniano (c. 750-821), o primeiro a tentar unir todos os mosteiros do Ocidente sob a Regra beneditina (DUCHET-SUCHAUX 2000: 42-43). Este sistema de unificação dos mosteiros explica o papel predominante que irá desempenhar Cluny na difusão da reforma da Igreja, lançada pelo papa Gregório VII (1073-1085), habitualmente designada por *Reforma Gregoriana*. Com o apoio da

Ordem de Cluny o papa Gregório VII irá impor a liturgia romana em detrimento das liturgias regionais, como a liturgia moçarabe utilizada na Península Ibérica.

Cluny atinge o seu apogeu em meados do século XII quando tem, sob a sua dependência, 1184 mosteiros submetidos a uma uniformidade de observância e de costumes monásticos. Tendo características próprias, apesar de seguir a Regra de São Bento, a Ordem de Cluny desenvolve uma liturgia muito rica, sustentada pela imensa quantidade de ofícios litúrgicos que desempenha, plena de simbolismo e de magnificência. Segundo o espírito cluniacense nenhuma realização era demasiado bela para honrar a Deus, o que irá favorecer uma estética de riqueza e de profusão ornamental (DUCHET-SUCHAUX 2000: 105-108).

O poder da abadia de Cluny representa um factor que transcende a estrutura feudal e a diversidade e o localismo que esta impõe. Contribuiu para a consolidação de um padrão de romanidade e de alguns princípios de unidade, que estão na base da linguagem artística comum à Europa de então ou seja, a arte românica.

O culto das relíquias e as peregrinações são aspectos que ultrapassam o fenómeno religioso e devocional, tal é o seu poder nesta época. São factores de intercâmbio e de síntese que constituem um dos mais importantes aspectos da mentalidade da época medieval, bem como um dos principais motores da criação artística.

Se o gosto pelas relíquias é um fenómeno muito antigo, no contexto do cristianismo é, sem dúvida, a partir do século XI que os grandes centros de relíquias adquirem uma extraordinária importância e notoriedade. A confiança no poder eficaz das indulgências e de outras práticas religiosas para obter o perdão dos pecados cresce muito nesta época, sendo a peregrinação um dos meios mais eficazes para alcançar o perdão. São vários os lugares de peregrinação que permitem um contacto directo com o poder divino, manifestado através da realização de milagres. Há santuários regionais por toda a Europa cristã, mas as peregrinações a lugares longíquos são cada vez mais estimadas. Santiago de Compostela, Roma e Jerusalém constituem-se como lugares maiores de peregrinação. A piedade e os caminhos favoreceram extraordinariamente a arquitectura.

Na verdade foi o factor religioso, mais do que qualquer outro, que contribuiu para a europeização e difusão dos elementos que permitem definir o conceito de românico, embora haja edificações de carácter civil, profano e militar de grande importância no desenvolvimento e afirmação da arquitectura românica. No entanto, esta constituiu-se e desenvolveu-se em função de modelos e de arquétipos de conteúdo religioso, e é nesse âmbito que produz as suas manifestações mais características.

A liturgia romana apresentava aspectos mais teatrais do que a liturgia hispânica, e por isso requeria espaços mais amplos e abertos. No entanto, esta diferenciação não significa que a igreja românica se apresente como um espaço diáfano, sem barreiras visuais entre as várias partes da igreja. As igrejas da Alta Idade Média peninsular, principalmente as das épocas visigótica e moçarabe, compartimentavam e hierarquizavam muito o seu espaço interno não permitindo, principalmente no caso dos templos moçarabes, a visualização do desenrolar do culto.

A igreja românica, ao utilizar muito sistematicamente a planta longitudinal, constituída por três naves, transepto e cabeceira ou, simplesmente, por uma nave única e cabeceira, constrói um espaço mais aberto e comunicante do que a igreja dos tempos anteriores, o que não significa que a visualização do altar-mor seja possível de todos os pontos das naves. As igrejas das sés e de boa parte dos mosteiros, ocupavam uma parte da nave central com o coro, destinado à comunidade de cónegos, no caso das primeiras e à comunidade monástica, no caso das segundas.

A planimetria das igrejas românicas portuguesas segue, quase sempre, a planta basilical. As igrejas de maior dimensão apresentam três naves, transepto e cabeceira formada por ábside e dois absidíolos ora semicirculares, ora rectangulares. Somente duas igrejas foram pensadas para ter cinco capelas escalonadas e semi-circulares: a Sé de Braga e a Abadia de Salzedas (Tarouca).

Sé-Velha de Coimbra (Michael Schlapkohl)

Bragança (Jaime Nuño)

Com três capelas quadrangulares, solução muito própria do românico cisterciense, organizam as cabeceiras as igrejas de São João de Tarouca, de Ermelo (Ponte da Barca-Viana do Castelo), Paderne (Melgaço), entre outras. Com ábside e absidíolos semi-circulares são exemplos a Sé de Coimbra e as igrejas monásticas de Ganfei (Valença), Rates (Póvoa de Varzim), Pombeiro (Felgueiras), Paço de Sousa (Penafiel), Travanca (Amarante), Castro de Avelâs (Bragança) e São Tiago de Coimbra. A única igreja românica portuguesa que recebeu deambulatório com capelas radiantes (demolido no século XVIII) foi a Sé do Porto.

A grande maioria das igrejas românicas apresenta unicamente uma nave o que evidencia a limitação dos programas. Nesta tipologia desenvolvem-se quatro soluções: a que articula a nave com cabeceira semi-circular abobadada em pedra, de que são exemplos as igrejas monásticas de Sanfins de Friestas (Valença), Longos Vales (Monção) ou Fonte Arcada (Póvoa de Lanhoso); a que apresenta cabeceira abobadada de planta semi-circular no exterior e poligonal no interior, como São Pedro de Roriz (Santo Tirso) e São Pedro de Ferreira (Paços de Ferreira); a que apresenta cabeceira rectangular abobadada como São Cristóvão de Rio Mau (Vila do Conde) e Santa Eulália de Arnoso (Famalicão); e, finalmente, a mais comum que conjuga nave e cabeceira rectangulares, ambas cobertas por tectos de madeira de duas águas.

A única igreja de planta centralizada que se conserva é a charola românica do Convento de Cristo em Tomar, construção templária, que se explica pelo número reduzido de pessoas a que se destinava e, principalmente, porque a Ordem tinha como casa-mãe o templo de planta circular do Santo Sepulcro de Jerusalém (ALMEIDA 1986: 29).

Dificilmente podemos recriar o interior dos templos românicos, tais foram as alterações que sofreram ao longo dos tempos. Somente através da documentação podemos entrever o seu aspecto. A multiplicação dos altares, fenómeno que se desenvolve nesta época, as alfaias litúrgicas, as muitas lâmpadas, os relicários e as tapeçarias coloridas ambientavam o interior das igrejas. As pias baptismais seguiam o uma tipologia muito elementar de contorno redondo ou quadrado. Os raros exemplares que nos chegaram apresentam-se sem decoração ou com motivos de grande simplicidade como são os casos das pias de Vilar de Nantes e de Outeiro Seco, igrejas do concelho de Chaves. Tal como as imagens, as pias baptismais, porque eram santas, foram destruídas e enterradas no piso das igrejas quando eram substituídas por outras (ALMEIDA 1986: 48-49).

Apesar de existirem vestígios de pintura sobre capitéis, frisos e cachorros, na Sé de Braga, no Mosteiro de Ermelo (Arcos de Valdevez), em Rio Mau (Vila do Conde) e na igreja matriz de Sernancelhe (Viseu), não se conhece qualquer vestígio de pintura mural sobre reboco. Esta ausência tão sistemática é de estranhar, tanto mais que a pintura mural de carácter figurativo ou decorativo foi comum ao românico europeu.

O altar-mor é sempre um nó em qualquer percurso visual da igreja e o pólo do sagrado. Este fenómeno provocará um gama de soluções destinadas ao seu realce e serviço. Na época românica o altar instala-se sempre no primeiro tramo da capela-mor, deixando livre a passagem em seu redor, sobretudo na parte oriental, como a arquitectura das ábsides evidencia. Nas igrejas de interiores mais sumptuosos, caso da Sé Velha de Coimbra, o altar era realçado e coberto por baldaquino e dossel apoiado em quarto colunas, do qual pendia uma pomba de prata que servia para guardar a reserva eucarística.

A partir do século XII o arranjo das grandes igrejas passa a solicitar imagens e retábulos dispostos sobre o altar. É nesta época românica que se inicia o costume de prestar culto diante de imagens devotas esculpidas. Contudo, conhecemos muito mal a estatuária devocional portuguesa do século XII. (ALMEIDA 2001: 164). Da escultura românica de vulto, muito pouco chegou até nós. Se é certo que a sua produção foi consideravelmente menor do que na época gótica, a verdade é que a documentação do século XII nos garante a existência de esculturas devocionais e de retábulos esculpidos em pedra. O número de referências a *majestades*, certamente imagens da Virgem entronizada sentada frontalmente com o Menino no regaço, como *Sedes Sapientiae*, muitas vezes realizadas em madeira e que desapareceram por mudanças de gosto e de devoção, é muito considerável. Conhecemos as determinações sinodais ordenando que as esculturas velhas e em mau estado fossem quebradas e enterradas em chão sagrado, nas cabeceiras ou nos adros das igrejas.

De facto, o património artístico da época românica em Portugal é por demais escasso no que respeita à escultura de vulto, à escultura retabular e às artes dos metais. Habitualmente enquadradas na época gótica, quando são mais abundantes, as representações da *Anunciação* e do *Calvário*, bem como os objectos em ourivesaria ou torêutica tiveram importantes exemplares na época românica, como nos indica a documentação do século XII.

O Anjo da *Anunciação* que pertenceu à Sé do Porto, uma escultura em calcário que representa São João Evangelista (Museu Nacional de Machado de Castro-Coimbra), o grupo da *Anunciação* da igreja paroquial de Carrazeda de Montenegro (Valpaços-Vila Real) e as *Majestades* do Museu de Alberto Sampaio (Guimarães) representam os escassos exemplares de escultura devocional românica que chegaram até hoje.

No *Anjo da Anunciação* da Sé do Porto, parcialmente destruído, a modelação erudita da figura e a forma de fazer cair os panejamentos, denunciam influências do Centro e Oeste de

Fronteira hispano-lusa entre Tui e Valença do Minho (Jaime Nuño)

França, concomitantemente com soluções já proto-góticas. A igreja transmontana de Carrazedo de Montenegro guarda, incluída em retábulo da época barrroca, uma imagem da *Nossa Senhora* e outra, do *Anjo da Anunciação*, que mostram influências da escultura que Mestre Mateus desenvolveu no pórtico da Glória da Catedral de Santiago de Compostela.

Correspondendo o século XII à época da arquitectura românica mais erudita, à actividade de mestres estrangeiros e ao fenómeno mais vasto de europeização da cultura, não faz sentido que as outras artes não tivessem tido uma mesma expressão. De facto, como prova a documentação, elas acompanharam aquele movimentos.

Ao longo do século XI, o uso de cálices e de cruzes foi sendo, paulatinamente, acompanhado da utilização de imagens sobre o altar. A título de exemplo referimos dois retábulos: a *tabula de super altare*, com a iconografia da *Anunciação* pintada, do altar da Sé de Coimbra, e um conjunto escultórico em pedra, também destinado ao altar-mor, com a representação do *Calvário* onde figuravam Cristo Crucificado, Nossa Senhora e São João, ambos registados em documento datado de c. 1180 (RODRIGUES e COSTA 1999, doc. 3).

D. Sancho I, em testamento lavrado em 1188, deixa ao Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra uma copa de ouro para que façam dela uma cruz, e um cálice e cem marcos de prata para a feitura de um frontal para o altar de São Pedro e de outro para o altar de Santo Agostinho (VENTURA e FARIA 1990: 120). O *Inventário do Tesouro da Sé de Viseu* de 1188 refere, entre outros objectos de ouro, prata e esmalte, um frontal de ouro e uma *tabula de super altare*, certamente um retábulo (GOMES 2002: 273).

Cremos que a placa rectangular de calcário com a figuração de um *Agnus Dei*, exposta no Museu Nacional de Machado de Castro e de incerta proveniência, poderá ter pertencido a um frontal de altar ou a um retábulo, já que apresenta vestígios de ter sido articulada com uma outra peça (REAL 2009: 243).

Entre a escultura funerária destacamos o túmulo de Egas Moniz que se conserva na igreja do Mosteiro de Paço de Sousa (Penafiel-Porto). Este túmulo, cujo arranjo data de meados do século XX, é composto por dois cenotáfios que pertencem a duas épocas distintas. O primeiro deverá datar de meados do século XII e, na sua escultura incipiente, conta a primeira versão da gesta de Egas Moniz.

Castelo de Chaves (Jaime Nuño)

Egas Moniz pertenceu a uma das mais poderosas estirpes da nobreza de Entre-Douro-e-Minho. Rico-homem da corte de D. Henrique terá sido aio de D. Afonso Henriques. O seu feito enquadra-se no cerco leonês a Guimarães (1127) quando Egas Moniz logrou que o exército de Leão levantasse o cerco sob a promessa de D. Afonso Henriques prestar vassalagem ao rei de Leão, Afonso VI. À falta de cumprimento desta promessa, por parte de D. Afonso Henriques, Egas Moniz apresentou-se ao rei D. Afonso VI em Toledo, com a sua mulher e filhos levando cordas ao pescoço, oferecendo a sua vida e a da família ao rei leonês, como preço do perjúrio.

No cenotáfio mais tardio conta-se, de forma desenvolvida, esta tradição. Este cenotáfio que deverá relacionar-se com a auto-valorização do trovador João Soares Coelho, descendente por linha bastarda de Egas Moniz, datará de meados do século XIII (MATTOSO 1985: 409-435). Os relevos esculpidos aparecem já perspectivados e com movimento, o que faz deste exemplar um momento significativo na evolução da escultura funerária portuguesa.

A personalização da sepultura, no século XI, era assinalada apenas por um letreiro que a individualizava e identificava. Esta prática é iniciada pelas altas hierarquias da sociedade eclesiástica e civil e seguida posteriormente por abades e pela pequena e média nobreza, distinguida por feitos heróicos. É somente nos séculos XIII e XIV, que este hábito se estende a burgueses ligados às oligarquias urbanas e ao comércio de longa distância. Na segunda metade do século XII é já clara a generalização do epitáfio, a que se acresce a figuração na sepultura de uma espada ou de um cálice conforme, obviamente, a condição social do tumulado (ALMEIDA e BARROCA 2002: 207-209).

A distribuição geográfica e a cronologia da arquitectura românica portuguesa estão umbilicalmente relacionadas com a organização do território. Só com esta análise é possível entender a razão da precocidade e da erudição da arquitectura românica patentes nas cidades de Coimbra e de Lisboa. O românico afirma-se primeiramente na área de Braga e logo depois em Coimbra onde o seu sotaque é mais europeu (ALMEIDA 2001: 66).

Na verdade a cronologia da arquitectura românica não corresponde propriamente à progressão territorial da Reconquista. Ou seja, não é necessariamente a Norte que encontramos as construções mais antigas e/ou mais eruditas. É nas *zonas novas*, mais abertas à novidade, onde se cruzam o patrocínio régio, as comunidades monásticas vindas de França e a presença de artistas forâneos, como Coimbra e Lisboa, que o românico mais eruditamente se instala. À medida que se expande, o românico português regionaliza-se, miscigenando-se com soluções construtivas e técnicas locais pré-existentes. As antigas igrejas monásticas largamente abundantes no Entre-Douro-e-Minho e na região de Lamego, cuja fundação remonta aos séculos IX ou X, como o Mosteiro de Paço de Sousa (Penafiel-Porto), foram erguidas muito antes da expansão da arquitectura românica, em soluções próprias do final da Alta Idade Média e de acordo com a espacialidade requerida pela liturgia moçarabe. Reformadas na segunda metade do século XII e ao longo do século XIII, receberam então programas românicos mais adaptados à liturgia romana. Contudo, as novas construções incorporaram aspectos construtivos, formais e decorativos dos edifícios pré-existentes, criando uma variedade de soluções muito própria e muito regionalizada.

Em Portugal a arquitectura românica concentra-se, essencialmente, no Noroeste e no Centro, adensando-se nas margens dos grandes rios. A época românica é coeva do período em que se estrutura o *habitat* com as freguesias e toda uma organização religiosa e vicinal de aldeamentos (ALMEIDA 2001: 112). De facto, a expansão do estilo românico não corresponde propriamente à Reconquista, mas antes à organização do território dela decorrente. As dioceses dividem-se em paróquias que têm, no Entre-Douro-e-Minho, uma rede muito densa.

De uma maneira geral a paróquia do Entre-Douro-e-Minho delimita-se pelos cumes das elevações que a cercam, por velhos caminhos e pelas vias fluviais mais importantes. A sua área é relativamente pequena. Quando se organizam nos séculos XII e XIII, as freguesias exigiam uma

média de 15 a 20 agricultores, necessários para assegurar económica e religiosamente uma vila eclesial. Nesta altura a freguesia já se apresenta como um espaço muito bem definido, englobando uma área, contígua ou não, destinada a campos de cultivo, o *ager*, outras áreas ocupadas por *soutos* de carvalhos e de castanheiros, reservada à criação de gado suíno, fundamental na economia e na alimentação, e outras de *monte*, ou seja áreas de matos destinadas à pastorícia e à criação de gado (ALMEIDA: 1981, 203-212).

As comunidades rurais estruturam-se à volta de uma igreja, com o seu espaço dedicado ao cemitério. A igreja é o pólo sacralizador de todo o espaço da freguesia. Simbolicamente ela é uma cidadela contra o mal porque guarda os santos com as suas relíquias invencíveis, triunfantes e gloriosas. Aí se concentram as cerimónias que asseguram a protecção de Deus e dos santos.

Se a mancha de freguesias é muito densa no Entre-Douro-e-Minho, sempre muito povoado, já na região de Trás-os-Montes é muito mais rarefeita, correspondendo a um *habitat* aglomerado e a uma fraca densidade populacional.

A importância da região de Lamego, durante a Idade Média, está ainda bem patente na quantidade e qualidade das construções da época românica que conserva. Castelos, mosteiros,

Fronteira do rio Douro em Picote, Miranda do Douro (Jaime Nuño)

Mosteiro de São João de Tarouca (Michael Schlapkohl)

igrejas, capelas, pontes e estruturas viárias acusam o valor estratégico da região no processo da Reconquista e o dinamismo económico desta importante zona de passagem na direcção tanto de Norte para Sul, como para Castela. Ao longo da margem sul da bacia do Douro há um significativo número de igrejas medievais, umas românicas e outras que configuram o gótico rural.

Os Mosteiros de São João de Tarouca e de Santa Maria de Salzedas (Tarouca-Viseu), tão influentes na consolidação e dinamização da região de Lamego, testemunham a excelência da arquitectura românica cisterciense. A igreja do Mosteiro de São João de Tarouca acusa claramente a sobriedade e a funcionalidade que a acção de São Bernardo imprimiu à arquitectura da Ordem. Praticamente isenta de decoração, a arquitectura cisterciense, que utiliza preferencialmente cabeceiras rectas, mostra um acentuado rigor na concepção do seu programa.

Implantado numa encosta sobre o vale do rio Varosa, São João de Tarouca foi o primeiro mosteiro cisterciense a ser fundado em território português. Filiado na Abadia de Claraval desde 1144, a sua igreja teria sido concluída em 1169, como sugere uma inscrição referente à cerimónia da sua dedicação pelo arcebispo de Braga D. João Peculiar e pelos bispos de Lamego, Viseu e do Porto. Apesar das tranformações na fachada, realizadas na Época Moderna, e dos notáveis conjuntos de pintura, talha e azulejo que enriquecem o seu interior, a arquitectura da igreja apresenta soluções absolutamente novas no contexto da arquitectura românica portuguesa.

Praticamente isenta de decoração, a sua arquitectura mostra um acentuado rigor na concepção do programa construtivo. Entrar na igreja de São João de Tarouca, totalmente coberta por abóbadas em arco quebrado, apreciar a organização do seu espaço e a articulação dos volumes, constitui a melhor forma de compreender a arte de bem construir e a modernidade da arquitectura deste templo no contexto do românico português.

A ermida de São Pedro das Águias (Tabuaço-Lamego) constitui um luminar documento da arquitectura românica e das motivações da sua implantação. Situada numa estreita plataforma, entre altas fragas e o acentuado declive para o Rio Távora, esta ermida tem a cabeceira voltada para Nascente o que obrigou a que a sua fachada ocidental ficasse encostada às fragas e em cota superior à da cabeceira. Por norma, as igrejas românicas foram construídas de forma a que a cabeceira, e a fresta de topo que a ilumina, se voltem para Oriente por razões litúrgicas e simbólicas.

No portal voltado a Ocidente e no do lado Norte as arquivoltas assentam em animais ferozes destinados a proteger as entradas. É de notar a abundante escultura concentrada no pequeno portal axial.

Na construção religiosa da época românica, o portal ocidental era concebido como *Porta do Céu* ou como *Pórtico da Glória*. A vontade de proteger as entradas das igrejas bem como ao espaço cemiterial que muitas vezes lhes estava fronteiro, concretizou-se na representação de temas sagrados nos portais, mas também na inclusão de outros elementos, como a escultura de animais assustadores ou poderosos e em sinais de valor mágico ou seja, motivos escultóricos como cruzes e rodas solares, capazes de defender as entradas e de proteger a igreja de todos os males.

No timpano do portal lateral de São Pedro das Águias está esculpido um *Agnus Dei* (*O Cordeiro de Deus*), símbolo do sacrifício de Cristo. Inscrita na arquivolta, uma epígrafe roga "ao Deus dos Exércitos que defenda a entrada e a saída deste templo."

D(omi)N(u)S EXERCITUM : CUSTO[di] / AT : HUIus : TEMPLI :
INTROI / TUM ET EXITUM

Este tipo epígrafe, gravada nos portais garantia que *terribilis est locus iste*, conforme as palavras do ritual da sagração, porque o sagrado é ambivalente. Protege mas também castiga quem o não respeita.

Coimbra é um centro de notáveis exemplos de arquitectura românica. Por razões históricas cedo recebeu influências eruditas vindas de França, às quais se miscigenaram reportórios e técnicas próprias da artesania moçárabe –que tinha antecedentes bem enraizados na região– criando uma linguagem decorativa muito original, para a qual contribuiu a qualidade do calcário existente nas pedreiras do aro daquela cidade.

A igreja de Santa Cruz, reformada na época manuelina, deixa ainda perceber as influências vindas da Borgonha, tanto na arquitectura como nas soluções decorativas dos capitéis. A Sé-Velha, um dos melhores edifícios românicos portugueses, desenvolve uma espacialidade que recorda a Catedral de Santiago de Compostela. As galerias de circulação são muito semelhantes às utilizadas nas igrejas da Normandia.

A Charola do Convento de Cristo (Tomar), erudito exemplar da arquitectura religiosa dos Templários, tem uma forte carga simbólica. Utiliza a planta centralizada à maneira do Templo do Santo Sepulcro de Jerusalém.

A Sé de Lisboa, apesar de muito alterada por desastres naturais e por atribulados restauros, é ainda um testemunho dos influxos românicos do Norte da Europa. Mestre Roberto foi o responsável pela obra da catedral de Lisboa. Segundo C. A. Ferreira de Almeida a Sé de Lisboa representa, em Portugal, um grande avanço nas soluções arquitectónicas e decorativas. Os seus alçados, a torre-lanterna, a luminosidade e o arranjo da fachada com duas torres fazem desta igreja a mais europeia e setentrional das construções românicas portuguesas.

Em Portugal a arquitectura românica não apresenta uma grande variedade de soluções, tanto no que diz respeito à planimetria como ao jogo de volumes. No entanto, a escultura patenteia uma tão diversa e rica gama de soluções que permite a classificação regional e cronológica do românico português. Esta diversidade constitui um dos seus aspectos mais característicos e singulares. Conforme foi há muito afirmado, os temas forâneos utilizados na escultura arquitectónica são relativamente poucos e apresentam-se muito transformados (GAILLARD 1972: 349). Embora haja temas de indiscutível origem francesa, como os que mostram os capitéis onde se afrontam leões com uma só cabeça trincando um homem, ou os que figuram duas aves que debicam a mesma taça, entre outros exemplos, a verdade é que a escultura românica portuguesa desenvolveu formas e temas de sabor muito regionalizado.

Se por um lado notamos semelhanças na escultura de igrejas regionalmente próximas, por outro, há diferenças acentuadas de região para região e há ainda diferenças numa mesma região que se explicam por razões históricas e cronológicas.

É disso exemplo a escultura românica das igrejas que se situam entre os rios Lima e Minho. A fronteira política entre Portugal e a Galiza, materializada pelo Minho não correspondia a uma fronteira eclesiástica, uma vez que esta mancha do território pertenceu à Diocese de Tui até 1381.

Nas igrejas dos antigos mosteiros do actual concelho de Valença, São Salvador de Ganfei, Sanfins de Friestas e São João de Longos Vales a escultura arquitectónica segue claramente modelos do transepto da Sé de Tui, bem como outras tipologias muito difundidas na Galiza, principalmente na província de Pontevedra, durante os meados e a segunda metade do século XII.

A igreja do Mosteiro de Sanfins de Friestas é composta por uma nave, muito alta relativamente à largura, de grande qualidade construtiva. A sua decoração é rica e exuberante, características que fazem desta igreja um dos melhores exemplares do românico português. No exterior, as cornijas da nave e da cabeceira são ritmadas por cachorros e capitéis de poderosa volumetria, tanto na dimensão do cesto como no relevo da escultura, onde se expressa uma assinalável variedade dos temas.

Ainda na margem esquerda do Minho, na sua parte mais oriental, há um grupo de igrejas românicas que acusa influências galegas, entre as quais se destacam a igreja de São Salvador de Paderne e a Capela de Nossa Senhora da Orada, ambas no concelho de Melgaço. No entanto,

estes templos, apresentam uma escultura muito diversa das anteriores. Se, por um lado, estas construções têm uma cronologia menos recuada, reportando-se a meados do século XIII por outro, os influxos que receberam da Galiza, no que diz respeito à tipologia das peças e aos motivos da escultura, foram adoptados profusamente na província de Orense. As soluções da escultura destas igrejas portuguesas encontram igualmente paralelos com os programas adoptados nas igrejas cistercienses da Galiza.

Situada na margem esquerda do Lima, em território da Diocese de Braga, a igreja de São Salvador de Bravães (Ponte da Barca) mostra bem como os *dialectos* da escultura românica portuguesa se associam, por vezes, numa mesma construção. Esta igreja, que fez parte de um mosteiro de Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, é muito celebrada na historiografia da arte românica portuguesa devido à profusão da sua volumosa escultura e ao programa invulgar do seu portal axial. Formalmente os capitéis e as bases deste portal estão muito próximos dos modelos derivados da Sé de Tui, a partir de meados do século XII.

O portal de Bravães é, no contexto da arte românica portuguesa, o mais eloquente testemunho de portal como *Porta do Céu* ou como *Porta da Salvação*. Nesse sentido o tímpano mostra uma *Maiestas Domini* ou seja, Cristo na Glória do Céu, dentro de mandorla segura por dois personagens. Numa das arquivoltas figura-se o apostolado e, no seu seguimento, há duas estátuas-coluna onde se representa a *Anunciação*. No fuste da esquerda está representada Nossa Senhora com a mão esquerda sobre o ventre o que, iconograficamente, se reporta a *Nossa Senhora do Ó*

Mosteiro de São Salvador de Bravães (Michael Schlapkohl)

(ou *Santa Maria de Ante-Natal*) motivo muito glosado na escultura medieval hispânica. No fuste que fica à direita do observador está representado o *Arcanjo São Gabriel*, com barba. A estes elementos associam-se fustes onde se enroscam serpentes, outros por onde sobem quadrúpedes e ainda outros com aves tratadas à maneira de aduelas, constituindo todo este conjunto uma *Porta da Salvação* simbolizada pela *Anunciação*.

Na cabeceira, que aparenta ser a parte mais antiga da igreja –e que é datável de meados do século XII, enquanto o portal deve ser enquadrado em data pouco anterior aos meados do século XIII– mostra elementos decorativos nos capitéis que se aproximam de modelos derivados da Sé de Braga.

A Sé de Braga e a igreja do antigo Mosteiro beneditino de São Pedro de Rates (Póvoa de Varzim) correspondem a estaleiros românicos onde se caldearam, e a partir dos quais se difundiram, modelos formais e temáticos que irão chegar a várias igrejas da zona de Braga e Guimarães e da Bacia do Ave.

O actual edifício românico da Sé de Braga, que teve sucessivas alterações ao longo do tempo, deverá ter tido início na década de 30 do século XII, como demonstram as bases e os capitéis das parcelas mais antigas. O portal axial –parcialmente alterado nos inícios do século XVII– apresenta um programa escultórico da segunda metade do século XII, com capitéis muito originais na forma do cesto e na decoração fitomórfica. Na Sé de Braga há igualmente capitéis de ascendência provençal e borgonhesa como aliás acontece em São Pedro de Rates.

A Igreja de Rates teve uma atribulada construção, muito demorada, e patenteia bem as alterações que foram modificando seu programa inicial. Os capitéis das parcelas correspondentes aos meados do século XII onde estão figurados quadrúpedes e aves afrontadas na esquina, correspondem a modelos franceses, talvez da área da Borgonha.

Os modelos de capitéis, bases, aduelas, impostas e frisos, bem como a escultura dos tímpanos que vemos na Sé de Braga e em São Pedro de Rates, tiveram uma larga difusão nas áreas circundantes a estes dois estaleiros que, desta forma, funcionaram como pólos irradiadores de modelos muito repetidos e também muito regionalizados em vários exemplares de igrejas românicas já de expressão tardo-românica.

As igrejas românicas transmontanas correspondem, na sua maioria, a construções bem mais tardias devendo ser, muitas delas, consideradas já proto-góticas ou mesmo da época gótica. A igreja de Nosssa Senhora da Azinheira de Outeiro Seco (Chaves) apresenta um portal muito simplificado onde já sentimos que os capitéis resultam de uma longa repetição de modelos. A igreja matriz de Chaves, que só parcialmente é da época românica, acusa influências do românico galego, leonês e castelhano. Já o caso da remanescente cabeceira do antigo mosteiro benetitino de Castro de Avelãs (Bragança) é de clara ascendência leonesa. Construída em tijolo, caso muito singular no românico português que chegou até hoje, esta cabeceira deve ser classificada dentro da expressão mudéjar da arquitectura românica.

Ainda na região transmontana é de realçar o programa escultórico da pequena igreja de S. Salvador de Ansiães (Carrazeda de Ansiães), onde domina a representação do *Pantocrator* (*Cristo em Majestade*) rodeado pelo *Tetramorfo*. Nas arquivoltas representou-se um apostolado e o tema das cabeças em bico, acusando influências do românico bracarense.

As influências forâneas, mais ou menos transformadas e muito regionalizadas, estão presentes na Sé do Porto. Apesar das grandes alterações que sofreu na Época Moderna e do profundo restauro de meados do século XX patenteia, tanto no programa arquitectónico como na escultura, influências da zona francesa do Limousin. As frestas apresentam sempre toros diédricos e os capitéis são desprovidos de ábaco, próprios daquela zona do Centro-Oeste de França. No entanto, há também capitéis que se reportam a modelos da Sé Velha de Coimbra. As intensas relações comerciais entre a cidade do Porto e La Rochelle, já na época românica, explicarão a chegada de mestres daí originários. Na catedral do Porto trabalhou também Mestre Soeiro, vindo do estaleiro da Sé Velha de Coimbra.

Castro de Avelãs (Jaime Nuño)

Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro (Michael Schlapkohl)

Nas Bacias do Sousa e do Baixo-Tâmega a escultura românica mostra uma personalidade muito própria optando, quase sistematicamente, por elementos vegetalistas. A sua singularidade reside no tipo de escultura vegetalista, patente não só nos capitéis como também em longos frisos, muito bem desenhada e plana, na qual se utilizou a técnica do bisel. Esta forma de esculpir, uma vez que recorre ao corte feito obliquamente, favorece muito a clareza dos motivos porque potencia os efeitos de luz e de sombra. Utilizada nas épocas visigótica e moçarabe a escultura talhada a bisel, bem como os motivos vegetalistas e geométricos que utiliza, é retomada nas igrejas do Vale do Sousa e do Baixo-Tâmega. Correspondendo, quase sempre, a reformas românicas de igrejas anteriores –é de notar que a maior parte dos mosteiros e igrejas românicas da região corresponde a fundações muito mais antigas do que a arquitectura que apresenta– as novas construções do século XIII utilizaram modelos próprios das antigas igrejas pré-românicas, então reformadas. A estes modelos juntaram-se os reportórios decorativos caldeados e difundidos pelos estaleiros da Sé-Velha de Coimbra, da Sé do Porto e da Sé de Braga/São Pedro de Rates, formando uma nova sintaxe, muito própria e muito regionalizada.

Acresce ainda referir que nestas igrejas poucas vezes pontua a figura humana. Já no que diz respeito aos temas animalistas, eles surgem sustentando os tímpanos dos portais e tendo, claramente, a função de defender as entradas do templo.

A arquitectura desta região adopta, a maioria das vezes, cabeceiras de perfil rectângular –embora haja exemplos mais eruditos que utilizam ábsides semi-circulares, como em Paço de Sousa, Pombeiro e São Pedro de Ferreira– e fachadas onde se encaixam portais bastante

profundos, mostrando quanto a sua solenização se coaduna com o entendimento do portal principal da igreja como *Porta do Céu*, *Pórtico da Glória* ou *Pórtico da Salvação* embora, na maioria dos casos não existam, nestes portais, programas figurativos de índole teológica. No entanto, o cuidado posto no seu arranjo e a profusão da escultura que ostentam constituem, em si próprios, a vontade de nobilitar e defender os portais. É esta, também, uma das singularidades do românico português e um das suas características mais sedutoras.

A igreja do Mosteiro de São Salvador de Paço de Sousa (Penafiel), constitui um monumento nuclear no contexto da arquitectura românica desta região. As suas singulares características, tanto ao nível da arquitectura como da escultura, fazem deste velho mosteiro beneditino um dos mais apelativos e prestigiados testemunhos da arquitectura românica portuguesa.

A igreja, muito celebrada, apresenta um modo muito próprio de decorar, tanto pelos temas como pelas técnicas empregues na escultura. Esta escultura, típica das Bacias do Sousa e do Baixo Tâmega, adopta colunas prismáticas nos portais, bases bolbiformes, emprega padrões decorativos vegetalistas talhados a bisel, e desenvolve, como já foi referido, longos frisos no interior e no exterior das igrejas à maneira da arquitectura das épocas visigótica e moçárabe.

Como foi notado por Manuel Monteiro, terá sido em Paço de Sousa que se forjou uma corrente com base na tradição pré-românica influenciada, igualmente, por temas originários do românico de Coimbra e da Sé do Porto, dando origem ao que designou por *românico nacionalizado*.

Como é próprio do românico português, à medida que o estilo se expande e implanta no território também se regionaliza, afastando-se do reportório decorativo de origem francesa e das formas mais eruditas de construir.

Paço de Sousa foi, neste contexto, um edíficio-padrão onde as tradições locais e as influências do românico de Coimbra e do Porto se miscigenaram, padronizando o tipo de *românico nacionalizado* das Bacias do Sousa e Baixo Tâmega.

Esta região está pontuada de igrejas românicas como as de Vila Boa de Quires (Marco de Canavezes), Boelhe (Penafiel), Rosém (Marco de Canavezes), São Miguel de Eja (Penafiel), Cabeça Santa (Penafiel) ou Abragão (Penafiel), que têm em comum, além dos seus aspectos estilísticos, o facto de se enquadrarem numa cronologia do românico algo tardia, reportando-se as suas construções ao século XIII, por vezes já muito adiantado, embora quase todos estes exemplares tenham origens fundacionais mais antigas. A verdade é que o surto reconstrutivo nesta região, por ter abrangido muitos templos ao longo da mesma centúria, conduziu à adopção de modelos semelhantes, tanto no que diz respeito à escultura, como ao arranjo das cabeceiras e de fachadas e portais.

A igreja de Cabeça Santa (Penafiel) é um significativo testemunho da existência de equipas de artistas itinerantes e da *viagem das formas*. O arranjo dos portais desta igreja e a escultura dos capitéis –tanto dos portais como do arco que divide a nave da cabeceira– são muito semelhantes aos da igreja de São Martinho de Cedofeita no Porto que, por sua vez, apresenta soluções decorativas muito próximas das que foram utilizadas na construção românica da Sé portuense.

As frequentes invasões que, a partir do século VIII, afectaram quase toda a Europa Ocidental, provocaram fugas temporárias ou mesmo definitivas, das populações. No entanto, a partir dos meados do século XI, as comunidades começam a construir castelos e recintos amuralhados com o objectivo de defender os locais onde viviam. Entre os séculos X e XII toda a Europa Ocidental se cobriu de uma densa rede de sítios fortificados, fenómeno que se designa por *encastelamento* (ALMEIDA 1992: 375). Em Portugal, a mancha mais precocemente encastelada foi a área a Sul do Douro, onde no século X, quase todas os núcleos populacionais tinham o seu castelo ou penela.

Ao longo dos séculos X e XI também vários mosteiros foram dotados de um recinto defensivo, que lhes estava associado, como nos casos dos mosteiros Guimarães, de São Pedro de Cete (Paredes), que dispunha do castelo de Vandoma, de São Salvador de Paço de Sousa (Penafiel) defendido pelo Castro de Ordins e do Mosteiro de Lorvão (Coimbra).

A maioria destes locais de defesa, os *castelos rurais*, era muito elementar na sua construção, aproveitando as condições naturais, em locais altos e com afloramentos graníticos, que dificultavam o acesso. No caso de Vandoma o recinto defensivo era composto por um muro, sem torres, à maneira de cerca, circundando uma área muito vasta.

Concebida para uma defesa passiva a estrutura do castelo românico assentava na espessura e altura dos muros para resistir aos assédios. O adarve era composto por torreões adossados cuja função era a de quebrar os panos de muralha contínuos. No século XII foram criadas amplas cercas junto dos muros que permitiam o abrigo de populações e gado como atesta o Castelo de Castro Laboreiro no concelho de Melgaço (BARROCA 1994: 121).

O castelo da época românica testemunha o triunfo da nobreza fundiária e é também o símbolo de segurança de um território. Nesta época o castelo é constituído por uma cerca com adarves e ameias e por uma torre central, a Torre de Menagem, símbolo da senhoria, que constituiu a maior inovação do castelo românico. Este elemento tem origem na *domus fortis*, a residência senhorial fortificada.

Entre o Norte de Portugal e o Sul, nomeadamente nas regiões definidas pelas linhas do Mondego e do Tejo, há diferenças notórias nas estruturas militares. No Norte os castelos são mais elementares e estão muito presos às fortificações tipificadas na época pré-românica. No Sul demonstram técnicas mais avançadas no campo da arquitectura militar. O interesse estratégico estava então concentrado na fronteira com os mouros onde as ordens militares desempenhariam um papel fundamental (ALMEIDA 2001: 144). No Norte merecem destaque os castelos de Castro Laboreiro, Melgaço, Monção e o castelo da Nóbrega (Ponte da Barca). Este castelo, documentado desde 1056, foi alterado no tempo de D. Afonso Henriques. Conserva parcelas da cerca e o negativo da Torre de Menagem. Já o Castelo de Guimarães apresenta hoje uma estrutura gótica. A cerca do tempo de D. Afonso Henriques e de D. Sancho I era mais reduzida que a actual (ALMEIDA 2001: 145-146).

Construídas por Gualdim Pais, que viria a ser mestre da Ordem do Templo (1158-1195), as Torres de Menagem de Pombal (c.1156-Leiria), Tomar (1160), Penas Roias (1166-Mogadouro), Almourol (1171-Vila Nova da Barquinha, Santarém) e Longroiva (1174-Meda, Guarda) demonstram a importância dos Templários no desenvolvimento da arquitectura militar portuguesa da segunda metade do século XII (BARROCA 1994:121).

O primeiro testemunho da presença dos Templários em Portugal remonta a 1128, quando a Condessa D. Teresa lhes doa o Castelo de Soure (Coimbra). A Torre de Menagem, erguida no topo Norte do castelo, conserva um elemento distintivo: o alambor ou seja, uma base reforçada da torre por uma estrutura pétrea inclinada, em rampa. Esta solução confere à torre maior capacidade de resistência e dificulta o assalto dos seus muros. Também está presente na Torre de Menagem do Castelo de Pombal (BARROCA 1996/97: 185-186).

Em Tomar, no castelo concebido para albergar a sede da Ordem em Portugal, o alambor é introduzido ao longo de toda a muralha exterior da fortificação. Com origem na arquitectura militar desenvolvida pelos Cruzados no Próximo Oriente, esta técnica construtiva foi utilizdada no Castelo de Saone e no Crac dos Cavaleiros, ambos situados na actual Síria, onde Gualdim Pais esteve entre 1151 e 1156, no âmbito da II Cruzada.

Deve-se ao Templários a introdução das mais inovadoras soluções que a arquitectura militar portuguesa conheceu ao longo do século XII (BARROCA 1996/97: 202).

Entre os conjuntos monásticos, as sés, as igrejas paroquiais, as pontes, as vias, as fontes e os castelos, a residência senhorial fortificada, a *domus fortis* constitui mais um expressivo elemento da forma de ocupar o território que, ainda hoje, mostra quanto é antigo o seu *habitat* e como este se estruturou na Época Medieval.

Estas torres senhoriais implantavam-se, preponderantemente, no seio das Honras, em vales fertéis de terrenos agrícolas de aluvião ou na periferia dessas manchas agricultadas. É também frequente que se situem em zonas vizinhas de bosques e de montanhas, optando por

terrenos de arroteamento mais recente com o objectivo de se afastarem das terras mais ocupadas, do ponto de vista senhorial, onde a vontade de afirmação das novas linhagens encontrava maiores dificuldades, dado o antigo estabelecimento de famílias mais antigas e de poderes muito enraizados.

A esta implantação-modelo correspondem as Torres de Vilar (Penafiel-Porto) de Pousada (Azurém-Guimarães), de Dornelas em Amares (Braga), de Oriz (Vila Verde-Braga) de Lourosa do Campo (Arouca) e de Quintela (Vila Marim-Vila Real). No Norte de Portugal houve dois tipos de residência senhorial durante a Idade Média: o paço nobre e a *domus fortis* (ALMEIDA e BARROCA 2002: 124-128). Se o paço nobre, associado normalmente às alta e média nobrezas, não segue uma estrutura tipológica nas soluções da sua arquitectura sendo, habitualmente, composto por vários edifícios autónomos, já a *domus fortis* segue um modelo, correspondendo a uma residência senhorial fortificada cuja origem andará pelo último quartel do século XII, embora o seu modelo tenha mais ampla difusão já nos séculos XIII e XIV. Este modelo foi adoptado, principalmente, por pequenas linhagens em ascensão social muito motivadas na sua afirmação junto das comunidades locais e na amostragem da sua prosápia, processo que decorreu entre os finais do século XII e a primeira metade do século XIII, e que se difundiu ao longo do século XIV (BARROCA 1998: 103-105).

A *domus fortis* é composta por vários elementos. No entanto é a torre, construção de planta quadrangular, que confere à habitação um sentido fortificado, física e simbolicamente. É, normalmente, constituída por quatro pisos, cada um correspondendo a uma única divisão. Tal como nas Torres de Menagem era ao nível primeiro piso e não ao nível térreo que se encontrava a entrada principal. Este era destinado a Sala ou *Aula* reservando-se progressivamente os

Castelo de Pombal (Michael Schlapkohl)

pisos superiores a espaços mais privados. A torre era coroada por ameias, elemento de carácter simbólico de grande importância, uma vez que era a existência desse coroamento que lhe conferia a qualidade jurídica de construção fortificada.

Além da torre era habitual que a *domus fortis* fosse composta também por um edifício a ela adossado, ou isolado, de planta rectangular composto por dois pisos. Em alguns casos regista-se a existência de capela como no exemplar da Torre de Vasconcelos (Amares-Braga). No entanto, da residência senhorial fortificada, faziam parte outras estruturas como a cozinha que, por razões de segurança, se erguia em edifício autónomo, próxima de fontes de água ou de pequenos ribeiros. Deste elemento não restou qualquer vestígio, embora a documentação indicie a sua existência (BARROCA 1998: 82).

A maior parte dos exemplares de *domus fortis* conserva-se no norte e centro de Portugal consagrando territórios de velhas senhorias. Algumas foram mantidas como símbolo de antiguidade das linhagens, junto de solares totalmente renovados em épocas posteriores, como a Torre de Aguiã (Arcos de Valdevez), a Torre de Refóios (Ponte de Lima) a Torre de Gomariz (Vila Verde), a Torre de Castro (Amares) ou as Honras de Faralães (Barcelos) e de Barbosa (Penafiel), entre outras. Noutros casos as torres mantiveram-se isoladas como a Torre de Silva (Vila Nova de Cerveira), a Torre de Quintela (Vila Marim-Vila Real), a Torre de Oriz e a Torre de Penegate (Vila Verde), entre outros exemplares (ALMEIDA e BARROCA 2002: 108).

Na Idade Média a grande actividade construtiva de pontes está, como é evidente, muito ligada à história das vias. A necessidade de renovar a rede viária de herança tardo-romana desajustada das novas necessidades foi um dos factores que contribui para o amplo movimento da construção de pontes (ALMEIDA e BARROCA 2002: 125).

Desde os finais do século XI as necessidades do arranjo de pontes e vias eram tão imperiosas que, a partir de então, consertar calçadas e construir pontes são actos que começam a ser considerados como obras de piedade (ALMEIDA 1987: 37). São Gonçalo de Amarante e São Lourenço Mendes, responsáveis pela construção das pontes de Amarante e de Cavês (Cabeceiras de Basto), respectivamente, foram santificados popularmente, tal como Saint Benizet de Avignon (França) e São Domingo da Calçada (Rioja, Espanha), demonstrando quanto este fenómeno de considerar a construção de pontes como obras pias, foi comum a outras regiões da Europa (ALMEIDA 2001: 148-149).

Nos testamentos de reis, nobres e eclesiásticos há muitas referências a donativos deixados para a construção de pontes. D. Afonso Henriques contribuiu para a construção das pontes de Coimbra, do Ave (Bagunte, Vila do Conde) e de Piares, no rio Douro.

As pontes da época românica cuidaram mais os seus alicerces do que as pontes romanas e procuraram sítios firmes para a sua construção. É esta a razão, segundo C. A. Ferreira de Almeida, que conduziu a que as pontes medievais resistissem melhor ao tempo e às cheias. As pontes românicas apresentam, por norma, grandes arcos cuja elevada altura, por vezes, obriga à solução de ponte em cavalete ou seja, de dupla rampa. Desenvolvem amplamente os talhamares, a montante e os talhantes, a jusante (ALMEIDA 1986: 139-140).

A título de exemplo mencionamos as pontes da Langoncinha (Famalicão), sobre o Ave com seis arcos, a ponte do Prado (Vila Verde) sobre o Cávado, estruturada em nove arcos, a ponte de Amarante, a ponte de Cavês, documentada já no século XIII, sobre o Tâmega, na marra das regiões do Minho e Trás-os-Montes e a de Ponte de Lima.

A actividade pontística marcou de forma acentuada a paisagem medieval portuguesa. Entre a arquitectura civil da época românica, o realce deve ser posto nas numerosas pontes então construídas "pelo interesse que a época lhes dedicou, pelo impacte que elas representaram, pela transformação da paisagem que sempre ocasionam, pelos meios técnicos e económicos que exigiam e pelos benefícios que trouxeram às comunicações e aos homens" (ALMEIDA 2001: 149).

Lúcia Rosas

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *Alto Minho*, Lisboa, Editorial Presença, 1987.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *O românico. História da Arte em Portugal*, vol. 3, Lisboa, Publicações Alfa, 1986.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, "Castelos Medievais do Noroeste de Portugal", *Finis Terrae. Estudios en Lembranza do Prof. Dr. Alberto Balil*, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela, 1992, pp. 371-385.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *O Românico. História da Arte em Portugal*, vol. 1, Lisboa, Editorial Presença, 2001.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, "Território Paroquial no Entre-Douro-e-Minho. Sua Sacralização", *Nova Renascença*, vol. 1, nº 2, Porto, Associação Cultural Nova Renascença, 1981, pp. 203-212.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *Influências francesas na arte românica Portuguesa,* Paris, Fondation Calouste Gulbenkian/Centre Culturel Portugais, 1987.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de e BARROCA, Mário Jorge, *O Gótico. História da Arte em Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, 2002.

BARROCA, Mário Jorge, *Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico (Séculos IX a XII)*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 1994.

BARROCA, Mário Jorge, "A Ordem do Templo e a Arquitectura Militar Portuguesa do Século XII". *Portugália*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Instituto de Arqueologia, Nova Série, vols. XVII-XVIII, 1996/1997, pp. 171-202.

BARROCA, Mário Jorge, "Torres, Casas-Torres ou Casas-Fortes. A Concepção do Espaço de Habitação da Pequena e Média Nobreza na Baixa Idade Média (Sécs. XII-XV)", *Revista de História das Ideias. A Cultura da Nobreza*, Coimbra, Instituto de História das Ideias. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, vol. 19, 1998, pp. 39-103.

DUCHET-SUCHAUX, Gaston e DUCHET-SUCHAUX, Monique, *Les Ordres Réligieux*, Paris, Flammarion, 2000.

GAILLARD, Georges, *Études d'Art Roman*, Paris, PUF, 1972.

GOMES, Saul António, "Livros e alfaias litúrgicas do tesouro da Sé de Viseu em 1188", *Humanitas*, 54, (2002), pp. 269-281.

MATTOSO, José, "João Soares Coelho e a Gesta de Egas Moniz", *Portugal Medieval: novas interpretações*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, pp. 409-435.

GONÇALVES, Nogueira A., *Estudos de História da Arte Medieval*, Coimbra, EPARTUR, 1980.

REAL, Manuel Luis, "Agnus Dei", *Arte, poder e religião nos tempos medievais. A identidade de Portugal em construção*, Viseu, Câmara Municipal de Viseu, 2009, pp. 242-243.

RODRIGUES, Manuel Augusto e COSTA, Avelino Jesus da, *Livro Preto: Cartulário da Sé de Coimbra*, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1999.

VENTURA, Leontina e FARIA, Ana Santiago, *Livro Santo de Santa Cruz. Cartulário do século XII*, Coimbra, INIC/CHSCUC, 1990.

Catálogo

Valença do Minho, muralha (Jaime Nuño)

Braga

Sé de Braga

Sé de Braga

A Sé de Braga assumiu, desde a sua fundação, um papel primordial no românico do Entre-Douro-e-Minho, enquanto foco de irradiação. De facto, embora não represente uma criação arquitectónica de um nível excepcional, a catedral bracarense teve um predomínio capital sobre esta província, não só porque foi um dos primeiros edifícios erguidos nesta região segundo este *novo estilo*, como também o desempenho da função de Primaz e de capital religiosa no período inicial da monarquia portuguesa a colocou num outro patamar face ao grande número de mosteiros e de igrejas regionais, sob as quais irradiou a sua influência. Mais, o facto de se acreditar na tradição que atribui a fundação da catedral de Braga a S. Pedro de Rates, discípulo de Santiago, concorreu certamente para promover o cuidado colocado na edificação da sua fábrica (Lacerda 1942: 186).

No entanto, este edifício foi bastante transformado durante os séculos, naturalmente reflexo da sua importância religiosa e histórica, embora se conservem significativos elementos românicos. Entre estes, os de maior destaque são precisamente os seus portais, principal e lateral Sul. Foi, como veremos, a partir dos seus elementos escultóricos que irradiou para um considerável número de igrejas toda uma linguagem plástica e compositiva, muito característica, e mesmo definidora, deste foco regional do românico português. Daí que seria extremamente significativo conseguir datar com segurança estes portais (Almeida 1978, 2: 202). Mas vejamos, antes, um pouco da história deste edifício, fundamental para que possamos compreender em parte a sua actual planimetria.

Corria o ano de 1071 quando o bispo D. Pedro (1071-1091) restaurou a diocese de Braga, após consolidada a Reconquista do seu território aos muçulmanos. Sendo D. Pedro o primeiro Bispo de Braga, este sentiu certamente então a necessidade de edificar uma igreja episcopal. Deve ter começado desde logo a sua edificação, a crer no facto de que a 18 de Agosto de 1089 o mesmo Bispo D. Pedro terá promovido a Sagração do altar-mor, numa cerimónia que foi presidida por D. Bernardo, arcebispo de Toledo, na companhia dos bispos de Mondonhedo, Pedro de Orense, Anderigo de Tui e Gonçalo de Dume (Real 1990: 455 e 474). Embora pouco ou nada se conheça deste edifício, devido à solenidade da cerimónia de sagração, e porque no ano anterior recebera já um frontal de seda, *da largura da igreja*, a sua construção deveria estar muito adiantada (Almeida 1986: 76 e 2001: 107). Por esta altura tinha de ter pronta, pelo menos, a sua cabeceira e o coro e bem definido todo o seu corpo, já com as paredes exteriores algo levantadas.

Uma inscrição, embora muito fragmentada, inscrita em parte de um lintel, poderá comemorar a construção canónica da Sé de Braga, durante o episcopado de D. Pedro (Barroca 2000, II-I: 112-113):

[…] Huius⁞E(cclesie) (?)

A construção desta primeira igreja episcopal deve ter ficado concluída ainda em finais do século IX, ou pouco depois, uma vez que em 1102 S. Geraldo († 1108) recebeu e alojou nela D. Diego Gelmirez (Real 1990: 458). Mais, este mesmo santo Bispo bracarense preocupou-se em ampliar o conjunto episcopal com uma nova capela, dedicada a S. Nicolau, onde se fez enterrar (Almeida 2001: 107).

Coevo dos Condes D. Henrique e D. Teresa, este edifício assumiria já um importante lugar de destaque no panorama arquitectónico, além de que como Primaz do condado a dignidade do seu Prelado eram bem mais elevada que a de qualquer um arcebispo. São diversos os indícios documentais que atestam a existência deste edifício religioso, ao tempo da Reconquista (REAL 1990: 439). Para Manuel Luis Real é possível identificar sólidos vestígios da antiga cabeceira pré-românica, por baixo da capela-mor construída por D. Diogo de Sousa, entre 1505 e 1532. Assim sendo, defende o mesmo autor que a abside da basílica do período da Reconquista seguiria o mesmo traçado da capela do século XVI, cujos alicerces moçárabes são por esta aproveitados e cujo paralelismo pode ser encontrado na basílica dos finais do século IX de Santiago de Compostela (Idem: 441-442).

A ter existido, este edifício de finais do século XI terá certamente sido muito abalado por ocasião da discórdia entre a facção galaico-leonesa e a outra, que defende a autonomização do Condado Portucalense (REAL 2001: 33). Por volta de 1109-1110 ter-se-há interrompido a obra da catedral e esta foi, por então, muito danificada. A arqueologia parece dar testemunho da destruição sacrílega da cabeceira, através da existência de uma espessa camada de demolição (Idem e REAL 1990: 483).

Poucos anos depois, em 1118, D. Paio Mendes foi eleito bispo, inaugurando-se assim uma nova fase da história da diocese bracarense, muito embora ainda a tenha encontrado em condições muito precárias (REAL 1993: 483). No entanto, foi ainda durante o governo deste arcebispo, e que se prolongou até 1138, que se terá começado a construir o actual conjunto arquitectónico românico. D. Afonso Henriques (1143-1185) deu regalias e carta de couto a Braga, aludindo o diploma régio expressamente à edificação da Sé, *unde fabricatur ecclesia* (ALMEIDA 1986: 76). Mais, o rei *Conquistador* concedeu à Sé de Braga o direito de cunhar moeda para a fábrica da catedral (REAL 1974, 1: 122, nota 53). Deste modo, terá sido esta catedral solenemente sagrada por D. Paio Mendes durante o primeiro ou segundo quartel do século XII (Idem). Um documento de 1135 faz uma referência àquele que poderá ter sido o arquitecto da obra então iniciada ao tempo de D. Paio Mendes. Trata-se de uma carta de venda de um terreno a Nuno Paes, que o arcebispo lhe cede por uma quantia simbólica em paga dos serviços que este prestara à obra de Santa Maria de Braga (Idem).

Mas o que é certo é que o projecto então começado deve ter sido abandonado. Há notícias sobre a ocorrência de um terramoto em 1135 e que de certa forma poderá justificar tal facto (ALMEIDA 1986: 76). No entanto, existe um debate que coloca frente a frente duas teorias, uma defendendo que o edifício iniciado ao tempo de D. Paio Mendes deveria ser bastante ambicioso, enquanto que outra, pelo contrário, afirma que tendo em conta uma mais reduzida escala deste edifício, se pretendeu antes dar corpo a um outro, maior e mais a Sul.

Autores como Manuel Real (REAL 1974 e 1990) e Aarão Lacerda (LACERDA 1942) defendem que ao tempo de D. Paio Mendes (1118-1138) se pretendeu construir um edifício ambicioso, de maiores dimensões do que o actual. Este projecto do século XI contemplaria uma igreja basilical de cinco naves e com transepto formado por três, sobre o qual assentaria uma tribuna (REAL 1990: 457 e 462). Segundo Manuel Real, a cabeceira seria, também, de grande projecção, dotada de deambulatório e capelas radiantes. A esta primitiva cabeceira poderão ter pertencido alguns dos capitéis encontrados durante os restauros realizados pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) a partir de 1936 (FIGUEIREDO 2001:10) e agora guardados na parte superior do claustro (REAL 1990: 464). Também os arcos cegos que ladeiam a entrada do templo, a seguir ao portal, poderão ser vestígios remanescentes desta construção proto-românica. Assim sendo, para este autor há vários indícios que permitem concluir que em Braga terá existido a intenção de criar um centro de peregrinação, concorrente de Compostela (Idem: 462), processo que irá marcar decisivamente o curso da arte bracarense (REAL 2001: 33).

Como se vê, Manuel Real defende que o primeiro projecto da catedral obedeceu a um modelo semelhante ao dos grandes santuários de peregrinação, cuja planimetria poderá ter-

Braga's Cathedral
Opening Hours: 8.00 am-7.00 pm (Summer)
8.00 am - 6.30 pm (Winter)
Heures d'ouverture: de 8h00 à 19h00 (Été)
de 8h00 à 18 h 30 (Hiver)
Öffnungszeiten: 8.00 - 19.00 Uhr (Sommer)
8.00 - 19.30 Uhr (Winter)

se inspirado na basílica de Sainte-Foy de Conques (REAL 1990: 464 e 2001: 33). Todavia, a hipótese desta igreja ter sido inicialmente projectada para ter cinco naves não foi ainda comprovada por nenhum documento conhecido até hoje, não passando por isso ainda de uma mera conjectura (VASCONCELOS 1983: 723). Tal aspecto só poderia vir a ser esclarecido no caso de sondagens e escavações no terreno virem a revelar a existência de alicerces correspondentes a esse tipo de planta.

Os autores defensores deste projecto magnânimo acreditam ainda que pertenceria também a este conjunto o absidíolo localizado no exterior, encostado ao extremo Norte do transepto e junto à capela de São Geraldo. Todavia, este elemento, além de fazer parte de um projecto abandonado, tem aspecto arcaico tanto na planta, que é ultrapassada, como na sua arcada peraltada e ainda em certas imperfeições construtivas, desde as bases aos capitéis e impostas (ALMEIDA 1986: 76). Mas, para Carlos Alberto Ferreira de Almeida estamos diante de uma obra num românico já perfeitamente assumido (Idem: 70), pertencente a uma construção anterior, antes abandonada porque se pretendeu fazer uma construção maior. Assim, optou-se por edificar a actual igreja catedralícia um pouco mais para Sul, ficando este absidíolo de fora e em boa hora respeitado, por ter sido adaptado a igreja. Segundo Ferreira de Almeida, o projecto românico então concretizado seria mais grandioso que os dois anteriores. Vários

aspectos concorrem para justificar tal tese e refutar, simultaneamente, a que defende que a igreja já começada estava projectada para cinco naves e sete capelas na cabeceira (ALMEIDA 1978: 201). Em primeiro lugar, a obra de D. Pedro e de S. Geraldo é que era proto-românica, enquanto que o segundo projecto, de que fazia parte a oussia que hoje se encontra ao lado da actual cabeceira da catedral, atribuível ao tempo de D. Paio Mendes, projectava antes um edifício que se localizava a Norte da actual Sé.

A segunda metade do século XII mostra-nos ter sido um período muito activo na fábrica da catedral bracarense, embora não se possa precisar o momento preciso em que ocorreu o abandono do projecto inicial. O Bispo D. João Peculiar († 1175) recebeu ordens de D. Afonso Henriques para confirmar que a terça parte dos bens que lhe haviam sido dados pela coroa passavam para o Cabido, ficando os cónegos obrigados a um terço das despesas da fábrica da Sé (REAL 1974, 1: 122-124, nota 53). O testamento deste monarca, datado de 1179, contempla a obra da catedral com mais quinhentos morabitinos (ALMEIDA 1986: 76; REAL 1990: 485). Também D. Sancho I (1185-1211) legou à Sé de Braga, em testamento datado de 1210, dois mil morabitinos, quiçá para a sua fábrica (REAL 1974, 1: 122-124, nota 53). Certamente que a fábrica da catedral românica de Braga ainda não estaria concluída por então. Tal facto é bem possível se tivermos presente o carácter moroso da construção românica, além de que

vai de encontro com o estilo apresentado pelos seus portais que ou são de finais do século XII ou são de inícios do século XIII (ALMEIDA 1986: 78 e 2001: 109). No entanto, não pode ser ignorado o grande ar de família revelado nas diversas bases e capitéis das parcelas mais antigas, certamente fruto de uma mesma geração (ALMEIDA 2001: 109). Possivelmente, estes elementos pertencem à primeira fase das obras da catedral e em parte reaproveitadas quando o projecto da igreja se deslocou para Sul.

Todavia, as transformações sofridas pelo actual edifício ao longo dos séculos tornam impossível o exame de todos os seus paramentos, criando dúvidas significativas quanto às etapas e datações do que hoje aí existe (ALMEIDA 1978, 2: 200-201). Mas a sua planta românica ainda é bem perceptível, composta por três naves, transepto saliente de uma só nave (embora posteriormente modificado) e cabeceira composta por cinco capelas rectangulares, também elas bastante transformadas. Tanto o transepto, como as naves, formadas por seis tramos, apresentam arcos diafragma arcaizantes, a sustentar a cobertura de madeira, e que irão fazer escola na diocese bracarense. Os pilares polistilos do interior do edifício, dotados alguns deles com capitéis historiados, remetem-nos para a primitiva origem românica desta catedral.

A fachada principal, bastante transformada durante a época Moderna, conserva ainda, ao nível do portal, significativos vestígios românicos. Tratam-se de duas arquivoltas que foram mantidas por ocasião da transformação realizada pelo Bispo D. Diogo de Sousa, quando se retiraram à sua composição primitiva outras duas arcadas e o parte-luz (ALMEIDA 1976: 77). Mesmo assim, estamos diante de um bom conjunto escultórico românico e, como vamos ver, fez escola. Os capitéis têm uma grande originalidade, quer na modelação do cesto, quer na organização decorativa da sua temática vegetal, muito geométrica. Para Ferreira de Almeida este modelo de capitéis constitui um epílogo de toda uma série desenvolvida neste estaleiro, na qual, por cima do habitual cesto arredondado, decorado com volutas, se mostra a reserva de uma parte superior, quadrangular e ao modo de imposta, onde se autonomiza uma decoração de sentido horizontal (ALMEIDA 2001: 109).

Sobre este corpo corre uma imposta onde vemos bem delineado o tema das chamadas palmetas bracarenses –ou corações invertidos– e que tanta divulgação teve no românico do Entre-Douro-e-Minho, percorrendo longas distâncias e indo mesmo além das "fronteiras" do foco bracarense. Este motivo resulta da simplificação da palmeta de tipo clássico, resumindo-se apenas ao seu contorno externo. Recorde-se aqui que os vários dialectos não são estanques em si próprios, havendo antes uma profusa e produtiva inter-relação entre eles, resultando na troca de influências e, ainda, na circulação de artistas.

As duas arcadas românicas que ainda sobrevivem neste portal tão híbrido destacam-se não só pela sua boa escultura, mas também pela forma como a figuração dos corpos dos animais foi composta. Assim, as aves e quadrúpedes foram esculpidos no perímetro das aduelas, cuja superfície foi cavada para relevar a figuração dos seus corpos, ficando um bordo contínuo sobre a esquina (ALMEIDA 1986: 77 e 153-154). Assim, nas duas faces das aduelas vemos composições simétricas e antitéticas, com os animais a unirem a cabeça sobre a esquina da arcada. Tratam-se de esquemas ornamentais mais adequados aos cestos dos capitéis e que foram transpostos para as aduelas das arquivoltas.

Na arcada interior, os animais surgem afrontados, sob um fundo de folhagens. Este esquema aparece também em São Pedro de Rates (Póvoa de Varzim), ao nível da arquivolta do portal principal onde surge um Apostolado cujas figuras aparecem sobre um fundo de folhagens (ALMEIDA 1978, 2: 202). Todavia, por serem as folhagens de Braga mais estilizadas que as de Rates, poderão ser por isso mais tardias. Mas o que é de realçar é que este modo tão particular de tratar a escultura das aduelas vai-se expandir através do eixo de influência criado por Braga-Rates, repercutindo-se na composição de toda uma série de portais de igrejas como a de São Romão de Arões (Fafe), a de Vilar de Frades (Barcelos) ou a da Torre de São Salvador de Travanca (Amarante).

O portal lateral Sul, mais conhecido como Porta do Sol, é outro mostruário temático da ornamentação do românico rural da região e, juntamente com o portal axial, um ponto referencial para a definição da dialectologia do românico bracarense (Almeida 1986: 68). Este portal estaria inicialmente posicionado ao nível do transepto da igreja, tendo sido primeiro mudado mais para baixo do primitivo lugar, ao tempo de D. João Martins Soalhães (1313-1325). Por ocasião da edificação da actual sacristia em 1780 foi novamente transferido para o local onde actualmente se encontra (Barreiros 1999: 33). Exemplo sublime da perfeição a que chegou o românico nacional (Real 1974, 1: 71), este portal acusa uma oficina mais ecléctica que a do axial e com mais relações com o românico da região (Almeida 2001: 109).

O tímpano ostenta uma cruz pátea vazada, cingida por laçaria, e é envolvido por três arquivoltas, ornadas com ovas, rosetas e motivos encadeados. Os capitéis, onde vemos motivos vegetalistas, fitomórficos e animalistas, representam uma oficina de gosto mais refinado e ecléctico que o das oficinas anteriores (Santos 1955:52). Repare-se, ainda, no carácter delicado do talhe destes capitéis, cuja escultura se prende bem mais ao cesto do que nos do portal principal. Também estas características vão de encontro a uma cronologia algo tardia, sendo que é possível que este portal date já de inícios do século XIII.

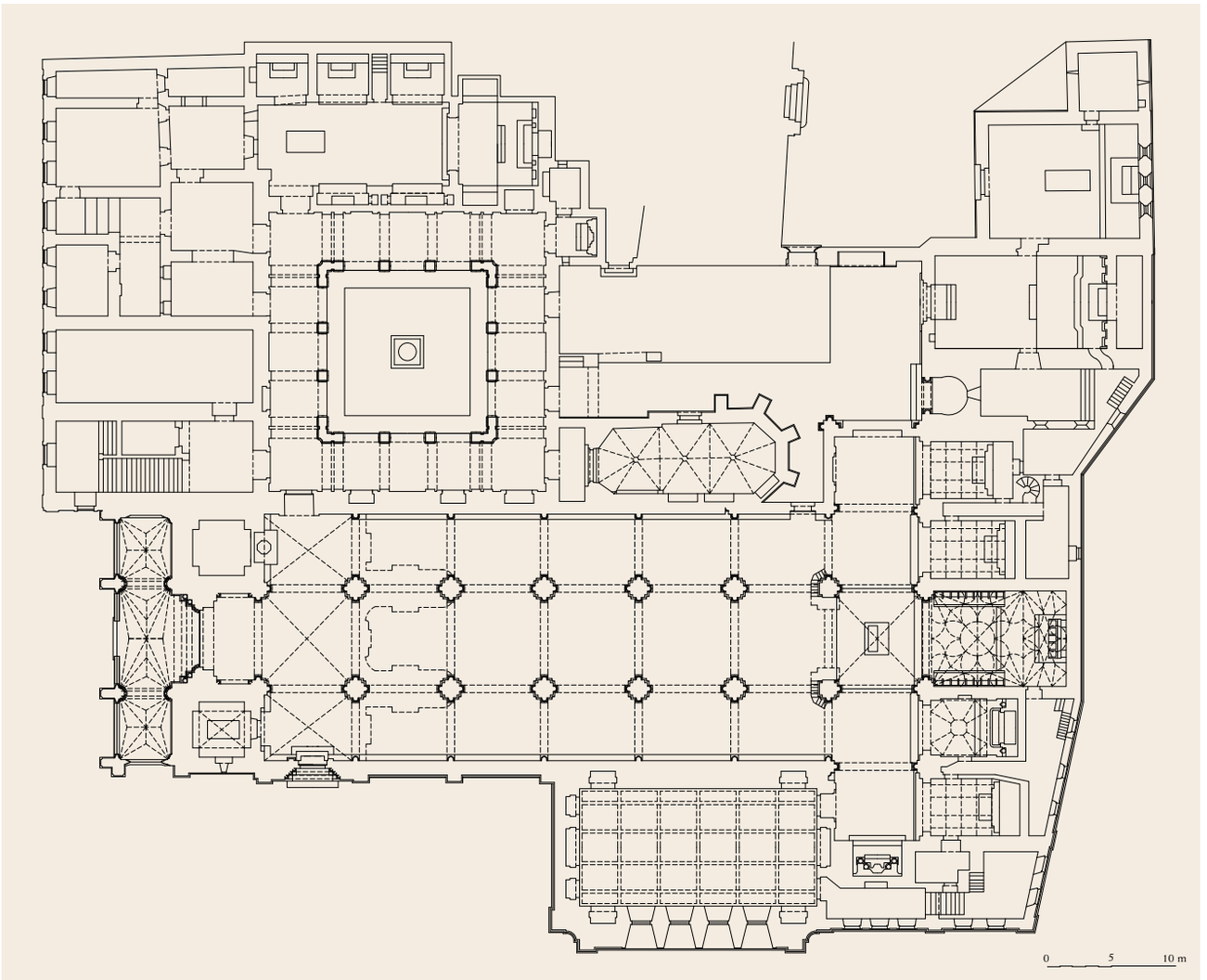
De um modo geral, os portais da Sé de Braga são tardios (Almeida 1978, 2: 201). Há que ter em conta toda a transmissão, aceitação e evolução que acusam, assim como o facto de aplicarem nas aduelas uma decoração própria de capitéis. As bases das colunas são baixas e muito espalmadas e as impostas, com o tema da palmeta estilizada, apresentam apenas o seu

contorno externo (enquanto que no portal Sul de Rates, naturalmente anterior, ainda surgem definidas as folhas interiores).

Em suma, cremos que ficou bem demonstrada a importância histórico-artística que a catedral de Braga teve ao longo dos séculos, com particular destaque para o período de afirmação do românico em Portugal. Enquanto igreja Primaz, este edifício tornou-se um centro de especiais atenções (recorde-se os constantes benefícios proporcionados por D. Afonso Henriques) e, consequentemente, converteu-se num importante foco criador de um dialecto muito próprio, num estaleiro formador de artistas, enfim, num significativo meio de irradiação de influências.

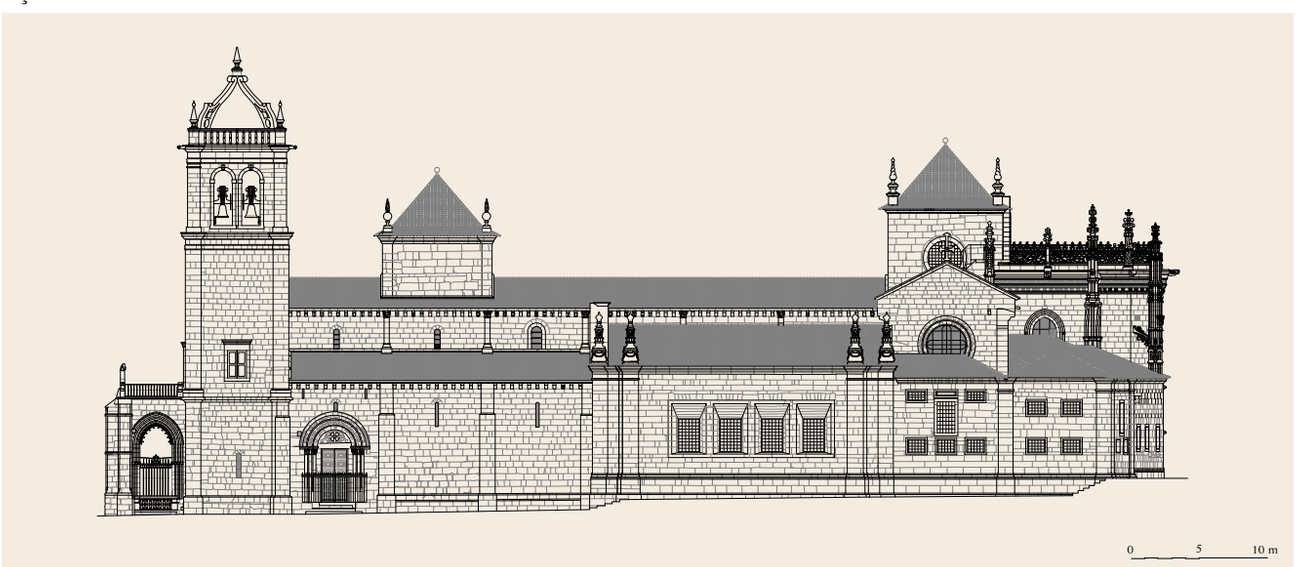
Apesar de profundamente transformada pela vontade dos séculos, a Sé de Braga continua a ser um monumento que ocupa um lugar de destaque no românico português, quer pela qualidade estrutural e plástica dos elementos românicos remanescentes, quer pelos debates gerados em torno das suas várias fases construtivas, quer, simplesmente pelo facto de ser o edifício que encabeça um dos mais ricos focos do românico luso.

Texto: Maria Leonor Botelho - Planos: Miguel Tomé - Fotografias: Michael Schlapkohl



Planta

Alçado sul



BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *Arquitectura Românica de Entre Douro e Minho*, Porto, 1978, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2 vols., texto dactilografado.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *O românico*. *História da Arte em Portugal*, vol. 3, Lisboa, Publicações Alfa, 1986.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *O Românico*. *História da Arte em Portugal*, vol. 1, Lisboa, Editorial Presença, 2001.

BARREIROS, P. Manuel d'Aguiar, *A Cathedral de Santa Maria de Braga. Estudos criticos archeologico-artisticos*, Reedição facsimilada incluída nas comemorações do IX Centenário da dedicação da Catedral de Santa Maria de Braga, S.L., Sólivros de Portugal, 1999.

FIGUEIREDO, Paula (actualização), "Sé de Braga" (Nº IPA: PT010303520005), 2001, in *Inventário do Património*, URL: www.monumentos.pt

LACERDA, Aarão, *História da Arte em Portugal*, Porto, Portucalense Editora, S.A.R.L., 1942, vol. I.

REAL, Manuel Luis, "O projecto da Catedral de Braga, nos finais do século XI, e as origens do românico português", in *Actas do Congresso Internacional Comemorativo do IX Centenário da Dedicação da Sé de Braga. Volume I. O Bispo D. Pedro e o Ambiente Político-Religioso do Século XI*, Braga, Universidade Católica Portuguesa e Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1990, pp. 435-489.

REAL, Manuel Luis Campos de Sousa, *A Arte Românica de Coimbra (Novos dados - Novas Hipóteses)*, Dissertação de Licenciatura em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1974, 2 volumes (texto dactilografado).

REAL, Manuel Luis, "O românico português na perspectiva das relações internacionais", in VALLE PÉREZ, Xosé Carlos e RODRIGUES, Jorge, *Románico en Galicia Y Portugal/Românico em Portugal e Galiza*, Catálogo da Exposição A Arte Românica em Portugal, Edição trilingue em espanhol, português e inglês, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Fundación Pedro Barrié de la Maza, 2001, pp. 30-55.

SANTOS, Reynaldo dos, *O Românico em Portugal*, Fotografias de Mário Novais, Lisboa, Editorial Sul, 1955.

VASCONCELOS, Flórido de, "O Românico em Portugal", in SARAIVA, José Hermano, *História de Portugal*, Lisboa, Publicações Alfa, 1983, vol. 1, pp. 721-737.

Bragança

Domus Municipalis

Domus Municipalis

DENTRO DOS MUROS da antiga Cidadela da cidade de Bragança, no Terreiro do Castelo, encontramos a chamada *Domus Municipalis*, os antigos Paços Municipais da cidade.

Situada no alto da colina da Nossa Senhora do Sardão, a Cidadela de Bragança é um dos núcleos amuralhados mais harmoniosos e bem preservados de Portugal. A cerca de 700 m de altitude, a cidade de Bragança surge encaixada nas montanhas do nordeste transmontano (ALMEIDA 2006: 92). Tendo assumido um lugar de destaque durante a ocupação romana, a velha *Brigantia* foi então baptizada de *Juliobriga* (ALMEIDA 2006: 92) ou *Juliografia* (AA. VV. 1995: 924) pelo imperador Augusto (63 a.C.-14 d.C.), em homenagem ao seu tio Júlio César (100 a.C.-44 a.C.).

Todavia, esta cidade foi alvo de destruições e saques durante a chamada época da Reconquista, em que as lutas entre cristãos e muçulmanos eram bem acesas. Assim, em 1130, D. Fernão Mendes, cunhado de D. Afonso Henriques (1143-1185), reconstruiu-a, no lugar de Benquerença, propriedade dos frades do mosteiro beneditino de Castro de Avelãs e que, em troca, receberam as vilas de Pinela (Bragança) e Santulhão (Vimioso). Este Fernão Mendes, o célebre *bragancão*, cabeça da uma das cinco grandes linhagens medievais portuguesas, foi durante todo o reinado do *Conquistador* senhorio desta extensa região fronteiriça do novo reino Portucalense e do reino de Leão (AA.VV. 1995: 924). Todavia, com a morte deste poderoso rico-homem, cunhado e aliado de D. Afonso Henriques, entrou novamente Bragança numa outra fase de instabilidade perante a ausência de descendência na governação desta tenência.

Foi então que em 1187, D. Sancho I (1185-1211) concedeu a Bragança o seu primeiro Foral com o intuito de assim promover a consolidação da linha fronteiriça com a Galiza através dum incentivo ao seu repovoamento. Devemos ao segundo rei de Portugal a fixação definitiva do nome deste burgo como *Bragança* (AA.VV. 1995: 924). Também por então mandou o monarca erguer o castelo para defesa de toda esta zona (AA.VV. 1995: 924). Quase um século depois, D. Dinis (1279-1325) mandou erguer nova linha de muralhas e que foram ainda restauradas ao tempo do rei D. Fernando (1367-1383) e ampliadas por D. João I (1385-1433) (ALMEIDA 2006: 92).

Esta zona alta da cidade de Bragança mantém ainda a sua traça de burgo medieval, composta por ruas estreitas e tortuosas no interior da Cidadela, onde se destaca o volume da torre de menagem. Todavia, em inícios do século XX, houve todo um arranjo urbanístico em torno da antiga igreja de Santa Maria e da *Domus Municipalis* que rasgou um amplo terreiro na malha urbana de raiz medieval. De facto, na década de 1930 esta política de criação de esplanadas monumentais foi muito comum em Portugal, surgindo em consonância com as intervenções de restauro então vigentes e que por então alcançaram uma amplitude nunca antes vista. A política seguida vinha na linha do pensamento do urbanista Gustavo Gionnavoni (1873-1947) e que defende o saneamento e restauro das áreas urbanas históricas, através de demolições parciais e controladas de elementos degradados e postiços (as chamadas "superfetazioni") e aplicando ao tecido histórico os princípios modernos de higiene e funcionalidade (BOTELHO 2006: 126). É extremamente significativa a interferência das transformações urbanísticas contemporâneas sobre a legibilidade que actualmente temos do património edificado. Se a *Domus Municipalis* aparecia como que timidamente submersa no casario, hoje podemos desfrutar da sua quase

tímida monumentalidade a partir dos mais diversos ângulos criados pela abertura da esplanada envolvente. Monumentalidade que em muito resultou também das intervenções de restauro realizadas um pouco pela mesma época…

Há que debater desde já algumas polémicas associadas a este Monumento Nacional. Estas vão desde a sua designação comum –*Domus Municipalis*–, à sua cronologia e enquadramento estilístico. Vejamos então cada uma delas.

De um modo geral, este edifício tem sido identificado através da denominação latina, *Domus Municipalis*, que também aqui a assumimos por ser a mais comum e aquela que conheceu maior divulgação. Todavia, trata-se de uma designação estranha à nossa Idade Média (BARROCA 2002: 146) e que foi atribuída a este edifício em finais do século XIX (ALMEIDA 2006: 99) ou mesmo durante o século XX (BARROCA 2002: 146), talvez no sentido de lhe conferir uma mais nobre importância histórica, fruto do mito do municipalismo, tão poderoso nos finais de oitocentos (ALMEIDA 1986: 42). Sabe-se que, por tradição lendária, os habitantes de Bragança, durante muito tempo acreditaram que este edifício dos *Paços do Concelho* poderia ter sido construído durante a ocupação Romana da cidade. Talvez esta designação latina tivesse sido entendida, e aceite, como um elo mais forte a esta tradição conferindo-lhe assim ares mais verosímeis.

Há ainda sérias dúvidas quanto ao objectivo que determinou a construção deste monumento. É disso testemunha a sua dupla função, de cisterna e de casa de reunião pública. O facto de a 25 de Dezembro de 1503 este edifício surgir referido como *cisterna* pode ser um indício da sua primeira e principal função. Nesta data reuniram-se neste local os representantes do concelho com o intuito de celebrar um contrato (BOLETIM 1936: 9). Tal facto também nos permite questionar abertamente se a cisterna do piso inferior do monumento não poderá ter uma cronologia bem anterior à sala de reuniões que foi construída sobre esta. Existindo já a robusta cisterna poderá ter-se pensado numa época posterior em edificar sobre ela uma estrutura monumentalizada e que fornecesse um abrigo às reuniões do senado, aproveitando-se assim as fundações já existentes? Será possível ainda, que numa época bem mais tardia, se tivesse optado por uma linguagem plástica mais concordante com a que existia já na cisterna, optando-se então por uma estética de compromisso? É já bem conhecida a longa perduração do românico em Portugal, havendo mesmo testemunhos do chamado *românico de resistência* datáveis do século XVI. A resposta a todas estas questões poderá vir a explicar toda a série de debates que se têm desenvolvido em torno deste edifício, nomeadamente no que toca à sua cronologia e classificação estilística.

De um modo geral, considera-se bem tardia a edificação deste testemunho de arquitectura civil, único no seu género em toda a Península Ibérica. Embora a maior parte dos autores considere a *Domus* como sendo uma edificação românica, mais recentemente diversos autores têm afirmado estarmos diante de um monumento construído em pleno período gótico (ALMEIDA 2001: 150; BARROCA 2002: 146).

Vários aspectos concorrem para colocar a construção deste edifício em finais do século XIII ou inícios do século XIV. Em primeiro lugar, a própria história de Bragança talvez não permitisse conceber a iniciativa desta construção em épocas anteriores (BARROCA 2002: 147). Recordemos as tentativas de fixação de população acima referidas feitas pelos monarcas portugueses durante a primeira metade do século XIII, assim como a necessidade comprovada de ampliação das muralhas urbanas sentidas em inícios do século XIV. Cremos que só após a estabilização populacional e a concreta definição de um perímetro urbano seria possível a uma cidade fronteiriça construir um edifício desta dimensão e com esta dupla função. Também alguns aspectos estilísticos apontam para uma cronologia tardia, de que são exemplo a decoração dos modilhões, as pontas de diamante de algumas aberturas e a própria organização das janelas (ALMEIDA 1986: 142).

Alguns autores têm colocado a fundação deste monumento no reinado de D. Sancho I, ou seja, entre 1185-1211 (LACERDA 1929: 640). Tal deve-se ao facto de existir um escudo de

cinco quinas esculpido num dos modilhões do interior e muito semelhante às armas deste monarca. Foi este monarca que adoptou pela primeira vez, para o seu escudo de armas, os cinco escudetes azuis em campo de prata, dispostos em cruz os dos flancos deitados e apontados ao centro. Cada escudete era semeado com um número elevado e indeterminado de besantes de prata. Sobre a origem e simbolismo destes escudetes existem muitas teorias. Segundo as duas mais conhecidas, os escudetes aludem às cinco feridas recebidas por D. Afonso Henriques na Batalha de Ourique ou às cinco chagas de Cristo. Há ainda uma outra lenda que alude que do escudo que D. Sancho I recebera do pai, com a sua cruz azul, à qual sobrepusera os besantes, nada mais restava que os pregos que representavam os dinheiros e pequenos pedaços de tecido azul a eles pegados, dando assim a impressão dos cinco escudetes de quinas que ainda hoje a bandeira possui.

Independentemente da origem deste símbolo heráldico, o que é certo é que este aparece no modilhão da *Domus Municipalis*, embora os escudetes dos flancos estejam aqui apontados para o exterior e não para o centro, como na pedra de armas de D. Sancho I. Todavia, um aspecto muito significativo da sua composição tem passado despercebido. Trata-se da bordadura envolvente rectangular e terminando em cunha que delimita o conjunto dos escudetes. Esta bordadura surgiu apenas no reinado de D. Manuel I (1425-1521), sendo posteriormente substituída pelo chamado *escudo português*, rematado por um fundo redondo. Assim sendo, cremos ter aqui uma prova evidente de estarmos diante de um símbolo heráldico que por ter sido esculpido numa época bem posterior poderá ter por detrás de si uma vontade clara de fazer recuar a cronologia da sua edificação.

Mas o que é certo é que até que apareçam provas documentais concretas que aludam de forma evidente à data de edificação deste exemplar de arquitectura civil medieval (cremos ser melhor relativizar a sua época de construção), nada apode ser afirmado com certeza. Tudo o que for dito não irá mais além de meras possibilidades e conjecturas. Mais, como veremos mais adiante, a todos estes aspectos ligados à designação, funcionalidade e cronologia do edifício em estudo, acresce a profunda transformação de que este foi alvo, por ocasião do *restauro* aí realizado durante a primeira metade do século XX.

Estamos, pois, diante de uma edificação constituída por dois espaços distintos e que se sobrepõem na sua planta em forma de pentágono, ligeiramente irregular. Deste modo no piso inferior encontra-se a cisterna e que terá sido certamente a motivação e funcionalidade primeira deste edifício (ALMEIDA 1986: 142). Tal facto levou a que este edifício também fosse popularmente designado de *Casa* ou *Sala da Água* (ALMEIDA 2006: 99; AA.VV. 1995: 949), denominação que cremos ser talvez mais apropriada apesar de dificilmente vir a ser adoptada. A cisterna trata-se de uma estrutura rectangular de notáveis dimensões com abóbada de berço apoiada sobre três arcos torais, ligeiramente abatidos. O seu piso apresenta-se, ainda, inclinado e foi aí encontrada uma nascente de água, no ângulo noroeste e a pequena profundidade (LACERDA 1942: 263). Também para este espaço eram canalizadas as águas pluviais dos telhados.

Estamos, pois, diante de uma edificação robusta de cantaria que, pela sua notoriedade arquitectónica veio a ser adaptada, naturalmente através de transformações da sua fisionomia, a espaço de reunião do Senado. Alguns autores colocam tal adaptação no século XVI (AA.VV.

1995: 949), o que, de certa forma, vai de encontro àquilo que foi dito a propósito do carácter tardio do escudo que surge num dos modilhões do interior do edifício.

Foi sobre a abóbada da *sala da água* que foi edificado o espaço para reuniões do antigo Senado municipal. Para tal, o seu extradorso foi habilmente planificado no sentido de ser adaptado a pavimento lajeado da ampla sala do piso superior. Neste salão de grandes dimensões encontramos ao longo das paredes uma *sedia*, uma bancada também em granito, destinada aos membros do conselho municipal. Interiormente uma cornija, sustentada por 53 modilhões –entre alguns modilhões historiados está o escudo de armas acima referido–, serve de suporte à cobertura. Em madeira, a estrutura de vigamentos e telha é obra do restauro que na década de 1930 foi feito neste edifício pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) (BOLETIM 1936).

Quando esta Direcção-Geral decidiu tomar a seu encargo o obra de restauro deste exemplar arquitectónico encontrou quase todos os arcos que iluminam o interior da sala de reuniões entaipados e alguns deles rasgados em grandes janelas de sacada ou, mesmo, em portas de acesso ao interior. Tal poderá ter ocorrido em pleno século XVII quando se adaptou esta construção a casa de habitação particular, tendo-se ainda dividido o espaço do piso superior em duas salas (BOLETIM 1936: 19). A estes aspectos acresce um relativo estado de abandono em que o edifício foi encontrado (AA.VV. 1995: 949). Deste modo, o edifício encontrado pelos técnicos da DGEMN estava substancialmente adulterado no seu aspecto geral, se tivermos em conta aquilo que este poderia ter sido em tempos, na sua origem.

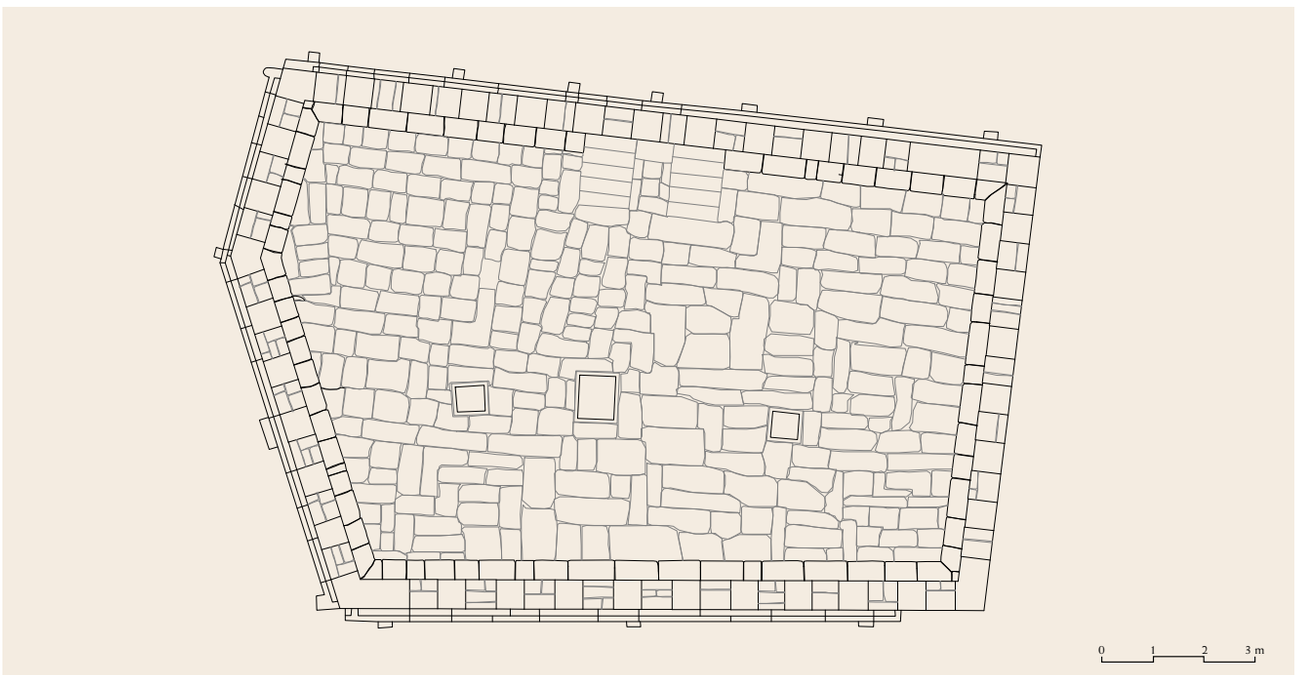
Assim, foi com base nestes pressupostos que a DGEMN converteu aquilo que considerou uma *ruína lamentável* num *monumento vivo, estética e materialmente são, preparado para afrontar com nobreza um novo período da sua existência multissecular* (BOLETIM 1936: 22). Foram, pois, de grande alcance os trabalhos realizados durante a intervenção de restauro (BOLETIM 1936: 25-28), tendo deles resultado seguramente a actual fisionomia da *Domus Municipalis* de Bragança.

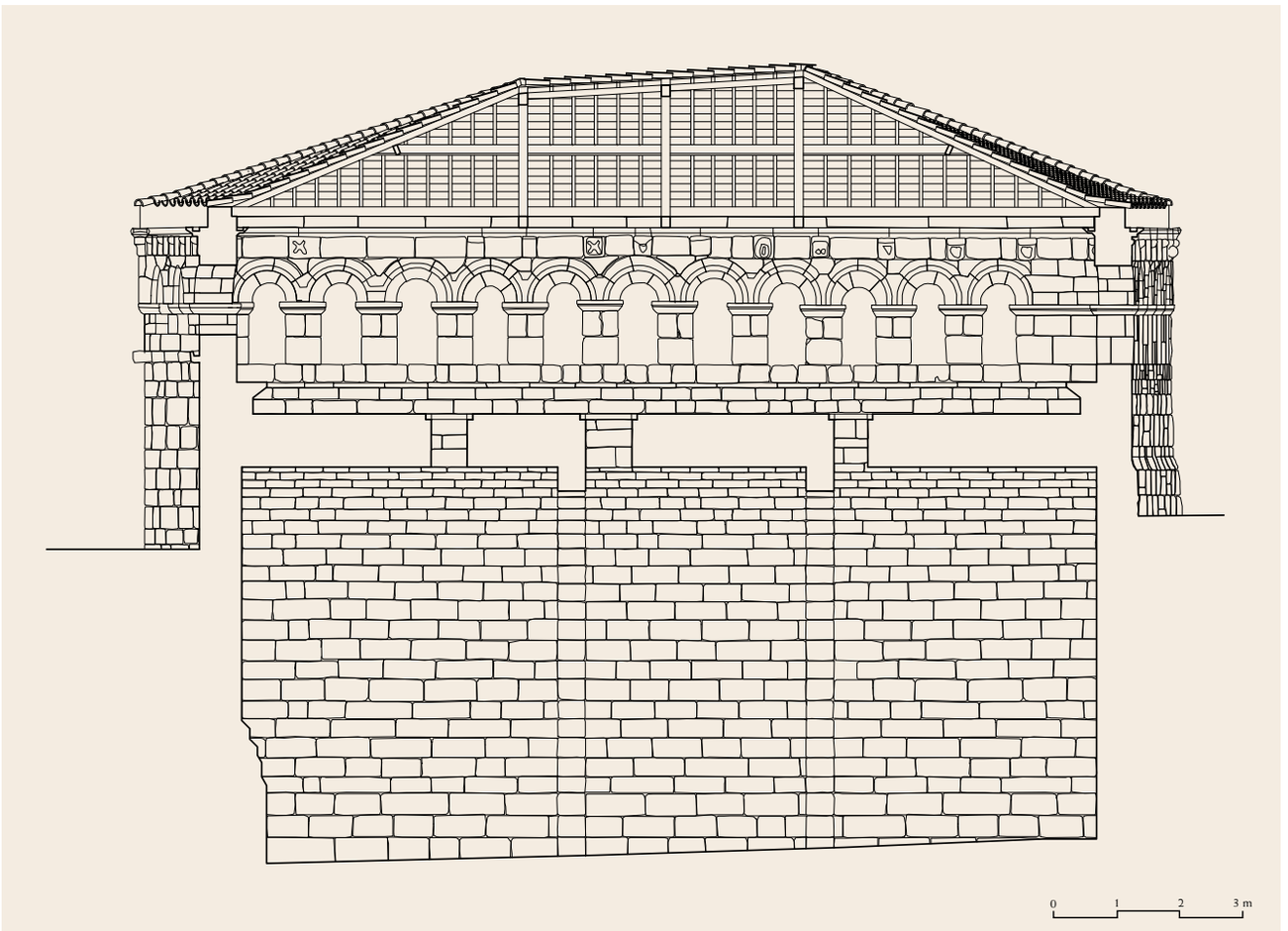
Após esta intervenção foi afirmada a projecção horizontal desta edificação, marcada pela série contínua de grandes janelas, em arco de volta perfeita, que se desenvolve nas cinco faces do edifício. É através desta série de janelas de moldura lisa que a sala de reuniões do Senado recebe a sua iluminação natural. Mas, as sete janelas da fachada Este, de menores dimensões que as restantes, possuem ainda interiormente uma arquivolta com ornatos em forma de "X".

Quer estejamos diante de uma cisterna coroada por uma arcada monumental que forma a Casa do Senado, quer estejamos diante de uma edificação construída numa Idade Média já avançada e profundamente transformada durante o século XVI, o que é certo é que estamos diante de um raro testemunho de arquitectura civil na Península Ibérica. Quer seja em estilo românico ou gótico, quer seja fruto de uma estética algo resistente construída em pleno período gótico, o que também é significativo é que estamos diante de uma estrutura monumental, mais pela obra de engenharia que encerra no seu interior do que propriamente pelo espaço que a coroa. A *Domus Municipalis* de Bragança, fruto do já referido aceso municipalismo de finais do século XIX, tem vindo a ser glosada pelo ser um espaço de reunião do conselho municipal, dando-se pouca importância ao facto de abrigar no seu interior uma cisterna, de ser uma *Casa da Água*. Cremos, antes, que esta constitui o mais importante espaço desta edificação. Tal facto não se deve apenas à sua funcionalidade, mas talvez antes às suas intrínsecas qualidades arquitectónicas que se mostraram de tal maneira consistentes e robustas que se tornou possível que sobre a sua abóbada se viesse a construir uma sala de reuniões, monumentalizada pela arcaria que a ilumina em toda a sua volta…

Texto: Maria Leonor Botelho - Planos: Pedro Azevedo - Fotografias: Michael Schlapkohl e Jaime Nuño

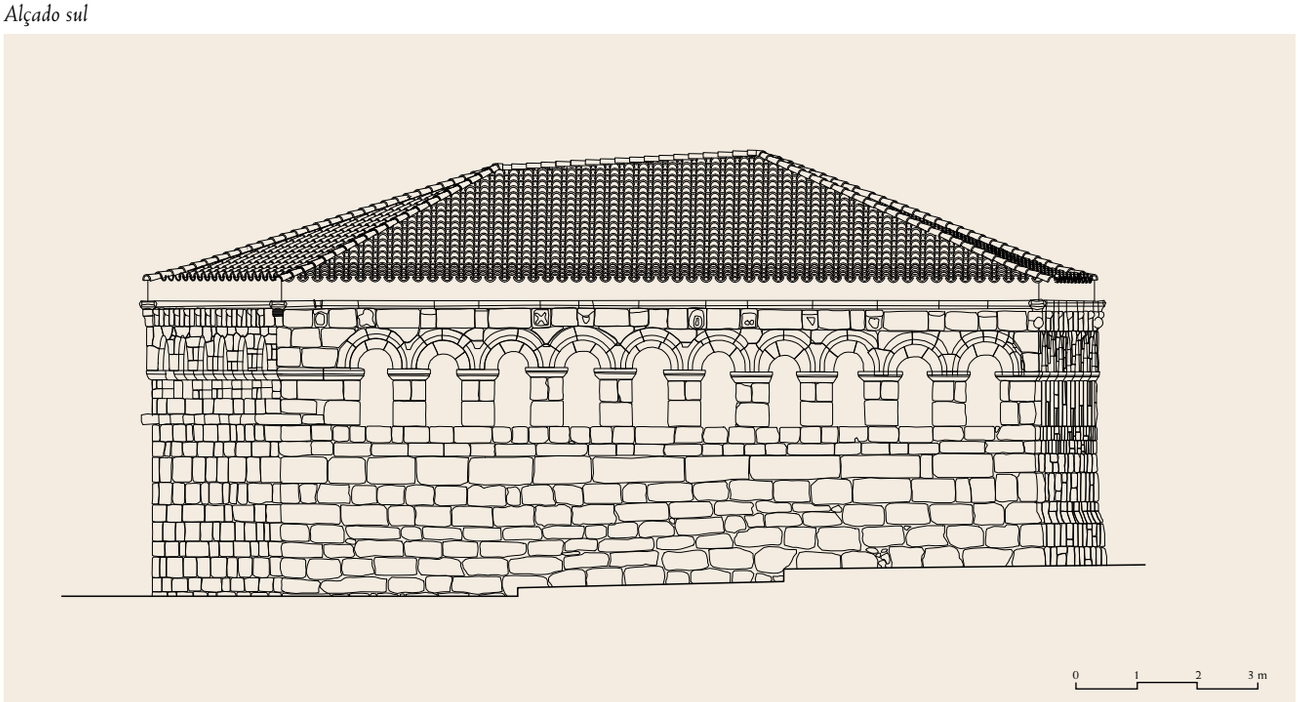
Planta





Corte longitudinal

Alçado sul



BIBLIOGRAFIA

AA.VV., *Trás-os-Montes e Acto-Douro. I. Vila Real, Chaves e Barroso*, Guia de Portugal, 3ª Edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1995, vol. 5º.

ALMEIDA, Álvaro Duarte de e BELO, Duarte (coord.), *Portugal Património. Guia - Inventário*, volume II, Vila Real, Bragança, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de e BARROCA, Mário Jorge, *O Gótico. História da Arte em Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, 2002.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *O românico. História da Arte em Portugal*, vol. 3, Lisboa, Publicações Alfa, 1986.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *O Românico. História da Arte em Portugal*, vol. 1, Lisboa, Editorial Presença, 2001.

BOLETIM da DGEMN, *"Domus Municipalis" de Bragança*, nº 4, Junho, 1936.

LACERDA, Aarão de, "Arte", in PERES, Damião (dir. literária) e CERDEIRA, Eleutério (dir. artística), *História de Portugal*, edição Monumental comemorativa do 8º Centenário da Fundação da Nacionalidade, Porto, Portucalense Editora, Lda., 1929, vol. II, pp. 616-708.

LACERDA, Aarão, *História da Arte em Portugal*, Porto, Portucalense Editora, S.A.R.L., 1942, vol. I.

Coimbra

Igreja de Santiago

Igreja de Santiago

A IGREJA DE SANTIAGO DE COIMBRA tem vindo a ser contemplada como a última igreja do românico coimbrão ou, talvez seja melhor, um testemunho de um românico já muito amadurecido. Todavia, considera-se que o actual edifício veio substituir um outro bem anterior e que se encontraria no mesmo local.

A sua fundação tem sido atribuída a D. Fernando Magno de Castela (1016-1065) num voto de agradecimento ao Apóstolo Santiago pela dura reconquista de Coimbra em 1064. Após longos meses de cerco à cidade do Mondego, Fernando Magno entrou triunfalmente na Medina da cidade vencida dois dias após a sua tomada, no dia 25 de Julho, dia consagrado a Santiago (MONTEIRO 1951: 10-11). Tal facto poderá estar na origem da localização deste edifício. No extremo noroeste do começo do acidente onde assentava o primeiro circuito das muralhas defensivas da cidade, a curtos passos da sua porta principal (Idem: 11), foi então edificada uma igreja, certamente moçárabe, de reduzidas dimensões. No entanto, não sabemos seguramente se esta igreja foi construída de raiz ou se resultou de uma reconstrução de um edifício anterior, à qual se também seguiu uma nova consagração. Sabe-se que no século X existiu neste local, designado de *Coruche*, uma igreja dedicada a S. Cucufate (ALARCÃO 2008: 150) ou sob a invocação de Santa Cristina (REAL 1974, I: 96). Esta reconstrução do período condal é-nos testemunhada por vestígios de um capitel (REAL 1974, I: 96-97).

Data de 1094 a primeira referência à igreja de Santiago, no chamado *Livro Preto* da Sé Velha de Coimbra (Rossa 2001: 283). Em 1138 a carta de demarcação da freguesia de Santa Cruz menciona também a igreja de Santiago (GONÇALVES 1938: 122). No entanto, cremos que estas primeiras referências documentais relativas à existência em Coimbra, neste local, de uma igreja dedicada ao Apóstolo da Espanha, aludem ao edifício anterior ao actual. Em 1117, por ocasião de um ataque ou cerco Almorávida, e ao contrário daquilo que terá ocorrido com as igrejas da Almedina, a igreja de Santiago poderá ter sofrido consideráveis estragos (ROSSA 2001: 283). Tal facto poderá ser uma das causas que terá justificado a reconstrução desta igreja durante a época românica.

Registam-se em Coimbra alguns dos mais precoces testemunhos do românico português, datáveis já do século XI, de que é exemplo S. João de Almedina. Nesta cidade detectam-se toda uma série de "sintomas de precocidade" que justificam o desenvolvimento do românico coimbrão, mas também que explicam o carácter internacional que este veio a adquirir no panorama do românico português (REAL 1974, I: 25). Coimbra surge como um dos núcleos portugueses onde o carácter internacional se manifesta com maior consistência. Por um lado, as naturais e intensas relações da corte aí sediada já ao tempo de D. Afonso Henriques (1143-1185) com a região da Borgonha, por outro a identificação documental, também no chamado *Livro Preto* da Sé-Velha de Coimbra, de artistas cujos nomes –Roberto e Bernardo– atestam uma origem franca, assim como a notícia da colaboração de artistas de origem moçárabe, entre outros factores, concorrem para afirmar o carácter internacional do românico coimbrão. E este carácter internacional assume uma extrema originalidade pela forma como cozinhou as diversas influências, vindo o românico coimbrão a constituir ele próprio uma fonte prestigiante a nível nacional, irradiando assim as influências estrangeiras (agora filtradas e sujeitas a novas interpretações) para o norte do País.

A estes aspectos há que acrescentar a profunda unidade encontrada nos monumentos românicos desta cidade que, desde Santa Cruz, passando pela Sé-Velha e até Santiago, assumem uma unidade estilística singular, fruto não só da sua natural proximidade geográfica decorrente da existência de um grande número de testemunhos românicos numa só e única cidade, como também devido à pequena diacronia em que foram construídos. Assim, foi possível a um grupo de apenas duas gerações de artistas erguer um consistente e homogéneo conjunto de edifícios românicos numa só cidade e num curto espaço de tempo. E é precisamente no final desta cronologia que poderemos colocar a construção desta igreja românica.

Por esta altura, a igreja de Santiago de Coimbra terá alcançado alguma proeminência no contexto urbano coimbrão. A 19 de Março de 1183, o arcebispo D. Pedro de Santiago de Compostela tenta uma composição com o bispo conimbricense D. Martinho para assegurar os respectivos direitos sobre a igreja de Coimbra. Funcionando como Colegiada, Santiago servia ao mesmo tempo de sede de paróquia e era então pertença da igreja de Compostela (REAL 1974, I: 177). Desde o século IX que Compostela era detentora de diversas propriedades no subúrbio conimbricense. O que é mais certo é que, no momento em que D. Pedro de Compostela renuncia aos direitos que tinha sobre a igreja conimbricense fá-lo certamente num momento anterior à reconstrução românica do edifício dedicado ao Apóstolo. Não faz sentido que este arcebispo fosse renunciar a uma igreja que andasse então em construção (ALARCÃO 2008: 114).

De um modo geral tem-se colocado a construção da actual igreja conimbricense no reinado de D. Sancho I (1185-1211). Alguns autores consideram que o início das obras deve ter ocorrido algures nos finais do terceiro quartel do século XII (REAL 1974, I: 177), sendo que a escultura do portal axial acusa já uma linguagem característica de inícios do século seguinte (ALMEIDA 1986: 150). Não nos podemos esquecer que, de um modo geral, a construção românica tinha início na cabeceira, o coração do templo. Estando esta concluída era comum que se procedesse já à sua Dedicação/Sagração. O ritmo construtivo do resto da igreja poderia ser já mais lento, consoante a disponibilidade financeira, técnica e humana daqueles que construíam o edifício. É pois extremamente importante, ao nível da edificação românica, a conjuntura vivida aos mais diversos níveis pela comunidade que dela se servirá, como também, num sentido mais lato, da região onde esta se insere. Assim, se a cabeceira da igreja de Santiago foi começada em finais do século XII é muito natural que em inícios do século seguinte, mesmo que passados uns 30 anos, se tivesse concluído a construção do seu portal.

Assim, a 27 de Agosto de 1204 (RODRIGUES 2000: 171) ou a 26 de Agosto de 1206 (REAL 1974, I: 181) terá ocorrido a Sagração desta igreja, segundo notícia do *Livro dos Aniversários*. Quer isto dizer que, nesta data, pelo menos a cabeceira do templo estava apta a receber o culto divino. E esta cronologia vai de encontro àquilo que acima foi dito relativamente ao enquadramento deste monumento na última fase do românico coimbrão, tanto mais se tivermos em conta as cronologias mais precoces que têm sido atribuídas a Santa Cruz (1131) ou à Sé-Velha de Coimbra (1162-1176). Terá sido nas fábricas destes monumentos, entre outros, que se terá formado uma já segunda geração de artistas que não só serão responsáveis pela edificação dos monumentos do românico sanchino de Coimbra, como também estarão na origem da irradiação deste para outras regiões de Portugal.

A igreja de Santiago de Coimbra é um edifício de três naves, divididas em três tramos por esguias colunas isoladas e por pilares cruciformes junto ao falso transepto, bem definido. A cabeceira do edifício era originalmente composta por três capelas. Todavia, desta apenas se conserva na íntegra o absidíolo do lado do Evangelho, semicircular no interior e poligonal no exterior.

Por ocasião do alargamento e alinhamento da artéria que tem o nome de Visconde da Luz, a cabeceira de Santiago de Coimbra foi cortada diagonalmente, ficando assim para sempre mutilada na sua monumentalidade. Corria o ano de 1861 e tal alargamento foi feito com o intuito de corrigir a antiga rua de Coruche, estreita e tortuosa. É bem conhecida esta acção que

o século XIX teve sobre as malhas urbanas medievais, sentindo uma necessidade de alargamento e de higienização das estreitas e tortuosas ruas para facilitar uma crescente e cada vez mais veloz circulação de veículos e de habitantes…

Todavia não foi esta a única transformação sofrida pela igreja de Santiago de Coimbra. No ano de 1546 (3 Julho), foi contratada pela Irmandade da Misericórdia a obra para fazer a sua igreja sobre a de Santiago e, mais especificamente, sobre a nave direita e corpos desse lado (NOÉ 2003: 4). Assim, entre esse ano e o de 1549, foi construído um andar superior na igreja de Santiago para vir a abrigar a capela privativa da Irmandade da Misericórdia (RODRIGUES 2000: 1971). Todavia, em 1571 as obras de construção da capela da Misericórdia foram interrompidas por se considerar ser a nova igreja muito pequena e edificada no ar, além de carecer de sepulturas, de Casa do Despacho, de hospital e de celeiro (NOÉ 2003: 4). Mas em 1605 a Irmandade regressa a Santiago e contínua o edifício que tinha interrompido (CORREIA 1949: 61). Só em 1772, a 15 de Outubro, é que a Irmandade da Misericórdia foi ocupar a Sé-Velha, despida e desmobilada, por provisão de Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), o famoso Marquês de Pombal, Secretário de Estado do rei D. José I (1750-1777). Nessa data foi o Cabido catedralício transferido para a igreja e Colégio das Onze Mil Virgens e que antes pertencera à Companhia de Jesus, então expulsa (CORREIA 1949: 61). Por fim, a paróquia de Santiago foi extinta em 1845, sendo então o templo entregue à Irmandade de Nossa Senhora da Conceição aí estabelecida e que passou a ser a detentora e promotora do culto (Idem: 56). Por ocasião da mutilação da cabeceira românica, em 1861, estabeleceu-se uma escada e patim de acesso às dependências superiores do templo e que continuavam a ser usadas pela Misericórdia (Idem: 65).

É muito importante termos uma noção das vicissitudes por que foi passando um qualquer edifício românico pois só assim compreenderemos melhor o porquê do seu aspecto actual. No

caso específico de Santiago de Coimbra, a mutilação da capela-mor e a construção da igreja da Misericórdia deixaram marcas profundas na sua fábrica. Mas, se a cicatriz da primeira é totalmente evidente na fachada posterior do monumento, já o testemunho da segunda foi apagado por uma profunda intervenção de restauro, sendo que hoje é-nos totalmente imperceptível se dela não tivermos conhecimento.

No ano de 1908 teve início o restauro de Santiago de Coimbra com o claro intuito de se demolir os anexos à igreja, sob a direcção do Arquitecto Silva Pinto. Mas esta intervenção de restauro conheceu uma longa interrupção, ficando o interior da igreja de Santiago a "céu descoberto" durante longos anos. Só entre 1929-1935 é que efectivamente se realizou esta intervenção, tendo-se finalmente aberto o templo ao culto a 8 de Dezembro de 1935 (BOLETIM 1942: 25).

A alusão às intervenções de restauro da década de 1930 tornam-se fundamentais para que possamos fazer agora uma correcta leitura do românico (sanchino) de Santiago de Coimbra. Como era comum ao tempo, a política de restauro praticada pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), instituição que tinha então a cargo a *restauração material* da Pátria, era a de recuperar o estado primitivo dos monumentos em que intervinha, com particular destaque para os medievais. Santiago de Coimbra não escapou a esta regra. Deste modo, nesta igreja, e após a DGEMN tê-la encontrado com o aspecto de uma ruína, decorrente da demolição do corpo superior do edifício, procurou esta instituição restituir ao monumento a *independência de outrora e também a feição arquitectónica, pouco a pouco obliterada, ao longo dos séculos* (BOLETIM 1942: 12). É tendo presente esta intenção claramente reintegradora do estilo primitivo do monumento que devemos compreender Santiago de Coimbra, nunca esquecendo também o cuidado tantas vezes sublinhado pelos técnicos da DGEMN de que as reintegrações eram sempre feitas com base em elementos pré-existentes ou com base em possíveis analogias com outros exemplares coevos.

Também a crítica literária de então época foi muito drástica no que toca ao corpo superior, a igreja da Misericórdia, já marca histórica deste edifício. Numa época em que se verifica uma verdadeira exaltação do românico (puro) e consequente crítica a todos os elementos que de alguma forma maculavam esse estilo coevo da formação da Nacionalidade Pátria, o corpo correspondente à igreja da Misericórdia, construído sobre a igreja românica de Santiago de Coimbra, foi considerado como algo inestético e monstruoso (RODRIGUES 2000: 172). À data de 1908 *só o pórtico, de notável primor e antiguidade, com a sua larga escadaria de acesso, podia fazer supor a existência de uma igreja por detrás do vulgaríssimo conjunto das casas de habitação que o oprimiam como fardagem encastelada no dorso de um animal de carga* (BOLETIM 1942: 12).

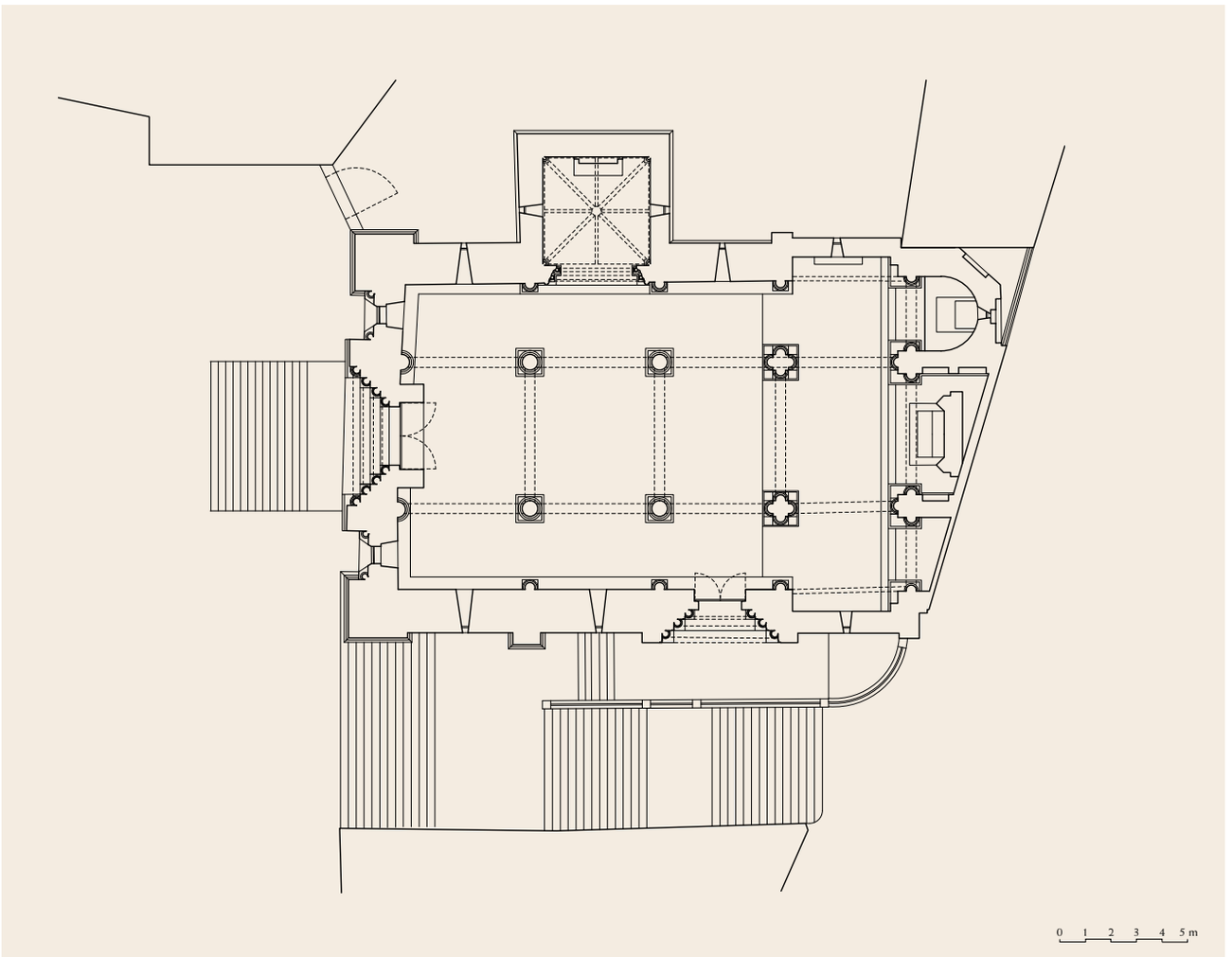
É ao nível do sistema de cobertura e do arranjo superior da frontaria que mais se fez sentir o restauro da década de 1930. Assim, foi Santiago de Coimbra dotada com um sistema de travejamento em madeira para sustentação do telhado de duas águas. A fachada principal de Santiago de Coimbra, muito arranjada no seu remate superior, lembra-nos subtilmente o arranjo tão característico das igrejas coimbrãs, onde um corpo avançado central cria uma grande profundidade para o desenvolvimento das arquivoltas do portal principal. Mas, aqui, o corpo como que assume toda a fachada, sendo rasgado em três pontos fulcrais e criando um notável efeito de claro-escuro: o portal e nos dois espaços recuados em que foram abertas as duas amplas frestas que iluminam as duas naves laterais. Cremos que esta composição da fachada é já um claro indício do carácter avançado do românico deste monumento no contexto conimbricense pois, em vez de procurar criar um espaço saliente, o avanço da fachada surge integrado na própria parede e acaba por ser ele próprio rasgado por profundos vãos.

Deste modo, o portal principal, composto por quatro arquivoltas, sustentadas por quatro colunas com fustes decorados, apresenta a profundidade característica das igrejas românicas coimbrãs devido à sua integração no muro da fachada. A sua decoração escultórica direcciona-se para a representação de temas animalistas e vegetalistas nos capitéis e de temas vegetais geometrizados nos fustes, que se desenvolvem em espirais estilizadas. Também as impostas nos mostram folhas de acanto espalmadas, tudo acusando a influência da estilização e do bom desenho a bisel moçárabe que referimos já para o românico de Coimbra.

Tanto interiormente, como exteriormente, as frestas rasgadas na fachada são enquadradas por um par de colunelos que sustentam uma pequena arquivolta. Já o óculo que se rasga sobre o portal não apresenta hoje o seu primitivo preenchimento, sendo ainda que se acredita ter existido no seu lugar um janelão, à semelhança das outras igrejas românicas de Coimbra (REAL 1974, I: 178).

O portal lateral Sul apresenta um esquema muito peculiar na alternância dos fustes lisos e prismáticos. Este modelo foi disseminado a partir daqui para outras regiões, chegando às igrejas românicas do Vale do rio Sousa, de que é exemplo a Matriz de Unhão ou São Vicente de Sousa (Felgueiras). Entre os motivos decorativos feitos num relevo bastante plano, destacam-se as rosetas e as vieiras. Temos aqui uma reminiscência da pertença da Colegiada de Santiago de Coimbra a Compostela ou, mesmo, uma lembrança da crença de ter aparecido Santiago cavaleiro, animando os cristãos e dando-lhes a chave da cidade, aquando da sua conquista aos mouros (ALMEIDA 2001: 133-134). Comparativamente ao portal ocidental, a escultura do portal lateral sul é mais plana, mais desenhada que modelada nos motivos de natureza vegetalista e fitomórfica, numa qualidade técnica apenas permitida pelo emprego do calcário.

Ao nível do interior do edifício, os motivos decorativos românicos centrar-se-iam na mutilada cabeceira. Todavia, ainda são visíveis os capitéis vegetalistas nos arcos que delimitam, quer o absidíolo do lado do Evangelho, ainda intacto, assim como naquilo que em tempos foi o absidíolo do lado da Epistola, agora cortado por uma parede diagonal. No interior da capela-mor destaca-se o arranque de uma arcada cega, composta por dois registos e que certamente decoraria todo o seu interior. Esta, a julgar pelo esquema mais comum da arquitectura



Planta

românica, seria possivelmente mais profunda que os absidíolos que a ladeavam, criando assim uma estrutura escalonada.

Em suma, apesar de ter sido muito vítima do avançar dos tempos, que deixaram profundas (e irreversíveis) marcas, a igreja de Santiago de Coimbra apresenta-se-nos hoje na sua imponência românica. Apesar desta resultar muito de uma profunda intervenção de restauro, a qualidade da sua escultura decorativa é inegável e foi a partir daqui disseminada para outras regiões do País. Mais, cremos que Santiago de Coimbra deve ser encarado como um exemplo significativo das vicissitudes por que foram passando os testemunhos românicos e das consequências que as marcas do tempo, aos mais diversos níveis, tiveram sobre a sua história artística.

Texto: Maria Leonor Botelho - Plano: Pedro Azevedo - Fotografias: Michael Schlapkohl

BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO, Jorge de, *Coimbra. A montagem do cenário urbano*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *O românico. História da Arte em Portugal*, vol. 3, Lisboa, Publicações Alfa, 1986.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *O Românico. História da Arte em Portugal*, vol. 1, Lisboa, Editorial Presença, 2001.

BOLETIM da DGEMN, Igreja de S. Tiago de Coimbra, nº 28, Junho 1942.

CORREIA, Vergílio, *Obras. Volume II - Estudos de História da Arte: Arquitectura*, Acta Universitaties Conimbrigensis, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1949.

GONÇALVES, António Augusto, *Roteiro Illustrado do Viajante de Coimbra*, Coimbra, Typ. Auxiliar d'Escriptorio, 1894.

GONÇALVES, António Nogueira, *Novas Hipóteses acerca da Arquitectura Românica de Coimbra*, Coimbra, Gráfica de Coimbra, 1938.

MONTEIRO, Manuel, *O Românico Português. A Igreja de S. Tiago de Coimbra*, Coimbra, Coimbra Ed., 1951.

NOÉ, Paula, "Igreja de Santiago/ Igreja de São Tiago e a demolida Igreja da Misericórdia de Coimbra", (Nº IPA: PT020603190008), 2003, in *Inventário do Património*, URL: www.monumentos.pt

REAL, Manuel Luis Campos de Sousa, *A Arte Românica de Coimbra (Novos dados - Novas Hipóteses)*, Dissertação de Licenciatura em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1974, 2 volumes (texto dactilografado).

RODRIGUES, Manuel Augusto (coord.), *António de Vasconcelos perpetuado nas páginas do "Correio de Coimbra" (1922-1941)*, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 2000.

ROSSA, Walter, *Diversidade. Urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*, Dissertação de Doutoramento em Arquitectura (especialidade em Teoria e História da Arquitectura) apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia de Coimbra, 2001 (texto policopiado).

Coimbra

Sé Velha de Coimbra

Sé-Velha de Coimbra

CORRIA O ANO DE 1772 quando, por deliberação datada de 14 de Outubro de Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), o famoso Marquês de Pombal, a sede da diocese de Coimbra transitou da catedral românica para a Igreja dos Jesuítas da mesma cidade, cuja Companhia tinha sido expulsa de Portugal por decreto de 3 de Setembro de 1759. Assim, havendo agora uma *Sé Nova*, a catedral românica passou desde então a ser conhecida como a *Sé-Velha* da cidade do Mondego.

Apesar da designação que passou a ter, a Sé-Velha de Coimbra foi ao seu tempo um dos mais inovadores monumentos românicos, porque o edifício mais internacional do século XII português e, consequentemente, um dos testemunhos que mais influenciou e marcou o desenvolvimento generalizado deste estilo arquitectónico. Por esta razão, mas também tendo em conta a unidade e homogeneidade que a sua fábrica apresenta, além de se conhecer o nome de três arquitectos associados à sua construção, a Sé-Velha de Coimbra surge como um dos monumentos melhor datados do românico português, o que justifica estarmos diante do edifício a que a historiografia, até à data, dedicou maior atenção. A todos estes aspectos há que juntar, ainda, uma série de problemáticas que suscitam a fábrica deste monumento e a documentação que se lhe refere e que passamos desde já a abordar.

Um dos aspectos mais caros à historiografia que se dedica ao estudo da Sé-Velha liga-se à problemática da existência de um edifício, ou edifícios, anteriores a esta construção românica e que cumprissem as mesmas funções de sede catedralícia. Deve remontar ao último quartel do século IX o estabelecimento dos bispos de Coimbra na sua residência e igreja episcopal (VASCONCELOS 1930: 48). No entanto, recorde-se que é bem anterior a transferência da diocese de Conímbriga para *Aeminium*, uma florescente paróquia da diocese e que mais tarde se veio a chamar Coimbra, tendo esta ocorrido durante o último quartel do século VI (BOLETIM 1962: 5).

Como a cidade de Coimbra foi reconquistada por D. Afonso III das Astúrias (848-910) em 878, é possível que tenha ocorrido por nessa época uma reconstrução da então catedral, pois segundo Jorge Alarcão como é pouco credível que um conjunto edificado nos finais do século VI –ou inícios do VII– se tenha mantido sem alterações até 1094, devemos presumir que sofreu transformações, mesmo profundas, nalgum momento (ALARCÃO 2008: 98).

Tendo a cidade caído nas mãos dos invasores muçulmanos após as investidas de Almançor de 987, esta só veio a ser definitivamente reconquistada pelas forças cristãs, encabeçadas por Fernando Magno (1016-1065), em 1064. Esta data assume um lugar de destaque na história desta cidade, mas também do Portugal medievo, por ter estabilizado a fronteira na linha do rio Mondego, permitindo assim uma maior firmeza territorial ao Condado Portucalense que estaria para aparecer em breve. É muito possível que por esta altura a cátedra episcopal estivesse já instalada no local onde se veio a construir a Sé-Velha e que seria já um templo dedicado a Santa Maria Maior (ROSSA, 2001: 245). Não nos podemos esquecer do ambiente de tolerância vivido durante a ocupação muçulmana e que se reflectiu numa situação idêntica por ocasião da governação do Condado coimbrão encabeçada pelo moçárabe Sesnando Davides entre 1064 e cerca de 1091.

No ano de 1080, D. Paterno (1080-1087) veio tomar conta da diocese de Coimbra, sendo que poucos anos depois deve ter ocorrido se não uma reconstrução integral do edifício, pelo menos profundas reformas desta igreja que já era dedicada à Mãe de Cristo (Idem, 246).

Assim, tendo em conta as copiosas dotações dos governantes de Coimbra, de D. Sesnando a D. Tareja de Portucale (1080-1130), mulher do Conde D. Henrique (1066-1112), a reedificação da Sé poderá ter ocorrido entre 1086-1109 ou entre 1094-1109 (ALARCÃO 2008: 100). Há claros indícios que apontam para a existência de um conjunto edificado que incluiria mais que a catedral propriamente dita pois em 1088, num documento citado por Jorge Alarcão, alude-se a uma entrega de 100 soldos destinados a obras *in ipsius monasterii sui edificiis* (ALARCÃO 2008: 99). Para este autor não há dúvidas de que esta operação financeira se destinou a custear as obras nos edifícios da catedral. Assim, durante o ano de 1094, embora pudessem decorrer reconstruções no conjunto catedralício, a igreja episcopal estaria de pé pois foi sobre o altar da Sé que o conde D. Raimundo (1080-1107) fez a doação do mosteiro da Vacariça (Mealhada) à catedral coimbrã (Idem: 98). No entanto, entre 1108 e 1110 há, ainda, referências documentais que aludem a uma *nova ecclesia* e que levaram muitos autores a conotar esta referência com uma renovação, no todo ou em parte, do edifício catedralício (GONÇALVES 1947: 9). Esta referência surge no testamento de Guterre Soares e refere-se a uma igreja que ainda estava em construção, embora talvez estivesse quase pronta, pois a escritura da doação do mosteiro de Lorvão a esta catedral, feita por D. Henrique e D. Teresa, terá sido realizada e confirmada *sobre o altar* da Sé já reconstruída em 1109 (ALARCÃO 2008: 99-100).

A 22 de Junho de 1117 deu-se uma significativa invasão muçulmana da cidade de Coimbra. E, apesar do seu grande alcance, a primitiva catedral de Coimbra continuava em pé, não havendo qualquer prova de que esta tenha sido destruída ou que tenha sofrido qualquer dano (Idem: 103). De tal forma assim foi que em 1139, o então Bispo D. Bernardo (1129-1146) acolheu solenemente neste edifício –pré-românico– o seu metropolita, D. João Peculiar († 1175) por ocasião da sua chegada de Roma, onde recebera o *pallium* das mãos de Inocêncio II (1130-1143) (BOLETIM 1962: 8). Vários indícios apontam que esta catedral pré-românica ainda estava de pé em 1148 pois nesse ano D. João de Anaia (1148-1154) foi aí sagrado bispo (ALARCÃO 2008: 117).

Não temos uma certidão de nascimento que comprove o início da construção da Sé-Velha, mas temos indícios claros que apontam para o episcopado de D. João de Anaia o começo da construção desta catedral. Falamos naturalmente da tão citada notícia do chamado *Livro Preto* da Sé-Velha de Coimbra, relativa à construção da Sé-Velha ao tempo de D. Miguel Salomão (1162-1176). Compõe-se este *Livro Preto* de 663 documentos em latim e trata-se de um cartulário que pertenceu ao Cartório da Sé de Coimbra, devendo o seu nome à cor da capa que o envolve. Este importante códice medieval, conservado nos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo (Lisboa), inclui uma série de diplomas que narram um conjunto de acontecimentos que tiveram lugar na região de Coimbra e no centro de Portugal (*Livro Preto da Sé de Coimbra* 2003-2010). É neste documento alusivo à construção da catedral românica de Coimbra que encontramos uma série de informações, nomeadamente a referência ao nome dos três arquitectos de origem estrangeira que trabalharam na sua fábrica. Senão, vejamos.

Esta notícia do Livro Preto alude precisamente ao episcopado de D. Miguel Salomão, período em que a fábrica da catedral estava muito activa. Durante esse mesmo período, Mestre Roberto, artista de origem franca, tendo em conta o seu nome, veio quatro vezes de Lisboa para resolver questões de construção, mormente na fachada (ALMEIDA 1986: 117). Assim, o início da construção da Sé românica de Coimbra deverá ser colocado na década de 1140 ou 1150 (ALARCÃO 2008: 114) pois a vinda de Mestre Roberto a Coimbra para solucionar problemas ao nível da fachada é um claro indício de que por essa altura a Sé estaria quase terminada (SANTOS 1955: 34-35) ou, pelo menos, a sua fábrica estaria muito avançada. Mais, é bem possível que tenha sido também este prelado quem sagrou a Sé (ALARCÃO 2008: 116). Assim sendo, e tendo em conta o generalizado ritmo construtivo da fábrica românica, é muito pouco provável que tenha sido também D. Miguel Salomão, como muitos autores defendem, quem deu início à construção desta catedral. O período de catorze anos do seu episcopado torna difícil que um

monumento desta grandeza tenha sido edificado num tão curto espaço de tempo, apesar da evidente homogeneidade que este patenteia. Assim, se o início da actividade da fábrica românica deve ser colocado durante o episcopado de D. João de Anaia (1148-1155), o período em que as obras ganham mais ritmo deve-se sim ao tempo de D. Miguel Salomão (1162-1176).

Terá sido precisamente durante este período de significativo avanço da fábrica da Sé-Velha que Mestre Roberto terá vindo a Coimbra para aperfeiçoar, o melhor possível, tanto a obra como o portal da igreja (MONTEIRO 1954: 43). Surgem desde logo aqui algumas questões. Alguns autores defendem que se deve a Mestre Roberto, referido como arquitecto da Sé de Lisboa, a autoria do projecto da Sé-Velha de Coimbra (ALMEIDA 1986: 117). É ao nível do arranjo do corpo destas duas catedrais que se encontram maiores semelhanças, fruto do recurso às galerias de circulação. No entanto, a mesma notícia nº3 do Livro Preto alude a outros dois nomes, Bernardo e Soeiro, o primeiro também de origem franca e o segundo já hispânico. Segundo Jorge de Alarcão foi entre os anos de 1162 e 1171 que Mestre Bernardo trabalhou na Sé-Velha (ALARCÃO 2008: 118). Este autor propõe que só após esta última data, relativa à morte de Mestre Bernardo, é que D. Miguel Salomão terá chamado Mestre Roberto para introduzir no projecto (ou na obra que se fazia) as melhorias a que o documento do Livro Preto se refere. Deste modo, caso as visitas de Roberto tenham ocorrido neste intervalo cronológico, ou seja, entre 1162 e 1174 ou 1175, Mestre Bernardo pode ter sido o autor do projecto da Sé-Velha de Coimbra. Mas, por outro lado, tendo D. Miguel Salomão assumido o bispado

em 1162, poderá ter chamado Mestre Roberto para rever os planos, mantendo-se desde então Bernardo como «arquitecto residente». Nesse caso, Roberto poderia ter ido quatro vezes a Coimbra, entre 1162 e 1174-1175, para verificar o andamento das obras e o cumprimento das alterações projectadas, bem como para dar os conselhos e as orientações que se afigurassem necessários (Idem: 119). Mais, as estadias de Roberto em Coimbra seriam prolongadas, pois duraram semanas, conforme indiciam os pagamentos por ele recebidos (Idem: 118). Todavia, para Jorge Alarcão é mais provável que D. Miguel Salomão tenha chamado o arquitecto Roberto para proceder à revisão de um projecto que não era dele, mas do seu antecessor, D. João Anaia, pois a documentação sublinha o facto deste arquitecto ter vindo de Lisboa para *melhorar as obras*, após a morte de mestre Bernardo em 1171 (Idem).

Relativamente a Mestre Soeiro (Anes) são poucas as questões que este suscita. No entanto, cremos ser de suma importância sublinhar que o seu nome aparece anos mais tarde, por ter sido recompensado no testamento do bispo portuense D. Fernando Martins (1174-1185) em 1184. Assim, cremos que se pode definir claramente um eixo de influências entre três grandes catedrais românicas, Lisboa-Coimbra-Porto, fruto da circulação dos seus arquitectos e principais mestres-de-obras. Se as semelhanças entre Lisboa e Coimbra são mais evidentes ao nível da ordenação interna geral, já as semelhanças entre Coimbra e Porto surgem ao nível do tipo de talhe presente nos capitéis e ao nível do arranjo geral da fachada, onde em ambas se sobrepõem dois grandes vãos, enquadrados por corpo avançado. No entanto, se na Sé-Velha o portal principal é encimado por amplo janelão, cuja estrutura se assemelha muito a um portal, já na Sé do Porto este mesmo janelão enquadra uma rosácea, já protogótica, reflexo da perduração da sua fábrica no tempo.

Mas voltemos a Coimbra. Um outro aspecto indica-nos que por volta de 1171 a fábrica da Sé-Velha estaria já bastante avançada, mesmo quase concluída. Em 1176, D. Miguel Salomão resignou ao episcopado, retirando-se para uma cela do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, onde veio a morrer a 5 de Agosto de 1180 (VASCONCELOS 1930: 66). Quer durante o seu bispado, quer nestes quatro anos passados entre os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, D. Miguel Salomão ofereceu à Sé diversas alfaias do culto, o que constitui um indício provável de que parte do templo já então se encontraria em estado de aí se realizarem as funções litúrgicas. Tal facto não invalida, no entanto, que a construção da catedral pudesse continuar a decorrer. Também por essa altura, o testamento de D. Afonso Henriques, feito entre Abril de 1176 e Fevereiro de 1179, faz uma referência a um ourives, a um carpinteiro e a um alfaiate que trabalhavam na Sé de Coimbra e que o primeiro rei de Portugal destina ao Mosteiro de Santa Cruz (ALARCÃO 2008: 120). Tratam-se de operários especializados e cuja acção só se justifica num monumento concluído, necessitado já de mobiliário e de adornos litúrgicos.

Não nos podemos esquecer que, poucos anos mais tarde, em 1185, D. Sancho I (1185-1211) foi coroado, juntamente com sua mulher, nesta catedral românica, pelo bispo D. Martim Gonçalves (1183-1191) (VASCONCELOS 1930: 67 e 1935: 26). Naturalmente que uma cerimónia desta natureza, exigente de pompa e solenidade, só se poderia desenrolar num edifício pronto a acolhê-la, ou seja, totalmente acabado. Devemos, pois, colocar o final da construção da Sé-Velha no último quartel do século XII.

Apesar de conhecermos o nome de três arquitectos, o facto é que o reduzido período de construção desta catedral, compreendido entre as décadas de 1140/1150 e 1170/1180, justifica com toda a segurança a homogeneidade que a sua fábrica nos mostra, quer ao nível estrutural, quer ao nível decorativo.

Estamos, pois, diante de uma edificação românica cuja planta longitudinal é formada por três naves e transepto saliente, encabeçado por três capelas semicirculares, relativamente curtas, embora a central seja bastante alta. A nave central tem abóbada de berço e as laterais mostram já abóbadas de aresta, sobre as quais assentam amplas tribunas, bem iluminadas e cobertas com abóbadas de berço. Estas tribunas comunicam com a nave central por meio de

amplo trifório, correspondendo a cada tramo dois amplos arcos que sobem quase até à altura da nave central, permitindo assim que o corpo da igreja receba uma discreta luminosidade.

Estamos, pois, diante de uma estrutura idêntica à das igrejas ditas de peregrinação, com excepção do remate da cabeceira, pois aqui em Coimbra não existe deambulatório, nem capelas radiantes. Na verdade, o aspecto interno das suas naves, o modelo da sua organização e o arranjo do trifório lembram muito a Catedral de Santiago de Compostela (ALMEIDA 1987: 29). Não nos podemos esquecer da origem estrangeira dos seus arquitectos, mas também do facto de estarmos diante da principal igreja daquela que era então a capital do Reino. São por demais conhecidas as relações que a corte mantinha ainda com a Borgonha, reflectida na vinda de prelados e bispos de origem francesa para ocuparem importantes cargos no reino nascente. E, naturalmente, que estes homens da igreja não vinham sozinhos, trazendo antes consigo toda uma comitiva que integraria, certamente, artistas das mais diversas formações.

No entanto, não encontramos neste edifício o arranjo da cabeceira mais característico desta família de igrejas. Não podemos ignorar o local em que o edifício foi implantado e que não permitiu, para alguns autores, dar a esta igreja a extensão exigida pelas cabeceiras dotadas de deambulatório e capelas radiantes (LACERDA 1942: 208). Teria ficado, assim, limitada a sua planta.

E esta implantação condicionou também, e muito, o arranjo dado à fachada, nomeadamente ao nível do portal. Recorde-se aqui a importante e tão íntima relação existente entre arquitectura e o lugar onde se implantam os edifícios, as condicionantes que daí advém e que vão ditar a sua orgânica. Para Manuel Real, o portal da fachada ocidental é a única parte atribuível sem discussão a Mestre Roberto (REAL 1974, I: 209), embora sejamos da opinião de que se deve ser mais prudente nesta afirmação. É evidente, tendo em conta a notícia do Livro Preto, que Mestre Roberto veio a Coimbra para resolver questões ao nível da fachada, no entanto, não podemos precisar o alcance do seu contributo pois este não é especificado nesta mesma notícia.

O portal principal da Sé-Velha de Coimbra tem uma organização única entre nós, surgindo rasgado num maciço avançado e que muito movimenta esta fachada cúbica, sem torres. Sobre este portal rasga-se um amplo janelão, também ele dotado de arquivoltas, e entre ambos destaca-se uma cornija sobre arquinhos e que se disseminou a partir daqui por amplas manchas do românico português. No entanto, o portal principal deste edifício surge a uma altura muito elevada, quase suspensa, acedendo-se a este por meio de uma escadaria que, embora fruto de um restauro recente, revela um acentuado pendor, quase desmesurado. E é precisamente com base neste posicionamento do portal principal a uma cota bastante elevada (recorde-se que o pavimento evolvente também foi rebaixado por ocasião da mesma intervenção de restauro) que se gerou todo um debate historiográfico em torno da sua função primeira. Autores como António de Vasconcelos defendem que este portal, ao modo de tribuna, teve originalmente uma função idêntica à de uma tribuna, servindo apenas para decorar, mas também iluminar e arejar o espaço interno do templo, não cumprindo funções de porta de acesso (VASCONCELOS 1935: 238). No entanto, tal não aconteceu, pois existiu sempre um passadouro que facultou o acesso a este portal (ALARCÃO 2008: 123).

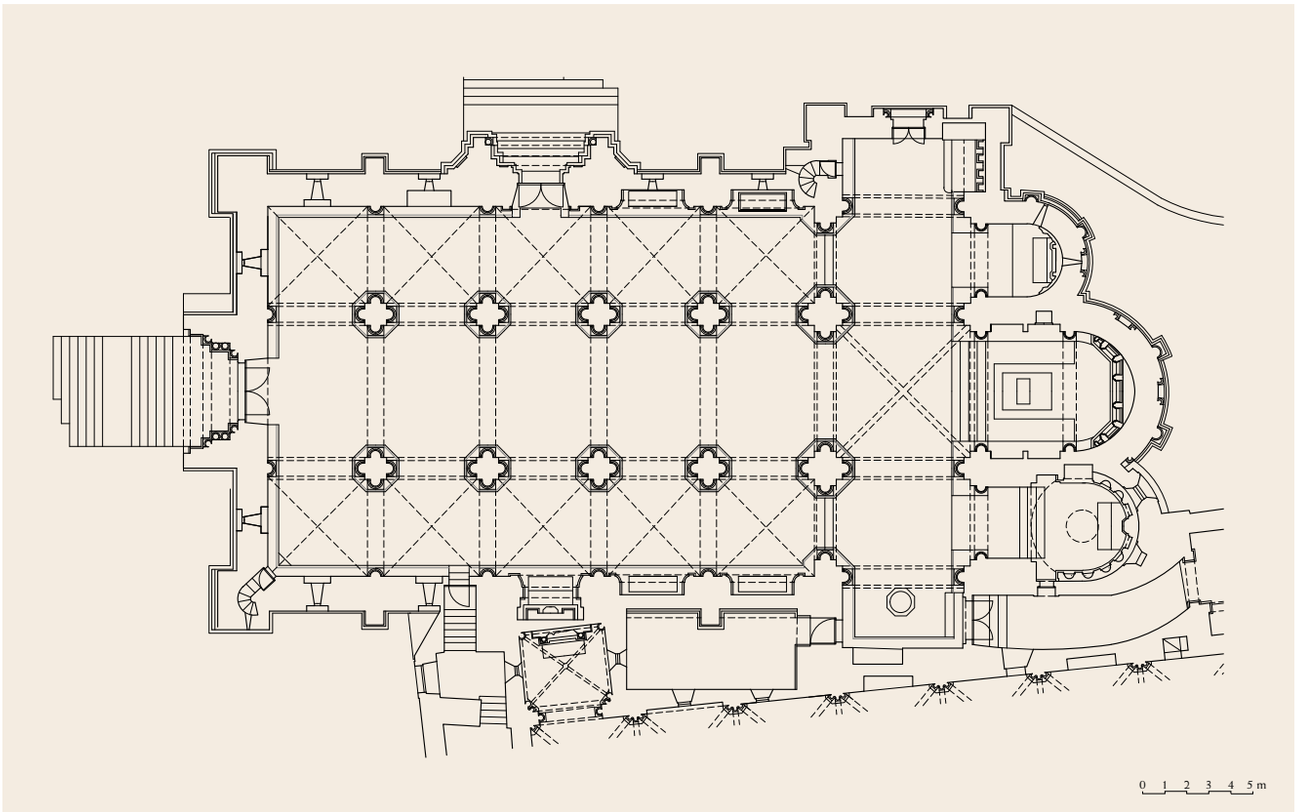
O aspecto cúbico desta fachada principal prolonga-se pelos alçados laterais, cujas paredes sobem até à altura da parte central. Os merlões que coroam, ainda, os seus muros, conferem a esta igreja um aspecto de caixa-forte o que levou muitos autores a conotarem-na com uma "igreja-fortaleza" (SANTOS 1955: 28). Claro que este conceito é mais retórico do que real, mas evidencia bem uma corrente arquitectónico-estrutural que se desenvolveu fortemente ao nível do românico português. Recorde-se a estrutura da fachada principal da Sé do Porto, tão próxima que está desta da Sé-Velha de Coimbra.

Muitos outros aspectos teríamos que abordar aqui a propósito do românico da Sé-Velha de Coimbra, no entanto não queremos deixar de mencionar a importância da escola escultórica que se desenvolveu a partir desta catedral românica. Foram aqui modelados 380 capitéis

(SANTOS 1948: 14). O calcário brando desta região coimbrã permitiu um talhe fino, feito a bisel, onde impera uma temática de tendência vegetalista, mesmo estilizada. No seu tratamento plástico encontramos grandes recordações moçárabes, também evidentes ao nível da simetria e entrecruzamento dos temas, na modelação dos capitéis e na forma do seu cesto (ALMEIDA 1986: 117). Esta plasticidade vai também disseminar-se para fora da região de Coimbra, fruto da circulação de uma segunda geração de artistas, que encontrou na bacia do rio Sousa um local de especial acolhimento e que, ao longo do século XIII, vai aí desenvolver uma corrente estética que, associada a outras influências (a limosina através do Porto) e às fortes pré-existências locais criou aquilo a que Manuel Monteiro chamou de «românico nacionalizado» (MONTEIRO 1943).

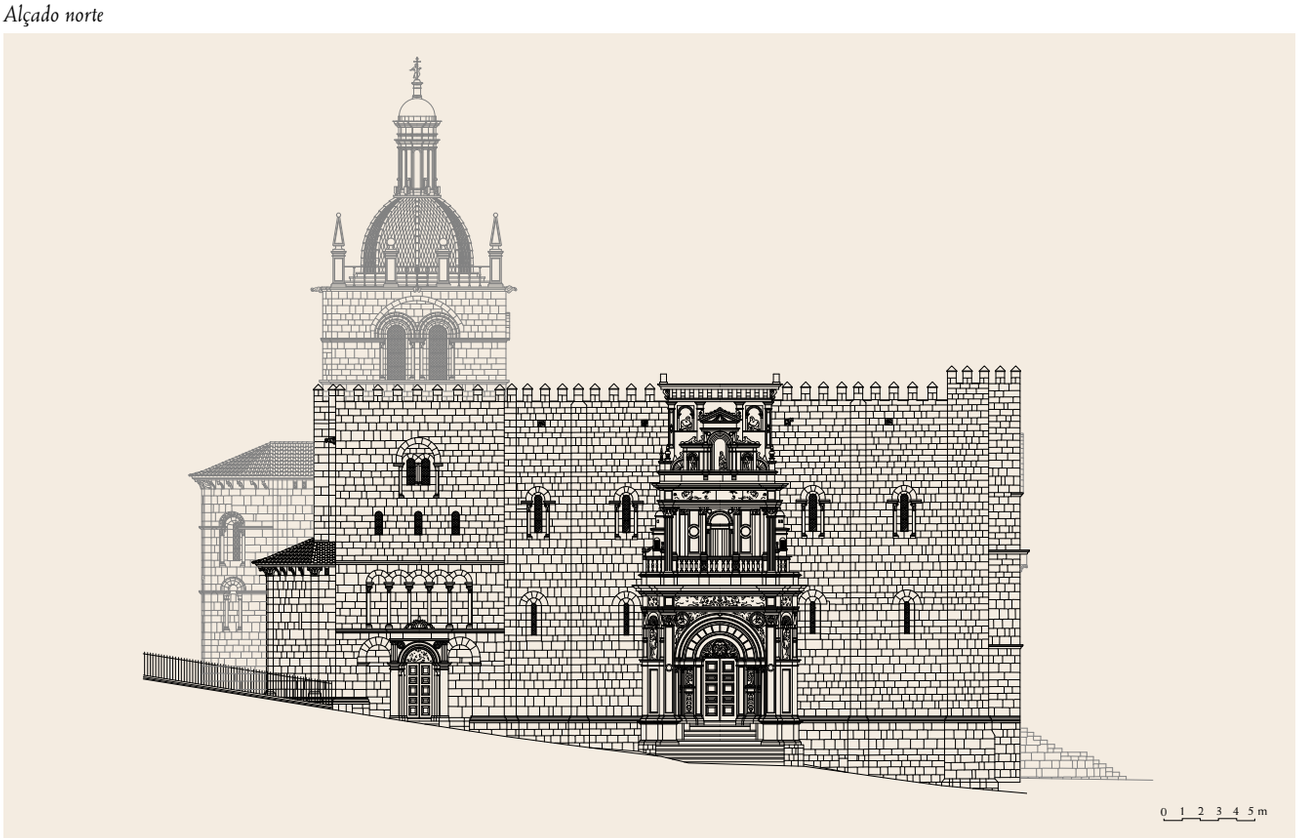
Assim, ao modo de conclusão, embora muito tenha ficado ainda por dizer, Coimbra surge como um dos núcleos do românico português onde o carácter internacional se manifesta com maior consistência. Por um lado, as intensas relações da corte aí sediada com a região da Borgonha, por outro a identificação documental de artistas cujos nomes Roberto e Bernardo atestam uma origem franca, enquanto que o de Soeiro nos lembra o hispanismo, assim como a notícia da colaboração de artistas de origem moçárabe, entre outros factores, concorrem para afirmar o carácter internacional do românico coimbrão. E este carácter internacional assume uma extrema originalidade pela forma como cozinhou as mais diversas influências vindo, mais tarde, o românico desenvolvido nesta cidade do Mondego a constituir ele próprio uma fonte prestigiante a nível nacional, irradiando assim as influências estrangeiras (agora filtradas e sujeitas a novas interpretações) para o norte do País.

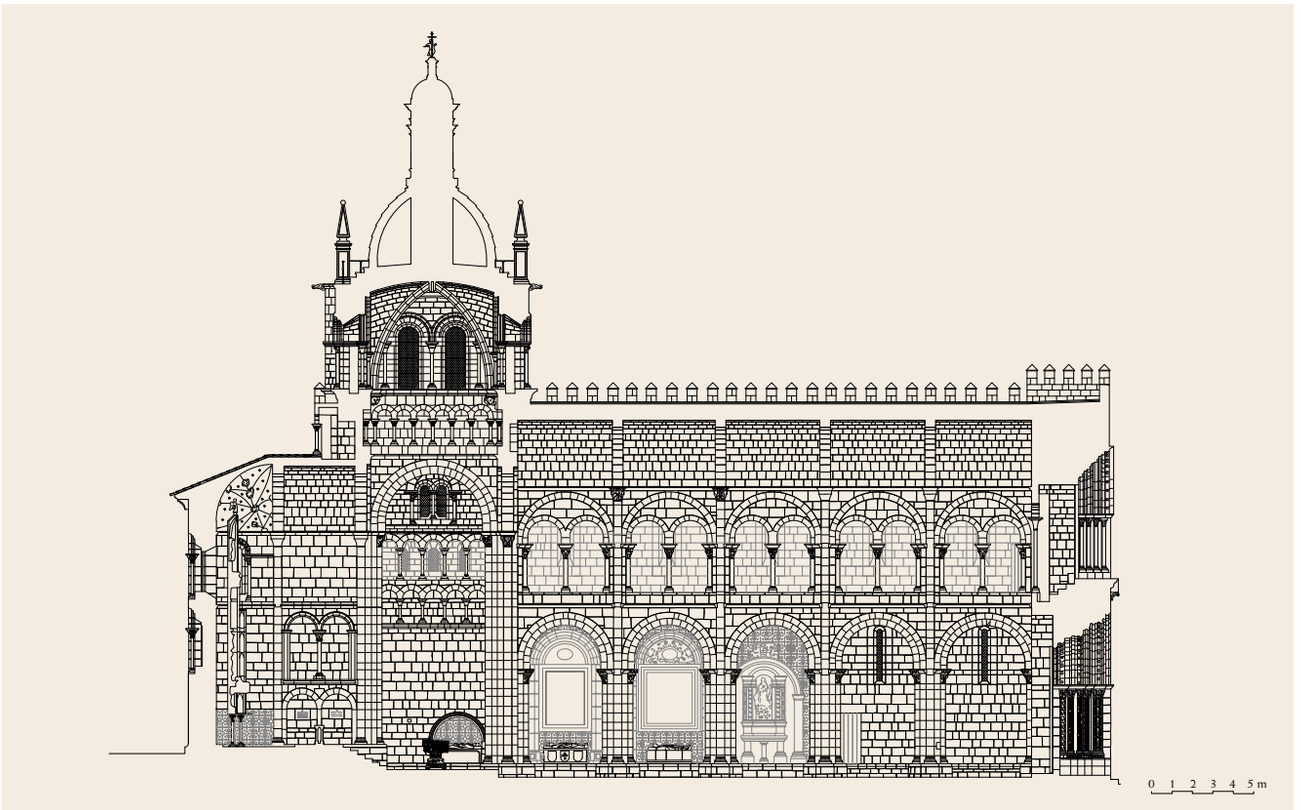
Texto: Maria Leonor Botelho - Planos: Miguel Tomé, Hugo Almeida e Pedro Azevedo - Fotografias: Michael Schlapkohl



Planta

Alçado norte





Corte longitudinal

Alçado poente

BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO, Jorge de, *Coimbra. A montagem do cenário urbano*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *Influências francesas na arte românica Portuguesa,* Paris, Fondation Calouste Gulbenkian/Centre Culturel Portugais, 1987.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *O românico. História da Arte em Portugal*, vol. 3, Lisboa, Publicações Alfa, 1986.

BOLETIM da DGEMN, *Sé Velha de Coimbra*, nº 109, Setembro, 1962.

CORREIA, Vergílio e GONÇALVES, António Nogueira, *Inventário Artístico de Portugal*, vol. II, Cidade de Coimbra, Lisboa, Academia Nacional de Belas-Artes, 1947.

GONÇALVES, António Nogueira, *A Sé-Velha Conimbricense e as inconsistentes afirmações histórico-arqueológicas de M. Pierre David*, Porto, Tip. Empreza Guedes, Lda., 1942.

GONÇALVES, António Nogueira, *Novas Hipóteses acerca da Arquitectura Românica de Coimbra*, Coimbra, Gráfica de Coimbra, 1938.

LACERDA, Aarão, História da Arte em Portugal, Porto, Portucalense Editora, S.A.R.L., 1942, vol. I.

Livro Preto da Sé de Coimbra. In Infopédia (Em linha), Porto, Porto Editora, 2003-2010 (consult. 2010-03-19).

MONTEIRO, Manuel, *Igrejas Medievais do Porto (Obra Póstuma)*, Porto, Marques Abreu, 1954.

MONTEIRO, Manuel, "Paço de Sousa (O Românico Nacionalizado)", in *Boletim da Academia Nacional de Belas-Artes*, Lisboa, Academia Nacional de Belas-Artes, 1943, XII, pp. 5- 21.

REAL, Manuel Luis Campos de Sousa, *A Arte Românica de Coimbra (Novos dados - Novas Hipóteses)*, Dissertação de Licenciatura em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1974, 2 volumes (texto dactilografado).

ROSSA, Walter, *Diversidade. Urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*, Dissertação de Doutoramento em Arquitectura (especialidade em Teoria e História da Arquitectura) apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia de Coimbra, 2001, (texto policopiado).

SANTOS, Reynaldo dos, *A Escultura em Portugal*, 1º vol., séculos XII a XV, Lisboa, Oficinas Gráficas de Bertrand (Irmãos), Lda., 1948.

SANTOS, Reynaldo dos, *O Românico em Portugal*, Fotografias de Mário Novais, Lisboa, Editorial Sul, 1955.

VASCONCELOS, Dr. António de, *A Sé-Velha de Coimbra (Apontamentos para a sua história)*, Versão fac-similada da edição de 1930, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1992, vol. I.

VASCONCELOS, Dr. António Garcia Ribeiro de, *A Sé-Velha de Coimbra (Apontamentos para a sua história)*, Subsídios para a História da Arte Portuguesa (XXVII), Coimbra, Imprensa da Universidade, 1935, vol. II.

Felgueiras-Porto

Igreja de São Vicente de Sousa

Igreja de São Vicente de Sousa

A FUNDAÇÃO desta igreja está associada a uma lenda: conta-se que uma fidalga Loba, tendo molhado um pé a caminho de Idães, protestou que seria a última injúria que a água lhe faria e mandou levantar a igreja de São Vicente de Sousa… Todavia, são mesmo inexistentes as notícias relativas à origem igreja.

Mas a igreja românica de São Vicente de Sousa tem um especial destaque, no contexto da época românica, pelo facto de se encontrar naquilo que foi uma das principais *Terras* de então. Falar de *Sousa* é falar do rio, da freguesia (ou *terra*) e de uma das principais linhagens da nobreza do Portugal Medieval. Esta trilogia surge ao longo da História, e particularmente durante os primeiros tempos da Reconquista, intimamente ligada. A tradição popular defende que o rio terá recebido o nome da freguesia de São Vicente de Sousa.

Durante a segunda metade do século XI a documentação medieval começa a fazer referência à existência das *Terras*. Estando à frente das *terras* um tenente e sendo estas identificadas na paisagem por um castelo (que adopta também ele o nome da *terra* a que preside), estas unidades territoriais correspondem ao crescimento, e afirmação, de uma nobreza de raiz local, a dos Infanções, afirmando-se como um modelo essencialmente senhorial. Assim, este movimento da constituição de *terras* está intimamente associado ao processo de *Incastellamento* dos séculos X, XI e XII, processo através do qual toda a Europa Ocidental se cobriu de uma densa rede de castelos. E foi precisamente durante o reinado de D. Afonso Henriques (1143-1185) que se registou uma multiplicação do número de *terras*, abrangendo novas áreas geográficas (BARROCA 1991: 120).

Tendo surgido neste contexto, a *Terra de Sousa* terá tido o seu centro geográfico em Felgueiras, abrangendo todo este concelho e parte dos concelhos imediatos. Ou seja, estamos diante de uma área jurisdicional que se desenvolveu em torno da bacia hidrográfica do rio Sousa. O topónimo *Sousa*, que poderá ser de origem celta, faz uma alusão a rio rochoso ou terra de rochas. Tendo em conta a natureza lítica do solo desta região, tal interpretação pode ser bastante coerente, pois aí existe um *Monte Seixoso* e vários topónimos relativos às rochas.

E terá sido precisamente nesta região que funcionou a tenência dos Sousões, de nome *Tenência e Alcaidaria de Sousa* e eclesiasticamente *Arcediago de Sousa* e, depois, *Visita de Sousa*. São, pois, os *Sousões* uma das cinco linhagens *dos bons homens filhos d'algo do reino de Portugal dos que devem a armar e criar e que andara a la guerra a filhar o reino de Portugal* (Cit. in PIZARRO 1999, I: 205). No Portugal nascente destacam-se cinco grandes famílias nobres cuja genealogia foi redigida durante os séculos XIII e XIV nos chamados *Livros de Linhagens* (o *Nobiliário* atribuído ao Conde D. Pedro, o *Livro do Deão* e o *Livro Velho*) e que ocupam os postos cimeiros da administração regional e dos cargos curiais: os Sousões, os Bragançes, os da Maia, os de Baião e os Gascos. Considerada a família mais prestigiada, a linhagem dos Sousões foi aquela que mais intimamente se ligou aos primeiros passos do reino, linhagem de mordomos e de alferes-mores, de tenentes e de conselheiros régios ao longo dos séculos XII e XIII.

Assim sendo, o que é mais provável é a igreja ter adoptado o nome da *terra* onde foi erguida como meio identificativo da sua localização. Atribuiu-se a designação *de Sousa* à igreja ou velha ermida inicial de São Vicente, que não tinha qualquer nome toponímico e era, antes, simplesmente assim designada. Foi, de certo modo, uma adopção estratégica para distinguir esta igreja

de São Vicente de outras da mesma invocação. E, por acréscimo, a freguesia adoptou *Sousa* como topónimo por inerência à igreja que no século XII já aí existiria.

A Igreja de São Vicente de Sousa integra desde 1998 a Rota do Românico do Vale do Sousa (R.R.V.S.), entidade cuja acção plural e multidisciplinar procura salvaguardar, divulgar e gerir vinte e um testemunhos românicos dos concelhos de Felgueiras, Paços de Ferreira, Lousada, Paredes, Penafiel e Castelo de Paiva (MACHADO 2008: 314-331).

Esta igreja assume um lugar muito particular no contexto do românico português, nomeadamente pelo facto de ser um excelente exemplo daquilo que Manuel Monteiro (1879-1952) veio a classificar como *românico nacionalizado* (MONTEIRO 1943). Esta proposta de Manuel Monteiro criou escola na historiografia do românico português, uma vez que a definição estilística e geográfica que este autor propôs ainda hoje vigora.

Há todo um conjunto de factores que atestam uma origem francesa do românico português, quer transmitidos por via directa (como o caso de Coimbra e do Porto), quer por via indirecta, através das rotas de Peregrinação que por então conduziam a Santiago de Compostela. As condicionantes de natureza política (a origem borgonhesa do conde D. Henrique, irmão de D. Raimundo e pai de D. Afonso Henriques), de natureza económica (decorrentes das relações comerciais estabelecidas entre os entrepostos portugueses e os francos) e de natureza religiosa (a vinda de monges e clérigos de origem francesa para o território que viria a ser Portugal, a criação de casas monásticas com origem em Mosteiros franceses, etc.) justificam a preponderância de uma influência francesa.

Embora seja evidente uma importante influência estrangeira, a verdade é que ao longo dos séculos XII e XIII a construção românica, em Portugal, adquire características muito particulares. As formas eruditas de origem estrangeira sofrem por vezes uma vernacularização, fruto da interpretação e da repetição de modelos por parte dos artistas que aqui trabalhavam, bem como dos materiais e técnicas localmente empregues.

É precisamente na região do Vale do rio Sousa que vamos encontrar este *românico nacionalizado*, conforme o definiu Manuel Monteiro. Trata-se de um dos *dialectos* da arquitectura românica mais homogéneo em Portugal, quer ao nível da sua cronologia, quer ao nível dos elementos estruturais ou decorativos e das técnicas adoptadas.

Assim, uma das principais influências do românico da região do Sousa tem a sua origem em Coimbra, sendo o seu principal foco irradiador a Igreja de Paço de Sousa (Penafiel).

Manuel Monteiro chama-nos a atenção para a cronologia tardia dos edifícios construídos sob a irradiação de Paço de Sousa –século XIII–, conforme justificam determinadas características do *dialecto*. E este aspecto é ainda corroborado pela anterioridade dos monumentos coimbrãos que foram, em geral construídos ao longo da segunda metade do século XII, pelo que seriam "obra acabada" (ou bastante evoluída) em tempo útil de poderem vir a influenciar as construções que tiveram início no século seguinte. Além do mais, estando já os estaleiros da cidade do Mondego bastante avançados, a necessidade de recurso a mão-de-obra via-se naturalmente diminuída, pelo que os seus artífices sentiram certamente a necessidade de ir procurar trabalho noutro local. E não nos podemos esquecer da preponderância económica que por então a região do Vale do Sousa mostrava pois, além da hegemonia das ordens monásticas que aí se estabeleciam, conhecia importantes apoios por parte da nobreza, de que é exemplo a relação dos Sousões com o Mosteiro de Pombeiro ou a ligação de Paço de Sousa à estirpe dos Riba-Douro através Egas Moniz, o *Aio* (m. 1146) de D. Afonso Henriques.

Há assim, no românico do Vale do Sousa, uma série de características constantes como as arcaturas de suporte das cornijas, a composição dos portais, a quase nula intervenção da figuração humana ao nível da representação escultórica e o carácter erudito da plasticidade dos ornamentos esculpidos nos quais é bem evidente um baixo-relevo planificado de corte biselado, mais gravado que modelado. São Vicente de Sousa atesta bem o emprego destes elementos.

Temos em São Vicente de Sousa uma inscrição que alude à data da dedicação da igreja e que se encontra gravada em dois silhares de granito à direita do portal lateral norte, na face externa do templo. Sigamos a proposta de leitura feita por Mário Jorge Barroca e que nos assegura que a igreja foi sagrada em 14 de Agosto de 1214 (BARROCA 2000, II-I: 679-681).

E(ra) M CC 2 II PR[i]DIE KaLendaS SepTemBRIS DEDICATA FUIT /
EC(c)LesiaM S(an)CT(i) VINCENCII M(arti)RIS A BRAC(r)ARE(n)SI ARCHI /
EP (iscop)O DMNO STEPHANO DOMNO FERNANDO /
REIMUNDI PRELATO ISTIus EC(c) L(esi)E EXISTENTE

Ficamos assim a saber que a cerimónia de Dedicação (*dedicata*) foi presidida pelo Arcebispo de Braga, D. Estêvão Soares da Silva (1212-1228) e foi promovida pelo prelado de Sousa, D. Fernando Raimundo. O dia em que ocorreu esta cerimónia coincidiu com um Domingo, como era canonicamente recomendado.

Assim, São Vicente de Sousa surge como um exemplar bem datado que, conjugado com o facto do românico da bacia do Sousa nos mostrar a já referida unidade, fez desta igreja um marco identificativo para a datação aproximada de outras igrejas da região, com base nos seus caracteres estilísticos. E esta inscrição vê ainda a sua autenticidade comprovada pelo facto de ter sido gravada quando os dois silhares que a compõem estarem já colocados na sua posição actual.

Também num arcossólio funerário, na face exterior da parede Sul da cabeceira, surge uma outra inscrição, com a data de 1162 (*Era 1200*): Era Mª CCª +

Todavia, o facto de ser rematada por uma cruz pode indicar um possível conteúdo funerário, tanto mais que esta inscrição se encontra associada a uma estrutura tumular. Se assim for, estamos diante do mais remoto testemunho datado para este tipo de solução arquitectónica funerária em Portugal (BARROCA 2000, II-I: 287). Também podemos estar diante de uma marca de pedreiro, facto que poderá aludir à comemoração da construção do arcosólio. Mas o que é certo é que esta inscrição assegura-nos que a capela-mor românica de São Vicente de Sousa já estava construída no terceiro quartel do século XII.

A igreja de São Vicente de Sousa é constituída por nave única e cabeceira rectangular, elementos que definem o seu carácter longitudinal. A actual cabeceira, muito profunda comparativamente à nave, é fruto de uma reconstrução que teve lugar logo no início do século XVIII. A reconstrução desta capela-mor manteve no exterior do edifício a sapata escalonada românica na qual se inscreve o arcossólio dotado da inscrição alusiva à data de 1162.

Tal como a maior parte das igrejas românicas, também São Vicente de Sousa está orientada, tendo a sua fachada principal voltada a Ocidente. O portal rasga um corpo avançado rematado em empena que o abriga, mas que também permite ampliar a sua profundidade. Este arranjo do portal repete-se noutras igrejas da região. Estamos diante daquele que é considerado um dos melhores testemunhos do chamado *românico nacionalizado*.

O portal é formado por três arquivoltas, sustentadas alternadamente por colunas de fustes cilíndricos e prismáticos, isentos de qualquer motivo decorativo. Esta alternância ao nível da composição das colunas é não só uma das características do românico desta região, como também é um testemunho da influência coimbrã (este esquema é bem visível, a título de exemplo, no portal lateral Sul a igreja de Santiago de Coimbra). As arquivoltas têm arestas vivas boleadas por toros que criam um jogo de molduras côncavas e convexas, pontuadas por pérolas.

Uma quarta arquivolta sustenta-se directamente sobre os pés-direitos desta estrutura avançada e mostra-nos uma ornamentação feita a bisel, típica desta região, formada por uma composição à base de círculos encadeados que abrigam no seu interior uma flor estilizada de oito pontas e que surge aplicada ao nível da sua face e intradorso, unindo-se o motivo por meio de uma aresta viva. Surge aqui um tema decorativo aparentado ao que vemos em algumas pedras do destruído portal axial da Sé do Porto e que se pode filiar em Coimbra (ALMEIDA 1978, 2: 271). Também o motivo das esferas das outras arquivoltas foi certamente transmitido directamente do portal principal da Sé Velha para o da Sé do Porto e, daqui, para São Vicente de Sousa. Recorde-se a notícia relativa a um tal de Mestre Soeiro (Anes), artista originário de Coimbra e que surge documentado como tendo trabalhado na Sé do Porto. A tão famosa notícia do *Livro Preto* da Sé-Velha de Coimbra também identifica Mestre Soeiro como sendo um dos três mestres da sua fábrica românica, ao tempo do Bispo D. Miguel Salomão (1162-1176). E esta transmissão sai ainda reforçada pela proximidade também patente na composição da arquivolta exterior que, ao prolongar o esquema das circunferências em torno de motivos florais, de umas aduelas para as outras, testemunha também este percurso de influências. E encontramos aqui mais um argumento favorável ao carácter tardio do românico da bacia do rio Sousa, fruto já de uma segunda geração de artistas.

Por fim, todo este conjunto de quatro arquivoltas é abraçado por um arco envolvente decorado com entrelaços formando círculos e que, sendo um dos elementos característicos da região do Sousa, tem também vindo a ser filiado em Coimbra. Os capitéis, quase todos diferentes, e as impostas decoradas com folhas de acanto, surgem, de acordo com a técnica escultórica praticada nesta região durante a época românica, talhados a bisel. A decoração de natureza vegetalista surge aqui com uma densidade única, conjugada com motivos fitomórficos. Tanto o tímpano como o lintel do portal são ornados com cruzes.

Todo o conjunto é encimado por um óculo que, ao modo de rosácea proto-gótica, ilumina o interior da nave através da sua grelha formada por jogos de círculos.

O que é certo é que aqui em São Vicente de Sousa estamos perante um exemplo acabado de uma fachada românica que, pelo cuidado posto na sua composição e técnica de construção, mas essencialmente pela forma como se apresenta monumentalizada, assume a função de *Porta do Céu*.

Já ao nível dos alçados laterais do edifício impera a simplicidade. Os paramentos são praticamente lisos, embora se deva chamar a atenção para o excelente corte do aparelho. Em ambos os alçados rasga-se um portal. O portal do lado sul apresenta um arranjo mais rico que o do lado norte. É formado por duas arquivoltas, assentes sobre pés-direitos e formadas por um jogo de molduras côncavas e convexas. O tímpano é relevado com uma cruz pátea, circundada por entrelaços. Este portal estava protegido por um alpendre de uma água ou mesmo por um claustro, conforme testemunha o vestígio de um lacrimal sobre mísulas a pontuar o paramento deste lado sul. Estas estruturas, porque construídas com materiais efémeros (como a madeira e a telha) não chegaram até aos nossos dias. Todavia, a sua existência é-nos ainda, e felizmente, acusada por estas mísulas que surgem um pouco por todo o nosso românico. Poderiam ter sido várias as funções destes espaços alpendrados no românico português, passando pelo local de reunião até ao simples abrigo dos fiéis. Já o portal da fachada norte acusa uma estrutura muito simples, formada por arco com uma quebra quase imperceptível e tem tímpano liso sobre consolas, também lisas.

Mas é ao nível do remate superior dos alçados laterais que encontramos um dos elementos mais característicos desta região: a cornija sobre arquinhos, assentes em cachorros lisos.

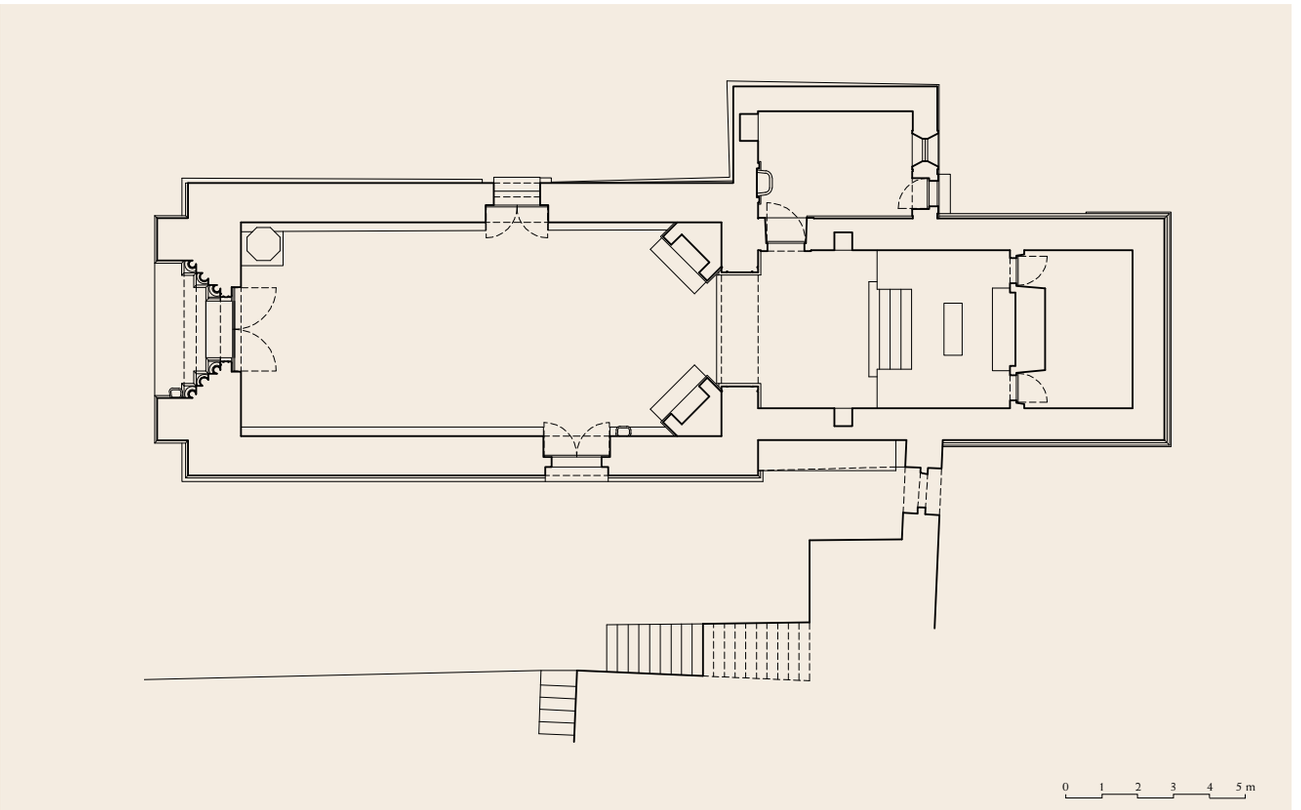
Também na fachada principal da Sé Velha de Coimbra vemos um testemunho deste motivo, comprovando uma vez mais a forte influência coimbrã do românico desta região.

No entanto, durante a Época Moderna a maior parte das construções de raiz medieval –românicas ou góticas– foram sujeitas a todo um conjunto de transformações e, por vezes, reconstruções. Assim, como já referimos, em inícios do século XVIII a capela-mor foi reconstruída a mando de Manuel de Azevedo de Vasconcelos, fidalgo da Casa de Sua Majestade, conforme atesta uma inscrição no exterior da cabeceira:

> ESTA. OBRA. MAN / DOU. FAZER. MANOEL. / D(E) AZEVEDO. DE. VAS / CONCELOS. FIDAL / GO. DA CASA. DE. SUA. M(A)G(ESTADE)

Embora esta inscrição não contenha em si qualquer data, um documento publicado por D. Domingos de Pinho Brandão informa-nos que devemos ao pároco José (ou João?) Pereira Pinto o acrescentamento da capela-mor, por volta de 1703 (BRANDÃO 1985: 156). Também por esta altura devem ter sido reconstruídas a torre e a sacristia, assim como terão sido abertas nos paramentos românicos da nave as grandes janelas rectangulares, duas de cada lado.

Durante esta Época Moderna, e particularmente durante o período Barroco, foi ainda, a igreja românica de São Vicente de Sousa, dotada de todo um conjunto de retábulos de talha dourada, de imagens de santos e de um conjunto de 30 painéis que passaram a revestir o tecto da capela-mor, com temática alusiva ao Martírio e aos Milagres de São Vicente Mártir, orago desta igreja.



Planta

Cremos, assim, ter provado a importância que a igreja de São Vicente de Sousa concentra em si ao ser um testemunho completo das características que vieram a definir o *românico nacionalizado* e que se afirmou na zona da bacia hidrográfica do vale do Sousa. Além disso, cremos ter também demonstrado que através desta igreja se manifestam não só as influências de origem coimbrã, mas também outras, vindas da zona do Porto.

Assim, toda esta exposição mostra-nos como o românico nacionalizado, testemunhado particularmente no portal de São Vicente de Sousa, foi beber a todo um variado conjunto de fontes. E só a sua miscigenação, num ambiente específico e localizado, tornou possível a definição das características tão particulares, e por isso *nacionalizadas*, que o românico do Vale do Sousa veio a assumir e a afirmar. Estas fontes encontraram a sua origem nas mais diversas localidades (manifestando diferentes modos artísticos) e só a sua transmissão já devidamente interpretada por uma cultura nascente possibilitou esta sua *nacionalização*. É por isso que o românico português, de um modo geral, assume um carácter indígena porque resultado da interpretação que fez das formas de raiz erudita que acolheu.

Texto: Maria Leonor Botelho - Plano: Sérgio Azevedo - Fotografias: Michael Schlapkohl

BIBLIOGRAFÍA

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *Arquitectura Românica de Entre Douro e Minho. Porto*, 1978, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2 vols., texto dactilografado.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *O românico*. *História da Arte em Portugal*, vol. 3, Lisboa, Publicações Alfa, 1986.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *O Românico*. *História da Arte em Portugal*, vol. 1, Lisboa, Editorial Presença, 2001.

BARROCA, Mário Jorge, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas, 1ª Edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2000, 4 vols.

BARROCA, Mário Jorge, *Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico (Séc. IX a XII)*, Separata da Revista "Portugália", Nova Série, vols. XI/XII, 1990/1991, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Instituto de Arqueologia, 1991, pp. 89-136.

BOTELHO, Maria Leonor, *A Igreja de São Vicente de Sousa e o* Românico Nacionalizado *da Região do Vale do Sousa*, Felgueiras, Câmara Municipal de Felgueiras (no prelo).

BRANDÃO, Domingos de Pinho, *Obra de Talha Dourada, Ensamblagem e Pintura na Cidade e na Diocese do Porto: Documentação II (1700 a 1725)*, Porto, s/n, 1985.

MACHADO, Rosário Correia (coord. geral) e ROSAS, Lúcia Maria Cardoso (coord. científica), *Rota do Românico do Vale do Sousa. Guia. S.L.*, Valsousa - Rota do Românico do Vale do Sousa, 2008.

MONTEIRO, Manuel, "Paço de Sousa (O Românico Nacionalizado)", in *Boletim da Academia Nacional de Belas-Artes*, Lisboa, Academia Nacional de Belas-Artes, 1943, XII, pp. 5- 21.

PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor, *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, Porto, Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna, 1999, 3 vols.

Felgueiras-Porto

Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro

Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro

SITUADO NUM AMPLO VALE, nas melhores terras agrícolas, Santa Maria de Pombeiro tem um tipo de implantação comum aos mosteiros românicos mais ricos de Entre-Douro-e-Minho, demonstrando a valorização das terras baixas, com abundância de água e de fácil regadio, que então acontece (ALMEIDA 2001: 113).

Pombeiro foi, na Idade Média, um dos mais importantes mosteiros beneditinos de Entre-Douro-e-Minho, em riqueza patrimonial e programa construtivo.

O Mosteiro terá sido fundado na segunda metade do século XI, uma vez que a primeira menção documentada data de 1102. Em 1 de Agosto de 1112, a condessa D. Teresa, que por morte de D. Henrique assumira então a chefia do condado portucalense, concede carta de couto ao mosteiro, tornando-o terra privilegiada com justiça própria na pessoa do seu abade (DIAS 1993: 44). Nesta época a comunidade monástica de Pombeiro seguia já os costumes cluniacenses transmitidos pelo mosteiro leonês de Sahagún (SOUSA: 2005: 68).

Pombeiro recebeu a protecção da mais alta nobreza, principalmente das famílias de Sousa (ou Sousões) e de Barbosa, cujos membros por várias vezes o elegeram como local de sepultura, o que explica a riqueza da comunidade e a dimensão do programa construtivo, bem como a existência de uma galilé funerária cuja ruína já estava patente em meados do século XVI.

Os Sousões, que detinham o padroado do Mosteiro, constituíam uma poderosa família cujos chefes de linhagem desempenharam o cargo de Mordomo-mor da corte. Destaca-se, nesta linhagem, o Conde D. Gonçalo Mendes de Sousa II. Filho do Conde D. Mendo, o Sousão e de D. Maria Rodrigues Veloso, casou com D. Teresa Soares de Riba-Douro. Ocupou o cargo de Mordomo-mor do rei D. Sancho I entre 1192 e 1211, cargo que o seu pai desempenhara entre 1186 e 1192. Depois de desavenças com D. Afonso II optou, como outros nobres, pelo exílio em Leão. Regressado a Portugal, exerceu novamente a função de Mordomo-mor de D. Afonso II em 1224, tendo ajudado o rei nas conquistas de Elvas, Serpa e Ayamonte (BARROCA 2000: 804-806).

Pombeiro insere-se num território onde se implantaram outros quatro mosteiros beneditinos durante a Idade Média: São Salvador de Travanca (Amarante), São Miguel de Bustelo (Penafiel), São Salvador de Paço de Sousa (Penafiel), e São Pedro de Cête (Paredes).

Era nestes conjuntos monásticos que reis e nobres estadiavam e que os peregrinos dispunham de albergaria e de serviços assistenciais. É significativo referir que estes cinco mosteiros estavam situados entre importantes vias medievais, uma que ia do Porto e se dirigia para Trás-os-Montes pelo porto de Amarante, e outra que da Beira, por Lamego, atravessando o Douro em Porto de Rei, se encaminhava para Guimarães e Braga. Deste modo, o Mosteiro de Pombeiro ficava no epicentro geográfico desses caminhos constituindo um pólo de apoio para os viajantes e peregrinos (DIAS 1994: 44).

As doações régias e das famílias da alta nobreza fizeram do Mosteiro uma instituição muito poderosa. As suas propriedades e as igrejas do seu padroado estendiam-se até Vila Real. A comunidade monástica de Pombeiro chegou a contar com um total de 37 igrejas, das quais detinha o direito de apresentação e de onde colhia rendas e dízimos, somando um rendimento um anual de 25.000 cruzados, património que fazia desta instituição um cobiçado potentado (LENCART 1997: 47).

O enriquecimento do Mosteiro foi decisivo para a construção do complexo monástico dotado de uma imponente igreja, quando apreciada no contexto do românico português de Entre-Douro-e-Minho. Terá sido durante o governo do D. Abade Rodrigo (1252-1276) que o conjunto monástico atingiu o seu mais notável aparato arquitectónico e artístico. A este abade se atribui a construção da desaparecida galilé funerária onde estavam pintadas as armas da antiga nobreza de Portugal.

A construção da igreja tal como hoje se apresenta –apesar de muito reformada nos séculos XVII e XVIII– corresponde à obra da época românica, provavelmente iniciada no último quartel do século XII, mas só terminada nos meados do século XIII. Assim parecem indicar a tipologia protogótica da rosácea da fachada ocidental, bem como a escultura e o alçado do portal axial.

O cronista da Ordem de São Bento, Frei Leão de São Tomás, dá-nos notícia, na sua obra *Benedictina Lusitana* (1651), da existência de uma aparatosa galilé de três naves cobertas por abobadas de pedra (SÃO TOMÁS 1651: 77). O *Inquérito à Vida dos Mosteiros na Arquidiocese de Braga*, realizado em 1568, regista a existência daquele espaço funerário e o seu estado de ruína (FERRO 1987: 161-206). Este documento não deixa dúvidas quanto à existência da galilé. No entanto, fará sentido interrogar o seu aparato e a sua monumentalidade sugeridas pela descrição de Frei Leão de São Tomás, sempre muito encomiástico relativamente à casas monásticas da sua Ordem.

Não faltam exemplos, na arquitectura românica portuguesa, de vestígios ou de notícias relativas a galilés ou ante-igrejas de função funerária. Em Santa Cruz de Coimbra os túmulos dos dois primeiros reis de Portugal, D. Afonso Henriques e D. Sancho I, estavam situados no nártex porticado e abobadado da torre. Este nártex, posteriormente demolido na reforma da igreja ocorrida no reinado de D. Manuel (1495-1521), antecedia o portal da igreja daquele mosteiro de Cónegos Regrantes de Santo Agostinho fundado em 1131.

No Mosteiro de São Salvador de Paço de Sousa (Penafiel) existiu um *corporal* anexo à fachada norte da igreja. Em Santa Cristina de Serzedelo (Guimarães) conserva-se a totalidade de uma ante-igreja funerária, e um semelhante espaço coberto existia em Sanfins de Friestas (Valença), anteriormente ao restauro que o demoliu em 1935. Há vestígios de galilés fronteiras à fachada em São Pedro de Ferreira (Paços de Ferreira) e em Freixo de Baixo (Amarante), entre outros exemplos.

A construção de galilés e capelas funerárias destinadas à tumulação terá começado no século XII. Durante largo tempo a igreja foi impondo a proibição de enterramentos no interior dos edifícios religiosos, com excepção dos corpos ou relíquias de santos. No entanto, a pressão exercida tanto pelos leigos como pelos membros do clero, acabou por conduzir à autorização da tumulação no interior dos templos. Esta procura de aproximação ao espaço sagrado começa pela colocação das sepulturas à porta das igrejas e logo depois no seu interior.

A adopção do termo *galilé*, para definir pórticos laterais ou fronteiros às igrejas, tem motivações funerárias. Era neste local que, nos mosteiros que adoptaram a Regra de São Bento, terminava a procissão em memória da *Paixão* e da *Ressurreição* de Cristo, ritual realizado ao Domingo. Depois de terem percorrido as alas do claustro os monges saíam para o pórtico fronteiro à igreja, onde comemoravam a última *Aparição de Cristo aos Apóstolos* num monte da Galileia, antes da *Ascenção*. Na Península Ibérica, esse alpendre foi designado de *galilé*, em clara analogia com a crença na Ressureição no dia do Juízo Final (SILVA 2005: 47-81).

A localização exacta da celebrada galilé de Pombeiro é um tema em aberto, tanto mais que a campanha de escavações arqueológicas realizada nos últimos anos parece revelar indícios da sua existência. A alteração da fachada ocidental ocorrida na Época Moderna e que resultou num avanço da mesma, pode ter contribuído para o desaparcimento da galilé.

A construção das torres entre finais do século XVII e o primeiro quartel do século XVIII conduziu à reforma da fachada, com a finalidade de dar mais luz ao templo e de permitir a construção de amplo coro alto e respectivo orgão. No triénio de 1719/1722 o muro encaixado

entre as duas torres e a respectiva rosácea, enquadrada em moldura de grande janela à maneira da Sé do Porto, foi deslocado para a frente, ficando alinhado com as torres.

A igreja apresenta três naves de três tramos e cabeceira escalonada composta por abside e absidíolos interna e externamente semi-ciculares e abobadados em pedra. As naves são cobertas por arcos-diafragma e madeira. O transepto está inscrito na planimetria das naves e ressalta a sua volumetria em altura.

A documentação garante que a capela-mor foi totalmente reconstruída em 1770. Contudo, o que mais interessa reportar aqui é o facto de sabermos que tal como os absidíolos remanescentes, a abside românica era de planta semi-circular como refere a documentação ao descrever a *"a meia laranja, em que terminava a Capela mór antiga"* (MEIRELES 1942: 66).

As cabeceiras com capelas semi-circulares, plenamente românicas, ter-se-ão afirmado, na região do Entre-Douro-e-Minho, no segundo quartel do século XII. Este sistema de cabeceira com abside e absidíolos escalonados e semi-circulares, interna e externamente, é mais frequente que o das capelas quadrangulares, nos casos das igrejas de três naves construídas no século XIII.

Apesar das transformações da Época Moderna, a igreja constitui um importante testemunho de arquitectura românica regional onde se miscigenaram todas as *nuances* do românico minhoto e tardio do sul do Lima, arquivoltas e palmetas de origem bracarense e temática floral já proto-gótica e onde se conjugaram influências dos estaleiros da Sé de Braga e da Bacia do Sousa.

O portal ocidental é um exemplar de notável escultura. Os capitéis, de inspiração vegetalista e de magnífica execução, demonstram uma mão muito hábil no domínio da escultura em granito e representam o que de melhor se esculpiu nesta região. Eles têm semelhanças nas igrejas de São Salvador de Unhão (Felgueiras) e de São Pedro de Ferreira (Paços de Ferreira). As impostas, constituídas por palmetas simplificadas, apoiam seis arquivoltas, três das quais apresentam unicamente molduras, sendo as restantes caracterizadas pela variedade dos motivos esculpidos. Em alguns exemplares encontramos animais afrontados, do tipo bracarense. Outros

apresentam palmetas e cabeças de animais de cujas bocas saem fitas, e outras ainda, de muito aprimorado relevo, apresentam decoração floral bem saliente.

Nos absidíolos, a cornija assenta em arcaturas como nos exemplos similares das igrejas de São Vivente de Sousa (Felgueiras), de São Salvador de Fonte Arcada (Póvoa de Lanhoso) e de São Pedro de Ferreira (Paços de Ferreira). Também a organização exterior das capelas laterais tem semelhanças com os dois últimos exemplos mencionados.

Na fachada mantém-se a primitiva rosácea, bastante ampla, já protogótica, com um enquadramento semelhante à rosácea da Sé do Porto.

Já os alçados laterais, desenvolvem-se segundo os esquemas da Época Moderna, ou seja, mostram soluções cenográficas, típicas dos esquemas estimados na arquitectura e na decoração rocócó.

A importância do Mosteiro de Pombeiro e a dimensão e escala da sua igreja são indicadores suficientes para pensarmos que a quadra, actualmente definida pelo inacabado claustro da Época Moderna, se aproxima da dimensão do claustro medieval. As campanhas de escavações arqueológicas, levados a cabo nos últimos anos, poderão revelar novos dados sobre a sua arquitectura.

Nestas campanhas foram já identificadas duas estrututas de fundição de sinos cujos espólios e estratigrafias correspondem à época românica. Uma destas estruturas encontra-se no claustro e a outra na nave central da igreja.

Os dois túmulos com estátuas jacentes que se encontram à entrada da igreja, na zona abrigada pelo coro alto, são datáveis do final do século XIII e do início do século XIV (BARROCA 1987: 459). As arcas faziam parte do importante núcleo funerário que ocupava a galilé do Mosteiro, panteão da nobreza de Entre-Douro-e-Minho, posteriormente destruída como foi já mencionado.

Um dos sarcófagos ostenta, na cabeceira, ocupando a secção do arcaz e da tampa, um escudo de armas com quatro palas. No lateral direito, encontra-se um relevo rectangular onde

foi iconografado um cavaleiro. As mesmas armas encontram-se repetidas no punho da espada que o jacente segura e na parte inferior da sua bainha (BARROCA 1987: 459). O tumulado deverá ser Gonçalo Mendes de Sousa, falecido antes de 1286, que usava as armas dos de Lima, por parte da mãe (PIZARRO 1995: 202).

Na tampa do túmulo há ainda um aspecto inédito e original, já que o nobre repousa sobre o leito coberto por um lençol pregueado. Esta solução só viria a ser utilizada no segundo jacente de Pombeiro, permanecendo os dois casos isolados no panorama da escultura funerária portuguesa, recordando exemplos galegos onde devem ter ido buscar influências (BARROCA 1987: 459).

A estátua jacente do primeiro túmulo retrata um nobre já de certa idade, com cabelos longos e ondulados e barba tratada de forma semelhante, cuja cabeça repousa sobre uma dupla almofada. Este nobre traja vestes civis com túnica e capa, apresentando a primeira um pregueado vertical e paralelo e a segunda, pregas curvilíneas, onde se detecta uma preocupação mais realista. Encontra-se calçado e ostenta esporas compridas, à boa maneira medieval. Os seus pés estão figurados no mesmo sentido, ambos voltados para o lado esquerdo, acompanhando o volume em duas águas onde o jacente foi esculpido, e estão pousados sobre uma almofada. Ao centro da figura foi representada uma longa espada, que o defunto segura com ambas as

mãos. Esta arma apresenta um pequeno brasão no terminal do circular do punho, motivo que se volta a repetir-se na protecção da baínha da espada (BARROCA 1987: 460).

O segundo jacente, mais tardio, deixa transparecer a influência do primeiro exemplar, podendo ter sido talhado pelo mesmo artista. Na arca está esculpido, em placa rectângular e em baixo-relevo, um nobre a cavalo. Em solução semelhante ao outro exemplar este apresenta um escudo de armas, onde se divisam cinco flores-de-liz. A posição do jacente é pouco comum, já que o nobre não se encontra deitado em decúbito, como é habitual na maioria dos jacentes portugueses, mas repousa apoiando-se sobre o lado esquerdo. Outra novidade deste jacente é o facto de arma não se encontrar deposta sobre o corpo mas antes colocada ao lado deste, sobre o lençol que cobre o leito.

Este túmulo deverá ser de D. João Afonso de Albuquerque, 1.º Conde de Barcelos que se fez tumular em Pombeiro, tendo deixado testamento datado de 1304. Uma vez que as armas dos Senhores de Albuquerque são precisamente cinco flores-de-liz, tudo leva a crer que este túmulo seja do 1.º Conde de Barcelos (BARROCA 1987: 461).

Em Pombeiro conservam-se cinco epígrafes dos séculos XII, XIII e XIV. Ora de motivação funerária, ora registando a deposição de relíquias nos altares do Mosteiro ora ainda referindo-se à fundação da igreja românica, este conjunto de inscrições contribui para o conhecimento da sua história.

Na face interna da parede do transepto, do lado da Epístola e junto à porta de acesso ao claustro, conserva-se uma inscrição datada de Maio de 1199. É uma inscrição funerária relativa a D. Gonçalo, onde se registou:

E(ra) M CC XXXVII [...] / MAII HIC REQUIESCE[t] [...] / GUNDISALVus Q (u) FUnDAV[it] [...]

O epitáfio de 1199 e a sua localização, no transepto do templo, indiciam que o referido D. Gonçalo desempenhou um papel fundamental na vida do mosteiro, tendo sido um dos seus abades. Quanto à expressão "*Qui Fundavit...*", tendo em conta a data inscrita, é provável que se reporte ao lançamento da fábrica românica de Pombeiro. (BARROCA 2000: 544-545).

Gravada em dois silhares de granito, embutidos na parede Leste do transepto, na esquina com o absidíolo Sul, conserva-se a inscrição comemorativa da deposição de relíquias na Igreja do Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro, onde se registou:

HEC / Sunt / RELIQuiE / QUE / HI (c) / SEDEnT / PET(r)I / P(aul)I / ANDRE / IACOBI THOME

Esta inscrição deve ter sido gravada para comemorar e revelar a natureza das relíquias depositadas nos altares do Mosteiro (BARROCA 2000: 578-579). Apesar de se tratar de uma inscrição não datada, a sua cronologia não deve afastar-se muito dos finais do século XII, devendo ser associada à reconstrução românica que o Abade D. Gonçalo terá iniciado.

A igreja guarda ainda uma inscrição funerária alusiva a D. Vasco Mendes de Sousa, gravada na tampa da sua sepultura e datada de 10 de Março de 1242. Procedente da galilé funerária, foi recolhida no átrio junto do portal aquando da demolição da galilé. Aí se encontrava entre os séculos XVII e XIX. No século XX passou para o interior da igreja encontrando-se hoje, à esquerda de quem entra, por baixo do coro-alto e encostada à parede Norte da nave.

VI : IDUS : MARTII : OB(iit) : DO(m)NUS : VELASC[us] / MENE(n)DI : FILI(us) : COMITIS : DONNI [Sic] / MENENDI : E(ra) : MCC 2XXX

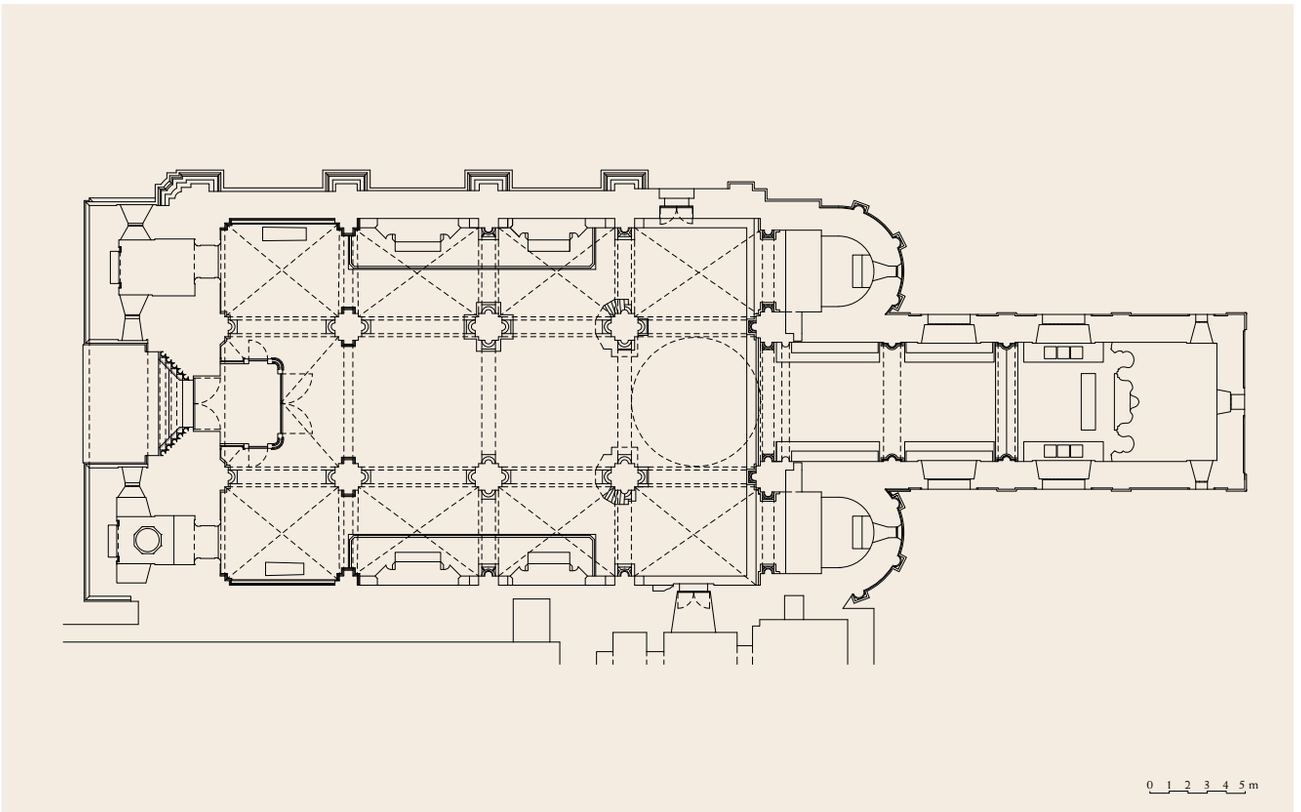
D. Vasco Mendes de Sousa era filho do Conde D. Mendo, o Sousão, e de D. Maria Rodrigues Veloso. D. Vasco Mendes de Sousa não foi casado, mas teve descendência ilegítima. Deteve a tenência da Terra de Jales em 1224, a tenência da Terra de Bragança entre 1233 e 1236 e, ainda a de Panóias entre 1229-1235 (BARROCA 2000: 789-797).

Na base do portal Ocidental da igreja, à direita de quem entra, permanece uma outra inscrição funerária cuja leitura é a seguinte:

HIC : IACET [...] / PETRI

Esta inscrição foi truncada pela alteração que a fachada da igreja sofreu no século XVII. O seu local de implantação conduziu a aventar a hipótese de a inscrição estar incluída no espaço da destruída galilé do Mosteiro. Apesar de não ser possível identificar a quem se refere, a datação desta epígrafe deverá corresponder ao século XIII (BARROCA 2000: 1215).

No claustro do Mosteiro, gravada em silhar da parede da ala Leste, a inscrição funerária, datada de 1364, de D. João Peres, Prior Crasteiro, esteve largo tempo oculta pelo revestimento de azulejos. A sua leitura é a seguinte:



Planta

[hi]C : IACET : IOHaNniS : PE / [tr]I : Q(u)i : FUIT : PRIOR : IST : /
[m]ONasterii : Era : Mª : CCCª < C . III >

O facto de a inscrição se encontrar truncada revela que o silhar não se encontra no local original, tendo sido necessário adaptar a peça ao espaço disponível na parede do claustro. A identificação de D. João Peres é tarefa mais complexa uma vez que este *prior* não se encontra documentado (BARROCA 2000: 1794).

Enquadrada actualmente no retábulo-mor da igreja do Mosteiro de Pombeiro, a escultura da padroeira, *Santa Maria*, era uma devotíssima imagem ainda durante os séculos XVII e XVIII, conforme garante Frei Agostinho de Santa Maria.

A imagem de *Nossa Senhora* de Pombeiro é uma escultura em madeira dourada e policromada, de consideráveis dimensões, apresentando a *Nossa Senhora* em pé, segurando o Filho no braço esquerdo, e que ostenta, na mão direita, um ceptro (colocado no século XVIII, quando se dourou de novo a imagem). O *Menino* está sentado no braço da *Mãe* em posição entronizada, revelando uma fisionomia quase adulta. Esta escultura que deve ser enquadrada na época gótica, talvez nos finais do século XIV, certamente bastante retocada em épocas posteriores.

Texto: Lúcia Rosas - Plano: Pedro Azevedo - Fotografias: Michael Schlapkohl

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *O Românico. História da Arte em Portugal*, vol. 1, Lisboa, Editorial Presença, 2001.

BARROCA, Mário Jorge, *Necrópoles e Sepulturas Medievais de Entre-Douro-e -Minho. (Séc V a XV)*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1987.

BARROCA, Mário Jorge, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422). Corpus Epigráfico Medieval Português*, vol. II, tomo I, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2000.

DIAS, Geraldo J. A. Coelho, "O Mosteiro de Pombeiro e os beneditinos nas origens de Felgueiras", *Felgueiras - Cidade*, Felgueiras, Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Felgueiras, ano 1, nº 1, Junho de 1993.

FERRO, Adérito Gomes Ferreira Paulo, "Inquérito à vida dos Mosteiros na Arquidiocese de Braga sob D. Fr. Bartolomeu dos Mártires", *Actas do II Encontro sobre Historia Dominicana*, t. III, Porto, Arquivo Histórico Dominicano, 1987, pp. 161- 206.

LENCART, Joana, *O Costumeiro de Pombeiro. Uma comunidade Beneditina no século XIII*, Lisboa, Editorial Estampa, 1997.

MEIRELES, Fr. António da Assunção, *Memórias do Mosteiro de Pombeiro*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1942 (Ms. do século XVIII).

PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor, *Os Patronos do Mosteiro de Grijó (Evolução e Estrutura da Família Nobre. Séculos XI a XIV)*, Ponte de Lima, Edições Carvalhos de Basto, 1995.

SÃO TOMÁS, Frei Leão de, *Beneditina Lusitana* (Introdução e notas de José Mattoso), Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1974, vol. II (1.ª ed., Lisboa, 1644-51).

SILVA, José Custódio Vieira da, "Memória e Imagem. Reflexões sobre a Escultura Tumular Portuguesa (séculos XIII e XIV)", *Revista de História da Arte*, Lisboa, Instituto de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, nº 1, 2005, pp. 47-81.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (dir.), *Ordens Religiosas em Portugal. Das origens a Trento - Guia Histórico*, Lisboa, Livros Horizonte, 2005.

Leiria e Meda-Guarda

Castelos de Pombal e de Longroiva

Castelos Templários de Pombal (Leiria) e de Longroiva (Meda-Guarda)

A Ordem do Templo, oficialmente denominada *Fratraes militae Templi*, foi fundada em 1118 ou 1119, na Terra Santa, por Hugues de Payens, Godefroy de Saint-Omer e outros cavaleiros franceses, sob a protecção do rei de Jerusalém, Balduíno II († 1131) (Barroca 1997: 172), com o expresso objectivo de combater os infiéis (Fonseca 2001: 337). Por intercessão de São Bernardo (1090-1153), o Papa Honório II (1124-1130) confirmou oficialmente a existência desta Ordem Militar no Concílio de Troyes, em Janeiro de 1928. Também devemos ao fundador da Ordem de Claraval a redacção dos seus estatutos –*De laude novae militae ad Milites Templi*–, texto fundamental para a compreensão do espírito fundacional desta milícia e, de uma maneira geral, das demais ordens militares (Idem: 337).

Coincidindo com o Concílio, Hugues de Payens desloca-se à Europa, em 1127-1128, para recolher apoios mais explícitos à sua causa. É neste contexto que surge o mais antigo documento que testemunha a presença dos Cavaleiros da Ordem do Templo em Portugal, também datado de Março de 1128 (Barroca 1997: 172; Fonseca 2001: 337). Trata-se de uma doação através da qual a condessa D. Teresa (1080-1130) lhes conferiu a posse do castelo e da terra de Soure (Coimbra), assim como de todo o território situado entre Coimbra e Leiria. Em 1129 ou 1130, D. Afonso Henriques (1943-1985), ainda Infante, "confirma" esta doação de Soure (Barroca 1997: 173).

No entanto, aquilo que nesta região era doado aos Templários não era um castelo e território "apetecíveis", mas antes uma área destruída por eventos de um passado recente, mal povoada e com carência de estruturas defensivas (Barroca 1997: 172). Não nos podemos esquecer da investida almorávida ocorrida em 1116. As notícias da sua aproximação tinham levado a população de Soure a refugiar-se em Coimbra, não sem antes incendiar a sua vila e castelo, destruindo meios de subsistência e inviabilizando a utilização desse ponto para a fixação do exército inimigo (Idem: 173). Não nos podemos esquecer, ainda, da importância estratégica crescente deste território, que saiu amplamente reforçada quando D. Afonso Henriques se fixou em Coimbra a partir de 1131, fazendo da cidade do Mondego "capital" do reino germinante (Idem: 172).

Assim, é muito importante o papel desempenhado por esta Ordem Militar ao nível da ocupação territorial e do povoamento dos locais que lhe eram doados. Naturalmente que este papel não é exclusivo dos Templários. Também as Ordens de Santiago, do Hospital ou a de Avis desempenharam funções idênticas (Fonseca 2001: 338). Foram vários os espaços de fronteira confiados às Ordens Militares, responsáveis pela conquista de significativas parcelas de território, passando também a velar pela sua defesa.

De facto, ao longo da segunda metade do século XII e durante o século XIII, as Ordens Militares foram contempladas com amplas doações régias, testemunho indirecto do facto delas serem, na sua época, as organizações detentoras dos mais avançados conhecimentos militares, quer na arte de fazer a guerra, quer na arte de erguer fortificações (Barroca 1997: 171). Neste contexto, a principal área geográfica onde se distribui o património dos Templários situa-se entre o Mondego e o Tejo, entre Soure e Almourol, a poente, e, na vertente meridional da serra da Estrela até ao Rosmaninhal, na zona limítrofe com a fronteira leonesa (Fonseca 2001: 338).

A década de 1150 surge como um marco de viragem no percurso da Ordem do Templo em Portugal. Depois de ter permanecido por cinco anos no Próximo Oriente, onde participou no âmbito da II Cruzada (pregada por S. Bernardo em 1146) na tomada de Escalona (1153), no cerco de Antioquia e onde combateu forças do Rei da Síria e do Sultão do Egipto, D. Gualdim Pais (1118-1195) regressa ao Reino (BARROCA 1997: 176). Sendo desde logo nomeado Mestre da Ordem do Templo em Portugal, o período associado ao seu Mestrado surge como o momento de maior projecção desta Ordem entre nós.

Em 1159, D. Gualdim Pais assinaria a Carta de Foral de Redinha, o primeiro diploma do género que os Templários outorgariam para incentivo do povoamento das terras que lhes estavam confiadas e, no ano seguinte, dava início à construção do Castelo de Tomar, aquele que veio a ser a casa-mãe dos Templários em Portugal (BARROCA 1997: 177). Durante a década de 1160, os Templários concentraram todo o seu esforço na construção do Castelo de Tomar, desde logo concebido como arrojada estrutura fortificada (Idem: 179). Reflexo da acção desenvolvida por esta Ordem Militar, em 1169 D. Afonso Henriques doa-lhes a terça parte de todas as terras que os freires viessem a conquistar além-Tejo, com a condição de que os seus rendimentos fossem utilizados ao serviço de Deus e do rei (Idem: 179).

É, pois, neste amplo território controlado pelos Templários que vamos ver inaugurado um período de grande actividade construtiva e reformadora nos diversos castelos tutelados por esta Ordem Militar, cujas estruturas defensivas foram reformuladas e actualizadas (Idem: 179). Assim, foram promovidas reformas nos castelos de Pombal (1171) e de Longroiva (1174), bem como a construção de raiz do castelo de Almourol (1171), tudo obras testemunhadas por epígrafes. Este movimento de reforma das estruturas castelares seria acompanhado pela outorga de cartas de Foral a diversas localidades como forma de incrementar o povoamento (Idem). Destaquemos, pois, os exemplos de Longroiva e Pombal.

O Castelo de Pombal, cuja construção terá sido iniciada por D. Gualdim Pais em 1155 ou 1156 (BARROCA 2000, II-I: 360), é um dos protótipos da arquitectura militar desta região Centro (ALMEIDA 2001: 146). Fundado num cabeço da povoação, o seu nome talvez possa ser explicado pela existência de um sistema de informações baseado em pombos-correios que aí teriam o seu habitáculo, conforme era uso nesse tempo.

Quando D. Afonso Henriques entregou este território, depois denominado de Pombal, aos Templários, esta zona era deserta e a grande preocupação d'*O Conquistador* foi a de criar um sistema defensivo poderoso, sempre alerta contra as iminentes investidas muçulmanas (ALMEIDA 1989: 47). Deste modo, este castelo desempenhou um papel fundamental na organização da defesa militar a Sul de Coimbra e na estruturação dos domínios desta Ordem na Estremadura (BARROCA 2000, II-I: 360). Daí que se coloque a hipótese de ter pertencido a este castelo de Pombal uma importantíssima inscrição, e que actualmente se encontra no Castelo de Tomar (embutida na parede exterior da Sacristia Velha do Convento de Cristo), que comemora os feitos daquele que foi o mais prestigiado Mestre da Ordem do Templo em Portugal e a quem, em grande parte, esta ficou a dever a confiança depositada pelo monarca português (Idem: 348-361):

E(ra) : M : CC : VIII : MAGISTER ⁞ GALDINUS ⁞ NOBILI ⁞ SIQUI / DEM ⁞ GENERE ⁞ BRACARA ⁞ ORIUNDUS ⁞ EXTITIT ⁞ TEMPO / RE ⁞ AUTEM ⁞ ALFONSI ⁞ ILLUSTRISSIMI ⁞ PORTUGALIS ⁞ RE / GIS ⁞ HIC ⁞ SECULAREM ⁞ ABNEGANS ⁞ MILICIAM ⁞ IN ⁞ / BREVI ⁞ UT ⁞ LUCIFER ⁞ EMICUIT ⁞ NAM ⁞ TEMPLI ⁞ MILES ⁞ GENEROSO / LIMAM ⁞ PECIIT ⁞ IBIQ(u)E ⁞ Per Q(u)INQ(u)ENNIUM ⁞ NON ⁞ IN ⁞ HERMEN ⁞ VITAM ⁞ / DUXIT ⁞ CUm ⁞ MAGISTRO ⁞ ENIM ⁞ SUO ⁞ CUm ⁞ FRATRIBUSQ(u)E ⁞ IN PLETISQ(u)E ⁞ / PRELLIS ⁞ con(tr)a ⁞ EGIPTI ⁞ ET ⁞ SURIE ⁞ INSURREXIT ⁞ REGEM ⁞ CUMQ(u)E ⁞ ASCALONA ⁞ CAPERETUR ⁞ / PRESTO ⁞ EUm ⁞ IN ⁞ ANTIOCHIAm ⁞ PerGENS ⁞ SEPE ⁞ con(tra) ⁞ SULDAN ⁞ DECIONE ⁞ DIMICAVIT ⁞ POST ⁞ Q(u)INQ(u)E / NNIUm ⁞ VerO ⁞ AD ⁞ PREFATIUM ⁞ Q(u)I ⁞ EUm ⁞ EDUCAVERAT ⁞ ET ⁞ MILITEM ⁞ FECERAT ⁞ VER(ER)SUS ⁞ EST : REGEm / ⁞ FACTUS ⁞ DOMUS ⁞ TEMPLI ⁞ PORTUGALIS ⁞ PROCURATOR ⁞ HOC ⁞ conSTRUXIT ⁞ CASTRUM ⁞ PALUmBAR ⁞ THOMAR ⁞ / OZEZAR ⁞ ET ⁞ HOC ⁞ Q(u)OD ⁞ DicituR ⁞ ALMORIOL ⁞ ET ⁞ EIDANIAM ⁞ ET ⁞ MONTEM ⁞ SANCTUM

Alguns autores defendem também que esta lápide comemorativa e laudatória da actuação de D. Gualdim Pais possa ser proveniente do Castelo de Almourol, sendo que a sua transferência para Tomar, casa-mãe da Ordem do Templo em Portugal, terá sido motivada pelo interesse histórico e biográfico que ela possuía (BARROCA 2000, II-I: 354).

É o Foral de Pombal, outorgado por D. Gualdim Pais, em 1174, que nos indica, através da curiosa forma de assinalar a data, que o início da construção do Castelo teria começado dezoito anos antes de 1174: *Facta firmanenti karta a construtione Opidi anno decimo octavo mense inunio Era Millesima Dicentesima XX^a* (BARROCA 2000, II-I: 360). Dois anos depois, ou seja, em 1176, este Foral foi confirmado. Um outro dado aponta a construção do Castelo de Pombal para cerca de 1155, pois em 1184-1185, o presbítero Cipriano referia que se lembrava de assistir ao povoamento de Pombal, Ega e Redinha uns oito anos depois da reconquista de Santarém, ocorrida em 1147 (Idem). Por fim, e tendo em conta os dados fornecidos pela inscrição retirada para o Castelo de Tomar, a Torre de Menagem de Pombal terá sido edificada em 1171.

Mário Jorge Barroca considera o Castelo de Pombal como sendo a primeira obra de vulto da iniciativa de D. Gualdim Pais, cuja paternidade é ainda assegurada por uma série de documentos, como o já citado Foral de Pombal ou uma Bula de Urbano III (1185-1187), datada de 1187 (BARROCA 1997: 176). Os aspectos construtivos do castelo reflectem, para este autor, a notável concepção que presidiu à construção desta fortaleza, sem dúvida invulgar para a época e para o panorama nacional, recordando paralelos dentro das fortalezas almorávidas, também elas com perímetros poligonais irregulares e sistematicamente flanqueadas por torreões (BARROCA 1997: 189).

De facto, o Castelo de Pombal apresenta uma planta escudiforme, constituída por uma muralha relativamente ampla e flanqueada nas inflexões, mas também nos troços de muro relativamente mais extensos, por nove torreões de planta predominantemente rectangular. Os

panos de muralha são circundados por adarve e rematados por merlões prismáticos. Edificada com orientação Noroeste-Sudeste, esta fortaleza românica foi rasgada por duas portas, uma amuralhada, flanqueada por torreões e próxima da Torre de Menagem, e outra do lado oposto. No interior do castelo erguiam-se diversas construções destinadas aos Freires, as quais comportavam um pequeno templo, a Igreja de São Miguel, e uns Paços destinados ao Mestre da Ordem.

A Torre de Menagem ergue-se nas proximidades da entrada do castelo, completando a sua defesa. Voltada ao pátio, a sua fachada principal está cintada por dois contrafortes, reveladores de problemas construtivos ao nível da sua estabilidade e que explicam o aspecto mais largo do que alto desta estrutura, apesar de apresentar proporções semelhantes às de outras Torres de Menagem do século XII (BARROCA 1997: 190). Além de ser coroada por um conjunto de merlões, esta Torre também tem alambor. O seu aparelho pouco cuidado lembra-nos ainda que estamos diante de uma das mais arcaizantes construções do seu género em Portugal (ALMEIDA 2001: 146).

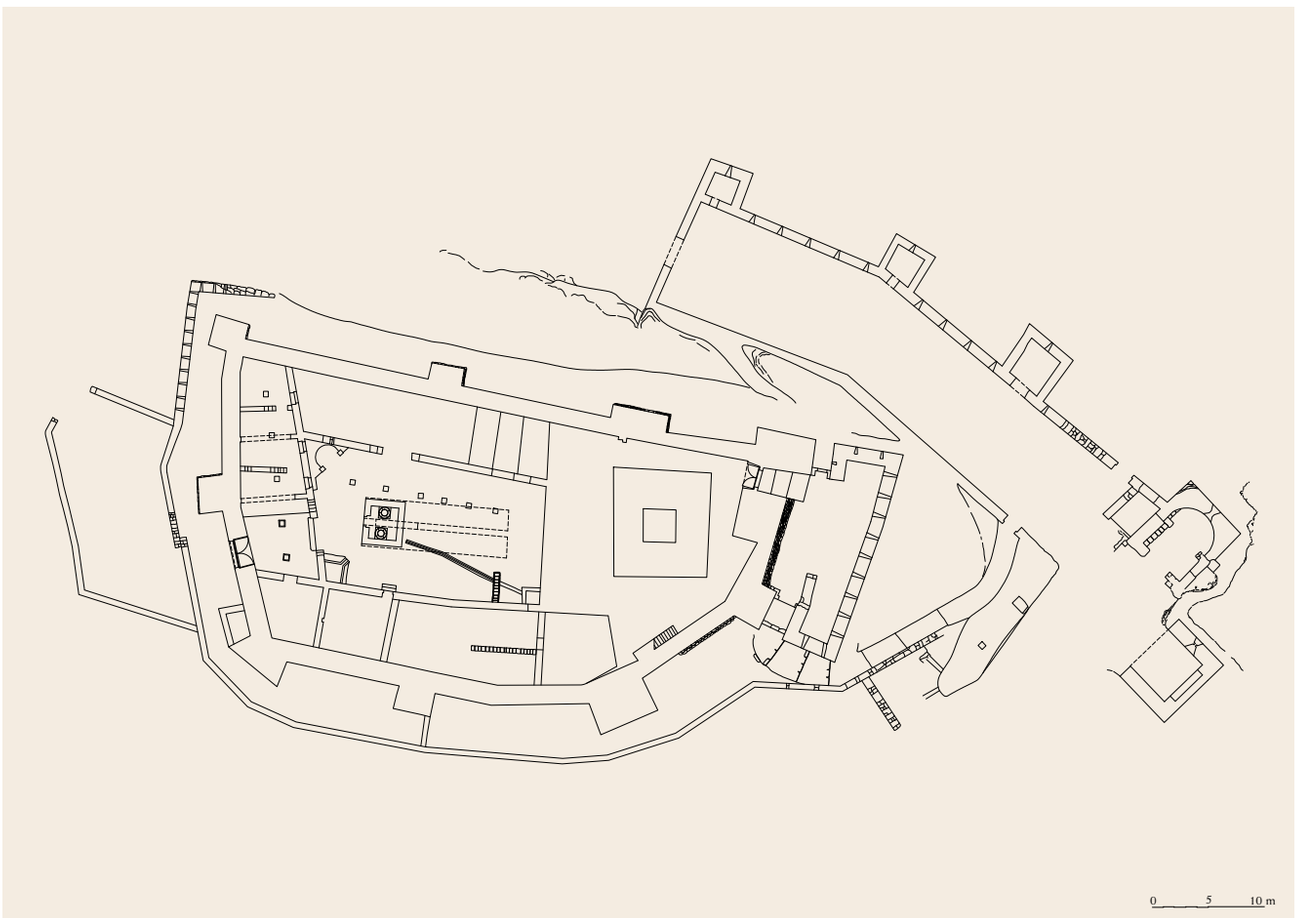
Mas, a construção da Torre de Menagem de Pombal foi acompanhada por uma reformulação do sistema defensivo de acesso ao interior da fortificação, pois também o pano de muralha que se desenvolve à esquerda da porta de entrada recebeu alambor (BARROCA 1997: 190). Ainda por esta ocasião acrescentou-se um corpo defensivo mais baixo, à maneira de barbacã de porta, munido com seteiras estribadas, o que denuncia uma vez mais a modernidade e inovação de que se revestiu esta intervenção templária em Pombal (Idem).

No entanto, da época românica apenas permanecem como vestígios a Torre central e uma parte da cortina de muralhas, no lado Leste (ALMEIDA 1986: 138). De facto, este castelo foi profundamente remodelado na época gótica e, mais tarde, na manuelina. Foi certamente esta transformação que uniu, numa só cerca com cortinas altas e barbacã, a parte castelar de cima e a de baixo, pois a topografia e a análise dos alicerces dão-nos a entender que a cerca da época

românica era bastante mais pequena, englobando apenas a área superior e tendo ao centro a actual Torre de Menagem (ALMEIDA 2001: 146).

Foi a 10 de Junho de 1145 que os Templários, ainda governados por D. Hugo Martoniense, receberam das mãos de D. Fernão Mendes de Bragança e de sua Mulher, D. Sancha Henriques, filha do Conde D. Henrique e irmão de D. Afonso Henriques, o Castelo de Longroiva (BARROCA 1997: 174). Esta doação deve ter sido acompanhada, em data muito próxima, pela entrega dos castelos de Penas Róias e Mogadouro, ambos na região de Trás-os-Montes e também sob a iniciativa do mesmo D. Fernão, detentor da tenência da Terra de Bragança entre 8 de Julho de 1128 e 29 de Julho de 1145 (Idem).

Planta



O Castelo de Longroiva é um dos dez castelos referidos por D. Flâmula Rodrigues (ou D. Chamôa Rodrigues), sobrinha de D. Mumadona Dias (c.900-968), na célebre doação feita ao Mosteiro de Guimarães através do seu testamento datado de 960 (Barroca 1997: 187), pergaminho que se reveste de particular interesse para o estudo da castelologia medieval portuguesa, por revelar que eram seus vários castelos na zona da Beira Interior, a Sul do Douro (Barroca 1991: 95). Das estruturas castelares da condessa D. Flâmula não sobreviveram grandes vestígios até aos nossos dias, mas o facto de Longroiva ser mencionado sugere que estamos diante duma estrutura considerada por então suficientemente importante para ser destacada de entre as restantes. No entanto, não encontramos quaisquer vestígios militares associados a essa época, sendo que os únicos elementos que nos confirmam o povoamento da zona, já durante o século X, são sepulturas escavadas na rocha, em afloramentos vizinhos do castelo (Barroca 1997: 187-188). Em 987 ou 997, o castelo de Longroiva caiu nas mãos das forças muçulmanas de Almançor (c. 938-002), sendo só reconquistado definitivamente pelas forças cristãs, na Campanha da Beira, organizada por Fernando Magno (1016-1065) em 1055-1085.

Como já se referiu, os Templários receberam um território hostilizado e bastante destruído para defender, povoar e administrar. Daí que a determinada altura tenham também sentido a necessidade de actualizar a sua linha de estruturas castelares, elementos fundamentais de defesa, mas também de sinal de posse, de um dado território. Foi, pois, neste contexto que terá tido início a reforma do castelo de Longroiva. Uma epígrafe datada de 1174 noticia a construção da sua torre de Menagem por D. Gualdim Pais (Barroca 2000, II-I: 389-391):

[in e]Ra : M CC: XII: MAGISTER / GALDINus : CONDUTOR : PORTUGALEN / SIUM • MILITUM • TEmPLI • REGNA / [nt]E ALFO(n)SO : PORTUGALE(n)SIUm REG(e) / CUM • MILITIBUS • SUIS • EDI / FICAVIT • HANC • TURRIS

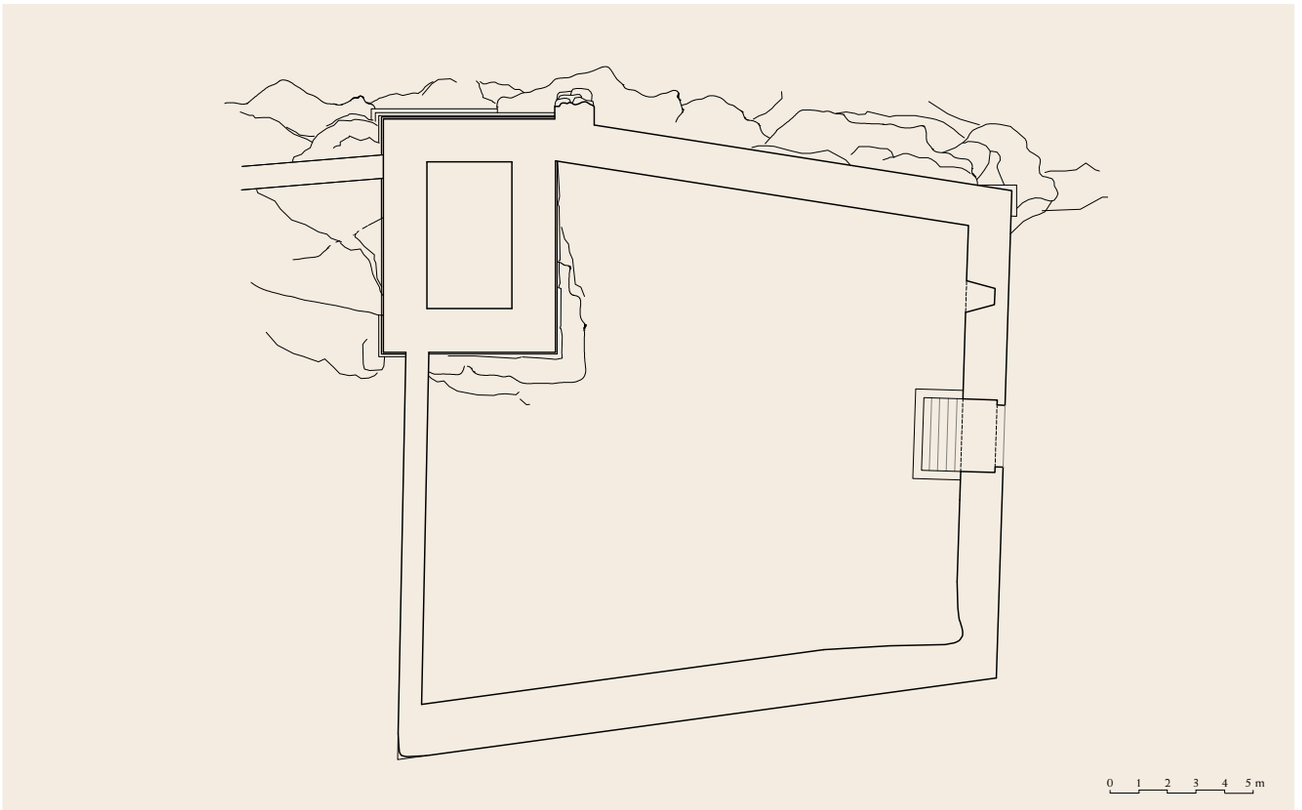
Esta inscrição encontra-se gravada em três silhares de granito, na parede da Torre de Menagem voltada à entrada do Castelo, ou seja, voltada a Poente e informa-nos que na *Era* de César de 1214, ou seja, em 1174, Gualdim, chefe dos Cavaleiros portugueses do Templo, mandou edificar esta torre com os seus soldados, reinando Afonso Rei de Portugal. Esta Torre tem cerca de vinte metros de altura e foi erguida numa fase completamente posterior ao resto da fortificação, como evidenciam as diferenças de aparelho destas estruturas (BARROCA 2000, I: 332).

O recinto amuralhado do castelo de Longroiva apresenta uma planta trapezoidal, com quatro lados e uma entrada única, rasgada a meio da face menor do circuito amuralhado (BARROCA 1997: 188). Parte desta muralha é relativamente antiga, podendo existir já no momento em que os Templários tomaram posse desta estrutura militar em 1145. A porta orientada a Sul, e que permite o acesso ao interior do recinto, é formada por arco de volta perfeita e encimada por cruz tendo, ainda, lateralmente, uma seteira cruciforme. Actualmente, este espaço cumpre funções cemiteriais.

De planta rectangular, e presentemente sem cobertura, a Torre de Menagem do Castelo de Longroiva, posicionada no ângulo Noroeste da muralha, destaca-se no contexto da arquitectura militar portuguesa por constituir o mais claro indício que conhecemos em território português da utilização da hurdício (BARROCA 2000, II-I: 391). A existência desta espécie de balcão fechado, com orifícios ou seteiras e matacães, surge aqui testemunhada pela presença de pequenos orifícios rectangulares, regularmente espaçados, abertos ao longo das quatro faces da Torre, junto do andar superior, nos quais se apoiava a sua estrutura de madeira. Além de estarmos diante de um dos raros exemplos de hurdício conhecidos em Portugal, estamos também diante do mais precoce de todos (BARROCA 1997: 188). Para Mário Barroca, este pormenor, tal como o facto de muito provavelmente terem sido os Templários a introduzir a Torre de Menagem em Portugal, reflecte como esta Ordem Militar era, na altura, a instituição que detinha os mais avançados conhecimentos da técnica de ataque e de defesa de fortalezas em todo o território (BARROCA 2000, II-I: 391). Os paramentos da Torre mostram um cuidado aparelho pseudo-isódomo em cujos silhares são visíveis bastantes siglas. Rasgada por estreitas frestas, que permitiam em tempos uma escassa iluminação dos seus vários pisos internos, esta Torre de Menagem é ainda coroada por um conjunto de merlões.

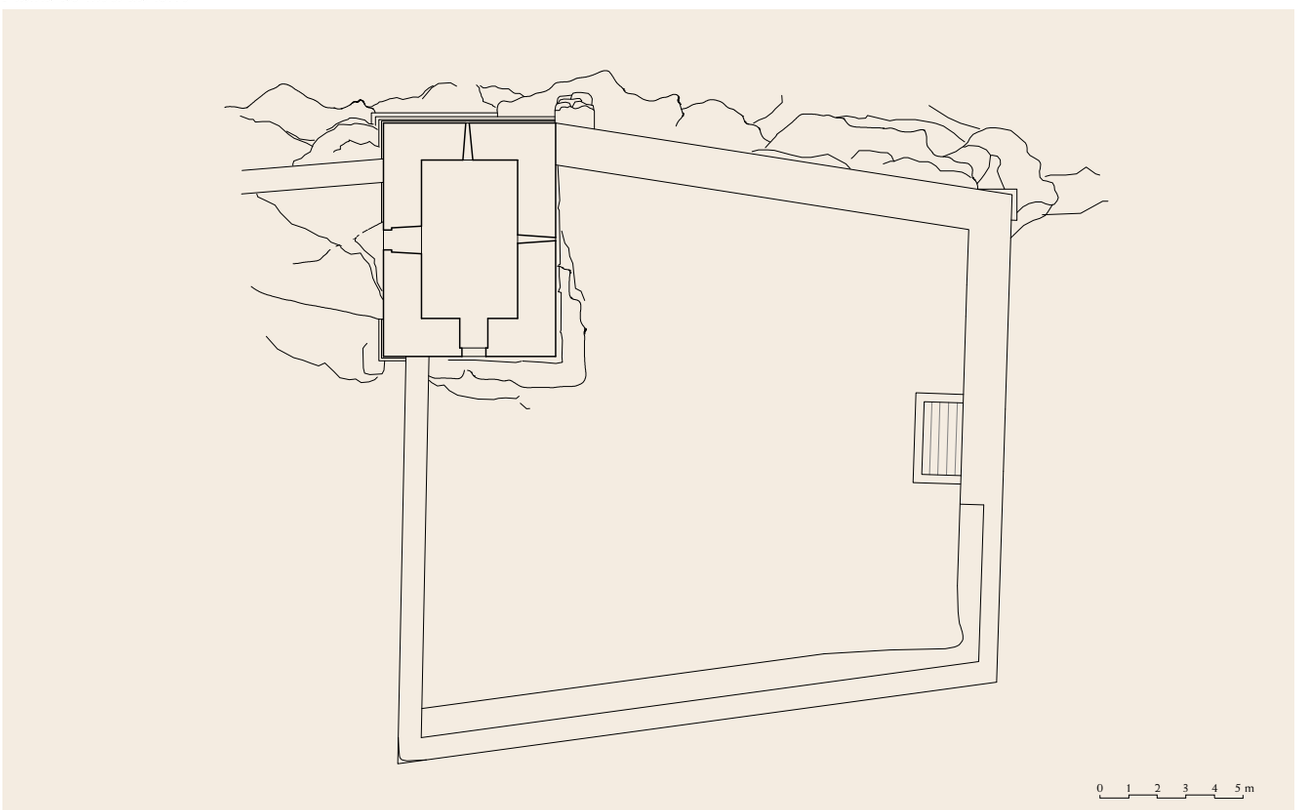
Constituindo um destes castelos uma estrutura fundada de raiz pelos Templários, sendo o outro fruto de uma reconstrução, o que é certo é que a ambos ficou associado o nome de D. Gualdim Pais, o grande Mestre da Ordem do Templo em Portugal durante a época românica. Testemunhos das mais inovadoras formas militares de construir, estes dois castelos (mas também todos os restantes associados a esta Ordem Militar) destacam-se pelas inovações introduzidas na arte de construir estruturas militares, mas também na arte de defender e atacar estes redutos altaneiros de defesa. Por fim, estes castelos servem bem como exemplo de uma época em que Reconquista, povoamento/ocupação do território e arquitectura (militar e religiosa) andam a par e passo, comungando de um mesmo ideal, o da definição e afirmação de um Reino nascente.

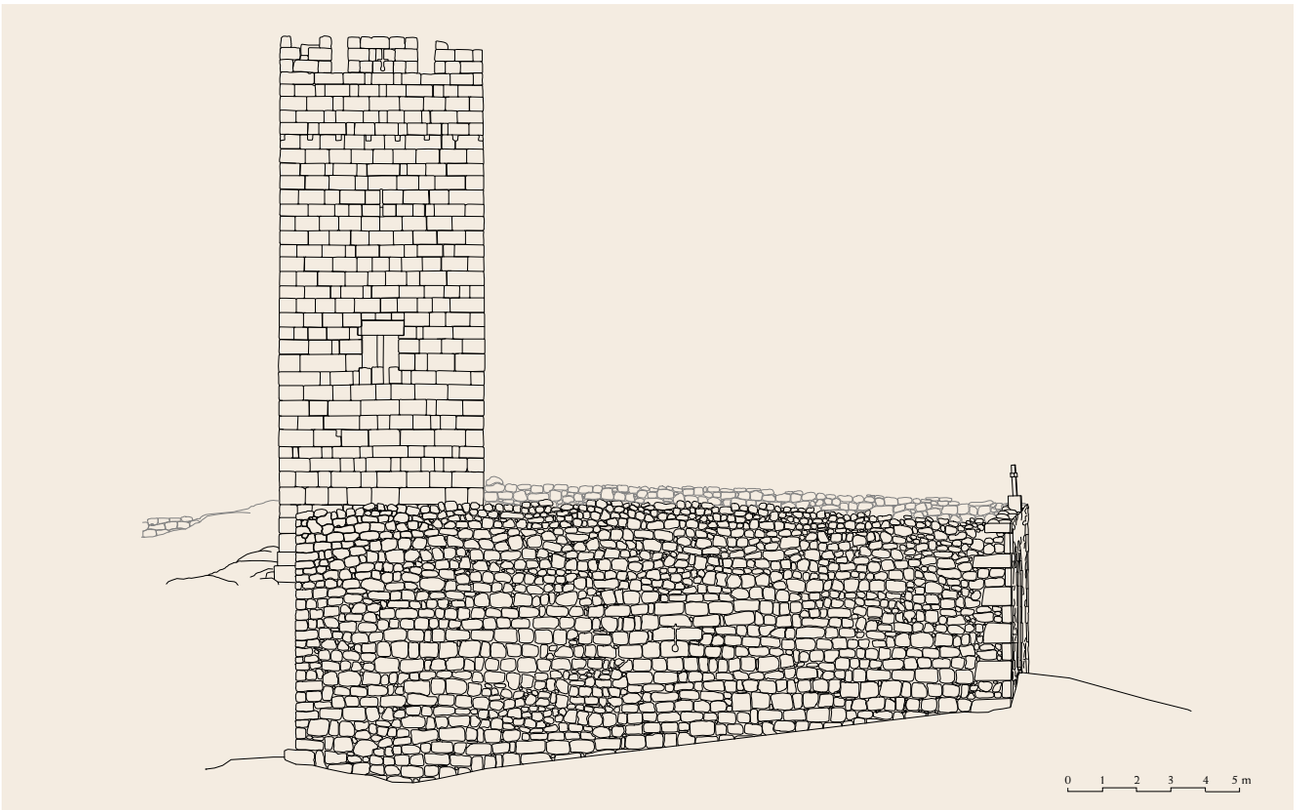
Texto: Maria Leonor Botelho - Planos: Hugo Almeida - Fotografias: Michael Schlapkohl



Planta ao nivel da muralha

Planta ao nivel da torre





Alçado poente

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, "Castelos e Cercas Medievais. Séculos X a XIII", in MOREIRA, Rafael, *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, pp. 38-54.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *O românico*. *História da Arte em Portugal*, vol. 3, Lisboa, Publicações Alfa, 1986.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *O Românico*. *História da Arte em Portugal*, vol. 1, Lisboa, Editorial Presença, 2001.

BARROCA, Mário Jorge, "A Ordem do Templo e a Arquitectura Militar Portuguesa do Século XII", *Portugália*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Instituto de Arqueologia, Nova Série, vols XVII-XVIII, 1996/1997, pp. 171-202.

BARROCA, Mário Jorge, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2000, 4 vols.

FONSECA, Luis Adão da, "Ordens Militares", in AZEVEDO, Carlos Moreira de (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal,* Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, vol. J-P, pp. 334-345.

Mogadouro-Bragança

Igreja de Santa Maria de Azinhoso

Igreja de Santa Maria Azinhoso

A IGREJA DE SANTA MARIA AZINHOSO (Mogadouro - Bragança) foi centro de uma das mais importantes romarias medievais, situadas a norte do Douro (ALMEIDA 1973: 46). O desenvolvimento deste pólo devocional ocorreu, principalmente, depois da Batalha de Aljubarrota (1385). Em 16 de Maio de 1386, estando D. João I no arraial da Vilariça, libertou o lugar da jurisdição de Penas Róias e de Mogadouro, elevando-o à qualidade de *Vila*, beneficiando Santa Maria de Azinhoso por ser lugar muito devoto e de grande romagem (MARQUES 1988: 840).

Em Azinhoso esteve D. Nuno Álvares Pereira (1360-1431), quando peregrinou a diversos santuários marianos da sua particular devoção, tendo oferecido um firmal à imagem de *Nossa Senhora* (MARTINS 1957: 94), certamente a mesma imagem que ainda hoje se conserva na igreja.

Embora não esteja documentada a época de uma primeira construção ou o início da expansão do culto mariano em Azinhoso, a importância devocional do eremitério devia ser poderosa, como demonstra a atenção que lhe dedicaram as autoridades eclesiásticas. Em 1379 o papa Clemente VII, a pedido do Rei D. Fernando, encarrega o bispo de Lisboa e outros dignitários de o transformarem em mosteiro dependente do papado (*Monumenta Portugaliae Vaticana* 1982: 320-321).

Em 1429 o Infante D. Henrique (1394-1460) tenta apoderar-se, em nome da Ordem de Cristo, de Santa Maria de Azinhoso. É conhecida a resposta de D. Fernando da Guerra, arcebispo de Braga e sobrinho do Infante. O arcebispo opõe-se firmemente àquela pretensão, argumentando que a igreja pertencia ao arcebispos de Braga *de longo tempo* (MARQUES 1988: 82).

Rodrigo Dias, reitor de Santa Maria de Azinhoso, dirige uma petição ao papa em 26 de Agosto de 1427, propondo-se fundar dois hospitais ou albergarias, um para mulheres e outro para homens pobres. No mesmo documento pede indulgências para todos os que contribuíssem para a restauração da igreja (*Monumenta Portugaliae Vaticana* 1970: 212).

A notícia da existência de obras em Santa Maria de Azinhoso no século XV é confirmada entre 1450 e 1451, quando D. Fernando da Guerra transfere verbas procedentes das licenças para os moradores de Ponte de Lima poderem ser absolvidos de certos pecados, para as obras de Azinhoso (MARQUES 1988: 1165).

A Vila recebeu novo foral dado pelo rei D. Manuel em 1520, onde é referida a existência de uma feira, privilégio que deverá remontar ao reinado de D. Dinis (1279-1325).

O templo de Santa Maria de Azinhoso, cuja arquitectura deve ser entendida não no âmbito de uma construção paroquial mas sim de um santuário de peregrinação, apresenta fachada principal mais alta do que a nave, coroada por sineira de três vãos, (reconstruída em 1803-1804), planta de uma só nave coberta de madeira e cabeceira rectangular.

A cerca de metade do pé-direito da fachada principal, corre um lacrimal e um entalhe onde se fixava a cobertura do alpendre que acompanhava as três fachadas. Conservam-se as mísulas de suporte do alpendre, algumas da quais apresentam vestígios de policromia na face inferior, em vermelho, azul e branco. Numa das mísulas é visível a pintura de um motivo vegetalista.

A extensão ocupada pelos fragmentos de reboco, que ainda cobrem parcialmente a parede frontal coberta pelo alpendre, faz supor que esta parcela da fachada se apresentava totalmente pintada (MOURINHO [Júnior] 1995:194).

Não temos elementos suficientes para atribuir uma cronologia a esta pintura. No entanto, sabemos que na fachada da Sé de Braga estava representada uma *Anunciação* (descoberta no decorrer de uma campanha de obras realizada em 1995) datada entre os anos de 1478 e de 1488 (AFONSO 2006: 122-124 e 139). A documentação referente ao convento de S. Francisco de Leiria testemunha um exemplo de pintura mural do século XV, também figurativa, na fachada exterior do templo (GOMES: 1996/97: 573-598).

Ainda na fachada da igreja de Azinhoso voltada a Ocidente, sobre o lacrimal, rasga-se um vão de iluminação rectangular. O portal ocidental é composto por um arco ligeiramente quebrado.

Gravada num dos silhares (comp.: 49 cm, alt. 33 cm) da fachada ocidental, à direita do portal e próxima do cunhal Sul, conserva-se a seguinte inscrição datável do século XIV: ERA.

A ausência de numerais levanta duas hipóteses: ou a inscrição ficou inacabada, nunca se tendo completado a data, ou foi removida do local de origem, perdendo-se os outros silhares (BARROCA 2000: 1962-1963).

Na fachada Norte abre-se um portal de arco quebrado com três arquivoltas assentes em impostas lisas. Sobre o portal conserva-se uma cobertura em madeira e telha assente em pilares. A cornija recebeu um motivo de pérolas e assenta sobre cachorros de secção quadrangular que apresentam motivos geométricos e figurativos. É de realçar a presença de caras que ocupam toda a superfície esculpida do cachorro, aspecto habitualmente indiciador de uma cronologia tardia.

Encostada a esta fachada Norte a *Casa da Misericórdia* é de planta rectangular, fachada coroada por sineira e portal voltado a Ocidente cujo arco, de volta perfeita, tem a aresta chanfrada. Mandada construir em 1647 por Martim Soeiro de Ataíde, esta capela beneficiou do legado pio de todos os bens do fundador (MOURINHO [Júnior] 1995: 191).

Na fachada Sul, o portal tem um alçado semelhante ao do portal Norte. Contudo destaca-se, no arco envolvente, uma cuidada decoração de quadrifólios de acentuado relevo. Nas impostas o motivo é semelhante. A fachada é rematada por cornija com motivo de pérolas e cachorros quadrangulares semelhantes aos da fachada Norte. Nesta fachada são ainda visíveis algumas das mísulas que sustentavam o alpendre.

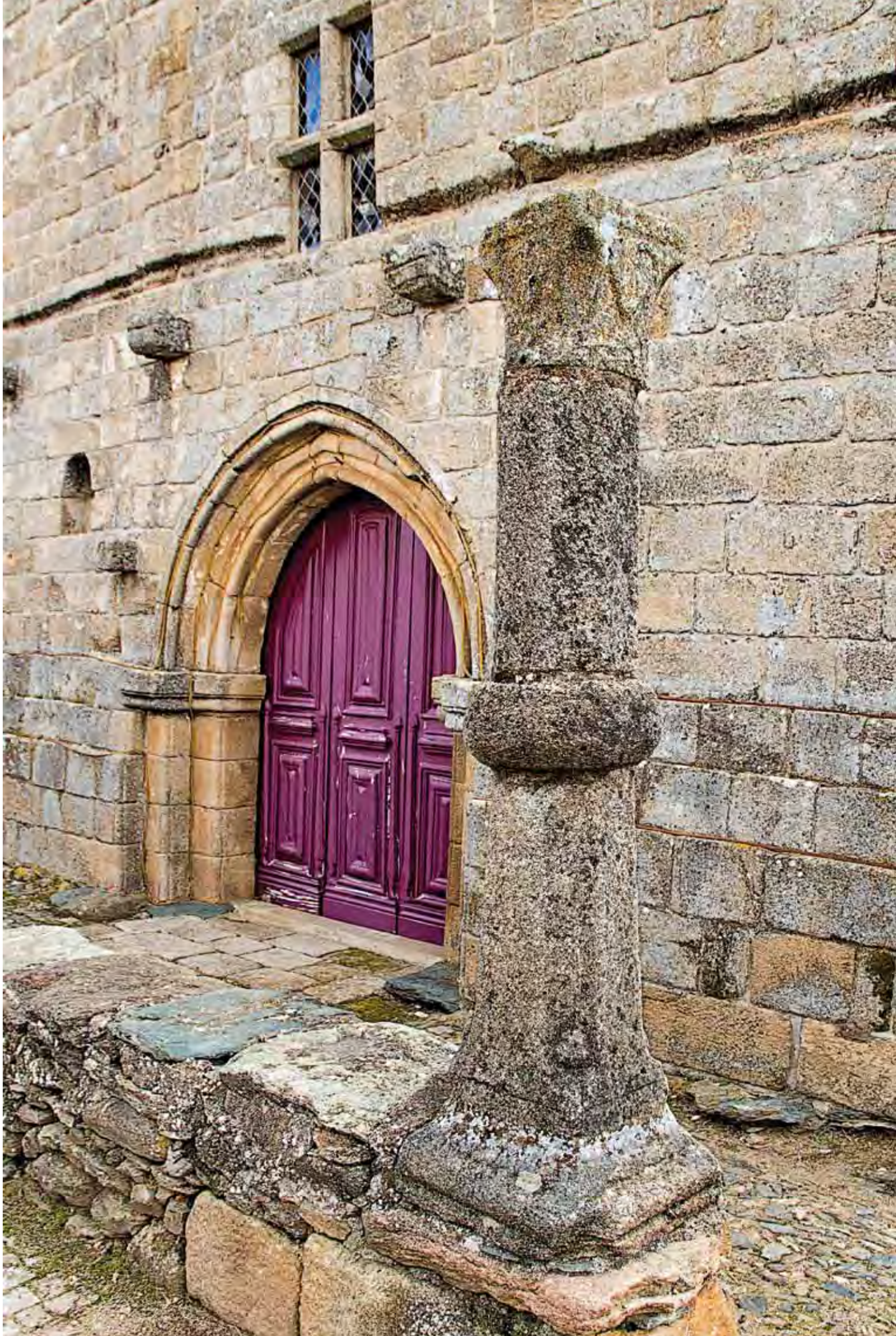
Em todos os muros, de aparelho pseudo-isódomo, há uma quantidade muito apreciável de siglas.

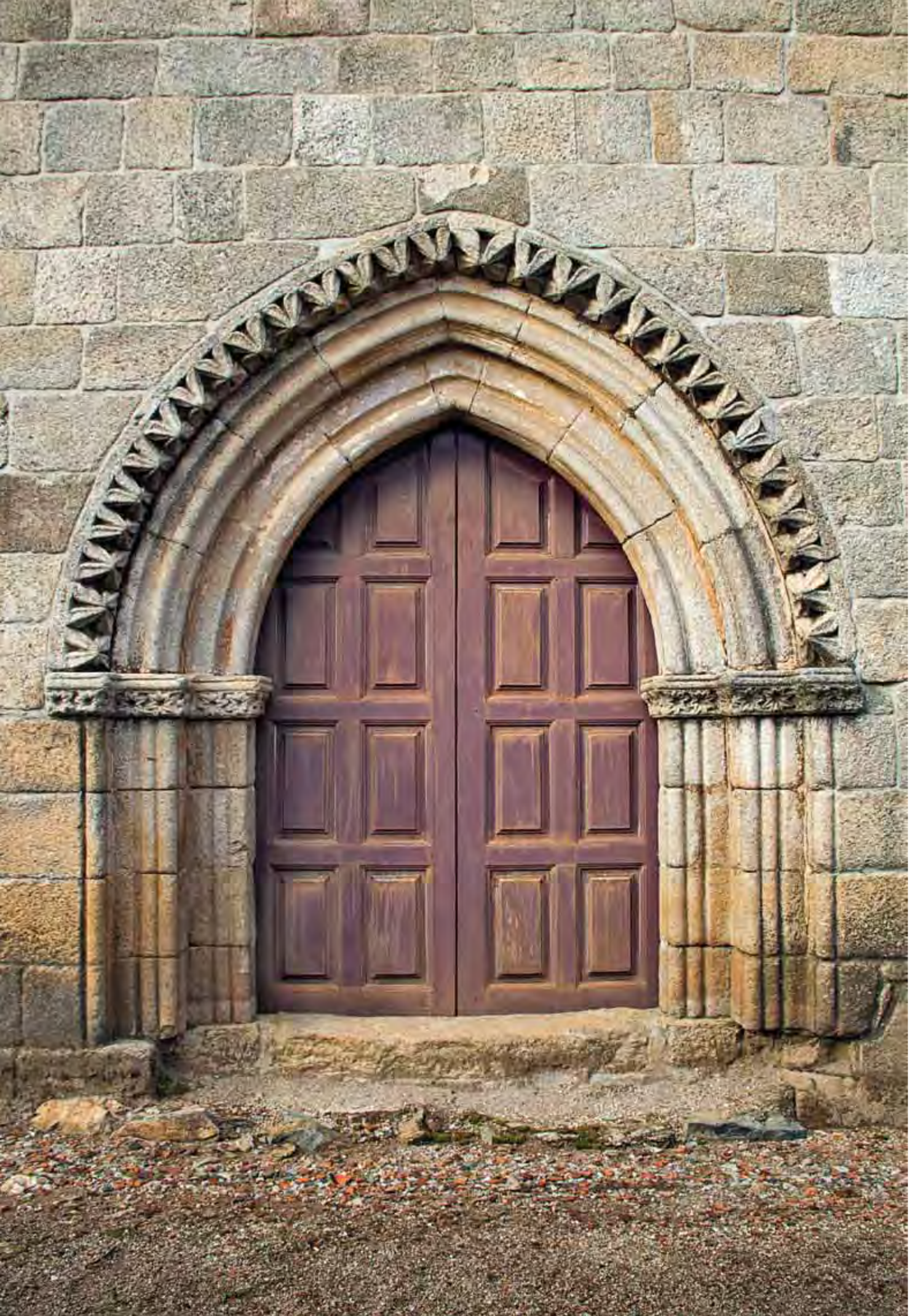
Em frente às fachadas ocidental e Norte conservam-se parcelas da estrutura do alpendre que acompanhava as três fachadas da igreja, ainda na primeira metade do século XX. Assentes sobre um murete, construído em aparelho irregular, erguem-se pilares de secção poligonal coroados por capitéis, nas fachada ocidental e Norte.

A cabeceira da igreja foi reedificada entre 1788-1791 (MOURINHO [Júnior] 1995: 192). Na sua fachada Norte destacam-se dois amplos contrafortes que suportam a abóbada e compensam o desnível da cota do terreno. É de notar que na reconstrução da cabeceira, de planta quadrangular coberta por abóbada de berço, foi reaproveitada a cachorrada medieval nas paredes laterais. Na parede testeira há silhares com siglas semelhantes às das fachadas Norte e Sul, atestando o reaproveitamento de materiais. No lado Sul da sacristia conservam-se parcelas de um edifício, onde são visíveis duas frestas, conhecido por Curral do Bispo.

Na esquina Sudoeste da cabeceira, na face externa do templo, está uma inscrição gravada em silhar de mármore (comp.: 111 cm, alt. 37 cm): ALFON(sus).

Na face do silhar, voltada a Sul, há um pequeno campo quadrangular rematado por um friso em zigue-zague onde se pode observar, à esquerda o que parece uma construção e à direita, uma Lua. Apesar do laconismo da inscrição, Mário Barroca atribui-lhe, com data hipotética, o século XIII. Segundo este autor a Terra de Bragança teve dois tenentes cujo nome coincide com o que figura na inscrição: D. Afonso Lopes de Baião, documentado entre 1248 e 1253 e D. Afonso Teles de Albuquerque, documentado entre 1256 e 1257. Em 1285 era *Procurador e*





Probador da Terra de Bragança e Miranda D. Afonso Rodrigues que terá outorgado diploma a Azinhoso favorecendo o seu povoamento (BARROCA 2000: 1184-1185).

A nave da igreja é ampla e larga. A proporção entre a largura e a altura não é comum na arquitectura medieval portuguesa e denota a função de uma igreja destinada a receber um elevado número de fiéis uma vez que, como já foi referido, Azinhoso foi um importante lugar de romagem.

Localizado na parede da nave, do lado da Epístola, atestando o prestígio do santuário e contribuindo para a datação das obras de reforma da igreja em meados do século XV, abre-se um arcossólio com a inscrição:

AQUY : IAZ : LUYS: EANES : DA
MADUREIRA : VIGAIRO JEERAL : DO
S(e)N(h)OR D. FERNANDO :
ARCEB(is)PO DE BRAGA :

Luís Eanes de Madureira foi recebedor e vigário-geral, em Trás-os-Montes, do Arcebispo de Braga D. Fernando da Guerra (arcebispo entre 1417 e 1467). Exerceu a função de vigário-

geral entre 1426 e 1450. Em 1451 é substituído, naquelas funções, pelo seu filho Luís Eanes-o-Moço, pelo que a sua morte deverá ter ocorrido no princípio da segunda metade do século XV (MARQUES 1988: 173-174 e 1009).

A pintura decorativa e figurativa que cobre o arcossólio pode ser datada de c. 1470 o que, a ser exacta esta datação, nos indica que por essa altura a reconstrução da igreja estaria terminada.

No intradorso do arco a pintura divide-se em molduras fingidas de *cosmatescos* (são quadrangulares e enquadram círculos inscritos em quadrifólio). Na parede testeira sobre fundo azul, está representada a iconografia de *S. Miguel pesando as Almas*. A figura de maior dimensão é a de *S. Miguel Arcanjo*, que apresenta cruz e balança, onde figuram duas almas. Parcialmente oculta por um repinte, a figura do diabo em forma de dragão e com asas de morcego puxa, para baixo, um dos pratos da balança. À esquerda e à direita desta composição estão representados dois personagens ajoelhados com as cabeças tonsuradas e em atitude de oração. O que está à direita do anjo é maior e tem barba, o da esquerda é mais pequeno e imberbe.

A localização e a atitude dos dois personagens ajoelhados corresponde a uma tipologia própria de doadores. É possível aventar uma hipótese para a sua identificação.

Os dois personagens representados podem corresponder a Luís Eanes de Madureira e ao seu filho Luís Eanes-o-Moço, que já referimos ter substituído o pai no cargo de vigário-geral de Trás-os-Montes em 1451, e que poderá ter sido o encomendador do programa pictórico. Esta suposição é unicamente uma hipóteses que fica em aberto. Seja como for a execução da pintura do arcossólio andará por volta de 1460.

A pintura apresenta muitos repintes, nomeadamente em todo o fundo azul, que não permitem grandes comparações estilísticas. Mas, como já notou Luís Afonso, os modelos compositivos são muito semelhantes aos empregues nas parcelas remanescentes da *Anunciação* pintada na fachada da Sé de Braga, à qual aquele autor atribui uma datação anterior a 1488 ou mesmo a 1477 (AFONSO 1997: 51-73).

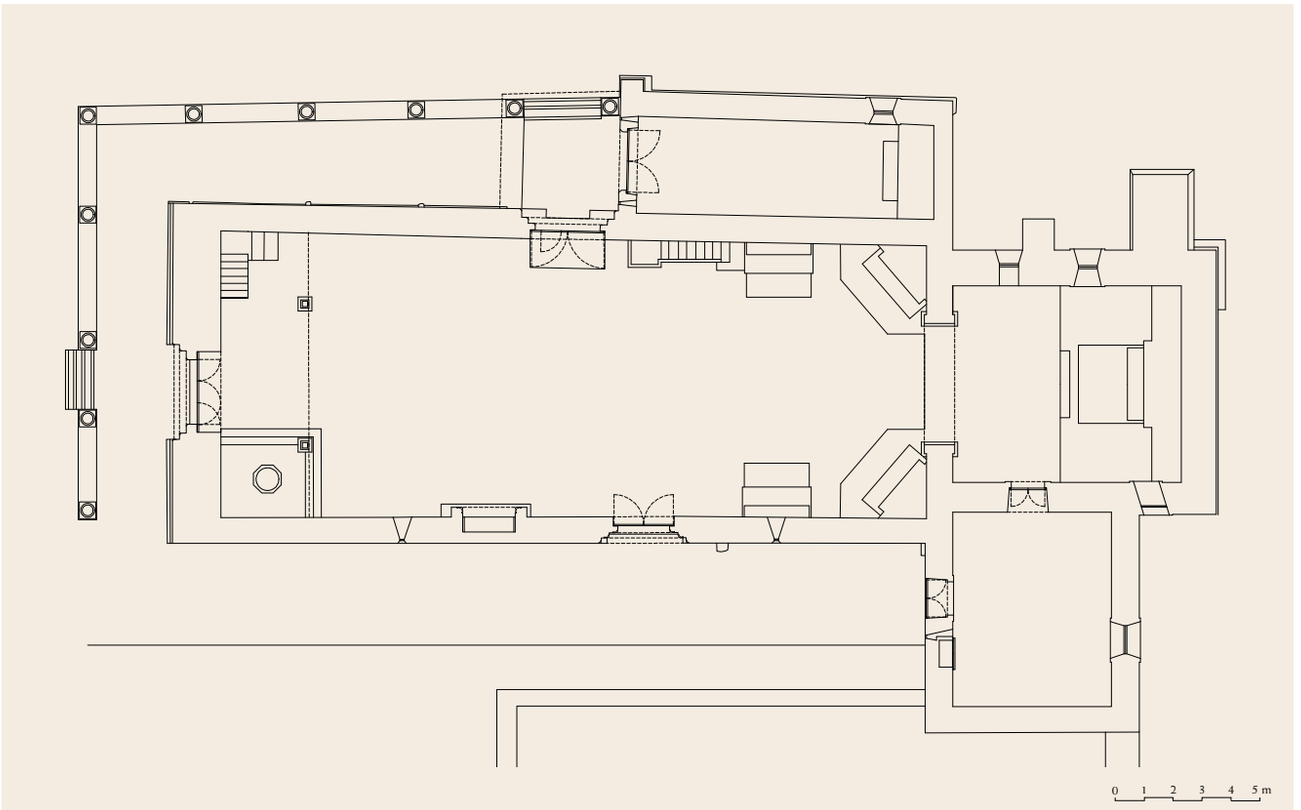
O altar colateral do lado da Epístola guarda, ao centro, a imagem da padroeira, *Nossa Senhora da Natividade*. Actualmente a escultura apresenta-se vestida e com coroa de prata, aparentando ser uma imagem de roca. Contudo, na *Casa da Misericórdia* também designada de Museu, encontra-se uma fotografia da escultura de *Nossa Senhora* que pudemos observar no seu aspecto original.

A imagem é uma *maiestas*, ou seja uma representação da Virgem em Majestade. Sentada no trono, *Nossa Senhora* segura o *Menino* que está em pé. O *Menino*, de cabelo louro e ondulado, tem um livro na mão esquerda e aponta, com a direita, para a mão direita da *Mãe* que segura uma maçã. *Nossa Senhora* tem a cabeça descoberta e o cabelo castanho, solto e ondulado. Os olhos são muito amendoados e o queixo algo bicudo. O vestido tem camada pictórica de fundo vermelho escuro, com losangos recortados e dourados. Um cinto, com fivela e uma das pontas caídas, marca a cintura.

Como já foi acima referido, Nuno Alvares Pereira deslocando-se ao santuário, ofereceu um firmal a Santa Maria de Azinhoso, conforme relata Fernão Lopes na Crónica de D. João I. A escultura está deteriorada na zona no peito de Nossa Senhora, exactamente no local onde este tipo de imagem exibia aquela jóia.

Em 1716, segundo a descrição de Frei Agostinho de Santa Maria a imagem, de grande devoção, apresentava a mesma policromia de hoje e estava colocada no centro do retábulo da capela-mor, acompanhada de numerosos ex-votos (SANTA MARIA 1716: 639-642).

A Virgem em Majestade é um tipo iconográfico de raízes muito antigas. Surge no século IV e corresponde a uma posição absolutamente frontal de Nossa Senhora que, sentada sobre trono apresenta o *Menino* sobre os joelhos, mas que não estabelece nenhuma relação afectiva entre a mãe e o filho. Esta imagem é muito comum na época românica embora não conheçamos nenhum exemplar, em Portugal, datado anteriormente ao século XIII (ALMEIDA 1986: 160).



Na imagem de Azinhoso o *Menino* não se apresenta frontalmente, mas sim um pouco à esquerda. *Nossa Senhora* segura uma maçã, alusão ao pecado de Adão redimido pelo *Redentor* (RÉAU 1996: 108). Aliás o *Menino* aponta para a maçã, o que sublinha esse significado. Outras Virgens em madeira policromada, como a da matriz de Belver (Carrazeda de Ansiães) apresentam um esquema semelhante, mas a de Azinhoso tem maior qualidade plástica na envolvência entre o manto e o *Menino* e é mais cuidada nos rostos e cabelos.

Considerando os aspectos iconográficos e compositivos, que acabámos de aduzir, parece-nos que a *Nossa Senhora de Azinhoso* será uma imagem datável do século XIII.

Sob o coro alto, no lado da Epístola e em plataforma elevada por três degraus, está a pia baptismal em granito. A pia, de aparência medieval, é decorada com gomos e assenta sobre uma base cilíndrica.

A igreja de Santa Maria de Azinhoso, deve ser enquadrada no gótico rural, como as igrejas transmontanas de Algosinho (Peredo da Bemposta - Mogadouro) e Malhadas (Miranda do Douro) (ALMEIDA 2002: 63). Como vimos, a construção corresponde aos meados do século XV, embora tenham sido mantidos elementos da construção anterior, como alguns cachorros e parte da silharia.

O seu programa de larga e alta fachada e nave muito ampla, o alpendre sobre colunas, que acompanhavam as três fachadas da igreja e o cuidado posto na decoração dos portais mostram bem que estamos na presença de um templo muito prestigiado cuja devoção obrigou a refazer a igreja em meados do século XV, optando-se por soluções, na planta e no alpendre, apropriadas a um centro de peregrinação.

Texto: Lúcia Rosas - Plano: Miguel Tomé - Fotografias: Michael Schlapkohl

FONTES

Monumenta Portugaliae Vaticana (Pref. COSTA, António Domingues de Sousa), 4 vols., 5 tomos, Braga, Ed. Franciscana, 1968-1982.

BIBLIOGRAFIA

AFONSO, Luis, "As pinturas murais (séc. XV) do pórtico axial da Sé de Braga", *Minia*, 3ª série, n.º 4, ASPA, Braga, 1996, pp. 51-75.

AFONSO, Luis, *A Pintura Mural Portuguesa entre o Gótico e o Renascimento: Formas, Significados, Funções. Anexo A. Corpora da Pintura Mural Portuguesa (c. 1400-c.1550)*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2006.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, "Os Caminhos e a Assistência no Norte de Portugal", in *A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média. Actas das Iªs Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, t. 1, Lisboa, s/n, 1973, pp. 39-57.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *O românico. História da Arte em Portugal*, vol. 3, Lisboa, Publicações Alfa, 1986.

BARROCA, Mário Jorge, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2000, 4 vols.

GOMES, Saul António, "Notícia sobre os frescos quatrocentistas de S. Francisco de Leiria", *Lusitania Sacra*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa/Universidade Católica Portuguesa, 2ª. série, t. 8/9, 1996-1997, pp. 573-598.

MARQUES, José, *A Arquidiocese de Braga no século XV*, Lisboa, IN/CM, 1988.

MARTINS S. J., Mário, *Peregrinações e Livros de Milagres na nossa Idade Média*, 2ª. ed., Lisboa, Edições Brotéria, 1957.

MOURINHO (Júnior), António Rodrigues, *Arquitectura Religiosa da Diocese de Miranda do Douro-Bragança*, Sendim, 1995.

RÉAU, Louis, *Iconografia del Arte Cristiano. Iconografia de la Bíblia. Nuevo Testamento*, Barcelona, Ediciones del Serbal, 1996 (Publicação original em língua francesa de 1957).

SANTA MARIA, Frei Agostinho de, *Santuário Mariano*, vol. 4, Lisboa, Oficina de António Pedroso Gairão, 1716.

Montalegre-Vila Real

Mosteiro de Santa Maria das Júnias

Mosteiro de Santa Maria das Júnias

O Mosteiro de Santa Maria das Júnias situa-se num vale de difícil acesso e isolado numa região fronteiriça (Sousa 2005: 106), na zona Sul da freguesia de Pitões das Júnias. Este Mosteiro tem uma localização muito peculiar na paisagem transmontana. Periférico e muito próximo da fronteira com a Galiza, surge isolado na margem direita da Ribeira de Campesinho, num vale encaixado e pedregoso, a uma cota pouco acima dos 1000 m (Noé 2003: 1), algures entre os penhascosos relevos do Gerês e de Larouca. O facto de se encontrar implantado a uma cota tão elevada testemunha a tendência para a pastorícia que terá caracterizado a vida económica do Mosteiro de Santa Maria das Júnias ao longo dos séculos, afastado que estava dos bons terrenos agrícolas, num vale de grande beleza agreste (Almeida 1978, II: 249; Idem 1986: 70-71). Todavia, a área de implantação deste monumento sofreu um rápido assoreamento na medida em que foi construído junto a um riacho, provocando o enterramento da capela-mor e do corpo da igreja (o rebaixamento das portas está na origem imediata do alteamento sofrido pela nave da igreja e sequente desaparecimento da cornija românica).

Há que referir ainda um possível interesse que os monges de Santa Maria das Júnias terão tido e que se associa ao apoio que terão prestado aos peregrinos que, vindos de Chaves e Montalegre, optavam por seguir um caminho secundário, o do Barroso, para chegarem a Santiago de Compostela através de Santa Comba de Bande e de São Miguel de Celanova (Barroca 1994: 426). Deste modo, os monges poderão ter reunido todo um conjunto de esmolas e dádivas que certamente contribuíram para a gestão da comunidade monástica, apesar desta ter sido sempre relativamente modesta, conforme acusam as dimensões das dependências conventuais. Embora impere uma escala modesta, nota-se uma relativa uniformidade na dimensão das mesmas (Barroca 1994, 427-428): a largura do templo –7,10 m– volta a ser repetida nas construções das alas Leste e Sul, da Época Moderna –7 m de largura– e no espaço da cozinha do século XVIII, com 7,20 m. Assim, apesar da longa diacronia que separa algumas construções nota-se uma evidente harmonia em todo o conjunto arquitectónico, precisamente fruto desta uniformidade de dimensões. A este aspecto acresce o facto de na proximidade existirem abundantes afloramentos graníticos (Noé 2003: 8) e que terão certamente alimentado a fábrica deste Mosteiro, permitindo assim o rápido desenvolvimento das obras (Maurício 2000: 606).

De um modo geral, considera-se que a história do Mosteiro de Santa Maria das Júnias está muito mal retratada na documentação publicada, verificando-se prolongados hiatos (Barroca 1994: 417-418). Todavia há ainda alguns, raros, elementos que nos permitem ter uma percepção daquilo que foi Santa Maria das Júnias ao longo dos tempos.

A implantação isolada do mosteiro justificou que muitos autores atribuíssem a sua fundação a uma vontade eremítica que se terá manifestado ainda no século IX, filiado à Regra de São Bento. Todavia, só na segunda metade do século XI é que esta Regra foi introduzida em Portugal. Foi precisamente com base nas referências feitas por Fr. Leão de S. Tomás na *Benedictina Lusitana* que alguns autores que se dedicaram ao estudo de Pitões das Júnias defenderam a existência de um cenóbio pré-românico, talvez filiado numa regra monástica autóctone, nomeadamente da *Regula Mixta*, fruto da reforma da Regra de S. Frutuoso feita por S. Rosendo.

Até agora não se encontrou qualquer elemento de carácter documental ou arqueológico que comprove a existência do Mosteiro de Santa Maria das Júnias numa data tão recuada. Ali-

ás, a existência de uma inscrição alusiva ao ano de 1147 faz com que actualmente se coloque a fundação desta casa monástica nos finais da primeira metade do século XII. Esta inscrição está gravada em dois silhares, na face exterior da parede Norte da nave da igreja do mosteiro, próxima do portal lateral e voltada ao antigo espaço cemiterial (BARROCA 2000, II-I, 219-221):

Era Mª Cª 2 XXXVª

Assim, a aludir à Era Hispânica de 1185, esta inscrição, a primeira referência segura de que dispomos para o mosteiro de Santa Maria das Júnias pode comemorar ou a sua fundação ou o início da obra românica no *Anno Domini* de 1147. Não apresentando qualquer sintoma de conteúdo funerário, e apesar do seu carácter lacónico, certamente que alude a um qualquer evento que a comunidade monástica viu como significativo. Todavia, a sua cronologia e implantação, assim como as características arquitectónicas e a gramática decorativa do Portal Ocidental de Pitões das Júnias concorrem para comprovar esta tese. Terá sido por então que este cenóbio adoptou a Regra de São Bento. Durante os finais do século XI e a primeira metade do século XII imperaram as fundações beneditinas no Entre-Douro-e-Minho.

Dois diplomas exarados do *Liber Fidei Sanctae Ecclesiae Bracarensis* (LIBER FIDEI 1990: 347-350) proporcionam-nos diversos elementos relativos ao processo de transição da Ordem de São Bento para a Ordem de Cister que se operou em Júnias. Ambos os documentos datam de 21 de Novembro de 1248. O primeiro (LIBER FIDEI 1990: 347-349) trata-se de um pergaminho em que o Arcebispo de Braga, D. João Egas (1245-1255), autoriza a mudança de Regra no Mosteiro de Santa Maria das Júnias, em resposta ao pedido feito pelo Papa Inocêncio IV, datado de 23 de Junho de 1248, na Bula *Benigvolum et Benignum* (BARROCA 1994: 422). Neste documento há uma alusão explicita à primeira filiação deste mosteiro, ou seja, beneditina ("*... monasterii de luniis tue diocesius... quod erant Sancti Benedicti ordinem...*").

Várias causas poderão estar na origem deste pedido de mudança de Regra monástica (BARROCA 1994: 422). Por um lado, a possibilidade do mosteiro viver momentos difíceis e a sua comunidade acreditar que a mudança de Regra seria uma solução para suplantá-los. Por outro, a simples vontade de mudança de filiação monástica numa resposta a uma necessidade e vontade intrínsecas da própria comunidade, habituada a um relativo isolamento e à escassez de meios económicos disponíveis.

Talvez a consequente passagem de Santa Maria das Júnias para a dependência do mosteiro de Oseira (Galiza), agora unido ao Mosteiro de Santa Maria de Bouro (Amares, Braga), poderá explicar a resistência oferecida pelo Arcebispo de Braga a esta transição (BARROCA 2000, II-I: 221), pelo que terá imposto algumas contrapartidas compensatórias dos prejuízos derivados dessa transferência (BARROCA 1994: 423).

Assim, no segundo documento do *Liber Fidei*, o então Abade de Júnias, D. João, simultaneamente o último abade beneditino e o primeiro cisterciense, e ainda o primeiro abade cujo nome se conhece, aceitou as condições impostas pelo Arcebispo de Braga.

O facto de Santa Maria das Júnias ter sido inicialmente um mosteiro beneditino vai de encontro ao estilo românico adoptado pela igreja, apesar da ausência de uma planta claramente monástica, com o desenvolvimento do transepto e com a adopção da planta beneditina clássica (BARROCA 1994: 422). Tal facto é uma vez mais explicado pelo carácter quase eremítico deste mosteiro.

A Igreja do Mosteiro de Santa Maria das Júnias está orientada a Ocidente. Com uma só nave e capela-mor rectangular, mais baixa e estreita do que a nave, apresenta três portais, o Ocidental e dois laterais. Ao nível do sistema de cobertura encontramos um telhado de duas águas na nave e de uma água na capela-mor, com pendor de Sul-Norte. A Norte da igreja desenvolve-se um espaço murado que, em tempos, assumiu funções cemiteriais. A Sul desenvolvem-se, em torno daquilo que em tempos foi um claustro e de que restam apenas três arcadas,

as ruínas das dependências monásticas, já da Época Moderna. Todo este conjunto atesta em si a evolução do tempo e das várias conjunturas por que passou este mosteiro.

Como já vimos, embora alguns autores proponham a fundação deste Mosteiro num período pré-românico, o que é certo é que os mais antigos elementos arquitectónicos remanescentes correspondem precisamente à Época Românica. Há que ressalvar aqui a simplicidade do programa beneditino românico, com elementos decorativos concentrados ao nível dos vãos, e a sua adequação aos preceitos ascéticos cistercienses.

Assim, na fachada principal rasga-se o portal românico, formado por duas arquivoltas assentes sobre pés-direitos, cujas impostas acusam o motivo das palmetas de origem bracarense e que se prolonga sob a forma de friso ao longo da fachada. A arquivolta exterior é ornada com pontas de lança, enquanto que a interior apresenta aduelas lisas, de arestas vivas. Um arco envolvente remata o conjunto, apresentando um friso triplamente toreado e rematado por zig-zag duplo. Estes temas recordam o portal ocidental de Manhente (Barcelos), datado de 1117, assim como o arco triunfal de São Cláudio de Nogueira (Viana de Castelo), da primeira metade do século XII (BARROCA 1994: 424), ambos ostentando o motivo bracarense das palmetas ou dos "corações invertidos". No tímpano, uma cruz vasa inserida em círculo é ladeada por três orifícios perfurantes de cada lado. Este apoia-se sobre lintel com motivo vegetalista estilizado, formando como que círculos. Uma vez que se conserva intacto e tendo em conta a sua linguagem artística, a execução deste portal pode ser colocada em torno de 1147. O portal principal é encimado por uma fresta estreita e alta, de evidente sabor românico, assim como por cicatrizes que testemunham ter aí existido uma estrutura alpendrada de madeira.

Todo o interior da nave é percorrido por um friso de bilhetes ao nível da base das frestas. No intradorso da fachada ocidental, ao nível das impostas, um friso lanceolado que envolve, também, o arco do portal principal.

Os alçados laterais da nave são rematados por friso e cornija moldurados e percorridos por um friso decorado com duas linhas contínuas em zig-zag e que corre imediatamente abaixo do nível das estreitas frestas que iluminam o interior da nave. Ambos os alçados acusam ainda a existência de estruturas alpendradas, testemunhadas pelos modilhões que pontuam de quando a quando o paramento pétreo.

Já os portais laterais não conservam o seu aspecto prístino, tendo sido alvo de transformações durante a Época Moderna, consequência da elevação da cota do solo em torno do Mosteiro. Confrontantes e dotados de arco de volta perfeita, estes portais viram os lintéis originais mutilados, deles apenas sobrevivendo actualmente as suas extremidades pois a zona central dos mesmos foi cortada com o intuito de altear o pé-direito e de facilitar o acesso ao interior do templo. No entanto, nos vestígios que ainda restam, como que formando impostas a sustentar o tímpano ornado com cruz vasada idêntica à do portal principal, podemos entrever uma parte dos motivos enlaçados que ornavam o lintel original. Talvez fosse um exemplar do tema das duas serpentes enlaçadas e mordendo-se mutuamente, como vemos em Rates e noutros templos da mesma corrente estética (BARROCA 1994: 424). Também as impostas originais que sustentavam o lintel foram desbastadas, embora possamos ter uma noção da sua forma original através das impostas que ainda hoje se encontram no portal principal.

Já na Época Gótica se fez sentir este problema do assoreamento progressivo do terreno onde assentou o Mosteiro de Santa Maria das Júnias. Tal facto é-nos comprovado pela reconstrução da capela-mor durante o século XV, dotada de cruzaria de ogivas, a uma cota mais elevada do que a românica, testemunhada pelos vestígios do arranque inferior da sua fresta original, de que ainda subsistem as bases dos colunelos românicos. A nova capela-mor, já plenamente gótica, foi dotada com uma fresta mainelada concordante com este estilo, e que foi, por sua vez, também ela mutilada na Época Moderna.

Talvez anterior à introdução da Regra de Cister seja o claustro de que ainda hoje sobrevivem três arcadas de volta perfeita compreendidas entre dois pilares rectangulares, formando

um módulo uno, no ângulo Nordeste do Claustro. Todavia, há uma manifesta de tendência gótica nestes vestígios do Claustro, nomeadamente ao nível dos motivos vegetalistas dos capitéis que se começam a prender ao cesto. As alas do claustro eram pavimentadas com lajeado de granito e que ainda se encontra, embora parcialmente, enterrado a uma cota média de cerca de 30 cm, nas zonas mais próximas da nave do templo (BARROCA 1994: 428). E foi precisamente em torno deste claustro que vieram a ser construídos os anexos conventuais durante a Época Moderna, nomeadamente nas alas Leste e Sul e, talvez, na Oeste, de que hoje restam as ruínas (BARROCA 1994: 427).

Na sequência da adopção da Regra de Cister em Santa Maria das Júnias, D. Afonso III (1248-1279) contemplou em testamento datado de 23 de Novembro de 1271 com doação régia de 7150 libras, um conjunto de 24 mosteiros cistercienses (BARROCA 1994: 428-429). Começa então um profundo hiato na documentação relativa aos séculos seguintes, apenas

interrompido com a crise de 1383-1385. Nesta época há notícia de que a população de Pitões expulsa o então Abade de Santa Maria das Júnias por ser galego, recusando a nomeação de um novo pelo Mosteiro de Oseira por se considerar ser uma imposição castelhana. Só a ida de um monge do mosteiro de Santa Maria de Bouro para desempenhar as funções de abade viria resolver esta situação (BARROCA 1994: 429).

Todavia, em 1499 foi nomeado para Abade, Fr. Gonçalo Coelho, monge natural de Chaves e que professara no Mosteiro de Santa Maria de Oseira. Conforme relata Fr. Leão de S. Tomás, a 1 de Fevereiro de 1501, no regresso de Santa Maria de Cela, na Galiza, onde tinha ido dizer missa, é surpreendido por forte nevão, tendo falecido. Nesse momento, os sinos de Júnias e de Cela terão tocado. Começou então a fama de santidade deste abade, confirmada por sucessivos milagres (BARROCA 1994: 429-430).

O *Numeramento de 1527* não refere a existência de qualquer mosteiro quando se regista a população de Pitões, o que pode ser considerado como um forte indício do abandono a que Santa Maria das Júnias tinha sido votado entre 1501 e 1520 (BARROCA 1994: 430). Tal facto pode ser aferido do relato na *Pelegrinatio Hispânica*, fruto de uma visita de inspecção aos mosteiros da Ordem de Cister na Península Ibérica feita pelo Abade de Claraval, D. Edme de Saulieu, acompanhado de Fr. Claude de Bronseval, seu secretário particular (BARROCA 1994: 430-431). Também aqui se reflecte o carácter isolado e o difícil acesso ao Mosteiro, pois o abade francês chega através da Galiza.

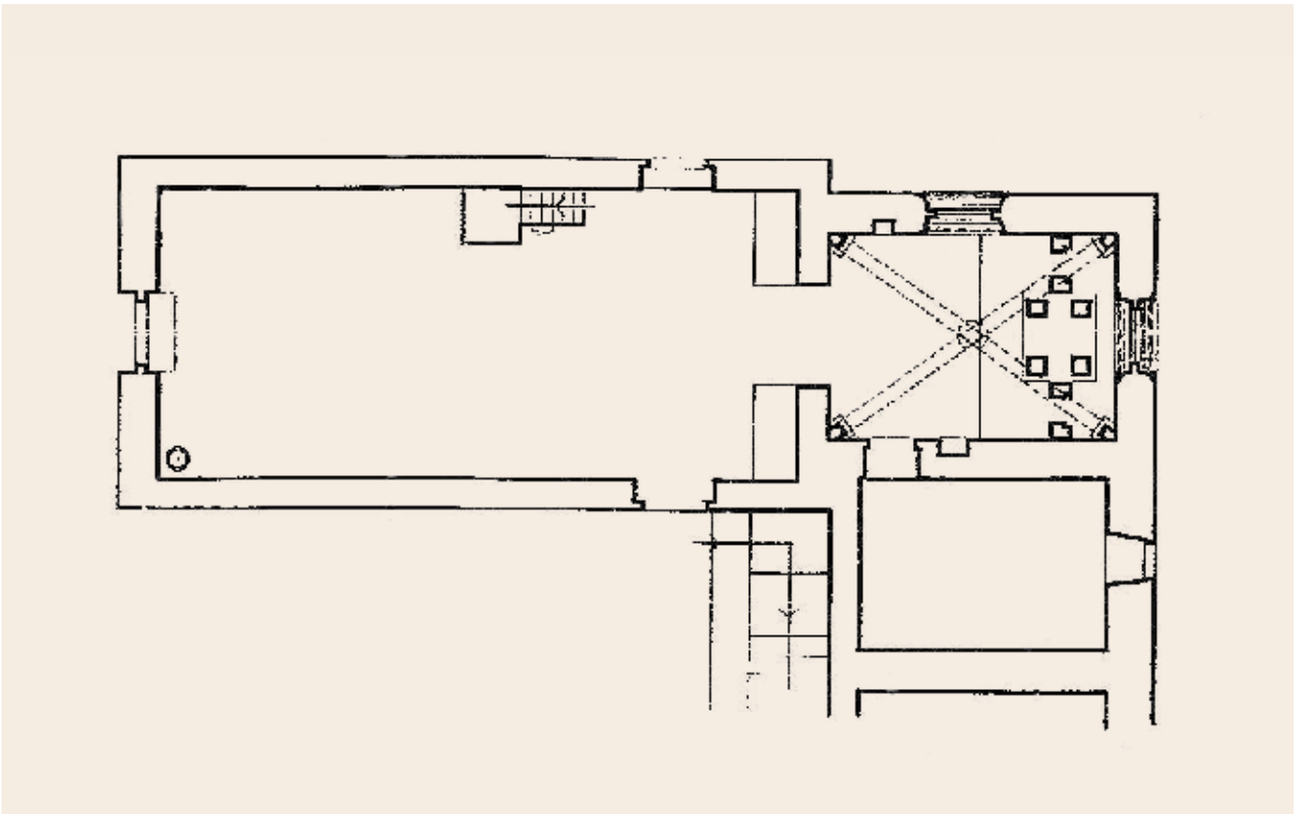
Após esta visita de D. Edme de Saulieu, e por sua ordem, terá sido retomada a vida monástica em Santa Maria das Júnias. Só em 1566 se regista um abade regular neste Mosteiro, D. Valeriano de Villada, o que poderá espelhar as dificuldades então encontradas (BARROCA 1994: 432).

Surgem então as primeiras intervenções modernas, tendo sido primeiramente reformada a igreja: o seu alçado foi alteado, poderá ter sido por então que se mutilaram os lintéis dos seus portais laterais, a cornija dos alçados laterais com forte cariz classicizante será desta época, assim como a conversão do telhado da capela-mor, outrora de duas águas, num modelo de pendente único, mantendo-se ao centro a cruz terminal gótica, flordelizada. Também a fachada principal conheceu alterações, sendo então erguido o campanário de grande aparato classicizante. Entre os séculos XVI e XIX foi Santa Maria das Júnias ocupada por um conjunto de monges e sujeita a sucessivas transformações nas suas dependências monásticas, como atestam os corpos arruinados que ainda aí permanecem e marcados por todo um conjunto de cicatrizes que testemunham a passagem do tempo, assim como comprovam diversas referências documentais.

E à imagem do que se tinha passado no século XIV, também em 1834-1835 a população de Pitões acompanhou o movimento que se desenrolava um pouco por todo o Reino, expulsando os monges do Mosteiro de Santa Maria, extinguindo assim esta casa monástica (BARROCA 1994: 434-435). Iniciou-se então novo período de ruína que poderá ter tido na sua origem um possível incêndio. Todavia, permaneceu aí, até 1850, o Fr. Benito Gonçalves, um galego que desempenhou o papel de pároco até à sua morte.

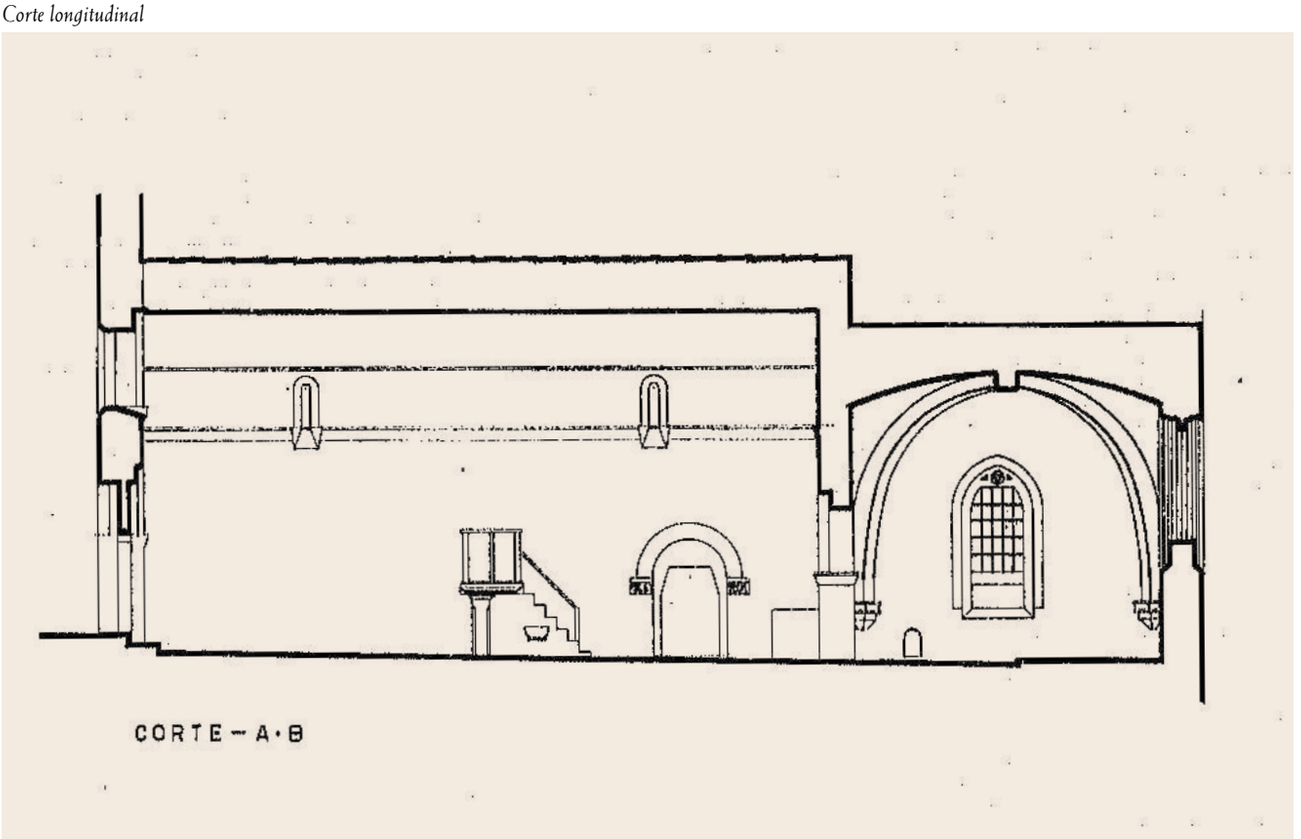
Assim, o Mosteiro de Santa Maria das Júnias assume um papel particular ao nível do românico português, quer pela integração que a sua ruína assume com a paisagem peculiar que a abriga, quer pela conservação de três arcadas do claustro, testemunho raríssimo ao nível da arquitectura românica portuguesa.

Texto: Maria Leonor Botelho - Planos: FSMLR - Fotografias: Michael Schlapkohl



Planta

Corte longitudinal



BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *Arquitectura Românica de Entre Douro e Minho*, Porto, 1978, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2 vols., texto dactilografado.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *O românico*. *História da Arte em Portugal*, vol. 3, Lisboa, Publicações Alfa, 1986.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *O Românico*. *História da Arte em Portugal*, vol. 1, Lisboa, Editorial Presença, 2001.

BARROCA, Mário Jorge, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2000, 4 vols.

BARROCA, Mário Jorge, *Mosteiro de Santa Maria das Júnias. Notas para o estudo da sua evolução arquitectónica*, Separata da "Revista da Faculdade de Letras", II Série, vol. XI, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1994, pp. 417-443.

LIBER FIDEI Sanctae Ecclesiae Bracarensis, Ed. Avelino de Jesus da Costa, vol. III, Braga, 1990.

MAURÍCIO, Rui Paulo Duque, "O Mosteiro de Santa Maria de Júnias: a construção e a paisagem", in *Cister: Espaços, Territórios, Paisagens*, Actas do Colóquio Interacional, Mosteiro de Alcobaça, 16-20 de Junho de 1998, Lisboa, IPPAR, 2000, vol. II, pp. 605-614.

NOÉ, Paula (actualização), "Igreja e Ruínas do Mosteiro de Santa Maria das Júnias" (Nº IPA: PT011706230004), 2003, in *Inventário do Património*, URL: www.monumentos.pt

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (dir.), *Ordens Religiosas em Portugal. Das origens a Trento - Guia Histórico*, Lisboa, Livros Horizonte, 2005.

Paços de Ferreira-Porto

Igreja da Colegiada de São Pedro de Ferreira

Igreja da Colegiada de São Pedro de Ferreira

A igreja de São Pedro de Ferreira encontra um lugar de destaque no panorama do românico português, não só devido à qualidade inerente à sua fábrica arquitectónica e decorativa, como também porque surge como um laboratório de confluência das mais diversas influências. Mais, esta igreja de raiz monástica destaca-se ainda por ter sido um exemplo conseguido daquilo que em tempos foi um típico estabelecimento de raiz agrária (ALMEIDA 1986: 247).

De facto, ainda hoje podemos apreciar a igreja de São Pedro de Ferreira implantada num vale aberto, enquadrada por campos agrícolas e casais rurais dispersos. Em tempos, Alexandre Herculano (1810-1877) escreveu que "fundar mosteiros era um dos grandes meios de povoar os lugares desertos, porque em volta das residências monástico-militares, a população e cultura cresciam rapidamente" (AA.VV. 994: 627). De facto, como se sabe, a arquitectura românica, tanto em Portugal, como em toda a Europa, manteve sempre uma profunda relação com o território que a abriga e com o qual se envolve. Podemos quase dizer que há uma relação recíproca entre o edifício românico e a paisagem, meio ou território que o acolhe: este último justifica a sua implantação, tendo em conta os mais variados factores, como também o edifício condiciona as vivências do espaço que o hospeda, porque catalisador da vida das populações que dele se servem, ampliando assim a sua força centrípeta.

O que é certo é que a construção de um edifício românico (ou de um qualquer edifício) tem por detrás de si todo um conjunto de condicionantes que vão justificar a sua implantação na paisagem. A proximidade de um rio, a orografia do território, o acesso a vias de comunicação, a densidade populacional (e o dinamismo das populações que nele habitam), a preponderância de uma dada linhagem (cujo poder tem uma forte irradiação quer ao nível local, quer ao nível regional), as potencialidades agrícolas do território, são factores que entram em linha de conta quando se opta pela escolha de um dado local para edificar um cenóbio durante a época românica, tanto mais quando é, de certa forma, nos bens fornecidos por essa mesma paisagem que a comunidade monástica ía encontrar uma boa parcela dos seus meios de subsistência.

A primeira referência documental relativa a Ferreira surge no testamento de D. Mumadona (c. 900-968), condessa do primeiro Condado Portucalense, quando se enumeram as doações que fez dos seus bens existentes entre os rios Ave e Tâmega ao Mosteiro de Guimarães (REAL 1986: 249-250). Este documento, datado de 959, assume uma extrema importância enquanto fonte histórica pois faz uma referência minuciosa a diversos castelos e povoações já existentes por então, referindo especificamente tudo *quantum nobis incartaui Silimiro et recemundo in fereira* (Cit. in Idem).

Assim, existindo já uma povoação em Ferreira em meados do século XI, é bem possível que se não por então, pelo menos desde finais do século, ou ainda desde princípios do século XII, existisse já uma instituição monástica aqui sediada, como atestam alguns vestígios encontrados durante a intervenção de restauro realizada pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais entre 1930 e 1937 (BOLETIM 1937). Entre estes vestígios estão diversos fragmentos de frisos ostentando variados motivos decorativos, três silhares que poderão ter pertencido a um portal ou a uma fresta e, ainda, uma peça relacionada com uma cornija (REAL 1986: 250-252). Existem notórias semelhanças entre alguns destes vestígios arqueológicos e outros,

pertencentes a outras igrejas, como São Salvador de Paço de Sousa (Penafiel), São Salvador de Travanca (Amarante), São Martinho de Manhente (Barcelos), datáveis da mesma época (ROSAS 2008: 205).

Mas só durante o século XII, talvez ainda antes de 1182, é que foi instituída a Colegiada de São Pedro de Ferreira, iniciando-se também por então a duplicidade terminológica relativamente à mesma, tantas vezes designada por "mosteiro" (REAL 1986: 254). Embora seja forte a tradição que atribui a sua fundação à Ordem Militar dos Templários, foi recentemente demonstrado que este foi inicialmente ocupado por monges e que estava na dependência de famílias patronais nobres da região. Após a sua instituição em Colegiada, ainda no século XII, São Pedro de Ferreira transitou para a posse parcial da diocese do Porto (REAL 1986: 252-254). Assim, os cónegos do Cabido da Sé do Porto passaram a beneficiar de uma parte das rendas do mosteiro, cujos direitos eram partilhados com algumas famílias estabelecidas na região, dominada pela velha nobreza condal dos Sousas e dos da Maia (ROSAS 2008: 206), duas das principais linhagens *dos bons homens filhos d'algo do reino de Portugal dos que devem a armar e criar e que andara a la guerra a filhar o reino de Portugal.*

Assim, sendo, tendo por base não só a importância histórica, e mesmo estratégica, alcançada pelo Mosteiro de Ferreira, mas também tendo em conta as características arquitectónicas da actual igreja, podemos colocar o início da construção do actual edifício em torno desta época. Recorde-se que a maior parte dos edifícios românicos da região do vale do rio Sousa foram construídos ao longo do século XIII, em substituição de fundações seguramente anteriores. Pode

ser até que o início da sua fábrica construtiva tenha arrancado ainda em finais do século XII, mas o que é certo é que se prolongou (ou mesmo começou apenas) ao longo do século XIII, tendo em conta a espacialidade criada e alguns elementos protogóticos já introduzidos. Todavia, tal facto não contribuiu para fazer de São Pedro de Ferreira um monumento incoerente, muito pelo contrário. Apesar da hibridez de influências identificáveis nesta igreja, estamos diante de um dos mais conseguidos e cuidados monumentos do românico português.

A dádiva deixada em testamento de 1232 por Gonçalo Gonçalves foi certamente motivada pelo incremento das obras em São Pedro de Ferreira (ALMEIDA 1978, II: 220). Em 1258, nas Inquirições de D. Afonso III (1248-1279), temos uma confirmação da permanência da tradição patrimonial laica neste mosteiro, "est Militum et Divitum hominum", ou seja, sob a pertença de cavaleiros e ricos-homens (ROSAS 2008: 206).

Durante a segunda metade do século XIII, isto é, algures entre 1258 e 1293, o mosteiro de São Pedro transitou para a posse dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho (BOLETIM 1937: 13-14). No entanto, em 1475, o mosteiro, com respectiva igreja, couto e propriedades adjacentes, volta "in perpetuum" para a Câmara do Bispo do Porto, conforme Bula expedida pelo Papa Sisto IV (1471-1484) em resposta a uma petição do bispo D. João de Azevedo (REAL 1986: 256).

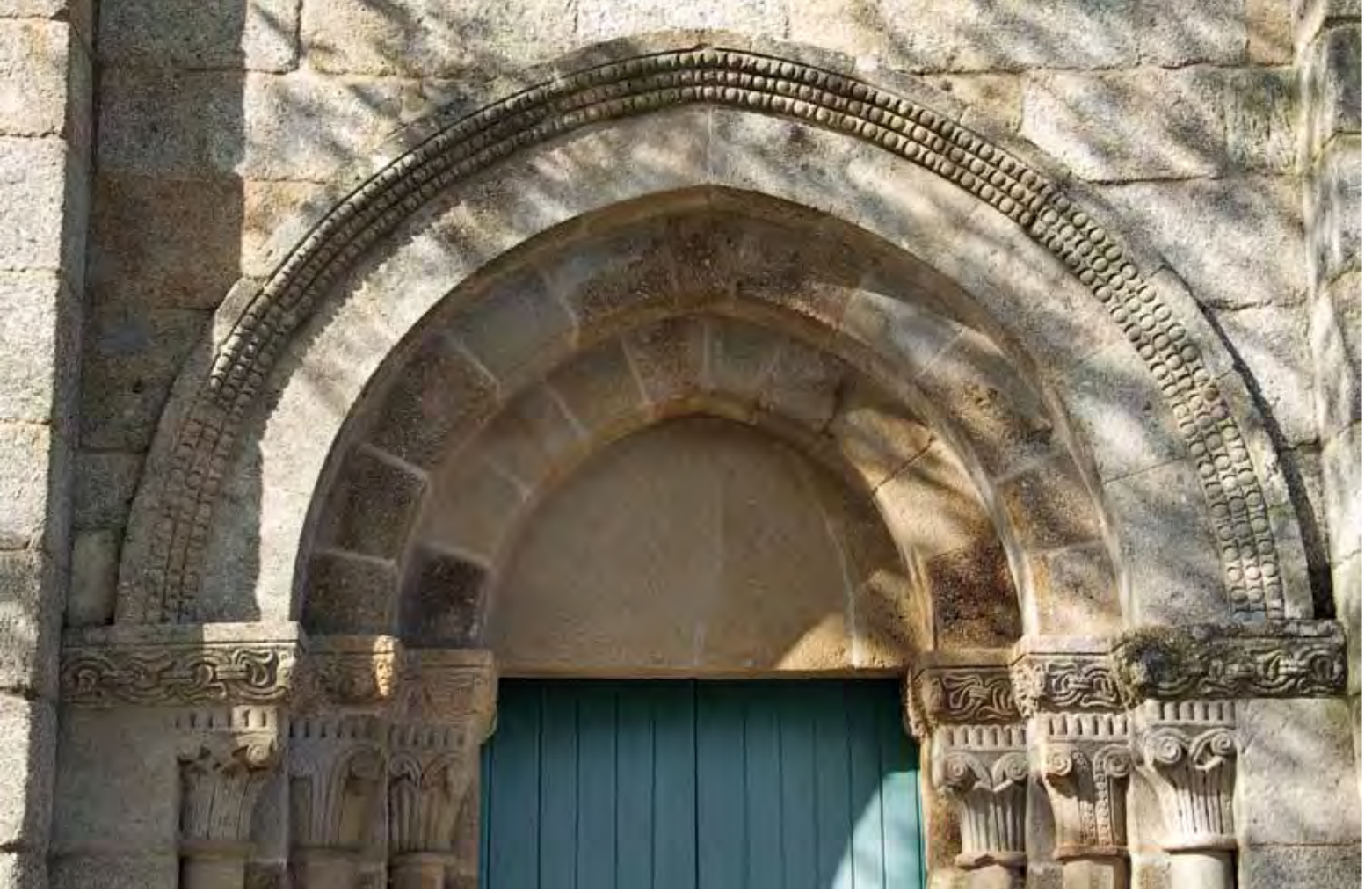
Assim, como se pode bem verificar, a importância histórica, geográfica e mesmo estratégica desta casa religiosa fez dela um importante alvo de cobiça, reflectindo-se ao nível das constantes transições de tutelas verificadas entre os séculos XIII e XV. Mas esta proeminência manifesta-se ainda ao nível da sua fábrica construtiva que, apesar do ambiente rural que a acolhe, e que com ela se relaciona, não deixa de se reflectir na coerência da sua monumentalidade.

Assim, São Pedro de Ferreira destaca-se, desde logo, pela originalidade da sua planta. É ao nível das extremidades da mesma que mais depressa encontramos as suas notas dignas de reparo: a capela-mor e a galilé. Entre estas desenvolve-se uma única e elegante nave.

Comecemos pela capela-mor. Desde logo, chama-nos a atenção a sua planimetria bastante animada, poligonal no interior e circular no exterior. A cabeceira de Ferreira abrange quase a totalidade da largura da nave e quase atinge a sua altura. Temos, pois, aqui um sinal de avanço estético, logo cronológico. Às cabeceiras românicas, intimistas, mais baixas e estreitas que a nave, criadoras de espaços de recolhimento, sucedem-se as amplas e iluminadas cabeceiras góticas, abertas aos fiéis. Assim, em correspondência com a elevada altura dos alçados da cabeceira está o acusado verticalismo do arco cruzeiro e da nave. Sobre o arco cruzeiro, um óculo quadrilobado, semelhante ao da igreja de Cedofeita (Porto) (ALMEIDA 1978, 2: 220), recorda-nos a evolução que este edifício manifesta, no sentido da adopção de soluções já protogóticas.

Composta por dois tramos abobadados, a cabeceira de São Pedro de Ferreira apresenta internamente dois registos, o inferior composto por arcadas cegas, sendo duas delas muito profundas e duas delas rematando em mitra, coisa única no românico português. No registo superior, para além das arcaturas decorativas, há frestas que se abrem em panos alternados. A composição desta cabeceira tem sido vista como uma réplica muito aproximada da abside da Sé-Velha de Coimbra, pondo-se mesmo a hipótese desta ter sido concebida por um artista proveniente da cidade do Mondego (REAL 1974, 1: 361). Também invulgar é a solução adoptada pelo arco toral que, aqui, se apoia sobre pilastras salientes, adornadas por escócias, cujos paralelos mais próximos se encontram apenas na região de Tui (Galiza). Embora impere a tradicional temática vegetalista e animalista, repare-se no capitel onde se fez representar uma dança acrobática, com tocador de pandeiro ou órgão de mão.

Exteriormente, colunas embebidas no paramento circular marcam o ritmo da composição desta cabeceira. Nos espaços intercalares, alternadamente, rasgam-se as frestas monumentalizadas por duas arquivoltas, e respectivos colunelos, ricamente ornamentados recorrendo ao talhe a bisel, característico da região do românico do Vale do rio Sousa, onde esta igreja assume um lugar de destaque. Um friso corre toda a cabeceira, a meia-altura, e nele encontramos



na temática dos corações invertidos a influência bracarense. Começamos já a sentir a hibridez de influências que caracterizam este monumento românico. A cornija assenta sobre uma banda lombarda, tema recorrente no românico da bacia do Sousa e que também justifica, em certa medida, a procura de parentesco entre esta cabeceira e a do Mosteiro de São Pedro de Roriz (Santo Tirso) (LACERDA 1942: 249). Também ao longo dos alçados laterais da nave encontramos esta mesma cornija formada por pequenos arcos assente sobre mísulas.

A grande elevação dos alçados da nave de São Pedro de Ferreira lembram já uma espacialidade bem protogótica (ALMEIDA 1978, 2: 220). Apesar desta igreja apresentar cobertura em madeira, a presença de altos contrafortes no exterior e de colunas adossadas no interior pode encontrar a sua justificação na necessidade de ajudar à sustentação dos elevados paramentos de granito, cujos blocos estão admiravelmente aparelhados. Nos espaços intercalares rasgam-se estreitas frestas que conferem uma luminosidade intimista ao interior da nave.

De ambos os lados rasga-se um portal de acesso ao interior da igreja, sendo de acentuar a qualidade da escultura dos seus capitéis (ROSAS 2008: 208). Destaque-se, no portal Sul, a persistência da influência bracarense ao nível da temática dos corações invertidos nas volutas dos capitéis, assim como uma imposta onde se desenha a bisel um emaranhado de entrelaçados.

Mas é o portal principal deste monumento, extremamente amplo e muito elaborado, que assume uma especial originalidade no contexto do românico português. O rigor do seu desenho denuncia o cuidado colocado no tratamento decorativo que atinge um grande valor arquitectónico (ALMEIDA 2001: 119). Apesar de carecer de tímpano, o seu valor advém-lhe do recorte ornamental das suas quatro arquivoltas, feito pelo recorte das arcadas em toros, de duplo diâmetro, acentuadas por um largo furo.

Esta decoração das arquivoltas de São Pedro de Ferreira tem levado muitos autores a fazer uma aproximação com o Portal do Arcebispo da Catedral de Zamora, apesar de existirem grandes diferenças (ALMEIDA 1986: 92), além de que o desenho desta última é bem mais definido. A decoração de Ferreira é feita como toros e furos circulares e a de Zamora é alcançada por meio de contornos de palmetas com o espaço interno cavado, tema que fez escola em Castela. Deste modo, o modelo de Ferreira não pode ter sido sugerido por Zamora por estar mais próximo do que se apresenta em São Martinho de Salamanca e, sobretudo, das soluções decorativas dos arcos da arte almóada de Sevilha da segunda parte do século XII (Idem; ROSAS 2008: 208).

Nas impostas, as palmetas simplificadas –ou, se quisermos, o tema dos corações invertidos–, remetem-nos novamente para a influência bracarense, enquanto que as quatro colunas, adoptando a intercalação de fustes lisos e prismáticos nos recordam que estamos diante de um monumento românico erguido na região do vale do rio Sousa, sob a influência directa do românico de Coimbra, nomeadamente da igreja de Santiago desta cidade. Atente-se ainda ao facto de estarmos diante de um portal enquadrado por um espesso corpo pentagonal, característica do românico desta região, mas que nos reporta, também, para os corpos avançados das fachadas românicas coimbrãs. Por fim, ao nível dos capitéis altos e evoluídos, reflexo da cronologia avançada deste monumento, vemos entrançados, animais afrontados e decoração vegetal, não só feita a bisel, como também bem presa ao cesto. Mais, a associação da decoração vegetal com a animalista, num mesmo capitel, converte-se aqui num caso epigonal do nosso românico. Todas as bases das colunas, bolbiformes e algumas já com garras, estão decoradas ao nível do plinto. Apesar deste portal não ter tímpano, consta que durante a intervenção de restauro foram encontrados diversos fragmentos de um tímpano, ornamentado com uma cruz vazada e laçaria, semelhantes ao da igreja de Unhão (Felgueiras) e ao da Sé de Braga e que poderia ter pertencido ao portal principal (VITORINO 1941: 14). O tímpano que hoje aí vemos é certamente fruto da intervenção de restauro da década de 1930, como denuncia ainda a sua diferente tonalidade relativamente ao restante conjunto.

Na frente da igreja, encontramos por fim, um dos seus mais significativos elementos, ou seja, a galilé, embora em ruínas. Este espaço cemiterial, reservado a enterros e a rituais

fúnebres, não estaria contemplado no projecto inicial, tendo sido realizado pouco depois da conclusão do templo (ROSAS 2008: 215). Este espaço recorda ainda o cuidado e importância dados pelas famílias protectoras das casas monásticas aos espaços destinados ao abrigo dos seus restos mortais durante os séculos XIII e XIV (ALMEIDA 1986: 91). Cremos que existência desta galilé, além das suas naturais evidentes funções funerárias, cria uma maior solenidade no trajecto que, durante a época românica, iria passar sob a Porta do Céu para aceder ao interior do espaço sacro, tão intimamente conotado com a *Jerusalém Celeste*.

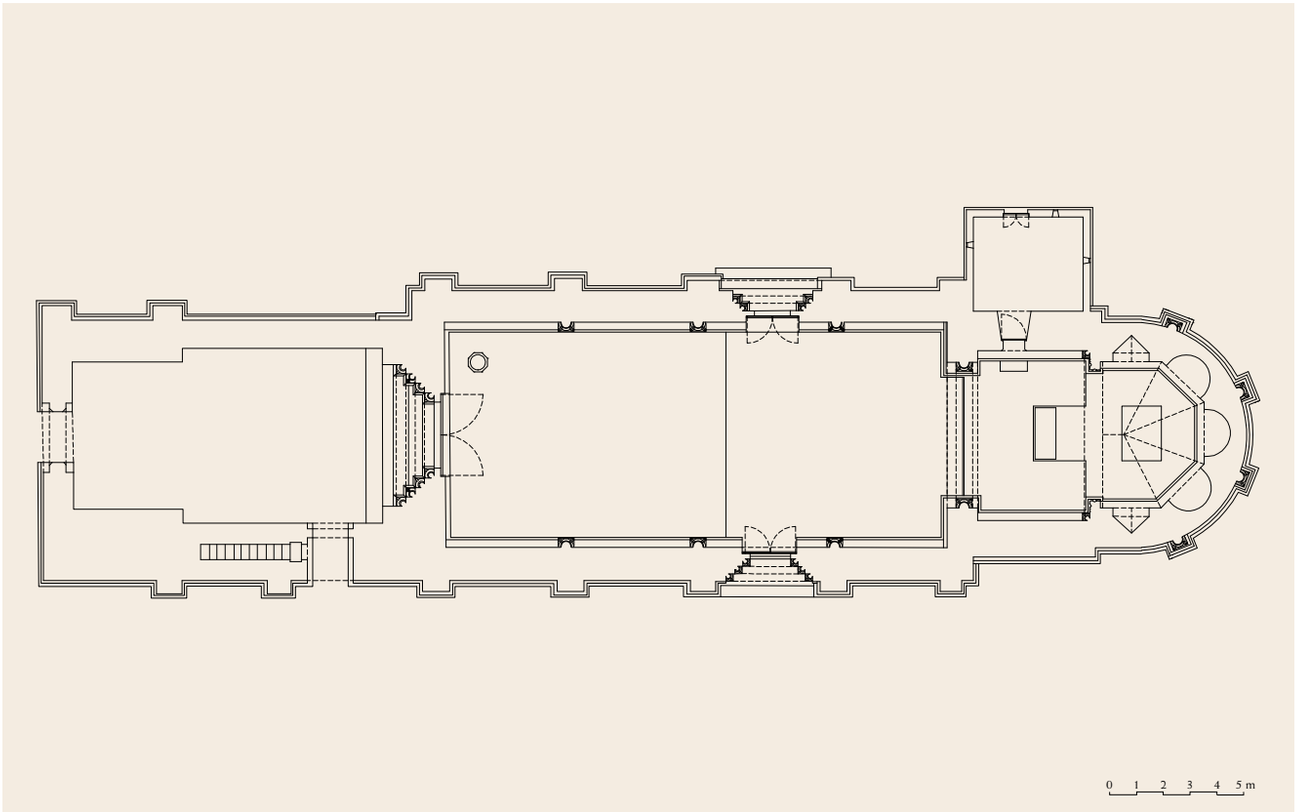
Na verdade, o que faz de São Pedro de Ferreira uma obra de destaque no contexto do românico português, mesmo ibérico, é não só a qualidade arquitectónica e plástica da sua fábrica –por demais evidente–, mas também, e principalmente, o facto deste monumento surgir como laboratório das mais diversas influências. Ou porque fruto da circulação dos artistas, ou porque resultado da circulação de modelos, ou mesmo da evolução natural das próprias formas e técnicas construtivas, o que é significativo é que esta igreja condensa em si as mais diversas

influências, ao modo de laboratório experimental, provenientes de distintos locais das regiões circunvizinhas. Uma vez mais, podemos recordar aqui que as escolas, dialectos ou famílias da arquitectura românica não estão congeladas em si próprias, antes interagindo entre si através de relacionamentos mútuos.

Deste modo, nesta igreja de São Pedro de Ferreira, além das influências Castelhanas, das influências coimbrãs –transmitidas através do românico portuense– e da preponderância dos elementos decorativos provenientes do foco bracarense, encontramos também um forte peso nos elementos de sabor local, característicos da arte românica da região do vale do rio Sousa, como o talhe a bisel, a cornija sobre arquinhos ou a estrutura pentagonal para abrigo do portal principal. Cremos, pois, que estamos diante de um monumento que se mostra como um dos mais conseguidos, mas também dos mais complexos, no panorama do românico português. De facto, percursos artísticos tão diferenciados casaram-se num monumento que assume uma personalidade muito própria e que acaba por ser, também ele próprio, gerador de novas experiências (REAL 1982: 31). Recorde-se aqui a ascendência que se pensa que esta igreja teve sobre a de São Pedro de Roriz (Santo Tirso).

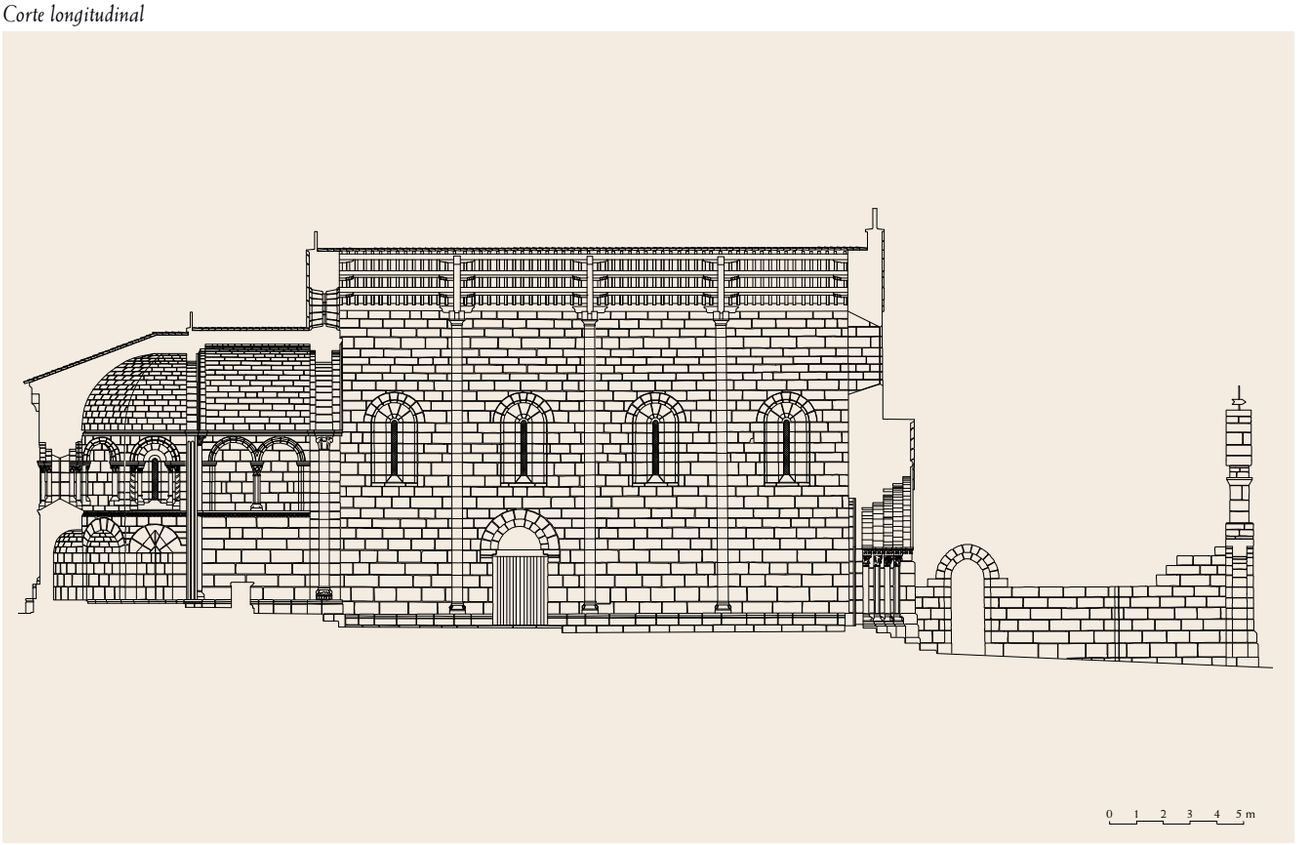
Apesar da sua natureza eclética, acresce que estamos diante de um monumento já introdutor de fórmulas góticas pelo que, de um modo geral, se tem considerado São Pedro de Ferreira como o término de todo um percurso (REAL 1986: 270).

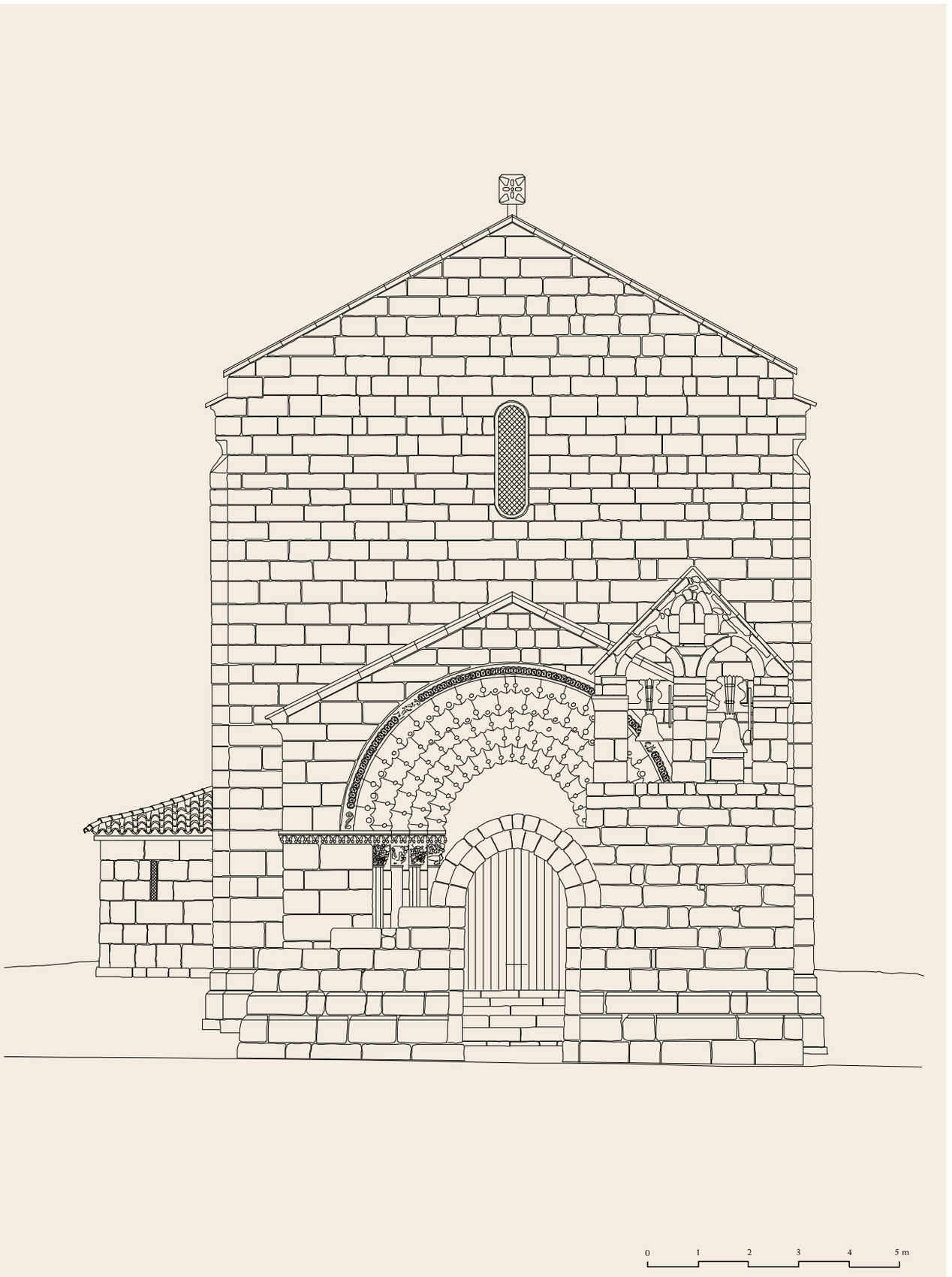
Texto: Maria Leonor Botelho - Planos: Ricardo Pinto - Fotografias: Michael Schlapkohl



Planta

Corte longitudinal





Alçado poente

BIBLIOGRAFIA

AA.VV., *Entre-Douro e Minho. I. Douro Litoral,* Guia de Portugal, 3ª Edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1994, vol. 4º.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *Arquitectura Românica de Entre Douro e Minho*, Porto, 1978, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2 vols., texto dactilografado.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *O românico*. *História da Arte em Portugal*, vol. 3, Lisboa, Publicações Alfa, 1986.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *O Românico*. *História da Arte em Portugal*, vol. 1, Lisboa, Editorial Presença, 2001.

BOLETIM da DGEMN, *Igreja de S. Pedro de Ferreira*, nº 7, Março, 1937.

LACERDA, Aarão de, *História da Arte em Portugal*, vol. I, Porto, Portucalense Editora, S.A.R.L., 1942.

MACHADO, Rosário Correia (coord. geral) e ROSAS, Lúcia Maria Cardoso (coord. científica), *Rota do Românico do Vale do Sousa. Guia. S.l.*, Valsousa-Rota do Românico do Vale do Sousa, 2008.

QUARESMA, Sandra (actualização), "Igreja de São Pedro de Ferreira/Igreja de São Salvador de Ferreira" (Nº IPA: PT011309050001), 2004, in *Inventário do Património*. URL: www.monumentos.pt

REAL, Manuel Luis Campos de Sousa, *A Arte Românica de Coimbra (Novos dados-Novas Hipóteses),* Dissertação de Licenciatura em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1974, 2 volumes (texto dactilografado).

REAL, Manuel Luis, *A Igreja de S. Pedro de Ferreira. Um invulgar exemplo de convergência estilística*, Separata de "Paços de Ferreira - Estudos Monográficos", Paços de Ferreira (Câmara Municipal), 1986, pp. 247-294.

REAL, Manuel Luis e SÁ, Pedro, *O Mosteiro de Roriz na Arte Românica do Douro Litoral*, Santo Tirso, Imprensa Portuguesa, 1982.

VITORINO, Pedro, *Tímpanos românicos ornamentados*, separata do "Douro-Litoral", Boletim da Comissão Provincial de Etnografia e História, fasc. III, Porto, Domingos Barreira, 1941 (Jun.).

Ponte da Barca
Viana do Castelo

Mosteiro de São Salvador de Bravães

Mosteiro de São Salvador de Bravães

Nas margens do rio Lima desenvolve-se uma ampla rede de paróquias, de mosteiros e de casas nobres que conferem a esta região uma geografia patrimonial muito peculiar. No lugar do Mosteiro, da freguesia de Bravães, encontramos ao lado da estrada que liga Ponte da Barca a Ponte de Lima o Mosteiro de São Salvador, um dos mais celebrados edifícios românicos portugueses. Aqui, nesta região de Ribeira Lima, situada precisamente junto dos antigos limites das dioceses de Braga e de Tui, desenvolveu-se um dialecto muito peculiar do românico português e que conciliou, na sua essência, características de origem galega e bracarense.

É entre o segundo quartel do século XII e os finais do século XIII que a arquitectura românica da região de Ribeira Lima conhece o seu apogeu (Almeida 2001: 99). Primeiramente, identifica-se uma adopção dos temas decorativos de origem bracarense, autóctones, assim como uma disseminação dos capitéis cúbicos por toda esta região. Depois, já em finais do século XII, os temas tudenses que se encontram em franco desenvolvimento na bacia do Minho alcançam as margens do rio Lima. Não nos podemos esquecer que foi apenas em 1513, e ao tempo do Bispo D. Diogo de Sousa (1505-1532), que se efectivou a anexação formal do território de Entre-Lima e Minho ao bispado de Braga (Rosas 1987, I: 12). De facto, desde a reorganização diocesana efectuada durante a época sueva e 1381, data em que esta região passou para a administração da Diocese de Ceuta, a área compreendida entre os rios Minho, a Norte, e Lima, a Sul, esteve sob a alçada da diocese galega de Tui. Tal facto justifica a forte preponderância que o românico desta região galega exerceu sobre os edifícios construídos ao longo da margem esquerda do rio Minho, chegando mesmo às margens do Lima, pelo que há autores que integram o dialecto românico desta região num espaço mais amplo, o do Alto Minho, tendo em conta a grande unidade paisagística, económica e social de toda esta mancha, embora já se identifiquem aqui influências autóctones, bracarenses (Almeida 1986: 124). Recorde-se que só em 1977 é que foi criada a Diocese de Viana do Castelo, a qual tutela esta região.

Foi precisamente nesta linha de confluência entre a Diocese de Tui e a Arquidiocese de Braga que, em 1080, terá sido fundado o Mosteiro de São Salvador de Bravães. De acordo com o *Primitivo Censual de entre Lima e Ave*, cujo texto pode ter sido escrito entre 1085 e 1089 –indo no máximo até 1091–, o Mosteiro de Bravães surge a pagar um censo à catedral de Braga (Almeida 1984: 318-319). Uma notícia posterior, contida no *Nobiliário* atribuído ao Conde D. Pedro de Barcelos, datado de 1340-1344, refere-se a D. Vasco Nunes de Bravães, rico-homem da corte de D. Afonso VI de Castela (1072-1109) como sendo a pessoa que fundou o mosteiro de Bravães (Almeida 1984: 319). Fundado num reguengo, foi mais tarde coutado e doado por D. Afonso Henriques (1143-1185) a D. Paio Vasques, filho de D. Vasco Nunes de Bravães e de sua mulher Aldara Lopes (Passos 1943: 204), tal como se depreende dos testemunhos recolhidos nas Inquirições de 1258: *"…Item, dixerunt que é coutado per padroes et que fora regaengo; et que ouviram dizer que o dera el Rey don Alfonso a don Pelagio Valasquiz et que lo coutara* (Cit. in Barroca 2000, II-I: 473). Esta doação do mosteiro de Bravães terá ocorrido em data anterior a 28 de Julho de 1180 (Bandeira 1997: 3).

Por esta altura já se encontraria avançado o estaleiro da fábrica da igreja, cujos elementos remanescentes nos apontam para os meados do século XII (Almeida s.d: 232), muito embora seja de admitir a existência dum pequeno cenóbio primitivo fundado em torno do ano de 1080,

ou seja, dez anos depois da restauração da diocese de Braga pelo bispo D. Pedro (1070-1093). Esta igreja anterior teria certamente um programa mais reduzido que o da actual igreja, tendo dela sido reaproveitados alguns elementos na construção da actual fábrica, tais como as bases e os capitéis do arco cruzeiro, a inscrição obituária do prior Egeas Mendes, assim como talvez uma cruz de sagração, no interior da igreja, de tipo diferente e mais antigo (ALMEIDA 1986: 62 e 2001: 95). Refira-se, aliás, que a cronologia proposta para o actual edifício vai bem de encontro ao passo marcado pelo românico na área de Ribeira Lima e que se começa a afirmar, como já referimos, primeiramente, sob alçada dos temas bracarenses, introduzindo depois os de origem tudense em finais do século XII.

Mas, o que é certo é que este mosteiro gozava de alguma proeminência em meados do século XII pois o seu prior, D. Egeas, surge em 1140-1141 como notário numa carta de couto passada por D. Afonso Henriques a favor do vizinho mosteiro de Vila Nova de Muía (SOUSA 2005: 187), assinando "Egeas prior de Bravães qui notuit" (ALMEIDA 1984: 320).

Alude certamente a este mesmo D. Egeas a inscrição funerária gravada ao longo de quatro silhares de granito, na face externa da ombreira esquerda do portal lateral Sul da nave da igreja, ficando voltada ao claustro, destruído em 1876 com a abertura da estrada que liga Ponte da Barca a Ponte de Lima (BARROCA 2000, II-I: 472-473).

ERA • Mª • CCª • XXª Vª / OBIIT • PRIOR • EGEE /
MENENDIZ • TU / LECTOR • ME / MENTO • MEI

É muito provável que este prior tivesse estado à frente do Mosteiro de Bravães no período compreendido entre, pelo menos, os anos de 1140-1141 e 1187 (*Era* 1225), data da sua morte (ALMEIDA 1984: 320; BARROCA 2000, II-I: 473). Deste modo, é bem possível que este D. Egas Mendes esteja associado à edificação da fábrica românica de Bravães, o que também justifica tão ostentoso epitáfio, memorando o seu nome.

Por esta época, pertencia este Mosteiro de Bravães à Ordem dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho. Embora em Portugal haja indícios antigos da existência de uma opção religiosa inspirada em Santo Agostinho, particularmente ao nível das catedrais onde bispos e cónegos partilhavam de uma vida religiosa com um acentuado sentido de comunidade, foi só após a fundação do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (1130), por D. Telo e sob a protecção de D. Afonso Henriques, que esta Ordem monástica alcançou uma outra importância no contexto religioso e político do reino nascente (JORGE 2000: 362). Embora não se tenha nenhuma datação concreta quanto à chegada dos cónegos crúzios a Bravães, o que é certo é que muito próximo dali, em Braga, o Cabido da diocese se intitulava da Regra de Santo Agostinho desde o tempo do bispo D. Pedro (Idem). Todavia, mesmo assim, uma nota do Marquês de Montebelo acrescentada ao *Nobiliário* refere que D. Vasco Nunes adoptou o nome de Bravães, cujo mosteiro já existia e que pertencia à Ordem de São Bento (ALMEIDA 1984: 319).

Em 1320, no *Catálogo das Igrejas, Comendas e Mosteiros do Reino*, o Mosteiro de São Salvador de Bravães foi taxado em 300 libras, reflexo da sua proeminência na região. Em 1420, por breve de Martinho V (1417-1431), secularizou-se este Mosteiro, tendo aí fundado D. Fernando Guerra, arcebispo de Braga, uma reitoria vulgar (SOUSA 2005: 186). A 12 de Fevereiro de 1434 o mosteiro de Bravães passou a ser igreja paroquial (BARROCA 2000, II-I: 473). Vejamos, pois, como toda esta conjuntura geográfica e histórica se reflectiu na fábrica e na original escultura românica da igreja do Mosteiro de São Salvador de Bravães.

A igreja de Bravães apresenta-se-nos sob a forma planimétrica mais convencional do românico português. Uma nave única é rematada por uma cabeceira rectangular, mais baixa e mais estreita. Do lado Norte anexa-se a Sacristia ao nível da capela-mor. A grande altura da nave tem sido apontada como um indício da cronologia tardia deste monumento românico (ALMEIDA 1986: 35), aspecto corroborado pelo arranjo geral dado aos portais laterais, como veremos.

Acede-se ao interior deste espaço sacro através de três portais, um Ocidental e dois laterais, nos quais se concentram significativos elementos escultóricos. O portal ocidental rasga-se sobre um corpo avançado que não só lhe cria uma maior profundidade (e consequentemente um maior campo para um desenvolvido conjunto iconográfico), como também lhe confere uma outra monumentalidade.

Muito se tem escrito sobre o portal principal da igreja de Bravães, dado o seu carácter singular no contexto do românico português. Uma estrutura composta por quatro arquivoltas, todas elas ornamentadas, apoiadas sobre colunas, cujos fustes se encontram profundamente esculpidos, acusa um certo barroquismo na composição deste conjunto iconográfico, onde a escultura se adapta a todos os elementos escultóricos.

Um arco envolvente, ornado com pequenas rosetas e pontuais corações invertidos, de origem bracarense, delimita este barroco conjunto escultórico românico. As duas arquivoltas exteriores mostram sequências de aves e animais, de grande relevo, tratados ao modo de capitéis, desenvolvendo-se no sentido das aduelas. É na arquivolta central que surge retratado um Apostolado, cujas pequenas e frustes figuras tornam difícil distinguir iconograficamente os diversos Apóstolos (Almeida s.d.: 233-235). Todavia, na primeira aduela do lado sul é possível identificar Santiago, porque exibe um bordão na sua mão direita. Os restantes Apóstolos surgem com o livro na mão, estando todos eles esculpidos no sentido das aduelas. É precisamente nesta organização dos motivos escultóricos no sentido das aduelas que encontramos uma liga-

ção ao românico do foco bracarense, também presente no arranjo do arco triunfal desta igreja, como veremos, muito embora este tratamento acuse ainda a formação de capiteleiro do mestre que elaborou este portal (ALMEIDA s.d.: 235). Já nas arquivoltas interiores a ornamentação mostra um sabor mais geométrico, nos encordoados e no jogo de enxaquetado e pérolas que ornam as suas aduelas.

O tímpano deste portal é um dos poucos exemplos historiados que se conservam no românico português. Aqui sobressai uma representação da *Maiestas Domini*, apesar de reduzida ao mínimo. Cristo surge entronizado e envolvido por uma mandorla toreada, segura pelas mãos de duas figuras, anatomicamente desproporcionadas. Estas personagens, cujas vestes tubulares são presas por forte cinto, devem representar anjos (ALMEIDA 1986: 151). Assim, a estética desta representação acusa uma artesania voluntariosa que utiliza um padrão escultórico de natureza tudense, embora sem lhe conferir apuramento técnico (Idem). O tímpano é sustentado por duas mísulas onde foram esculpidas cabeças de touro, de raça galega (Idem: 154).

Patenteando uma forte e túrgida modelação, os capitéis mostram temas iconográficos característicos da escultura dos capitéis da área da diocese de Tui e do Alto Minho (Idem 128), vendo-se aves debicando de uma taça ou com o pescoço entrelaçado ou serpentes míticas mostrando cabeças humanas e cabeleiras. Também as bases acusam uma interpretação indígena dos modelos de influência galega. Ao nível do arranjo dado aos capitéis e às colunas deste

portal encontramos mais uma ligação à arte da Catedral de Tui realizada após os meados do século XI (ALMEIDA 2001: 96). Os capitéis assumem um papel muito especial ao nível do arranjo compositivo deste portal, pois, mais do que nunca, definindo uma quebra entre a escultura das arquivoltas e a escultura dos fustes dos colunelos, que se prolonga de uns para os outros. Assim, os temas animalescos retratados continuam para cima e para baixo destes, fazendo deste portal um notável caso de escultura desadaptada ao seu quadro natural e de gosto muito local (ALMEIDA 1986: 154). Mais, é precisamente esta deslocação de temas afrontados, própria da dinâmica de capitéis, para a superfície curva e alongada dos fustes que também nos ilustra uma certa inexperiência e a inabilidade que o capiteleiro desta obra quando teve necessidade de realizar outros trabalhos de foro escultórico (ALMEIDA 2001: 96). Aliás, é contrastante a agilidade escultórica dos capitéis comparativamente aos restantes elementos aqui esculpidos. E, apesar das limitações que esta solução revela, estamos ainda diante de uma composição que não deixa de ser rica e, multiplicadamente, significativa (ALMEIDA s.d.: 233). Assim, nos capitéis vemos aves debicando, numa configuração própria de cesto de capitel e impropriamente esculpida sobre o fuste, como também vemos serpentes com cabeças de mulher, outro tema de raiz popular e frequente nos capitéis da área de Tui (ALMEIDA 1986: 157). É esta adaptação de uma temática capitelar aos fustes, muito túrgida, que torna este conjunto extremamente original e singular, fruto de uma interpretação autóctone.

Também nas colunas médias reside uma outra singularidade deste conjunto, pois aqui surgem representadas duas figuras, ao modo de estátuas-colunas ou, mesmo, de jacentes tumulares, como alguém já escreveu, apesar das evidentes dificuldades notadas ao nível do trabalho do cinzel e que, de certa forma, contribuíram para o aparecimento de várias leituras iconográficas. Assim, do lado direito do portal vemos uma figura feminina, com véu na cabeça e vestido até aos pés. Como apresenta a mão direita de encontro ao peito e a esquerda sobre o ventre, crê-se estarmos diante da primeira representação da Senhora do Ó conhecida para território português, numa iconografia derivada das representações da Virgem nos "Comentários ao Apocalipse" de Beatus, desse tempo (ALMEIDA 2001: 96). Com esta coluna relaciona-se directamente aquela que, a seu lado, ostenta o tema das serpentes, cuja iconografia tem a mesma origem (ALMEIDA s.d.: 237). A personagem que com a Virgem faz contraponto justifica que estejamos diante do tema da Anunciação que, por sinal, tem sido uma das suas representações mais comentadas na historiografia da Arte portuguesa.

Do lado oposto, uma representação masculina. O posicionamento do Arcanjo São Gabriel do lado esquerdo do portal indicia um maior e crescente prestígio da Virgem, que culminará durante a época gótica. Este personagem áulico, portador de uma garantida mensagem, mostra o cabelo organizado em tranças e usa barba. Todavia, tendo em conta o espaço redutor do fuste, mas também a pouca destreza figurativa do capiteleiro escultor, esta personagem não nos mostra asas (ALMEIDA s.d.: 235). As suas mãos estão erguidas sobre o peito, com as palmas viradas à Virgem, como que comunicando com esta. O seu vestido hirto, cingido por faixa, cai até seus pés.

No entanto, alguns autores têm procurado ver aqui outro tema iconográfico que não a Anunciação, apoiando-se numa hipotética obscuridade e mistério criados pela rudeza de execução deste conjunto escultórico. De um modo geral, o tema mais aceite é precisamente este, o da Anunciação, embora haja quem o questione tendo em conta a carência de asas na figura do Arcanjo, assim como o facto de não se conhecerem anjos barbados nas representações da Anunciação (ALMEIDA 1984: 333). Assim sendo, Maria José Perez Homem de Almeida acredita que possamos estar diante de uma representação de São Pedro, que por vezes se associa à Virgem, ou mesmo de São João Baptista, que, apesar da ausência de atributos iconográficos, pode aparecer com barba e cabelos longos. O facto da figura de Bravães se parecer com a de um eremita, também não invalida, para a autora, esta leitura iconográfica, tanto mais que a presença conjunta da Virgem e de São João Baptista se justificaria pela sua comum alusão à

Encarnação, numa igreja dedicada ao Salvador e em cujo tímpano ocidental este surge representado (ALMEIDA 1984: 334). Por fim, há ainda quem visse neste conjunto a representação dos doadores e fundadores do convento e da igreja (PASSOS 1943: 205), ou seja, D. Vasco Nunes de Bravães e sua mulher Aldara Lopes. Mas, o que é certo, é que estas propostas não tiveram eco na historiografia do românico português, prevalecendo a tese que aqui identifica a Anunciação.

De resto, a fachada principal deste monumento surge notoriamente transformada na parte superior, tendo sido bastante refeita. Tal facto é-nos acusado pela ausência de qualquer abertura. Repare-se no contraste existente entre a fachada, no geral, e o portal que esta abriga, considerado o mais decorado do românico em Portugal (ALMEIDA 1986: 35). No lado norte desta fachada existiu em tempos uma torre, da qual não há quaisquer vestígios, mandada construir em finais do século XIII pelo prior D. Rodrigo Pires, conforme atesta uma inscrição hoje integrada na face exterior da parede Norte da igreja, à direita do portal lateral (BARROCA 2000, II-II: 1233-1236):

• ISTAM • TOR(r)E • / FECIT • PRIORE • / RUDERIC(us) • PETRI

Também as fachadas laterais são extremamente simples, nelas destacando-se, além de uma cachorrada de perfil tendencialmente rectangular, a sustentar uma cornija ornada com um motivo enxaquetado, os portais que permitem o acesso ao interior da nave. Ambos os portais, confrontantes, acusam já uma cronologia avançada, tendo em conta a ausência de colunas e a ligeira quebra dos seus arcos, apesar de ainda terem tímpanos. Do lado Norte, o portal apresenta-se-nos com duas arquivoltas toreadas, assentes directamente sobre os pés direitos e envolvidas por um friso cujo motivo nos recorda uma temática de origem bracarense. O tímpano, assente sobre impostas lisas, mostra-nos ao centro um motivo crucial, composto através de círculos entrelaçados, ladeado por dois quadrúpedes. Já do lado Sul, o tímpano assenta sobre

duas cabeças de leão e nele está representado o *Agnus Dei*, acompanhado da cruz, tema muito recorrente na arquitectura românica do Entre-Douro-e-Minho. Também as três arquivoltas deste portal apresentam uma ligeira quebra e são todas elas ornadas com motivos de carácter geométrico, assentando directamente sobre os pés direitos. É precisamente aqui que se encontra a inscrição obituária de D. Egas Mendes.

Já no interior do monumento, o friso enxaquetado que percorre a capela-mor é tido como um indicio de antiguidade pois, como se encontra abaixo do alinhamento das impostas do arco triunfal, é bem possível que este tenha sido alteado durante a última fase de construção da igreja (ALMEIDA 2001: 95). De facto, o arco triunfal é já notoriamente quebrado e relativamente aberto para a capela-mor. Formado por duas arquivoltas, uma delas apresenta uma ornamentação típica do românico que se desenvolveu em torno da Sé de Braga, mostrando um maior grafismo que modelação (comparativamente ao tratamento dado à escultura do exterior), desenvolvendo-se a temática animalista, que se une na esquina das arquivoltas e se desenvolve no seu sentido. A influência bracarense também está bem presente na temática dos corações invertidos do arco envolvente deste conjunto. Já os capitéis apresentam uma maior turgidez no tratamento dado à temática quer vegetalista, quer animalista que os anima, apesar da sua forma cúbica de origem também bracarense.

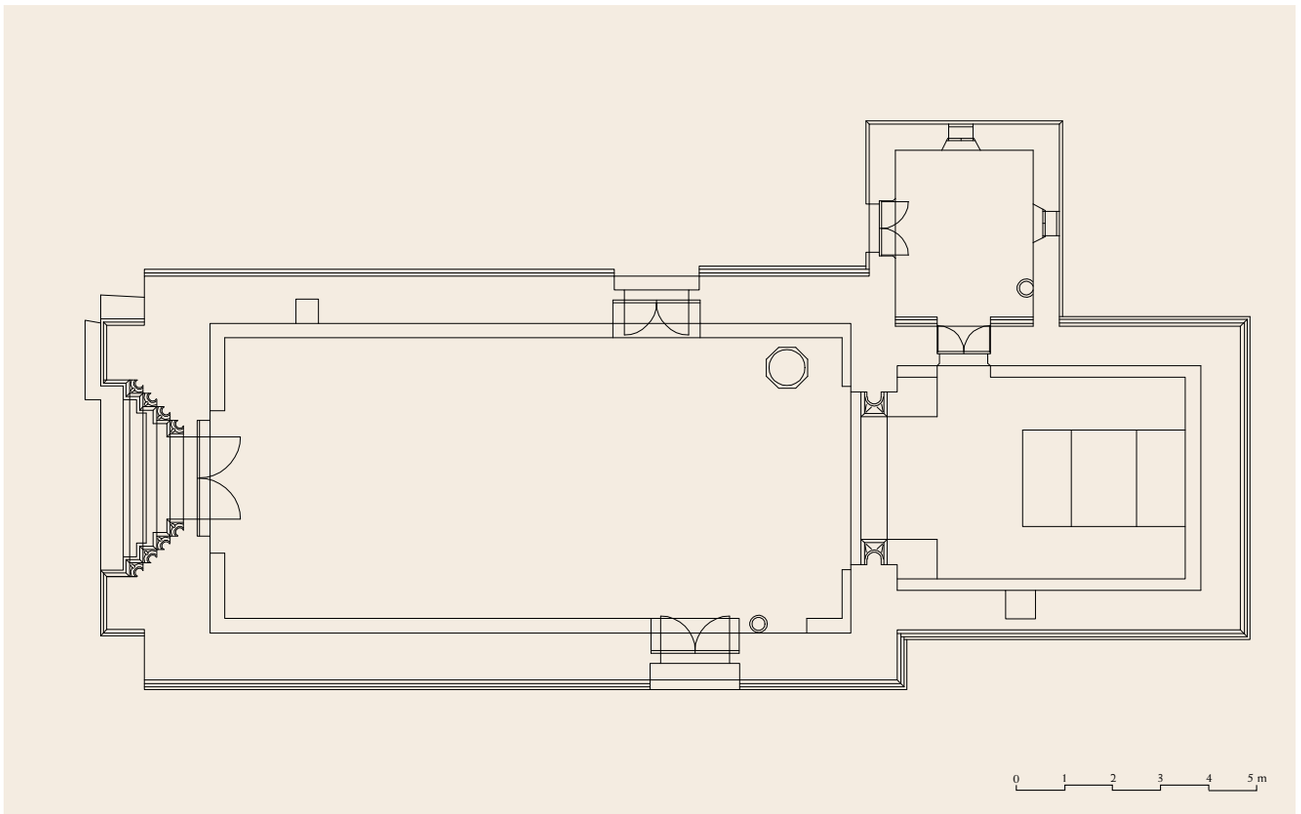
Sobre o arco triunfal, vê-se uma rosácea radial já bastante gótica, atestando a longa duração da fábrica construtiva de Bravães. Assim, além da possível existência de um edifício anterior ao actual, de que resultou o reaproveitamento de alguns elementos, como já referimos, encontramos uma fase de construção puramente românica e uma posterior, já da época

gótica. Assim, ao longo do paramento interior do arco cruzeiro são bem visíveis as cicatrizes que indiciam esta transição de estaleiro. Ao século XIII corresponde, ainda, um conjunto de blocos onde sistematicamente se encontram siglas e que recorreram a um granito mais áspero e duro, com grandes nódulos de feldspato, visíveis na cabeceira e na parte superior do corpo da igreja (ALMEIDA 1986: 62). De facto, o granito utilizado na primeira fase construtiva da igreja de Bravães acusa um grão mais fino e mais dúctil, visível na base do corpo da igreja e no rico programa iconográfico do portal Ocidental.

A nave é iluminada interiormente por quatro estreitas frestas, duas de cada lado, encimadas por arcadas desfasadas da abertura. Alguns dos seus capitéis cúbicos mostram uma decoração geométrica e elementar, podendo ser considerados como entre os mais antigos da região porque seguem protótipos específicos do século XI. Todavia, estas corresponderão certamente à fábrica do século XIII, pois foram reaproveitados ou mesmo imitadas soluções anteriores (ALMEIDA 2001: 95).

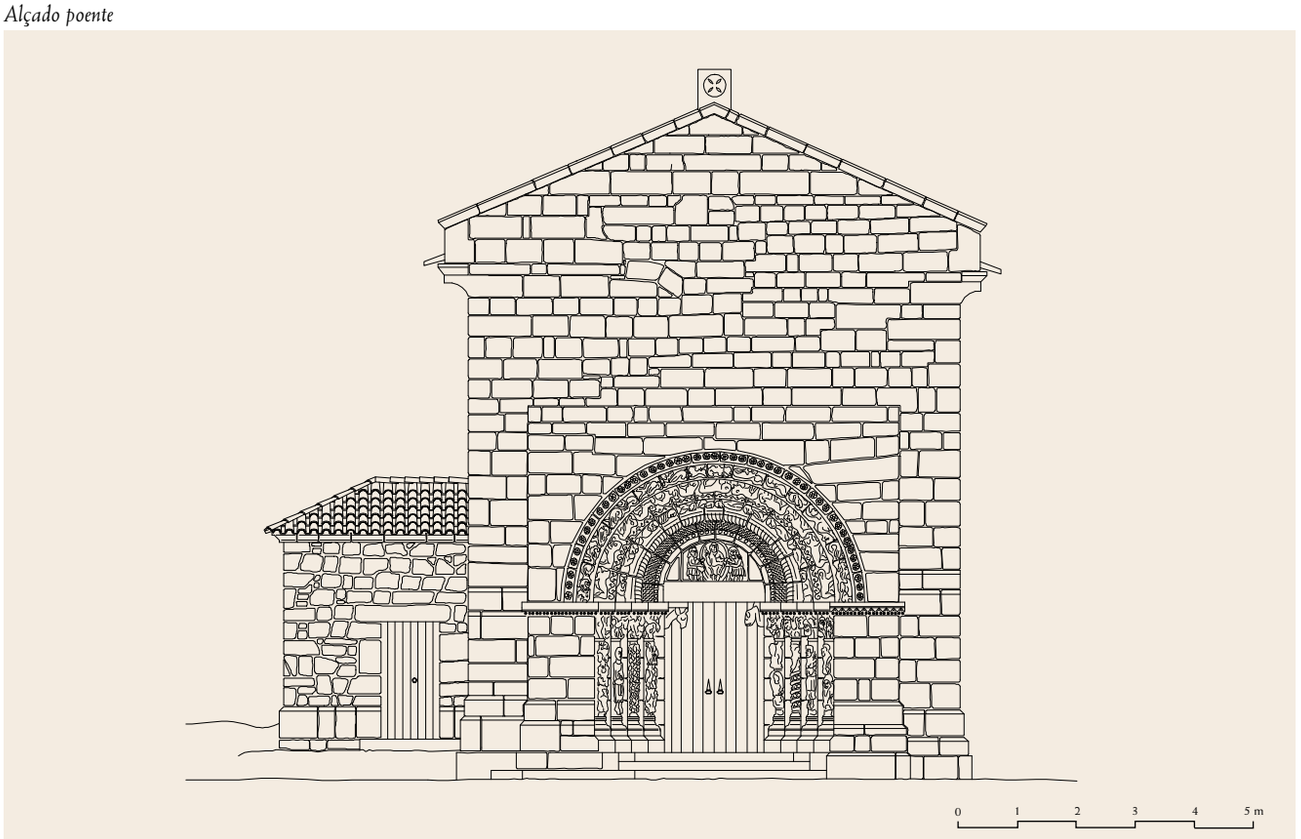
Em suma, embora do Mosteiro de Bravães hoje apenas sobreviva a sua igreja, esta não deixa de assumir um lugar de destaque no contexto do românico português, pela forma como usou e abusou dos elementos escultóricos ao nível do arranjo do seu portal principal, apesar de acusar um carácter extremamente periférico e rural, na forma como interpreta e dá corpo às influências quer bracarenses, quer tudenses. Assim, apesar da rudeza do talhe, estamos diante de um dos mais eruditos conjuntos iconográficos do românico português.

Texto: Maria Leonor Botelho - Planos: Sérgio Azevedo - Fotografias: Michael Schlapkohl



Planta

Alçado poente



BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *A Igreja Românica de Bravães,* s.l., s.n., s.d., pp. 223-238 (texto policopiado).

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *O românico*. *História da Arte em Portugal*, vol. 3, Lisboa, Publicações Alfa, 1986.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *O Românico*. *História da Arte em Portugal*, vol. 1, Lisboa, Editorial Presença, 2001.

ALMEIDA, Mª. José Pérez Homem de, *San Salvador de Bravães: una encrucijada en el románico portugés*, Porto, Centro de Estudos Humanísticos, 1984, pp. 317-339.

BANDEIRA, Filomena e NOÉ, Paula, "Igreja de Bravães" (Nº IPA: PT011606030001), 1996, in *Inventário do Património*, URL: www.monumentos.pt

BARROCA, Mário Jorge, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2000, 4 vols.

JORGE, Ana Maria C. M. e RODRIGUES, Ana Maria S. A. (coord.), *História Religiosa de Portuga,* volume I, Formação e Limites da Cristandade, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000.

PASSOS, Carlos de, "O Românico de Bravães", in *Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências - Quarto Congresso da Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências (celebrado juntamente com o XVII Congresso da Associação Espanhola para o Progresso das Ciências)*, Porto, 18 a 24 de Junho de 1942, Porto, Imprensa Portuguesa, 1943, t. VIII, 7ª Secção, Ciências Históricas e Filológicas, pp. 204-205.

ROSAS, Lúcia Maria Cardoso, *A Escultura Românica das Igrejas da Margem Esquerda do Rio Minho,* Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica - Trabalho de Síntese apresentado à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1987, 2 vols. (texto dactilografado).

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (dir.), *Ordens Religiosas em Portugal. Das origens a Trento - Guia Histórico*, Lisboa, Livros Horizonte, 2005.

Porto

Sé do Porto

Sé do Porto

A FUNDAÇÃO da Sé do Porto está envolta na obscuridade, em lendas e tradições várias. Tal fica a dever-se não só à ausência de documentação que comprove o aparecimento material desta Catedral, mas também ao facto de se ter procurado conferir uma origem, senão divina, pelo menos lendária, aos grandes templos medievais. Existem notícias relativas à existência de um templo anterior ao actual, nomeadamente uma ermida pré-românica. As primeiras referências remontam ao século XII e surgem da leitura de uma parte da Carta do Cruzado Osberno, que integrava uma armada de 164 navios inserida no contexto da II Cruzada, comandada por Arnulfo d'Areschot, rumo à Síria (BOTELHO 2006: 15). Este documento relata-nos a conquista de Lisboa aos Mouros em 1147 e dá-nos uma ideia da dimensão da Sé primitiva. Deste modo, somos informados que a armada dos cruzados não coube dentro da igreja, pelo que o sermão em latim do bispo D. Pedro Pitões (1146-1152), ao qual se seguiu uma missa, foi ouvido num adro ou cemitério. E isto torna-se tanto mais significativo pelo facto de ter sido denunciado por alguém que esteve no Porto em 1147.

Também encontramos esta primitiva Sé referida numa Inquirição de D. Afonso IV (1325-1357) de 1348. Assim, *feita a adita enquiriçom prouauasse por estas testimunhas, dellas de vista e dellas douuida, que a doaçom que a Raynha dona tareija fezera aa egreja do porto e dom hugo bispo, que fora de huma hermida que em esse tempo estaua hu hora està a sé, e de huum burgo pequeno que estava apar dessa hermida* (CORPUS 1891, I: 21). Todavia, esta expressão deve ser compreendida face à desproporção com que a primitiva sede episcopal portuense era vista relativamente à obra empreendida a partir de meados do século XII.

A existência deste templo pré-românico tem vindo a ser comprovada por diversos vestígios materiais, como é o caso de um capitel de pilastra, decorado com altas folhas de acanto, datável dos séculos IX-X (REAL 1984: 30-43). Deste mesmo período é ainda a necrópole de sepulturas abertas na rocha encontradas sob o portal principal da Catedral e que foi descoberta durante as obras de restauro decorridas entre 1927 e 1946 (BOTELHO 2006).

Deste modo, fontes documentais e fontes arqueológicas atestam a existência deste templo pré-românico no Morro da Pena Ventosa, aproximadamente na mesma área onde foi construído o templo actual.

Deduzimos, desde logo, um facto de suma importância: em 1147 a Sé do Porto ainda não existia, visto o Cruzado Osberno fazer referência a um edifício que, pelas suas pequenas dimensões, não podia abrigar no seu interior as centenas de cruzados que constituíam a armada. Presume-se, pois, que o início da construção da actual Sé será posterior àquela data, até porque D. Afonso Henriques (1143-1185) não pode ter sido indiferente ao apoio dado pelo Bispo D. Pedro Pitões quando este apelou aos cruzados para irem em seu auxílio.

Tal facto vem pôr em causa a tradicional tese que atribui a D. Hugo (1113-1136) o início da construção da Sé Portuense. É neste ponto que a obscuridade quanto à fundação da Sé do Porto é evidente. De um modo geral, o início da construção desta catedral tem sido visto como fruto da acção de D. Teresa (1080-1130), mãe de D. Afonso Henriques. Também a rainha D. Mafalda (1125-1157?), mulher deste rei, devota que foi de uma imagem, a da Nossa Senhora da Silva, que se diz encontrada nuns silvados aquando da abertura das fundações desta catedral, também terá contribuído muito para o avançar das obras da catedral.

Mas há diversos argumentos que poderemos utilizar para comprovar datar da segunda metade, ou mesmo de finais, do século XII a construção da actual Sé do Porto. O facto de a arquitectura românica ser um fenómeno relativamente tardio no território português (ALMEIDA 1987: 28), confirma esta teoria, a partir de uma visão formalista e estilística. Data deste período o intensificar das relações comerciais e marítimas da região do Porto com La Rochelle (França). Na verdade, na Igreja Catedralícia vai ser introduzido todo programa arquitectónico, e decorativo, que encontra a sua origem nas proximidades desta região francesa, ou seja, no Limousin, mas que se vai disseminar a partir daqui por toda uma área envolvente. Disso é testemunho a adopção de toros diédricos e de capitéis sem imposta ao nível do arranjo dos vãos de iluminação.

Embora começada ainda no século XII, a construção desta catedral ter-se-á prolongado pelo século seguinte, o que justifica o aparecimento precoce de elementos góticos, tais como a rosácea e os arcobotantes, assim como de pilares fasciculados no interior da nave e que suportam abóbadas de berço já quebradas.

Mas, na Sé do Porto também estão presentes influências do românico da região de Coimbra e que se manifestam essencialmente ao nível da decoração escultórica (embora o obstáculo da matéria-prima desvirtuasse muito o seu contributo) e do traçado da fachada principal (REAL 1874, I: 362).

Há, por fim, uma outra tradição que atribui à rainha D. Mafalda (cuja morte ocorreu em 1158) a colocação da última pedra. Todavia, sabe-se hoje que foi apenas a 5 de Junho de 1557, por ocasião da construção do zimbório em pedra que remata o cruzeiro, que a Sé do Porto viu a sua estrutura arquitectónica concluída (BASTO 1946: 11). Como o zimbório anterior era em madeira, talvez não se deva considerar a fábrica arquitectónica do edifício como acabada. Deste modo, a última fase de construção da Sé do Porto é coetânea da arquitectura manuelina.

Assim, como ficou aqui subentendido, embora a Sé do Porto tenha começado por ser um monumento de raiz românica, a longa duração da sua construção permitiu que se introduzissem no edifício novidades góticas, além de que esta igreja apenas foi concluída em pleno século XVI. O carácter algo híbrido da catedral portuense é por demais evidente.

A igreja catedralícia é composta por três naves escalonadas, de cinco tramos cada uma, transepto saliente e capela-mor rectangular. Mandada construir desde os fundamentos pelo Bispo D. Frei Gonçalo de Morais (1603-1617), entre 1606 e 1610, a actual capela-mor manifesta na sua estrutura rectangular um aspecto tipicamente maneirista, de raiz classicizante. As naves são separadas por arcos quebrados sobre pilares fasciculados e cobertas por abóbadas com ligeira quebra, reforçadas por arcos torais. As abóbadas da nave central e a do transepto apresentam sensivelmente a mesma altura. Da sua estrutura românica primitiva restam-nos ainda alguns capitéis românicos no topo das naves e que lembram o tipo de cesto e a gramática vegetalista dos da Sé Velha de Coimbra (ALMEIDA 1986: 84).

Sabe-se hoje, através de seguras fontes documentais (BASTO 1943: 178-179), que a Sé do Porto constituía um caso único no panorama do românico nacional no que toca à organização da sua cabeceira. Assim esta era composta por capela-mor, rodeada de charola com três capelas radiantes e dois absidíolos poligonais, dos quais ainda subsiste a Capela de S. Pedro. As capelas radiantes seriam dedicadas à invocação do Salvador, a S. Jerónimo e a Santa Margarida. Sobre o deambulatório havia uma galeria coberta, à qual se acedia por escada em caracol ao lado dos absidíolos (onde funcionou o órgão), que ajudava a sustentar o peso da alta abóbada da nave central. E porque esta galeria superior tinha uma função estrutural, talvez esta cabeceira não apresentasse arcobotantes. Única no Portugal de então, esta charola apresenta claras semelhanças a outras da região de Limoges, desde Beaulieu a Le Dorat até Soulignac (ALMEIDA, 1987:31).

Podemos ainda hoje apreciar a capela de S. Pedro, no braço Sul do transepto. De estrutura poligonal, esta apresenta no interior uma arcada cega que apenas foi posta a descoberto em 1964, numa intervenção de limpeza dos rebocos (BOTELHO 2006: 191). Certamente, do mesmo modo, as capelas radiantes e os absidíolos demolidos apresentariam uma composição idêntica a esta. Nas paredes do transepto, colaterais da capela-mor, podemos ainda ver dois arcos entaipados descobertos pelo *Restauro* acima referido e que deviam pertencer à charola, talvez à galeria superior. No entanto, D. Frei Gonçalo de Morais entendeu que devia demolir este corpo românico tão único, substituindo-o pela actual capela-mor maneirista.

Ao nível do exterior, os elementos românicos remanescentes na Sé do Porto encontram-se como que perdidos entre testemunhos de outras épocas. Nas fachadas laterais, apesar de termos adossada a Norte uma Galilé do século XVIII e a Sul o claustro gótico, é ainda visível o jogo de volumes criado pela diferente altura das naves, que surgem coradas por um conjunto de ameias. O carácter maciço da catedral é por demais evidente, tendo levado muitos autores a compará-la a uma robusta fortaleza que, lá no alto, coroa o Morro da Pena Ventosa.

Ao nível da fachada, apesar da proeminência do portal barroco e da rosácea gótica, as suas linhas mestras e estruturais mostram-se ainda bem românicas. Duas torres flanqueiam um corpo central saliente. As torres ainda mantêm uma estrutura que pertence à primitiva construção românica até à altura da segunda fiada de esferas que as ornamenta e são reforçadas, cada uma, por dois gigantes. Ao longo dos seus muros abrem-se seteiras e na torre Norte vemos esculpidos um *signum salomonis* (junto ao primeiro gigante) e uma embarcação, uma coca de origem nórdica (no gigante Sul, pouco abaixo da linha das meias esferas). Na torre Sul, a chamada torre do relógio, encontram-se gravadas nos seus silhares as medidas padrão medievais (BARROCA 1992). As torres são rematadas por varandas balaustradas e cúpulas bolbosas barrocas, embora se acredite que tivessem sido ameadas durante a época medieval.

O corpo central está coroado por um conjunto de ameias. A sua estrutura forma um arco gigantesco, que se apoia sobre duas pilastras abrigando no seu interior a rosácea gótica, claro indício do arrastamento por um longo período da construção desta Catedral, e o portal barroco. Este encontra-se na posição de um outro anterior, românico.

Também na mesma ocasião em que foram encontradas as sepulturas escavadas na rocha sob a escada barroca que permite o acesso à catedral, apareceram diversos elementos de cantaria e que em tempos pertenceram ao primitivo pórtico românico (BOTELHO 2006: 90-95). Relativamente às sepulturas escavadas na rocha sob o pórtico primitivo, que surgem a mais de um metro de desnível, estas integravam o núcleo, mais alargado, do chamado "Cemitério do Bispo", coevo da ermida pré-românica a que já fizemos referência, reforçando a notícia da existência neste local de um templo cristão anterior ao actual.

Já os elementos que pertenceram ao primitivo portal, apesar de escassos, permitiram realizar uma aproximação àquilo que terá sido o pórtico primitivo desta Catedral (REAL 1984). Através dos motivos ornamentais, torna-se clara a inspiração coimbrã, sobretudo vinda da Sé-Velha. Na obra do pórtico primitivo da Catedral portuense terá trabalhado um artista vindo de Coimbra, provavelmente Mestre Soeiro (Anes), que foi recompensado no testamento do bispo D. Fernando Martins (1174-1185) em 1184 (REAL 1984: 33). Mais, os elementos denunciadores da influência coimbrã vêem reforçada a sua origem através das formas arquitectónicas deles decorrentes. Deste modo, para podermos compreender a primitiva fachada da Sé do Porto temos de recorrer à Sé Velha, apesar da fachada portuense ter sido concluída mais tardiamente, recebendo já elementos góticos como a rosácea. A presença coimbrã era especialmente notada na cornija com arquilhos que existiria entre o portal e o janelão, sendo os seus arcos toreados e as consolas com elementos figurativos, o que seria deveras singular.

É em torno do claustro, já plenamente gótico, e posicionado a Sul que se organizam as diversas dependências catedralícias, posteriores à época românica, como as Capelas de João Gordo, de S. Vicente e de Santa Catarina, a Sacristia ou a Casa do Cabido onde se instalou o Museu do Tesouro da Sé do Porto.

Todavia, não podemos deixar de referir aqui a importância extrema que assumiu o longo *Restauro* que referimos já e que se desenrolou de forma notória entre 1927 e 1945 (BOTELHO 2006), sensivelmente, sob a alçada da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN). O *Estado Novo* (1933-1974), através da acção institucional da DGEMN, sua representante legítima na obra de *restauração material* da Pátria, vai reintegrar os monumentos

da Nação naquilo que acreditava ser a sua *traça primitiva,* procedendo para tal à eliminação dos elementos que considerava descaracterizarem as raízes e os elementos primitivos definidores da sua origem remota. São precisamente os elementos do período barroco as principais "vítimas" das limpezas realizadas por ocasião dos *restauros*. Disto foi exemplo a Sé do Porto e grande parte dos elementos que a *Sede Vacante* de 1717-1741 aí havia introduzido.

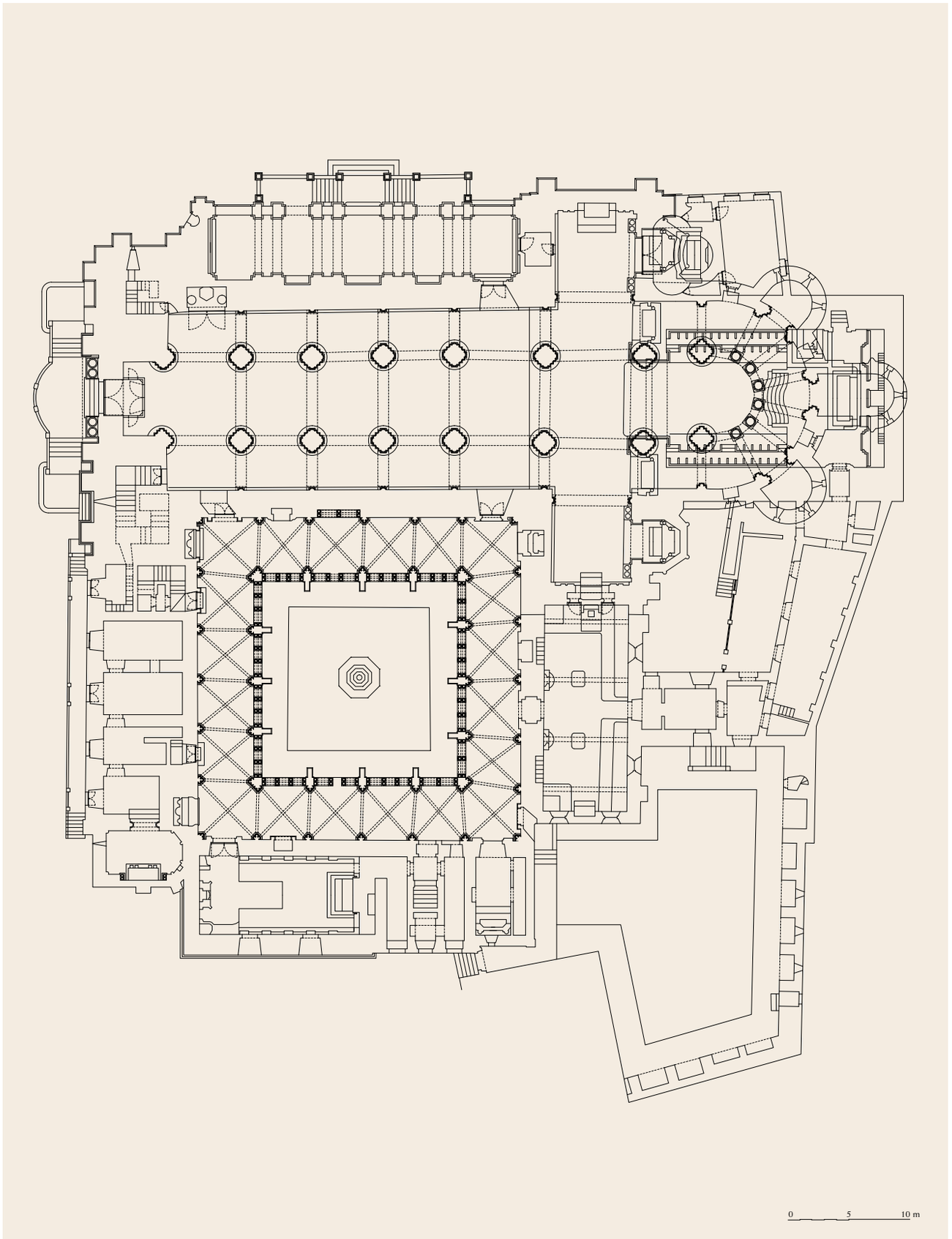
Foi, pois, a Sé do Porto alvo de uma campanha que visou a sua reintegração estilística, dentro daquilo que se considerava ser o seu estilo primitivo, ou seja, o românico. Mencionemos apenas alguns exemplos. Durante a intervenção da responsabilidade da DGEMN, os janelões barrocos e o estuque que revestia o interior da igreja desde 1717-1741 deram lugar a frestas de evidente traça românica e a paramentos limpos, numa notória exaltação da pureza do granito. Também uma série de altares foram retirados do interior do monumento, assim como todo um conjunto de elementos em talha dourada como os capitéis que coroavam os pilares da nave.

E a importância deste *restauro*, ou melhor, do seu conhecimento profundo e ponderado reside precisamente no facto de termos agora consciência de que aquilo que conhecemos hoje como sendo a Sé do Porto, ou seja, a sua imagem, decorre das transformações nele operadas. Só o estudo científico destes restauros nos permitem compreender uma página fundamental da história artística de cada monumento, pois só assim teremos plena consciência das transformações por que passou num passado mais recente e que, muitas vezes, alteraram profundamente a sua imagem.

Mais, o conhecimento que a historiografia artística proporcionava relativamente ao românico da Sé do Porto não pôde ter deixado de influir nas orientações seguidas por um restauro que se queria reintegrador do seu estado primitivo, tanto mais num monumento que se acreditava fundado pela mãe do rei *Conquistador*, devendo-se a conclusão da sua construção à primeira rainha de Portugal, D. Mafalda, sua mulher.

E esta conotação lendária interessa-nos tanto mais pelo facto de que o Estado Novo, regime nacionalista por excelência, ter procurado valorizar os Monumentos que se ligam a momentos gloriosos ou a personagens ilustres da história da Nação, numa clara exaltação dos seus valores de ancestralidade. Neste contexto, são particularmente valorizados os monumentos medievais, com particular destaque para os de origem românica, porque coevos da Formação da Nacionalidade, onde se enquadra naturalmente a Sé do Porto.

Texto: Maria Leonor Botelho - Plano: Pedro Azevedo - Fotografias: Michael Schlapkohl e Jaime Nuño



Planta actual com sobreposição do cabeceira românica

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *Influências francesas na arte românica Portuguesa,* Paris, Fondation Calouste Gulbenkian/Centre Culturel Portugais, 1987.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *O românico*. *História da Arte em Portugal*, vol. 3, Lisboa, Publicações Alfa, 1986.

BARROCA, Mário Jorge, "Medidas-Padrão Medievais Portuguesas", *Revista da Faculdade de Letras-Série "História"*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1992, vol. IX, pp. 53-86.

BASTO, A. de Magalhães, *História da Santa Casa da Misericórdia do Pôrto,* Porto, Edição da Santa Casa da Misericórdia do Porto, 1934.

BASTO, A. de Magalhães, *A Sé do Porto. Novos dados documentais relativos à sua Igreja,* Porto, Edições Marânus, 1946.

BOTELHO, Maria Leonor, *A Sé do Porto no Século XX,* Lisboa, Livros Horizonte, 2006.

CORPUS Codicum Latinorum et Portugalensium Eorum qui in Archivo Municipali Portugalensis Asservantur Antiquissimorum Iussi Curiae Municipalis Editium, Portucale, Typis Portucalensibus, 1891, vol. I.

REAL, Manuel Luis Campos de Sousa, *A Arte Românica de Coimbra (Novos dados-Novas Hipóteses),* Dissertação de Licenciatura em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1974, 2 volumes (texto dactilografado).

REAL, Manuel Luis, "Inéditos de Arqueologia Medieval Portuense", *Arqueologia*, Porto, Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto, (Dezembro), 1984, nº 10, pp. 30-43.

Póvoa de Varzim

Igreja de São Pedro de Rates

Igreja de São Pedro de Rates

SEGUNDO A TRADIÇÃO, Pedro de Rates teria sido um dos primeiros convertidos por Santiago na Península Ibérica, distinguindo-se dos restantes em santidade e sabedoria. No tempo do imperador Calígula (12-41 d.C.), Santiago sagrara Pedro como bispo de Braga e este último pregou o Evangelho na província, ilustrando a doutrina com milagres ("Pedro de Rates (S.)" [195-]: 831). Tendo curado da lepra a filha do rei gentio local, baptizou-a juntamente com a rainha, sua mãe, e persuadiu-lhes a observância da castidade. Ao saber disso, o rei mandou-o matar. O bispo retirou-se de Braga, mas os assassinos saíram-lhe ao encontro na povoação de Rates e mataram-no à espada. O pequeno número de fiéis não ousava aproximar-se do cadáver de Pedro, para lhe dar sepultura. Mas um eremita, chamado Félix, que vivia no cimo de um monte em frente ao mar, tendo visto durante muitos dias umas luzes que irradiavam do corpo, desceu ao local e sepultou-o. Tendo aumentado então o número de fiéis e devotos, construiu-se uma basílica onde foram depositadas as relíquias do mártir…

Esta lenda surge associada à fundação da igreja de São Pedro de Rates, muito embora procure dar uma origem lendária à mesma, assim como aos restos mortais de uma personagem desconhecida depositados em Rates até 1552, altura em que sob o patrocínio do arcebispo de Braga, D. Fr. Baltasar Limpo (1550-1558), foram as pretensas relíquias do primeiro Bispo de Braga trasladadas a 17 de Outubro a para a Sé Primaz…

No entanto, uma das primeiras referências documentais que temos para esta igreja de São Pedro de Rates remonta a 1100, altura em que o Conde D. Henrique de Borgonha (1066-1112) e sua mulher, D. Teresa (1080-1130), doaram esta igreja ao priorado cluniacense de Charité-sur-Loire (Auxerre): *illa ecclesia qua vocitatur Sancti Petri de Ratis, in qua ecclesia una cum uxore mea donna Theresia primitus misimus fundamentum, cum a longis retro temporibus esset heremita et derelicta. Nos vero eam fecimus populari* (Cit. in ALMEIDA 1975: 6). Anos mais tarde, entre 1146 e 1147, o seu filho, D. Afonso Henriques (1143-1185), confirma esta doação da *ecclesiam Sancti Petri de Rates*, com as dízimas de pão e vinho dos reguengos de Entre-Douro e Mondego (Idem). Segundo Nicolau de Santa Maria, D. Mafalda de Sabóia (1125-1157), mulher deste monarca, terá reedificado a igreja de Rates em 1152. A ligação de Rates a Cluny é confirmada por Bula do Papa Inocêncio IV (1198-1216) em 1205.

Desde já, surgem aqui dois aspectos de suma importância e que destacam São Pedro de Rates no panorama histórico-arquitectónico do Portugal Medievo. Primeiro, estamos diante de uma das casas monásticas mais precoce e seguramente datadas. Segundo, Rates é o primeiro Mosteiro da Congregação de Cluny em Portugal, o que lhe conferiu, ainda, um papel de destaque no seio do monaquismo do Noroeste Peninsular.

Há que referir ainda que Rates era um centro viário importante nesta época, posicionado sobre a estrada Porto-Barcelos-Ponte de Lima para a Galiza, como também no acesso do interior para o mar (ALMEIDA 1975: 7). É muito provável que aí se realizasse uma feira medieval e que seria importante pois, as Inquirições de 1220, realizadas ao tempo de D. Afonso II (1211-1223), informam-nos que "a medida de Rates" –*per taligam Rates*– dominava toda a zona marítima do Ave ao Cávado, o que é prova da sua relativa importância económica e social (Idem).

Todos estes aspectos concorrem para que, durante o século XII, se tenha erguido neste local um monumento de projecção para a época em questão, certamente em substituição de um edifício anterior. São conhecidos alguns testemunhos pré-românicos em São Pedro de Rates e

que poderão corresponder ao edifício do tempo do Condado Portucalense, anterior ao actual. Tratam-se de dois ajimezes pré-românicos, que estavam embutidos na fachada principal, do lado direito do portal, um em posição invertida e o outro sobre o primeiro, até ao restauro, realizado sob a alçada da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), tendo sido provavelmente destruídos. Este conjunto é ainda completado com um pilar decorado com uma notável cruz grega patada munida de pé-alto e tratada em relevo e por três possíveis fragmentos de gelosia, um dos quais decorado em baixo com um friso de semi-círculos rebaixados e acompanhados por duas linhas gravadas que sublinham a sua curvatura (BARROCA 1990: 120 e 133).

O edifício que actualmente vemos dedicado a São Pedro de Rates apresenta uma planta de desenvolvimento longitudinal, composta por três naves, falso transepto e cabeceira tripartida, constituída por uma abside e dois absidíolos semi-circulares e escalonados. Até aqui tudo nos parece ser normal e respondendo aos parâmetros exigíveis a um edifício desta importância histórico-religiosa. Todavia, a igreja de São Pedro de Rates tem sido um dos edifícios mais glosados na historiografia portuguesa sobre a matéria uma vez que, bem analisadas as suas estrutura e decoração, se tornam bem evidentes todo um conjunto de anomalias e de irregularidades no seu traçado. Repare-se que a nave da Epístola é mais larga do que a do Evangelho; que há mais colunas adossadas aos pilares do lado direito (formando pilares cruciformes), do que do lado esquerdo; que o portal ocidental está um pouco desviado para a direita, relativamente à largura da fachada e que as frestas da nave central, projectadas para se instalarem no centro dos tramos, acabaram por ser lançadas na direcção dos pilares… (ALMEIDA 1075: 9-10). É a procura da resolução das problemáticas apresentadas por esta fábrica que tem inspirado uma série de especialistas na análise dos seus paramentos e elementos decorativos. Senão, vejamos.

A igreja de Rates mostra-nos três naves pensadas para terem arcos diafragma e cobertura de madeira, com falso transepto de abóbada de pedraria (ALMEIDA 2001: 105). Trata-se de uma marca característica dos programas românicos bracarenses, irradiados da Sé Primaz. Aliás, cumpre referir que a igreja de São Pedro de Rates, porque o melhor testemunho da irradiação da catedral bracarense, encabeça um dialecto comum no românico português, definido e desenvolvido no *eixo* destes dois edifícios.

Embora ainda tenha sido iniciado, este programa das arcadas-diafragma foi abandonado, tendo-se aberto frestas onde estes arcos se encostariam, daí resultando uma nave central relativamente alta, coberta de madeira, com janelas de iluminação directa, abertas na direcção dos pilares, numa solução arquitectónica já protogótica e associada à arquitectura mendicante (ALMEIDA 1986: 73). Carlos Alberto Ferreira de Almeida é da opinião de que esta igreja foi, ainda, projectada para ser ampla e alta, como provam a cabeceira, o transepto e o pilar com coluna adossada, bem distanciado, que enquadra interiormente, o portal lateral Norte (ALMEIDA 1975: 9, nota 25). Embora tenha aqui ficado implícita uma alteração do programa arquitectónico inicial, esta não foi todavia a única. A falta de unidade da fábrica construtiva de Rates é por demais evidente, fruto de hesitações várias e garantia de uma grande morosidade no andamento das obras e de uma diversidade de oficinas e de épocas construtivas.

Carlos Alberto Ferreira de Almeida identificou três fases construtivas na estrutura românica da igreja, com base no estilo dos capitéis e noutros elementos decorativos, mas também pela sucessiva mudança e redução da grandeza do programa arquitectural (ALMEIDA 1975). A construção da actual igreja de Rates terá decorrido entre os meados do século XII e os meados do século seguinte, altura em que foi concluída a igreja (ALMEIDA 2001: 105), conforme atesta a espacialidade já protogótica da nave central.

A primeira fase construtiva deste monumento corresponderá, pois, aos meados e terceiro quartel do século XII, altura em que se edificou a cabeceira e se concebeu o portal Norte (ALMEIDA 1975: 10). Trata-se de uma fase bastante coerente e de relativo fôlego (ALMEIDA 2001: 104).

A cabeceira deve pertencer a este período, tendo em conta a sua disposição, estrutura e altura, as arcadas cegas que decoram o exterior e o registo inferior interno da abside, as bases e capitéis das colunas embebidas, assim como os contrafortes com ressaltos que reforçam a sua estrutura. Também os cachorros que aí encontramos, na linha da escola galega imanada a partir da Sé de Tui, podem ser comparados aos da cabeceira de Rio Mau (Vila do Conde), iniciada em 1151 (ALMEIDA 1975: 10). Os capitéis, altos, desta primeira oficina apresentam sistematicamente volutas fortes e decoração vegetal de folhas volumosas, salientes e de nervuras esquemáticas com remates angulosos e vivos (ALMEIDA 1986: 73). Nos frisos e impostas prefere-se o enxaquetado.

O portal Norte, rasgado ao nível da nave e formado por duas arquivoltas, peraltadas e levemente ultrapassadas, é um bom testemunho do que então se passava no meio rural, tendo em conta o seu desenho e a simplicidade de meios (REAL 2001: 35). Ambas as arquivoltas mostram friso, onde se gravou uma sequência de "X", numa decoração linear e quase grafítica, sendo ainda a externa completada com um toro na aresta e a interna com um friso pontuado por pérolas. O tímpano liso assenta sobre mísulas ornadas com enrolamentos e os capitéis ostentam motivos vegetalistas, algo estilizados.

À segunda fase –último quartel do século XII– corresponde a conclusão do transepto, a construção dos dois primeiros pilares da nave, a delimitação e o arranque dos muros exteriores das naves, o portal lateral Sul e o começo da concepção do portal axial (ALMEIDA 1975: 11-12). Esta fase, que surge logo na sequência e respeitando a planificação da primeira fábrica, distingue-se desde logo da anterior pela preferência que dá às fitas perladas e entrelaçadas e às séries de pequenas folhas pontiagudas na decoração dos frisos e das impostas.

Mas o aspecto mais original desta fase surge no tratamento dado aos capitéis, com decoração muito diferente dos da fase anterior, muito embora denunciem duas correntes distintas. Assim, a primeira, decora os capitéis com laçarias saindo da boca de animais ou com animais afrontados na esquina superior ou sob o dado central, debicando folhagens ou trincando as pernas de um ser humano que surge dependurado de cabeça para baixo. Esta corrente cuja origem estará em São Pedro de Coimbra –datável de meados e do terceiro quartel do século XII e que nos garante ter havido contactos entre as duas oficinas (ALMEIDA 2001: 105)–, encontra paralelos em São Martinho de Mouros (Resende) e São Pedro das Águias (Tabuaço) e influenciou todo um conjunto de portais como os de Rio Mau ou de Vilar de Frades (Barcelos). A outra corrente ornamental dos capitéis, de carácter mais local, decora os cestos com folhas estilizadas, muitas vezes pontiagudas, em forma de lança, ou com animais que juntam as cabeças na parte média ou inferior do capitel.

É esta fase que mais se relaciona, porque coeva, com outros estaleiros então em actividade no Entre-Douro-e-Minho (ALMEIDA 1975: 11). Refira-se que há aqui muitos elementos decorativos e capitéis da mesma escola de outros das primeiras fases de São Martinho de Mouros (Lamego) e de São Romão de Arões (Fafe), enquanto que outros são comparáveis a elementos dos arcos cruzeiros de São Cláudio de Nogueira (Viana do Castelo) e de São Salvador de Bravães (Ponte da Barca), isto só para citar dois exemplos.

O portal lateral Sul, rasgado ao nível do transepto (e aqui está mais uma das anomalias da planimetria de Rates, pois os portais laterais não são confrontantes, como geralmente ocorre) apresenta uma curiosa composição. No tímpano destaca-se uma representação do *Agnus Dei*

crucífero, bordejado de folhas e de uma arcada polilobada. A cruz está decorada com besantes, a imitar pedras preciosas, e é para ela que o Cordeiro de Deus dirige o seu olhar. E esta representação assume um carácter particular por se tratar do único caso em Portugal em que este símbolo surge ladeado do Tetramorfo, colocado sob as arcadas, tema que aparece sistematicamente nas ilustrações dos *Beatus*, quando o Apocalipse se refere à terceira visão celestial (ALMEIDA 1986: 151). Assim, do lado direito vemos o Anjo, símbolo de São Mateus, e do outro lado a Águia, símbolo de São João. Além dos restantes elementos decorativos deste conjunto, comuns a esta fase da fábrica românica de Rates, há que destacar as duas feras-atlantes que suportam as duas colunas laterais do portal que, ao remeterem para um bestiário fantástico, enriquecem a composição e a simbólica deste portal.

A terceira fase, já decorrida em pleno século XIII, revela-nos uma grande quebra no projecto anterior e a vontade de ultimar o edifício de qualquer maneira (ALMEIDA 1986: 73). Assim, abandonado de vez o projecto dos arcos-diafragma, passados que estavam de moda, tornou-se necessário fazer mais um pilar. Todavia, constroem-se pilares mais simples, rectangulares, reutilizando materiais e capitéis da fase anterior. Só este contexto pode explicar a discrepância existente entre as duas arcadas decoradas que formam os dois primeiros arcos formeiros, logo à esquerda de quem entra em São Pedro de Rates.

Na verdade, estas duas arcadas formeiras mostram aduelas esculpidas com figurações, pouco mais que esboçadas, de Apóstolos e de anjos. Tratam-se de figuras bastante elementares, algumas inacabadas (ALMEIDA 1986: 154). Assim, é bem possível que estas aduelas tivessem sido elaboradas para o portal principal, não chegando a ser aí colocadas (ALMEIDA 1975: 12; BARREIROS 1937: 552). Ferreira de Almeida também acredita que a base, representando duas feras, colocada à esquerda da entrada e mal adaptada à coluna que suporta, se destinasse a este portal, cuja medida inicial parece ter sido encurtada (ALMEIDA 1975: 12). Por fim, os capitéis desta fase, alguns decorados com frisos de cabeças, não mostram na sua decoração o sentido dialéctico dos outros que encontramos neste edifício.

Assim, o portal principal foi, durante esta fase, reduzido no seu programa inicial, além de que terá sido muitas vezes sujeito a recomposições. Todavia, devido à má qualidade do granito com que foi concebido encontra-se hoje bastante deteriorado. No entanto, não deixa de constituir um dos programas mais trabalhosos do românico português (ALMEIDA 1986: 74 e 151). Embora exista em ilustrações de Saltérios, a cena iconografada no seu tímpano não tem grandes paralelos na escultura românica europeia (Idem: 152). Dentro de mandorla, Cristo surge sentado, com um livro na mão esquerda e com a mão direita a abençoar, sendo ladeado de duas figuras hieráticas e frontais, de cabeça nimbada e que devem representar dois profetas, certamente São João Baptista e outra personagem. Sob os seus pés e os dos profetas, duas personagens horizontais que pisam, figurados nus e estendidos no chão, a segurar o pedestal de Cristo. Esta cena remete-nos para as palavras do Salmo 110 (ALMEIDA 1986: 74 e 152; Idem 2001: 157), *senta-te, enquanto ponho os teus inimigos como escabelo para teus pés*. A julgar pelos paralelos conhecidos em iluminuras, estas figuras poderão ser Judas e o herege Ario. À verticalidade de Cristo e dos profetas opõe-se a horizontalidade dos inimigos.

Numa composição que nos remete uma vez mais para o foco de irradiação da Sé de Braga (mas também talvez para uma filiação borgonhesa), as duas arquivoltas internas do portal mostram um conjunto de figuras esculpidas, nas esquinas das aduelas. Assim, na primeira arquivolta temos um conjunto de anjos de duas asas, algo abertas, mas descaídas, segurando na mão do lado do tímpano um turíbulo e na outra uma cruz. Na segunda arquivolta, um Apostolado, onde um conjunto de sete apóstolos, sentados em cátedras, tem báculo na mão de dentro e dístico, com inscrição, na de fora. Todavia, as suas inscrições –*Paulvs, Thomas, Andreas*, etc.– devem ter sido reavivadas na Época Moderna (ALMEIDA 1975: 17).

Arthur Kingsley Porter (1969, II: 25) reconheceu o carácter borgonhês da composição deste tímpano, nomeadamente no desenho apontado da mandorla, sendo que para este autor

estamos diante de uma obra de importância considerável para o estudo da arte europeia, apesar da sua execução imperfeita. De facto, Ferreira de Almeida chama a nossa atenção para um certo indigenato, fruto da inexperiência do canteiro, presente no tratamento dos anjos e dos Apóstolos, tanto das arcadas do portal, como das arcadas internas.

Assim, este portal axial de Rates é, sem dúvida, um bom testemunho da influência borgonhesa e cluniacense em Portugal, no século XII, já avançado (ALMEIDA 1975: 17). Tanto na sua concepção, como na iconografia, apesar do notável provincialismo da interpretação plástica, este portal acusa bem como aqui chegou a maneira borgonhesa de idealizar um portal, em visão sintética, como porta do Céu e trono do Ser, ladeado de anjos e de Apóstolos. A associação dos Apóstolos à visão de Cristo em glória fundamenta-se numa passagem evangélica em que Jesus lhes promete que haverão de se sentar, em seu redor, no trono do Céu, a julgar as doze tribos de Israel (Idem: 18). Os ícones dos quatro Evangelistas surgem a suportar as duas arcadas decoradas, sobre a linha dos ábacos que rematam os capitéis das colunas, o Anjo e o Touro do lado esquerdo, o Leão e a Águia do outro lado.

Os séculos XII e XIII foram significativos na edificação deste mosteiro de São Pedro de Rates. Na segunda metade de duzentos ainda prosseguiam as obras na igreja, altura em que se deve ter trabalhado na estrutura gótica que se erguia na nave lateral Sul e que veio a ser demolida durante a intervenção de Restauro da DGEMN. Uma inscrição, embora mutilada, gravada em silhar estreito e profundo, revela o nome daquele que poderá ter sido o arquitecto desta intervenção (BARROCA 2000, II-II: 1216-1217):

[...] / MAGI[ster]/ PELAGIus [fe] / CIT HOC O[p] / US

Trata-se de uma inscrição cujas características e caracteres apontam já para o século XIII e possivelmente para a segunda parte da centúria, tendo em conta o E gótico fechado à direita. Esta capela, ocupava um tramo da nave Sul, mostrando uma cobertura ogival, importante documento da introdução da arte gótica no Norte de Portugal, e que sobressaía pelo modo tosco da organização dos elementos (REAL 1982: 42). Todavia, a intervenção de restauro realizada pela DGEMN (BOLETIM 1941) optou por remover este elemento.

A igreja de São Pedro de Rates é considerada como um dos mais significativos exemplos do alcance e dimensão das intervenções puristas realizadas em tempos pela DGEMN. De facto, logo após a sua fundação em 1929, esta instituição realizou todo um conjunto de intervenções, com base nos conceitos da reintegração estilística, sob a alçada e patrocínio do Estado Novo (1933-1974). Assim, escolhendo e exaltando determinados períodos da história pátria, a DGEMN reabilitou um grande conjunto de edifícios, valorizando o seu estilo primitivo e demolindo, se para tal fosse necessário, elementos de épocas posteriores que, de alguma forma, obstruíssem a leitura das formas prístinas de uma qualquer edificação. Coevo da formação da Pátria e da Nacionalidade, o românico assumiu neste panorama um lugar de eleição.

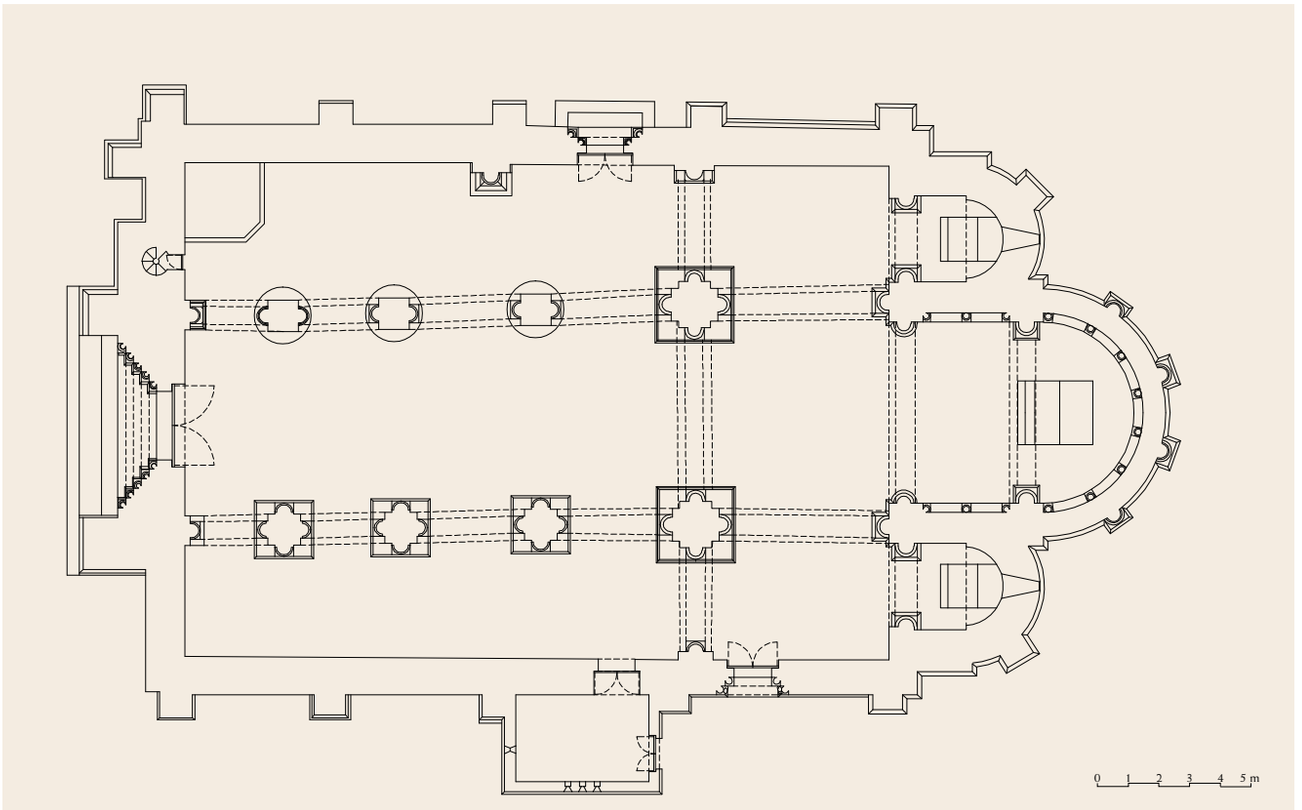
Assim, no seguimento da política restauracionista vigente, em Rates optou-se por demolir esta capela ogival, mas também se realizaram outras transformações significativas e que deram a esta igreja uma imagem "renovada". Disso é exemplo a demolição da torre sineira, da Época Moderna, construída sobre o absidíolo Norte. Consequentemente, foi necessário reconstruir totalmente este absidíolo, o que acabou por ser acompanhado pela total demolição da abside rectangular da Época Moderna e sua consequente reconstrução dentro de uma linguagem românica. Assim, esta reconstituição total foi feita com base no alicerce semi-circular ainda

conservado sob a abside da Época Moderna, mas também com base em alguns elementos arquitectónicos encontrados.

Cremos que esta acção da DGEMN em São Pedro de Rates foi de tal forma interventiva que é de equacionar a hipótese de ver os restauros realizados pelos *Monumentos Nacionais* como constituindo uma nova fase na estrutura arquitectónica dos edifícios intervencionados. A procura de reintegrar o românico primitivo, ou aquilo que se queria ser esse mesmo românico, resulta de intervenções muito datadas e dotadas de ideais muito próprios no que toca a esta matéria. Mais, é do entendimento e do resultado conseguidos nestas intervenções que decorre a actual legibilidade e compreensão do património edificado românico.

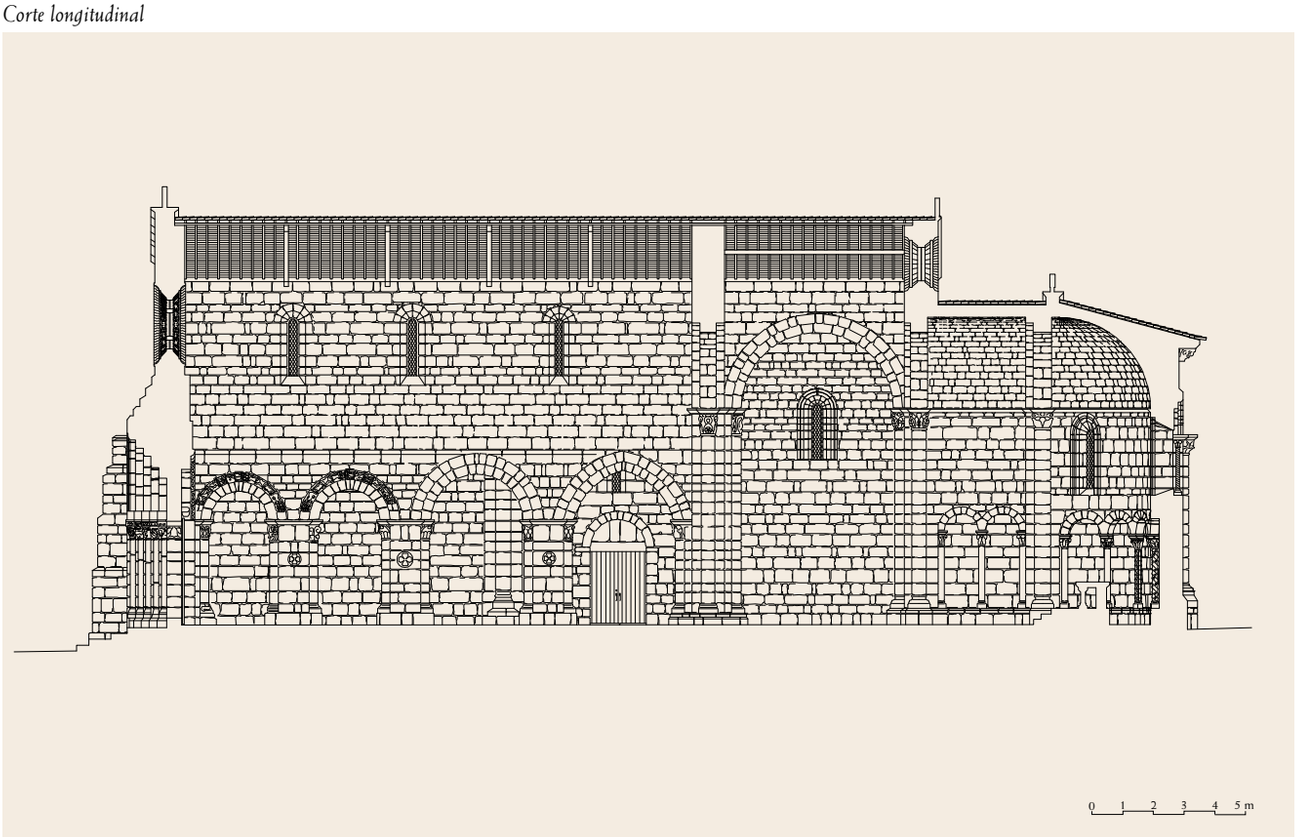
Assim, São Pedro de Rates constitui não só o testemunho de um edifício românico, precocemente datado, mas também de um caso de difícil leitura uma vez que a sua fábrica românica sofreu diversas interrupções e foi alvo de uma muito profunda intervenção de Restauro, daí advindo uma série de anomalias e de incongruências. No entanto, esta igreja da Bacia do rio Cávado é um dos melhores testemunhos do românico de Entre-Douro-e-Minho, daquilo que foi este estilo e daquilo que foi esta época.

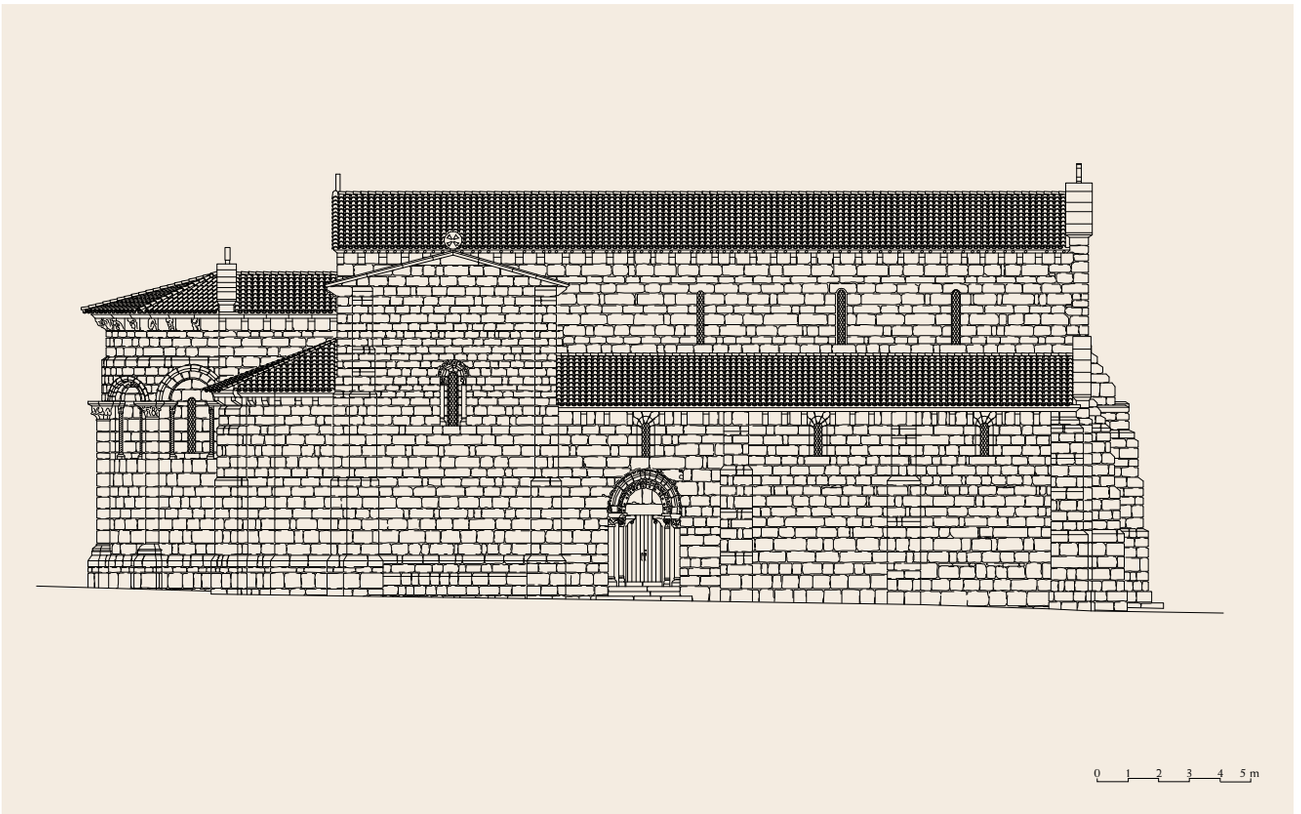
Texto: Maria Leonor Botelho - Planos: Ricardo Pinto e Sérgio Azevedo - Fotografias: Michael Schlapkohl e Jaime Nuño



Planta

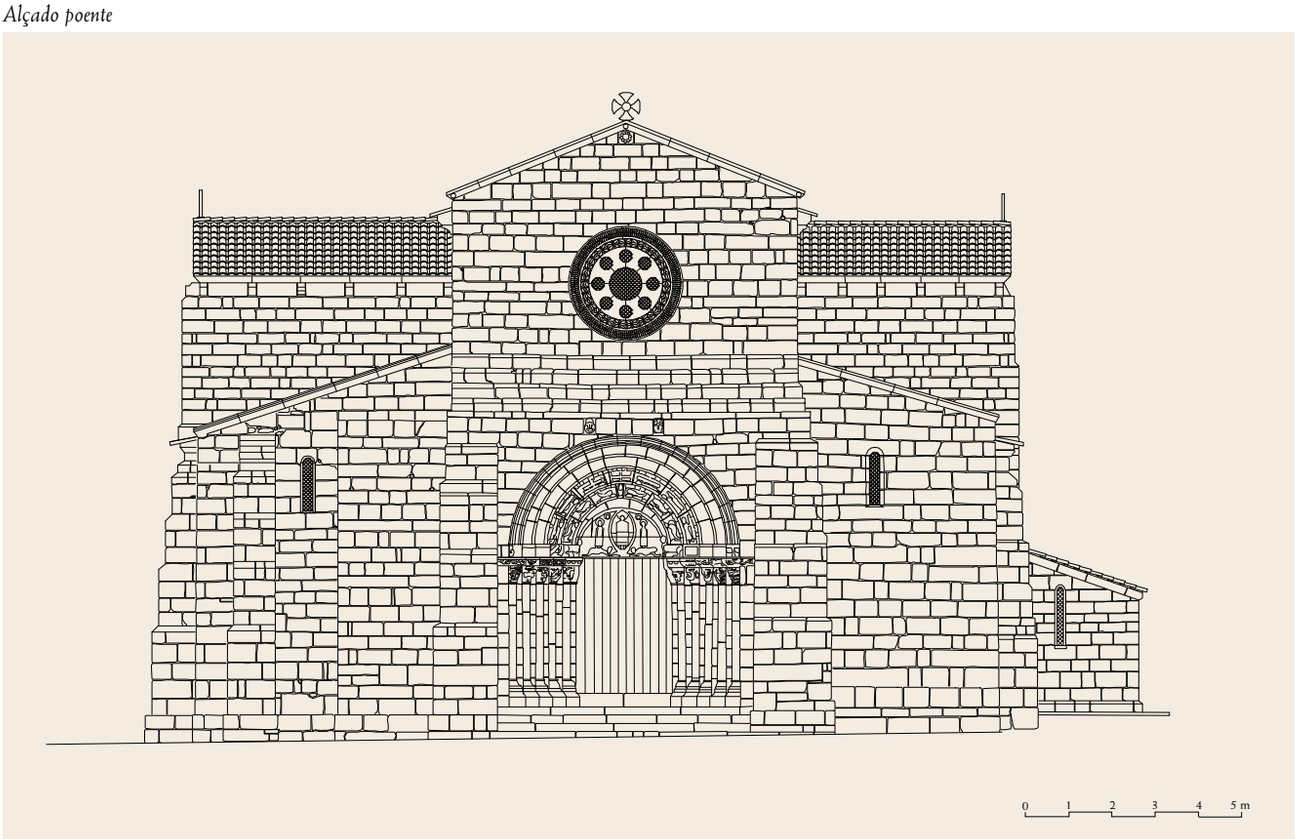
Corte longitudinal





Alçado norte

Alçado poente



BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *A Igreja Românica de Rates (Póvoa de Varzim)*, Separata do Boletim Cultural "Póvoa de Varzim" (vol. XIV, nº 1), Póvoa de Varzim, s/n, 1975.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *Arquitectura Românica de Entre Douro e Minho*, Porto, 1978, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2 vols., texto dactilografado.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *O românico. História da Arte em Portugal*, vol. 3, Lisboa, Publicações Alfa, 1986.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *O Românico. História da Arte em Portugal*, vol. 1, Lisboa, Editorial Presença, 2001.

BARREIROS, P. Manuel d'Aguiar, "Cluny e a Arte Românica em Portugal", in SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos (dir.), *Brotéria*, Lisboa, s/n, 1937, vol. XXIV, fasc. 5, pp. 545-556.

BARROCA, Mário Jorge, *Contribuição para o Estudo dos Testemunhos Pré-Românicos de Entre-Douro-e-Minho*, Separata das Actas do Congresso Internacional IX Centenário da Dedicação da Sé de Braga, vol. I, O Bispo D. Pedro e o ambiente político-religioso do século XI, Braga, Faculdade de Teologia, Cabido Metropolitano e Primacial, 1990, pp. 101-145.

BARROCA, Mário Jorge, *Epigrafia Medieval Portuguesa: 862-1422*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1995, 4 vols., texto policopiado.

BOLETIM da DGEMN, *Igreja de S. Pedro de Rates*, nº 23, Março, 1941.

NOÉ, Paula e GUIMARÃES, Maria (actualização), "Antigo Igreja de São Pedro de Rates" (Nº IPA: PT011313110001), 2001, in *Inventário do Património*, URL: www.monumentos.pt

"Pedro de Rates (S.)", in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa e Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia Lda., (195-), vol. XX, p. 831.

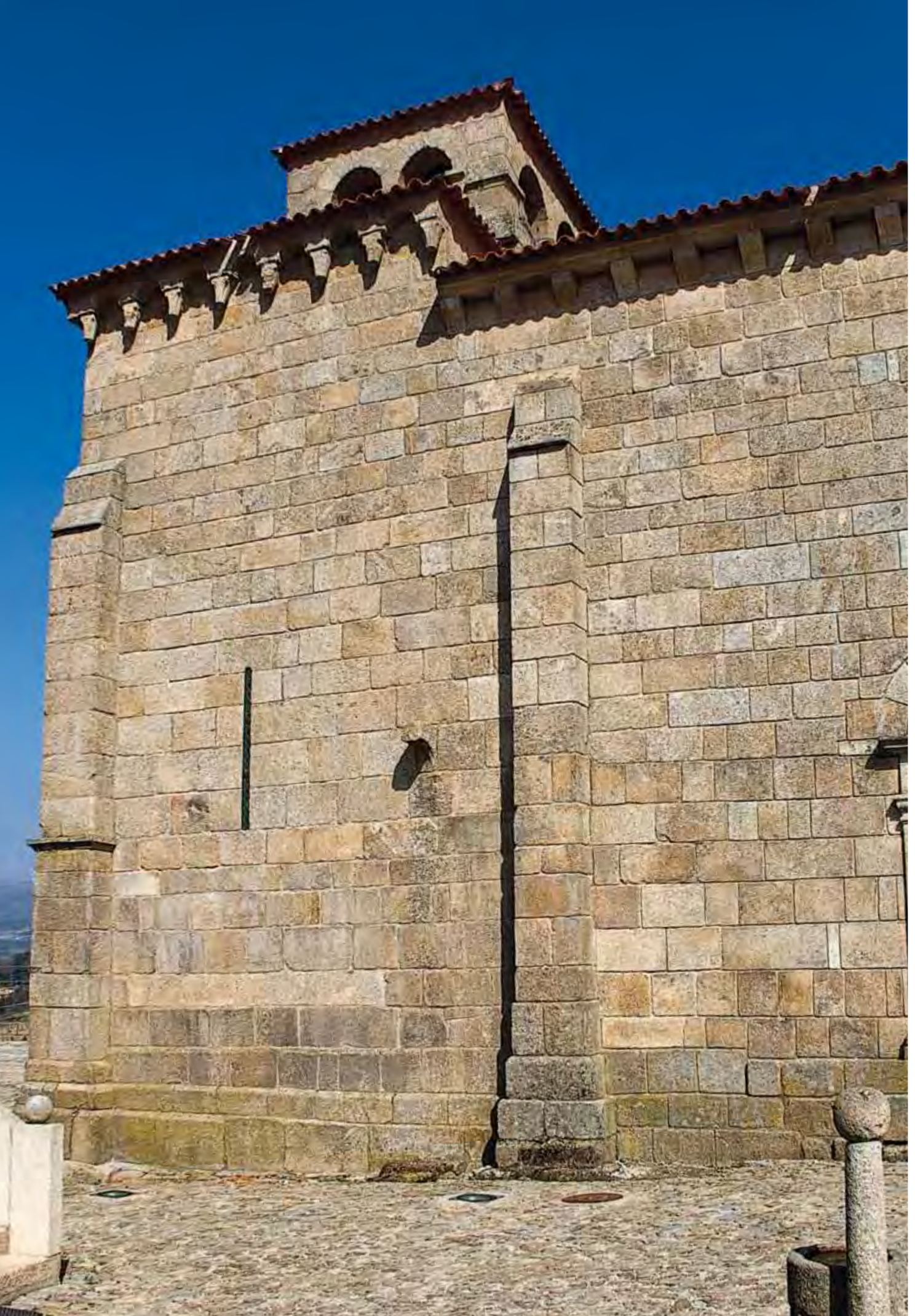
PORTER, A. Kingsley, *Spanish Romanesque Sculpture*, New York, Hacker Art Books, 1969, 2 vols.

REAL, Manuel Luis, *O românico condal em S. Pedro de Rates e as transformações beneditinas do séc. XII*, Póvoa de Varzim, Separata do Boletim Cultural "Póvoa de Varzim" (vol. XXI, nº1), 1982.

REAL, Manuel Luis, "O românico português na perspectiva das relações internacionais", in VALLE PÉREZ, Xosé Carlos e RODRIGUES, Jorge, *Románico en Galicia y Portugal/Românico em Portugal e Galiza*, Catálogo da Exposição A Arte Românica em Portugal, Edição trilingue em espanhol, português e inglês, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Fundación Pedro Barrié de la Maza, 2001, pp. 30-55.

Resende-Viseu

Igreja de São Martinho de Mouros



Igreja de São Martinho de Mouros

AINDA HOJE, o povo continua a dizer que foram os Mouros (alguns ainda crêem que os romanos) que construíram, numa só noite, a igreja matriz de São Martinho de Mouros (DUARTE 1996: 703). De facto, é ainda incerta a origem etimológica deste topónimo, muito embora se tenha procurado uma justificação histórica para o mesmo. A freguesia de São Martinho de Mouros, em Resende (Lamego), fica quase toda voltada a poente, na encosta da margem direita do rio Bestança, a caminho do Douro, e por este rio delimitada a Norte. Trata-se de um território extremamente acidentado, cheio de penhascos e de cabeços o que, de certa forma, pode justificar a sua precoce ocupação humana, tendo em conta esta facilidade de defesas naturais, dispersas em profusão pela serra de Meadas. Além de ser um território facilmente defensável, trata-se também duma área geográfica bastante fértil, o que naturalmente cativou e facilitou a fixação das populações.

Assim, diante destas condicionantes é fácil entender um precoce povoamento deste território, sendo que inicialmente esta terra apenas se chamaria de São Martinho. Às invasões bárbaras, e consequente ocupação da Península Ibérica pelos povos germânicos, sucedeu-se a conversão dos suevos ao cristianismo, já ao tempo de Requiário (448-457). Iniciou-se, pois, por então, todo um processo paulatino de cristianização que alcançou o seu apogeu sob a acção de São Martinho de Dume, a partir de meados do século VI. O cristianismo implantou-se, assim, progressivamente no Noroeste Peninsular, área geográfica que viria mais tarde a assumir um papel de relevo no contexto da reconquista cristã.

Com a paulatina implantação do Cristianismo, por esta época, era bem natural que as localidades adoptassem o nome do orago cultuado na igreja, e respectiva paróquia, por elas encabeçada. É pois, por esta razão que se crê que o nome desta localidade de São Martinho remonte já à época sueva (não nos esqueçamos da grande implantação do culto deste santo no noroeste peninsular ao longo do século), sendo apenas uns séculos mais tarde que se lhe acrescentou o epíteto "de Mouros" (DUARTE 1996: 669).

Em 711, após o avanço das tropas muçulmanas vindas do Norte de África, lideradas pelo general Omíada, Tárique, teve início um longo e penoso processo de ocupação muçulmana da Península Ibérica e que justificou a realização de uma longa campanha de Reconquista cristã e que se prolongou ao longo de toda a Idade Média, como se sabe.

Foi grande o avanço muçulmano na Península Ibérica, servindo a linha do rio Douro como um importante marco fronteiriço entre os territórios dominados pelas duas religiões, apesar dos constantes avanços sofridos pela linha de fronteira. D. Afonso III das Astúrias (c. 848-910) conseguiu reconquistar as terras a Sul do Douro, regressando São Martinho e Lamego para a posse dos cristãos. No entanto, após a terrível invasão de Almançor (939-1002), em inícios do século XI, estes territórios voltaram a cair no jugo dos muçulmanos, até que Fernando Magno (1016-1065) as terá definitivamente reconquistado em 1057 (PINTO 1992: 604). Terá sido durante este período em que os muçulmanos ocuparam São Martinho, ou seja, entre inícios e meados do século XI, que as populações de Resende terão começado a denominar a localidade de São Martinho como *de Mouros* (DUARTE 1996: 665).

Após a reconquista da cidade de Coimbra, em 1064, Fernando Magno entregou à governação do Conde moçárabe, D. Sesnando, um extenso condado sediado na cidade do Mondego e que incluía todas as cidades ou castelos que se encontravam no território delimitado a Norte

pelas águas do rio Douro, entre Lamego e o mar, e que vão até aos limites do que os Cristãos, a sul, possuíssem (ALARCÃO 2008: 81). São Martinho de Mouros fazia, pois, parte deste extenso e poderoso território. Em 1121 foi São Martinho de Mouros agraciada com foral por parte da Condessa D. Teresa (1080-1130), que confirmou os foros anteriores dados por D. Sesnando, entre 1057 e 1065 (DUARTE 1996: 670).

Desde então, diversas fontes documentais aludem, ao longo da Idade Média, à terra de São Martinho de Mouros. Cremos que só tal importância histórica e geográfica poderão justificar a edificação de um monumento românico tão peculiar, como o é a igreja de São Martinho de Mouros, numa área geográfica já afastada dos centros de decisão, tanto mais quando estamos diante de uma igreja erguida para funções paroquiais. Todavia, não nos podemos esquecer que as Inquirições Gerais de 1258, realizadas a pedido de D. Afonso III (1248-1279), nos informam que *o senhor Rei é o patrono e apresenta a dita igreja* de São Martinho de Mouros (Cit. in DUARTE 2001: 281).

Embora não saibamos quando teve início o padroado real desta igreja, é de suma importância o termos presente que ao longo do século XIII este estava bem activo, o que coincide não só com a cronologia estilística da fábrica de São Martinho de Mouros, como também com uma inscrição relativa ao ano de 1217 e que se considera ser comemorativa de uma fase construtiva desta igreja (BARROCA 2000, II-I: 688-690):

Era : Mª : CCª : 2ª : Vª

Esta inscrição encontra-se gravada num silhar embutido na face exterior da capela-mor, no lado Norte, na primeira fiada acima da sapata e na quinta pedra a contar da direita. O seu mau estado de conservação leva a que passe despercebida a olhares menos atentos.

Cremos ser de suma importância o posicionamento que esta inscrição comemorativa assume em São Martinho de Mouros enquanto referência cronológica basilar. Como se sabe,

por regra, a construção românica era geralmente iniciada pela cabeceira o que permitia que, logo após a sua conclusão, e mesmo antes que se começasse a construir a nave, fosse possível começar a praticar aí o culto litúrgico, logo após a cerimónia de Dedicação e Sagração da mesma. Assim, estando já a cabeceira ao serviço do culto divino, e se a disponibilidade financeira assim o permitisse, passar-se-ia então à construção da nave. Mais, de um modo geral, o processo construtivo românico ocorre muitas vezes num local onde já existia um templo anterior, perpetuando assim um culto antigo, o que pode ter acontecido em São Martinho de Mouros, tendo em conta a possível precocidade do topónimo desta localidade. No entanto, isto não são mais do que conjecturas, apenas comprováveis caso venham a aparecer dados arqueológicos que demonstrem esta tese.

Mas o que é certo é que a data de 1217 ou diz respeito ao início da construção desta igreja ou, ainda, à conclusão de uma primeira fase construtiva, ou seja, a da cabeceira (Barroca 2000, II-I: 690). E esta data vai, ainda, de encontro às propostas feitas para a conclusão da nave, atribuída ao segundo quartel ou meados do século XIII (Almeida 1986: 108; Rosas 2009: s.p.).

A igreja de São Martinho de Mouros é constituída por uma só nave e por capela-mor rectangular, mais estreita e mais baixa que esta, embora bastante transformada pelas épocas sequentes. Mas o que notabiliza este monumento é precisamente o robusto corpo ocidental que, ao modo de torreão defensivo, confere a São Martinho de Mouros uma originalidade única no contexto do românico português. Tendo em conta a existência de uma cicatriz, assim como uma notória mudança de tipo de aparelho, na zona terminal da capela-mor, somos da opinião de que esta poderá ter sido aumentada algures na Época Moderna, quiçá pela mesma altura em que recebeu uma série de transformações artísticas com vista à sua actualização dentro do gosto barroco. No entanto, de um modo geral, São Martinho de Mouros conserva a sua estrutura e decoração primitivas, ou seja, românicas.

O primeiro quarto da nave é dominado pelo maciço corpo ocidental que, ao modo de torre-fachada, confere a esta igreja um certo aspecto militarizado e defensivo. Não nos pode-

mos esquecer que, de um modo geral, o ambiente de Reconquista cristã se reflectiu na arquitectura românica portuguesa, pois foi aqui que este novo estilo arquitectónico encontrou um ambiente e um espaço de afirmação muito próprio de desenvolvimento, afirmando-se à medida que avançava a reorganização do território fomentada pelos monarcas cristãos.

Assim, as edificações religiosas desta época assumem um aspecto compacto e maciço. Recorde-se, a título de exemplo, a Sé-Velha de Coimbra. A designação de "igreja-fortaleza" é por demais referida na nossa bibliografia dedicada ao românico, particularmente naquela que se desenvolveu em inícios do século XX. O facto de muitas igrejas aparecerem ameadas e de surgirem algumas torres com carácter militar, associadas a monumentos de carácter religioso (embora estas sejam na sua maior parte da época gótica), como a de São Salvador de Travanca (Amarante), são justificações suficientes para que muitos autores defendam a existência de uma tipologia tipicamente portuguesa e que acusa um notório carácter militar, embora este seja mais retórico do que propriamente militar. Este aspecto procura, ainda, pôr em evidência a constante conotação do românico português com a Reconquista cristã. No entanto, independentemente disto tudo, o maciço turriforme de São Martinho de Mouros surge como sendo único no seu género no panorama do românico português.

Este corpo ocupa toda a largura da nave e serve de fachada ocidental, formando uma estrutura turriforme que sobe mesmo acima do nível da nave. Assim, se ao analisarmos um qualquer alçado de uma igreja românica, patenteando a planimetria mais comum ao românico português, encontramos dois níveis escalonados, a nave e a capela-mor, aqui em São Martinho encontramos três, o torreão, a nave e a capela-mor. Mais, se por natureza o românico português apresenta um aspecto compacto, como já referimos, cremos que também aqui esse mesmo aspecto é levado ao extremo, facto acrescido pela quase ausência de vãos de iluminação.

Mas é ao nível do interior que este maciço assume uma composição extremamente original pelo facto de criar, nesta parcela do templo, uma solução de três naves, com abóbadas de pedraria paralelas. Três arcos de volta perfeita apoiam-se sobre dois altos e robustos pilares quadrangulares, aos quais se adossam meias-colunas em três dos seus lados. São estes pilares que sustentam toda esta estrutura. O arco central é bastante mais elevado do que os restantes, subindo mesmo até ao tecto apainelado da nave. É precisamente neste espaço, compreendido entre a fachada principal do templo e estes arcos, que encontramos as três abóbadas de berço quebrado, em cantaria, uma por cada tramo. Acompanhando o nível dos arcos, a abóbada da pequena nave central é mais elevada do que as laterais, sendo ainda sustentada por um pequeno arco toral assente sobre mísulas. Dois arcos formeiros, assentes sobre colunas com capitéis esculpidos com motivos vegetalistas e antropomórficos completam este conjunto.

Ultrapassados estes arcos, e deixando para trás estas pequenas naves, a ampla espacialidade da nave única surge-nos de forma contrastante. Mais adiante, o arco triunfal, apontado e encimado por óculo moldurado, compõe-se de três arquivoltas assentes em colunelos embebidos no muro, com capitéis decorados. Aqui, aparecem monstros em acto de tragar figuras nuas, que lhes pendem da boca, pendurados pelas pernas, assunto também repetido do portal principal (CORREIA 1924: 65). Ao nível das arquivoltas vemos motivos denticulados. Este elemento volta-nos a recordar a profunda ambiência românica deste edifício, criando uma estreita e talvez intimista passagem para a ampla capela-mor rectangular, toda ela dotada de equipamentos litúrgicos barrocos, de entre os quais se destaca o retábulo-mor. Todavia, do lado da Epístola encontramos um curioso elemento. Trata-se de um amplo arco abatido, ornado com pérolas, e que se rasga acima do nível da porta de acesso à Sacristia. Este elemento primitivo românico, algo monumental, foi mantido neste espaço profundamente transformado, se não mesmo aumentado, durante a Época Moderna, conforme atestam os amplos janelões rectangulares que permitem uma plena iluminação do seu interior.

Com esta iluminação profusa da capela-mor contrasta profundamente a restante igreja, cujos alçados são rasgados por estreitas frestas, apesar da existência de um janelão rectangular,

bastante posterior, rasgado do lado Sul, sobre o portal lateral, também ele profundamente transformado durante a Época Moderna, conforme bem atesta a sua estética classicizante. Não nos podemos esquecer que, ao longo da História, os monumentos românicos, em particular –embora este aspecto se aplique a todos em geral–, foram sendo constantemente transformados. A actualização do gosto, a ampliação da sua espacialidade, quer ocorram por necessidade, quer se manifestem por simples vontade de mudança, são uma constante em História da Arte. Tal facto não pode ser condenado (apesar das perdas irreparáveis que por vezes daí advieram), devendo antes ser compreendido e contextualizado no seu todo, enquanto componente vital de um qualquer edifício ou de uma dada época.

Já a estrutura turriforme ocidental conserva bem a sua estética românica. Uma estreita fresta encima o portal principal formado por três arquivoltas apontadas e de arestas vivas. Com três fustes prismáticos e capitéis ostentando temática vegetalista e animalista, este portal encontra um paralelo no axial de Almacave, em Lamego (Correia 1924: 64). O conjunto é envolvido por friso enxaquetado. Embora actualmente se encontre aqui um tímpano liso, há notícia de que em 1924 uma larga e grossa pedra de granito estava encostada à frontaria. Com uma cruz gravada ao centro, esta pedra serviu de tímpano, certamente pertença deste portal (Correia 1924: 64). Logo acima deste vemos ainda quatro cachorros que atestam ter existido aí uma estrutura alpendrada. Na parte superior, uma cornija apoia-se sobre uma banda lombarda, cujos arquinhos são sustentados por cachorros com decoração zoomórfica, possivelmente cabeças de bovídeos, algumas delas mais acabadas, outras mais esboçadas. É, ainda, sobre este corpo ocidental que se encontra a torre dos sinos, também ela compacta, onde se rasgam, de cada lado, dois arcos de volta perfeita para abrigo dos mesmos. A fachada ocidental é, ainda, escorada com dois contrafortes nos cunhais e que ajudam a sustentar melhor toda esta pesada

estrutura. Apesar do corpo da igreja não ser abobadado, também as paredes são reforçadas com contrafortes. A cornija dos alçados laterais é sustentada por modilhões lisos.

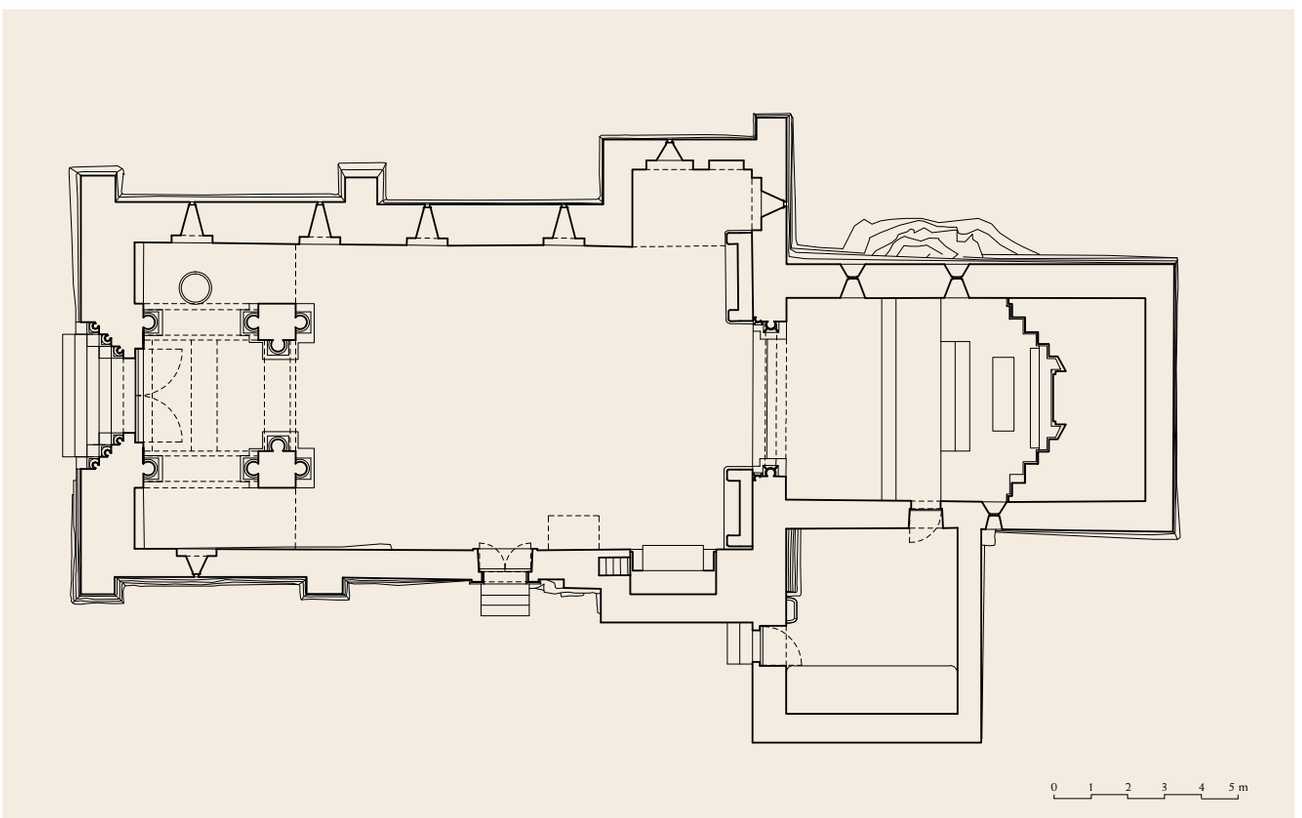
Embora vá além do âmbito cronológico deste estudo, cremos ser importante referir que em 1501 o padroado desta igreja transitou para os Condes de Marialva, por concessão do rei D. Manuel I (1495-1521) feita a 23 de Junho (DUARTE 1996: 688), regressando este de novo à coroa durante o reinado de D. Afonso III (1521-1557). Com este monarca, os direitos de padroado de São Martinho de Mouros foram entregues à Universidade de Coimbra e confirmados pelo papa Paulo III (1534-1549) a 21 de Agosto de 1542. A nosso ver, estas transições de padroado são por demais demonstrativas da importância alcançada por esta igreja no seio da região em que se insere. Mais, tal importância reflecte-se, ainda, na sua fábrica arquitectónica, dotada de uma planimetria e estruturas raras no seio do panorama construtivo do românico português.

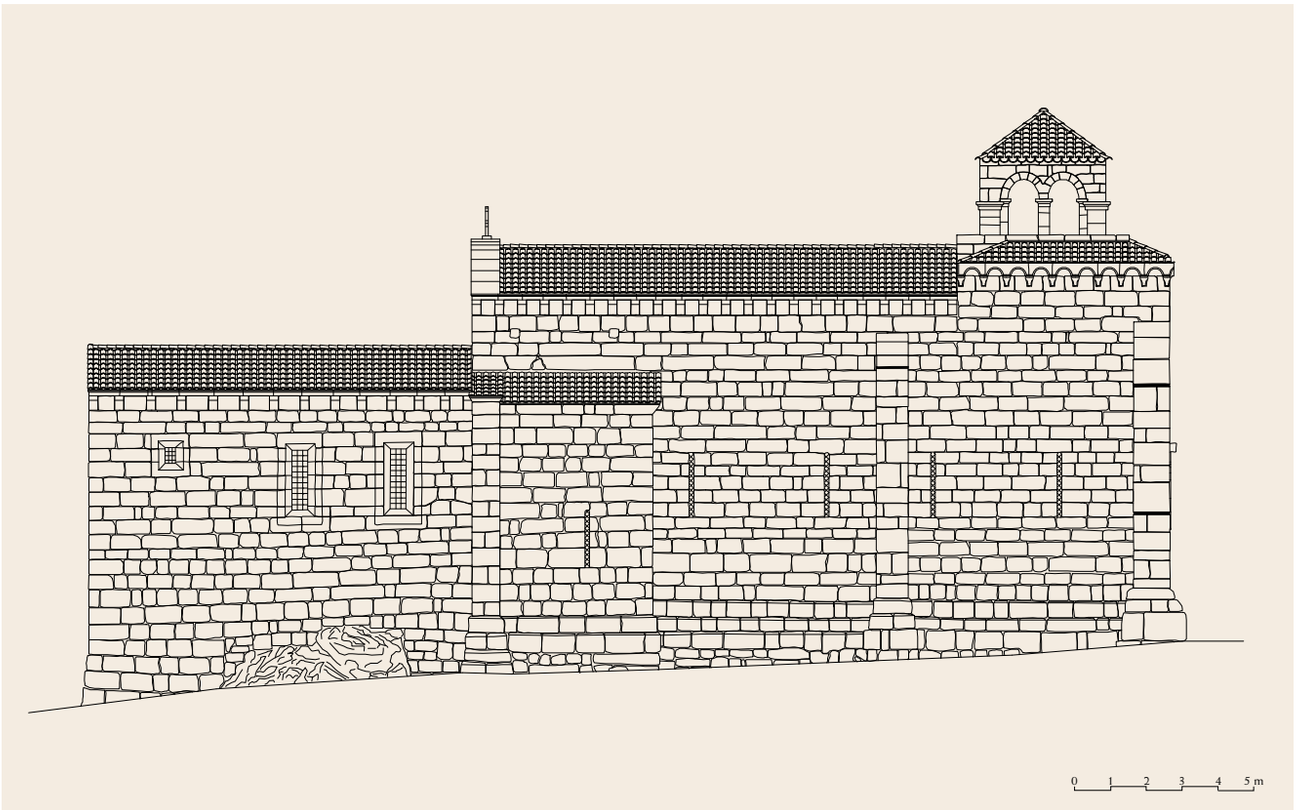
Cremos ter ficado posta de lado a ideia de que a igreja de São Martinho foi construída pelos mouros. Na verdade, tendo antes sido construída em terra que foi de mouros, a igreja de São Martinho só poderá ter sido erguida em finais do século XII ou mesmo durante o século XIII. Tal facto é-nos comprovado, como vimos, pela inscrição alusiva à data de 1217 e pelo padroado real que durante grande parte da Idade Média se encontrou activo. Por fim, a fábrica deste edifício aponta-nos uma cronologia tardia, o que é corroborado pela presença de arcos quebrados ao nível do arco triunfal e das arquivoltas do portal ocidental. Também a tipologia de capitéis aqui adoptada vai de encontro a esta cronologia.

Mas, acima de tudo, cremos que a Igreja de São Martinho de Mouros se destaca, no panorama do românico português, pelo perfil único que a estrutura turriforme ocidental lhe confere.

Texto: Maria Leonor Botelho - Planos: Pedro Azevedo - Fotografias: Michael Schlapkohl

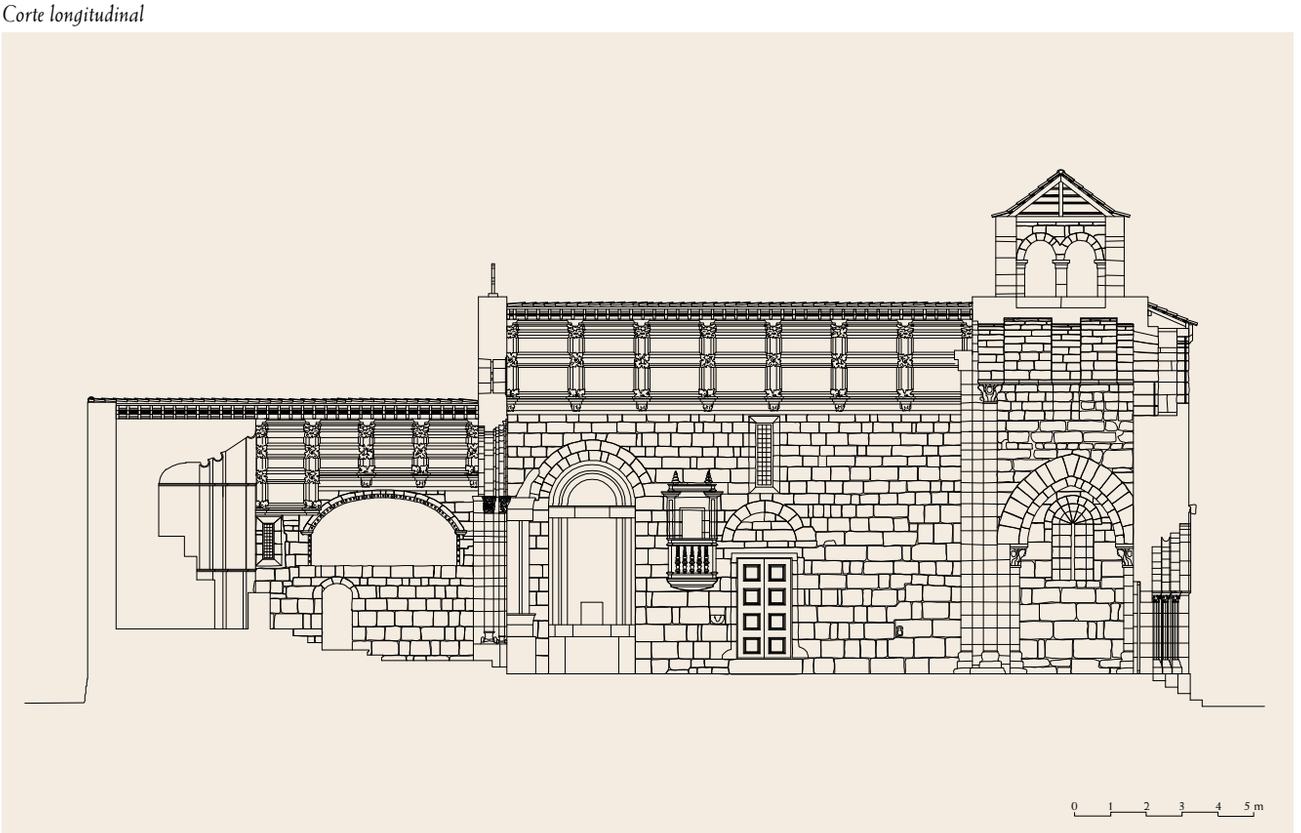
Planta





Alçado norte

Corte longitudinal



BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO, Jorge de, *Coimbra. A montagem do cenário urbano*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *O românico*. *História da Arte em Portugal*, vol. 3, Lisboa, Publicações Alfa, 1986.

ANTUNES, Rute, "Igreja Matriz de São Martinho de Mouros/Igreja de São Martinho" (Nº IPA: PT011813140002), 2006, in *Inventário do Património*, URL: www.monumentos.pt

CORREIA, Vergílio, *Monumentos e Esculturas (séculos III-XVI)*, 2ª Edição, correcta e aumentada, ilustrada com 80 reproduções de desenhos e fotografias, Lisboa, Livraria Ferin, Editora, 1924.

COSTA, M. Gonçalves da, *História do Bispado e Cidade de Lamego. II. Idade Média: Paróquias e Conventos*, Lamego, s/n, 1979.

DUARTE, Joaquim Correia, *Resende e a sua História*, vol. 2, As Freguesias. Resende, Edição da Câmara Municipal, 1996.

DUARTE, Joaquim Correia, *Resende na Idade Média. Notas e Documentos,* Resende, Câmara Municipal de Resende, 2001.

PINTO, Joaquim Caetano, *Resende. Monografia do seu Concelho*, Braga, s/n, 1982.

ROSAS, Lúcia Maria Cardoso, "Arquitectura Medieval Duriense", Museu do Douro, 2009 (no prelo).

Santo Tirso-Porto

Mosteiro de Roriz

Mosteiro de Roriz

Num alto sobranceiro ao vale do rio Vizela, perto da sua confluência com o rio Ave, surge a igreja de São Pedro de Roriz, numa encosta granítica, densamente povoada. Trata-se de um dos melhores testemunhos do românico minhoto, embora um pouco tardio e já anunciador de fórmulas góticas.

Todavia, apesar da cronologia avançada acusada pelos elementos arquitectónicos e artísticos desta igreja, as suas origens históricas são ainda bastante desconhecidas, apenas havendo algumas referências documentais que permitem aferir uns quantos dados.

Alguns historiadores têm procurado recuar a fundação deste mosteiro ao século XI, associando-a aos monges beneditinos ("Roriz" 195-: 207). Quer seja anterior ou não a esta época, o que é certo é que a primeira notícia documental que temos para este mosteiro, o ... *Monasterio de Rodoriz* (Barroca 2000, II-I: 515), data de 1096 e alude à permuta de propriedades do mosteiro de Roriz, situadas em S. Tomé de Negrelos e Monte Córdova por uma herdade localizada em Negrelos e que pertencia a Gotierre Suaz e Unisco Osoreiz (Real 1982: 9-10). Uma notícia do *Livro Velho de Linhagens* faz referência a D. Elvira Toures, mulher de D. Nuno el Vejo e filha de D. Toure Çarnão, referido este último como tendo feito "Vairão e Roriz". Tendo em conta o facto de que D. Elvira Toures era abadessa de Vairão em 1141, certamente já viúva de D. Nuno, tem-se colocado a fundação deste mosteiro na segunda metade do século XI (Idem 1982: 8-9).

Entre 1096 e 1120 diversas referências documentais indiciam uma actividade crescente no Mosteiro de Roriz (Sousa 2005: 203). Durante os anos de 1115 e 1116 surgem várias referências a propósito das propriedades deste mosteiro (Real 1982: 10). Em 1120, um breve do Papa Calisto II, *Officii Mei*, relativo aos limites das dioceses do Porto e de Braga, colocava o mosteiro de Roriz sob a alçada do bispo do Porto, embora na prática tal nunca se tenha concretizado (Sousa 2005: 203).

Assim, tendo em conta esta importância crescente do mosteiro de Roriz, que justificou mesmo a interferência papal no sentido de definir que diocese o tutelava, é possível que se tenha então pensado em reconstruir o edifício existente. Todavia, em 1173 este mosteiro terá sido doado por D. Afonso Henriques (1143-1185) aos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho (Sousa 2005: 203). Ressalve-se, no entanto, que esta indicação tem sido dada com base naquilo que Pinho Leal escreveu na sua obra, *Portugal Antigo e Moderno,* sem no entanto referir a proveniência documental de tal fonte (Boletim 1937: 7). Falamos de transição mas também não podemos precisar que tipo de vida monástica se viveu em Roriz entre a fundação do Mosteiro por D. Toure Çarnão e a data de 1173. Terá sido a beneditina, apesar de não se conhecer até hoje qualquer caso de transferência de um mosteiro daquela ordem religiosa para os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho (Real 1982: 11)? Ou viveria aqui uma comunidade filiada numa regra monástica autóctone, nomeadamente a *Regula Mixta*, fruto da reforma que S. Rosendo fez da Regra de S Frutuoso?

Mas o que é certo é que só após a entrada dos monges Crúzios em Roriz é que se terá começado a reconstruir a igreja e mosteiro, desde os seus fundamentos. Durante a intervenção de restauro realizada sob a alçada da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (Boletim 1937) foram encontradas diversas pedras lavradas e que atestam a existência de um edifício anterior ao actual e datável do último quartel do século XI (Real 1982: 11). Tratam-

se de duas bases com aspecto arcaico e de diversos fragmentos lavrados pertencentes a um capitel figurativo, a um friso e a uma imposta (Idem 1982: 10). Tendo como referência a ornamentação do fragmento de imposta, decorado com dois andares de cordões enlaçados, sendo o inferior mais amplo e debruado a pétalas, tem-se conotado a construção anterior à da actual igreja com a corrente estilística que precocemente se desenvolveu a partir de Braga (Idem 1982: 10-11).

Com base na documentação alusiva a este cenóbio, ao longo de todo o século XIII, podemos falar de uma relativa prosperidade. Cabeça de um vasto couto cujas propriedades surgem referidas nas Inquirições régias de 1220 e 1258, em 1320, no *Catálogo das Igrejas, Comendas e Mosteiros do Reino*, Roriz foi avaliado como o mosteiro de valor mais elevado de todos os existentes na Terra de Negrelos, incluindo as igrejas (SOUSA 2005: 203). Ao longo deste século XIII, além da posse de um avultado número de casais na região envolvente, Roriz detinha ainda o padroado das igrejas paroquiais de S. Paio de Parada e de Santa Maria de Aveoso.

Em 1492, D. João II (1481-1495) entregou o mosteiro a um comendatário (SOUSA 2005: 204), tendo-se mantido esta comenda até 1560 ("Roriz" 195-: 209). Numa visitação efectuada em 1528, por ordem do Arcebispo de Braga, D. Diogo de Sousa (1461-1532), constatava-se o estado de grave decadência material e disciplinar a que tinha chegado o mosteiro (SOUSA 2005: 204). Todavia, independentemente desta situação, parece que poucos anos mais tarde, a 23 de Outubro foi realizada uma cerimónia de consagração conforme referência existente num tombo de 1543 (REAL 1982: 27).

No entanto, em 1572 o mosteiro de Roriz foi encerrado e foi extinta a sua comunidade religiosa, sendo no ano seguinte anexado ao padroado da Companhia de Jesus, sob o pretexto de prestar auxílio às obras do Colégio de São Paulo de Braga ("Roriz" 195-: 209), uma das principais casas desta Companhia em Portugal. Com a extinção da Companhia de Jesus

em 1759, Roriz ingressou nos domínios da Universidade de Coimbra tendo sido vendido em 1775. Desde então o Mosteiro passou por vários proprietários, tendo o dr. Sebastião Teixeira de Carvalho Sousa, que o adquiriu em 1775, realizado amplas e diversas alterações ("Roriz" 195-: 209), com vista à transformação dos vários edifícios monásticos na Casa do Mosteiro (Noé 1997: 3). Desde esta data tem a igreja de São Pedro de Roriz desempenhado funções paroquiais. Cremos que Roriz é um bom exemplo das vicissitudes porque pode passar um qualquer edifício românico, pois estes não ficaram parados no tempo, antes participando das várias conjecturas e vivências do meio que com ele se relaciona mais directamente. E toda este ambiente e todas estas provas materializam-se de alguma forma no monumento, quer através do seu abandono, quer através de transformações e adaptações estilísticas do mesmo às novas linguagens e necessidades artísticas.

No século XX, a igreja de São Pedro de Roriz, tal como a maior parte das igrejas românicas portuguesas, foi alvo de profundas campanhas de restauro realizadas pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, DGEMN (Boletim 1937). Durante a Época Moderna a igreja de Roriz foi "actualizada" com rebocos no interior e dotada com diversos retábulos e um púlpito de madeira. No entanto, todos estes elementos decorativos e mobiliário litúrgico introduzido durante esta época foram removidos durante o restauro concluído em 1937. O restauro estilístico praticado por então visava sobretudo recuperar o estado primitivo do monumento

intervencionado. Deste modo, sendo Roriz uma igreja românica por natureza, procurou-se reintegrar este monumento no sentido de valorizar precisamente a sua linguagem românica, mesmo que em detrimento de elementos de outras épocas e que se consideravam adulteradores da legibilidade do estilo primitivo. Além da reconstrução completa da parede Norte da igreja, procedeu-se ainda durante esta intervenção ao desentaipamento de portas, ao apeamento e reconstrução cuidadosa da abside, à redução do coro, ao desafrontamento do campanário, à reconstituição das frestas da fachada Sul, à redução da Casa do Capítulo ao seu perímetro primitivo, ao rebaixamento dos degraus de acesso ao portal principal e do pavimento da nave até ao seu nível primitivo, à limpeza das cantarias e reajustamento das suas juntas. Deu-se, ainda, uma especial atenção ao adro da igreja, que foi alargado, aumentando assim a visibilidade deste monumento românico, agora reintegrado na sua linguagem primitiva.

A igreja de São Pedro de Roriz apresenta-nos uma planta longitudinal, orientada a Ocidente e composta por nave única e cabeceira semicircular no exterior e poligonal na parte interna. Um dos aspectos mais peculiares deste edifício prende-se com a altura da sua nave, de esbeltas proporções. Como já pudemos verificar, a actual igreja românica do Mosteiro de Roriz só deve ter sido construída após a doação da mesma aos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho. Assim, tendo sido iniciada a sua construção nos finais do século XII, esta ter-se-há seguramente prolongado pelo século XIII, tal como acusam diversos elementos já de sabor protogótico, particularmente ao nível da cabeceira. Cremos que a grande altura dos alçados laterais da igreja pode ser, ainda, um indício das novas conquistas estilísticas.

A capela-mor de Roriz destaca-se no panorama do românico português, não só pela sua forma planimétrica, mas também pela sua estética decorativa. Na planta, no seu espaço, na altura e até na luz, é sem dúvida uma solução já protogótica (ALMEIDA 1978, 2: 249). O facto de ser relativamente alta e de estar muito exposta sobre o corpo da igreja, tendo em conta a grande amplitude do seu arco triunfal que sobe até à altura da abóbada, permitiu a criação de uma outra espacialidade, também ela protogótica. Sendo poligonal no interior, apresenta um conjunto de arcadas cegas relativamente altas a decorar um primeiro registo. Os capitéis das colunas, que apresentam um jogo de fustes cilíndricos e facetados, são já de sabor gótico, estando os motivos vegetalistas que os ornamentam já bastante presos ao cesto. As impostas são poligonais, criando um outro dinamismo a este conjunto decorativo. No registo superior rasgam-se três pequenas frestas, ornadas com toros diédricos, acusando uma influência directa do românico da região do Porto que, através dos seus monumentos, disseminou elementos cuja origem se encontra no Limousin francês. Aliás, também na arcatura do registo inferior encontramos estes toros diédricos. A abóbada de berço apresenta um arco toral a delimitar o tramo terminal e o tramo quadrangular correspondente ao coro. Neste tramo terminal recorreu-se a uma forma original de arestas radiais que incidem nos ângulos do polígono interior e que criam como que quebras no pano da abóbada para melhor unir estes dois elementos. Na parede sobre o arco triunfal rasga-se um óculo.

A abside de Roriz, ao nível do românico português, surge exteriormente como sendo uma das mais animadas por elementos arquitectónicos. Dois contrafortes com altíssimas sapatas

correspondem ao arco toral interior, enquanto que outros quatro contrafortes, em forma de coluna adossada, criam um jogo de claro-escuro, delimitando diversos registos verticais na sua circularidade externa. Nestes espaços intercalares abrem-se as três frestas que iluminam o espaço interno e que são intercaladas com falsas frestas geminadas, de recorte profundo. Na parte superior, uma cornija sobre arquilhos envolve toda a abside e liga-a ao românico erguido na próxima região do vale do rio Sousa.

Também no corpo da igreja voltamos a encontrar um anúncio do gótico na elevada altura dos seus alçados, criando uma espacialidade um tanto ou quanto diferente daquela que caracteriza a maior parte dos edifícios do românico português. Recorde-se a cronologia tardia deste monumento. Sendo os paramentos interiores desprovidos de qualquer animação decorativa, todavia estes são animados por duas curiosas figuras atlantes que assumem a função de travejamento do coro-alto certamente construído já durante a Época Moderna. Tratam-se de duas impostas afrontadas que aludem directamente às agruras do castigo (Real 1982: 26): de um lado uma mulher exibe os seios através do vestido arregaçado e do outro um homem arregala os olhos, observando cena tão provocante.

O portal Norte mostra-nos, ao nível do interior, um arco quebrado, desprovido de qualquer ornamentação. Já o portal Sul, apresenta algumas das suas aduelas ornamentadas. Na zona em torno do fecho do arco, de volta perfeita, temos um conjunto de sete aduelas enxaquetadas e duas ostentando marcas de canteiro. Este portal pode ser interpretado ou como um testemunho de uma interrupção ocorrida na fábrica românica de Roriz, ou então como exemplo de reaproveitamento de peças previamente trabalhadas, como pode testemunhar o seu friso inacabado. Exteriormente, o portal Norte mostra um arranjo idêntico ao interior e o Sul, mais rico, tem uma tímida arquivolta rematada com um toro que, no entanto, não chega a ser diédrico.

Já o exterior da nave é mais animado que o seu interior, sendo rematado por uma arcatura, peraltada, sob cornija, apoiada em mísulas com decoração vegetalista biselada, idêntica à da

abside. Em cada um dos lados da nave rasgam-se três estreitas e esguias frestas e um conjunto de modilhões acusa a existência de estruturas alpendradas, tanto do lado Norte, como do lado Sul.

Também os paramentos da fachada ocidental são muito pouco movimentados, apenas animados pelo portal principal, pela rosácea e por um quase imperceptível silhar que surge junto ao topo da cornija sul. Trata-se de uma pequena cabeça humana que espreita através de um pseudo-óculo, parecida com uma que existe na Capela da Granjinha (Chaves) e muito semelhante a um modelo encontrado na frontaria de Paço de Sousa (Penafiel). Poderá tratar-se do tema do homem prisioneiro, uma constante na arte do Entre-Douro-e-Minho e que alude àquele que, desesperadamente, procura libertar-se das profundezas do muro (REAL 1982: 26).

É ao nível do arranjo concretizado no portal e na rosácea de Roriz que podem ser detectadas as mais evidentes influências vindas da bacia do rio Sousa, talvez devido à chegada de artistas provenientes da fábrica de Paço de Sousa. Não nos podemos esquecer que a circulação de artistas foi uma das constantes da Época Românica. Assim, no portal, as colunas que sustentam as três arquivoltas ornadas com esferas mostram um jogo alternado de fustes prismáticos e fustes lisos. As arquivoltas acusam uma ligeira quebra e são rematadas por um toro. O tímpano liso é sustentado por modilhões que assumem a forma de cabeças de bovídeos. Tanto a decoração vegetalista das impostas, como os entrelaçados do arco envolvente patenteiam a técnica do talhe a bisel, proveniente da região da bacia do Sousa, sob a influência de Coimbra. Há, de facto, uma profunda relação entre este portal e o de Paço de Sousa, o mesmo acontecendo com o esquema e a plástica das rosáceas. Em Roriz, a rosácea é composta por uma grelha simples de pedraria onde um círculo central é envolvido por um conjunto de círculos de menores dimensões, cujas molduras se entrelaçam. No óculo envolvente, a rosácea é decorada com bolas e temas vegetalistas biselados. Também esta rosácea protogótica deve ser entendida como um indício da cronologia tardia deste edifício.

Actualmente apenas encontramos as ruínas daquilo que em tempos deve ter sido a Capela de Santa Maria, adossada ao lado Norte da abside. No paramento perpendicular à igreja

rasga-se um portal com dupla arquivolta ligeiramente quebrada. Formando um ângulo com este muro, o campanário de tripla arcada acolhe três sinos. Localizada num dos pés direitos do portal que em tempos permitiu o acesso a esta capela, uma inscrição procura comemorar a sua construção (BARROCA 2000, II-I: 881-882):

Era Mª CCª 2X'ª VIª : INCI / PIT HANC DOMUM IN HONO /
RE BEATE MARIE VIRGI(nis)

Este corpo, que não deve ter tido cabeceira (ALMEIDA 1986: 84), assumiu funções funerárias, idênticas à da capela que também existiu a Norte do Mosteiro de Paço de Sousa (Penafiel). Também São Torcato (Guimarães), mosteiro pertencente aos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, apresenta uma organização idêntica à de Roriz, com os edifícios claustrais do lado Sul e uma capela, também dedicada a Santa Maria, do lado Norte (REAL 1982: 36). Nas imediações do mosteiro de Roriz existem dois sarcófagos e diversas lápides funerárias que, pelo menos em parte, poderão ter estado neste presumível "corporal", apesar de não termos relatos relativos ao modo como foram achados estes testemunhos arqueológicos (REAL 1982: 22, nota 34).

A existência desta inscrição relativa ao ano de 1225, assim como de uma outra para o ano de 1258, neste monumento, corroboram o prestígio alcançado pela sua comunidade monástica durante o século XIII, lembrando ainda a importância que a fábrica deste mosteiro teria perante quem quis aqui memorar algum acontecimento.

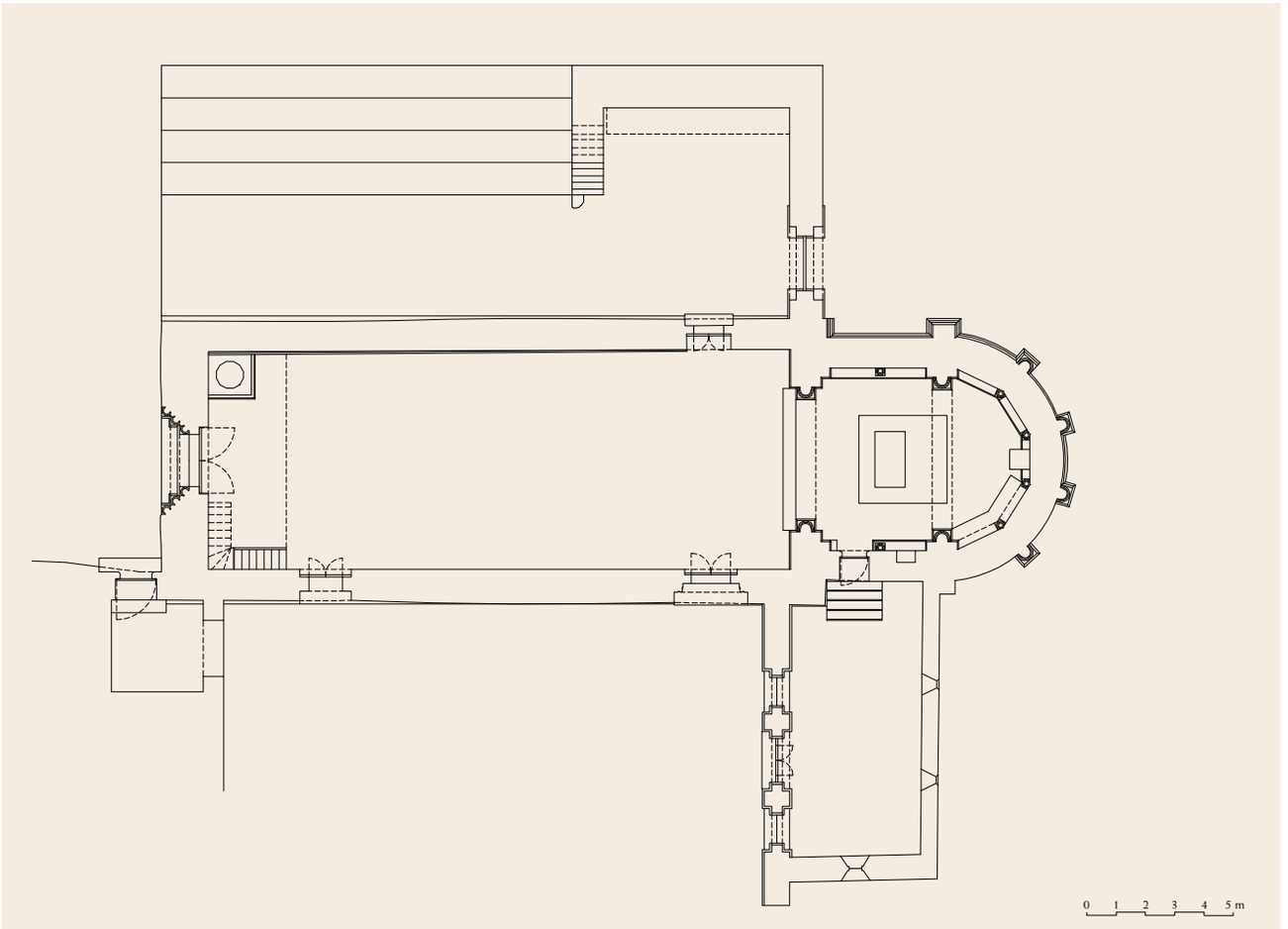
A data de 1225 surge numa inscrição gravada num dos pilares da tríplice arcatura aberta nesta Sala do Capítulo para o claustro, hoje convertida numa porta ladeada por duas janelas. Trata-se da inscrição funerária do Cónego D. Mendo, falecido a 4 de Fevereiro de 1225 (BARROCA 2000, II-I, 725-726):

II N(o)N(o)S F(e)B(rua)RII OBiit / MENENDus CANONIC(us) (?)/
E(ra) M CC 2 X III

Estando a inscrição no seu local primitivo e tendo em conta o tipo de letra usado, esta não poderá ter sido lavrada muito tempo depois do óbito a que alude (REAL 1982: 19). Assim, estamos diante de mais um indício da longa perduração sofrida pela fábrica deste mosteiro crúzio.

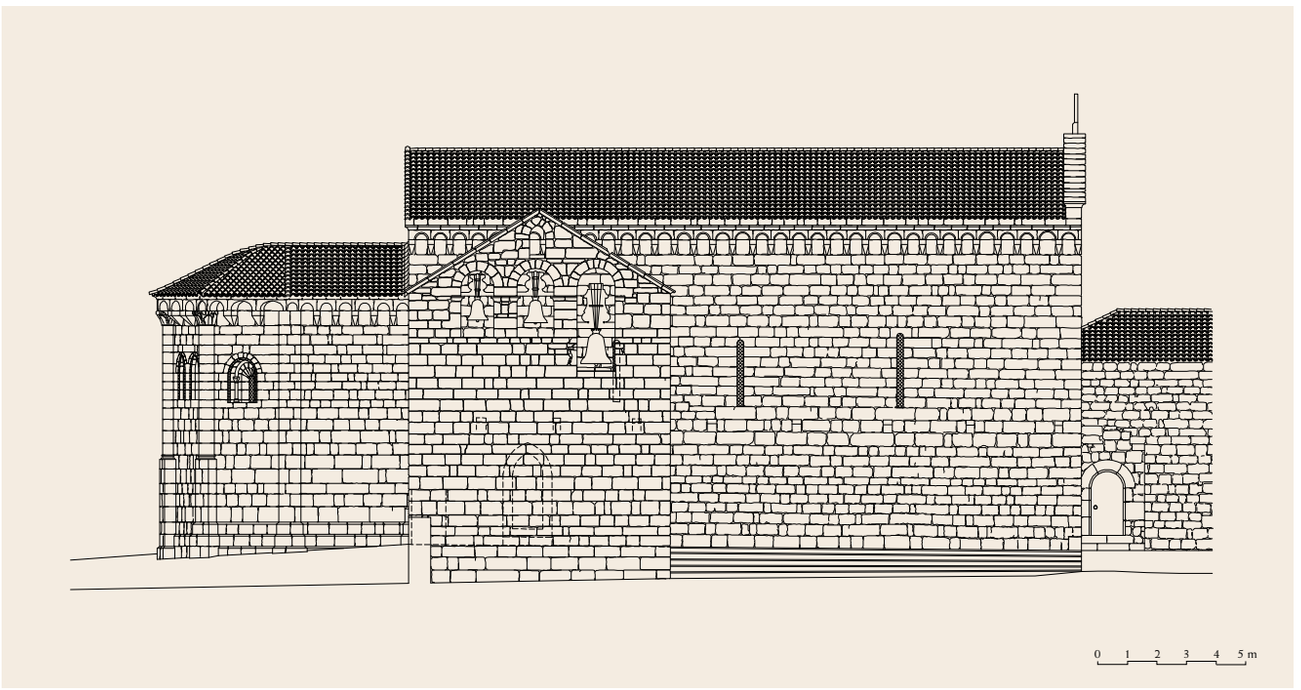
Assim, Roriz é um importante monumento românico, não só devido à qualidade construtiva da sua fábrica e ao facto de introduzir novidades protogóticas, mas também por ser um testemunho vivo das vicissitudes por que foram passando os monumentos românicos ao longo dos séculos. Mais, Roriz é, ainda, um exemplo vivo da confluência de diversas influências, vindas das regiões do Porto e do Vale do Sousa, testemunho real de que as várias escolas artísticas não são estanques entre si.

Texto: Maria Leonor Botelho - Planos: Sérgio Azevedo - Fotografias: Michael Schlapkohl



Planta

Alçado norte



BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *Arquitectura Românica de Entre Douro e Minho*, Porto, 1978, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2 vols., texto dactilografado.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *O românico. História da Arte em Portugal*, vol. 3, Lisboa, Publicações Alfa, 1986.

BOLETIM da DGEMN, *Igreja de S. Pedro de Roriz*, nº 9, Setembro, 1937.

NOÉ, Paula (actualização), "Igreja de Roriz" (Nº IPA: PT011314190006), 1997, in *Inventário do Património*, URL: www.monumentos.pt

REAL, Manuel Luis e SÁ, Pedro, *O Mosteiro de Roriz na Arte Românica do Douro Litoral*, Santo Tirso, Imprensa Portuguesa, 1982.

"Roriz", in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa e Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia Lda., (195-), vol. XXVI, pp. 206-209.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (dir.), *Ordens Religiosas em Portugal. Das origens a Trento - Guia Histórico*, Lisboa, Livros Horizonte, 2005.

Tabuaço-Viseu

Igreja de São Pedro das Águias

Igreja de São Pedro das Águias

Na freguesia da Granjinha, do concelho de Tabuaço e distrito de Viseu, encontramos uma das mais singulares igrejas românicas portuguesas. Tal singularidade liga-se não só ao carácter cuidado de toda a sua fábrica construtiva e escultórica, mas especialmente devido à sua curiosa implantação na orografia das margens do rio Távora. Falamos, pois, da igreja do antigo mosteiro de São Pedro das Águias, também conhecida como Ermida de S. Pedro-o-Velho, para assim se distinguir da segunda implantação do mosteiro, na actual Quinta de S. Pedro das Águias (Barroca 2000, II-I: 603). Este edifício românico tem uma localização muito especial que está, a nosso ver, na origem de toda uma tradição lendária que procura justificar a fundação deste eremitério.

Assim, a construção da igreja tem vindo a ser atribuída aos cavaleiros D. Tedon e D. Rausendo que, cerca de 991, teriam decidido ali fundar um mosteiro para abrigar alguns eremitas que haviam fugido de territórios dominados pelos muçulmanos. Estes dois irmãos eram bisnetos por varonia do rei D. Ramiro II de Leão (900-965) (Boletim 1954: 6-7; Costa 1979: 481-482). D. Rausendo acabou por se estabelecer na região invadida e fez erguer em 1037 o Castelo de Távora (mais tarde designado por Castelo de Cabriz), em sítio de difícil acesso. Perto do local desta construção, os dois irmãos terão encontrado uma qualquer construção de origem muçulmana, que alguns pensam ser mesmo uma mesquita. Assim, segundo reza a lenda, querendo estes dois cavaleiros purificar este solo, procuraram estabelecer aí o culto de Cristo, substituindo o eremita muçulmano por um cristão, Gelásio. Este terá sido, pois, a crer na tradição lendária, o primeiro abade de São Pedro das Águias. E a lenda em torno destes dois irmãos continua ainda numa série de episódios até que se chega ao momento em que a jovem muçulmana, Ardinga (ou Ardinia), filha de Al-Boasan, emir de Lamego, tendo-se apaixonado por D. Tedon (e pelos seus feitos heróicos), foge com este na direcção do Castelo de Cabriz. Chegados a São Pedro das Águias, Gelásio casa os dois jovens. Tendo o pai de Ardinga saído no encalço da filha, encontrou-a neste local onde, furioso, decapitou a filha junto do rio, cujas águas até hoje estão impregnadas do seu sangue (Boletim 1954: 7-8). D. Tedon, impressionado com o que vira e ouvira, fez voto de celibato e mandou dar à terra o corpo mutilado da mísera moura, a *Santa Ardinga*, mártir do cristianismo, no sítio onde depois se ergueria a igreja de S. Pedro das Águias (Idem).

Independentemente desta lenda ter algum fundamento histórico ou não, o que é certo é que, e apesar das dificuldades que esta hipotética origem de São Pedro das Águias em tempo anterior ao século XI oferece, há alguns factos que podem atestar a ligação destas figuras à sua história. É possível que Tedo Ermiges e Rausendo Ermiges tenham aí construído uma pequena ermida, à qual deram algum dote da Reconquista. Tal facto poderá estar na origem da manutenção do direito de padroado deste mosteiro nesta estirpe, depois chefiada por Ramiro Pinioniz, cuja irmã D. Dórdia Pinioniz casou com D. Garcia Rodrigues, rico-homem do conde D. Henrique (Barroca 2000, II.I: 603).

Tendo em conta as fontes documentais, elementos informativos bastante mais seguros, só em 1205 é que o Mosteiro de São Pedro das Águias foi citado pela primeira vez e nas actas dos Capítulos Gerais de Cister (Sousa 2005: 113). Todavia, sabe-se que este mosteiro já existia no século XII, sob a forma de eremitério. Sabe-se, ainda, que os condes portucalenses, D. Henrique (1066-1112) e D. Teresa (1080-1130), coutaram a este mosteiro um extenso território (Barroca 2000, II-I: 603).

Em Maio de 1170, os descendentes de Garcia Rodrigues (documentado até 1128) e de Dórdia Pinioniz, patronos de São Pedro das Águias, doaram o mosteiro aos religiosos que ali viviam, abdicando assim dos seus direitos patronais (BARROCA 2000, II-I: 604). Estes religiosos professariam, certamente, a Ordem de São Bento. Não se sabe ao certo quando apareceram em Portugal os monges beneditinos, seguidores da Ordem de São Bento, segundo os costumes de Cluny (MATTOSO 1993: 81). Não nos podemos esquecer da protecção dada por Afonso VI de Leão e Castela (1039-1109) ao monaquismo beneditino de Cluny no Concílio de Coiança (1050/1055?), conseguindo que a Regra de São Bento passasse a suplantar as regras autóctones do monaquismo visigótico de Santo Isidoro de Sevilha e de São Frutuoso de Braga. Mas as primeiras provas da sua influência em território português surgem em alguns mosteiros, como o de São João Baptista de Alpendurada (Marco de Canavezes), cerca de 1085-96, quando se começa a adoptar o rito romano e os costumes cluniacenses (MATTOSO 1993: 81).

Assim sendo, a filiação do Mosteiro de São Pedro das Águias à Ordem de Cister, nomeadamente a São João de Tarouca (Idem), deve ter ocorrido algures durante os finais do século XII (BOLETIM 1954: 9-10), mas em data próxima de 1205 (SOUSA 2005: 113). Na verdade, o carácter isolado deste eremitério, em perfeita comunhão com a paisagem agreste envolvente, estava bem de acordo com os preceitos ascéticos da Ordem religiosa criada por São Bernardo de Claraval, o que já não vai acontecer ao nível da profusa decoração escultórica do templo...

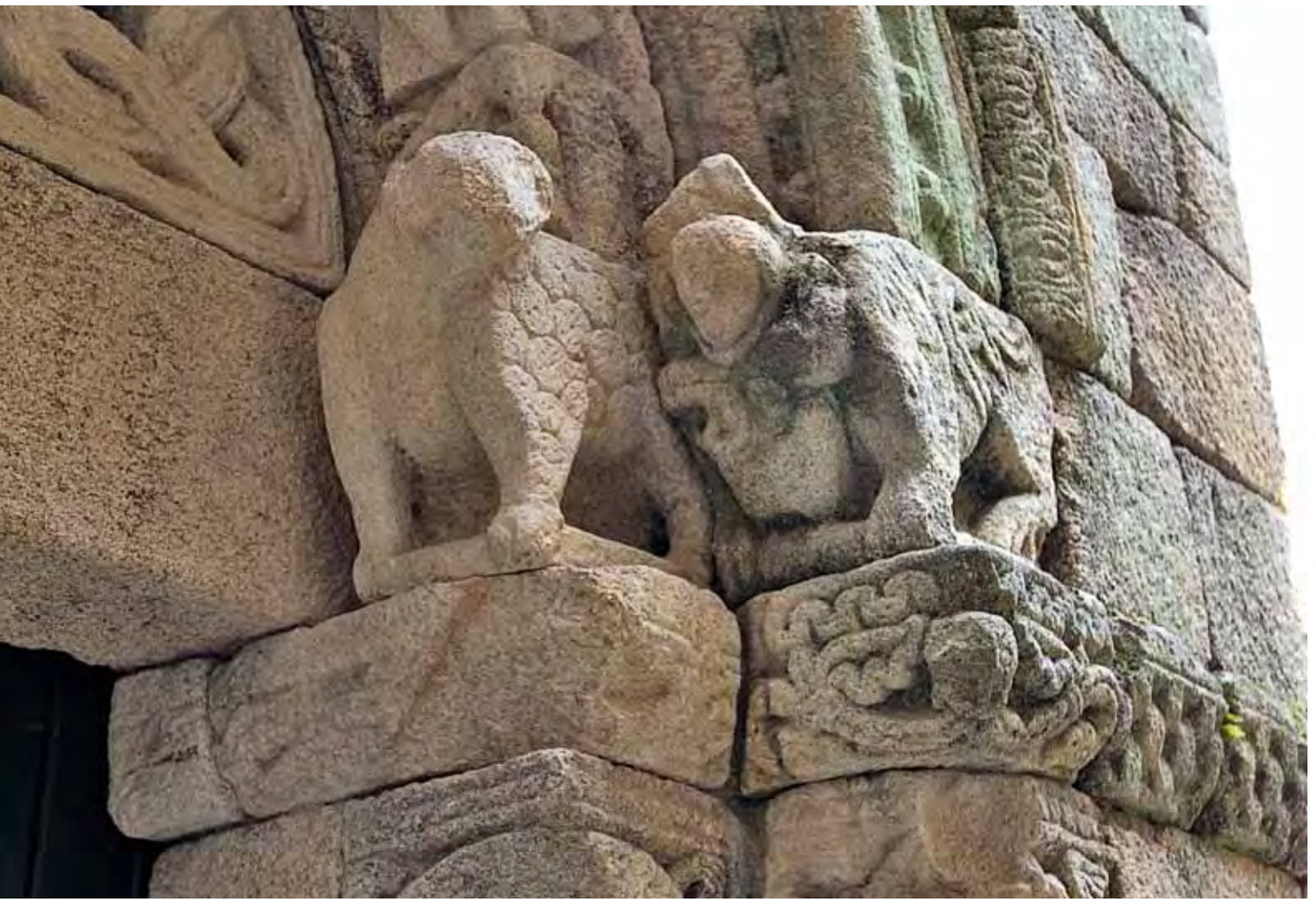
É de uma importância o facto desta ermida ter sido construída num local que apenas uma vocação eremítica pode justificar. De facto, a igreja de São Pedro das Águias está implantada sobre um pequeno balcão, entre altas fragas e declive abrupto sobre o rio Távora, num "vale perigoso", conforme classificação do visitador quinhentista Bronseval (ALMEIDA 1986: 109). Só motivações eremíticas e devocionais podem justificar a edificação de um templo num local formado por pequenos socalcos e onde águias encontraram o melhor ambiente para formar o seu habitat.

E a implantação desta igreja torna-se tanto mais curiosa quando temos percepção de que ela está praticamente dissimulada entre a vegetação, perdida em isolamento e implantada no sentido do declive por imposição da regra de orientação das construções religiosas românicas (Idem: 27), com as cabeceiras dirigidas para Oriente. Assim, ocupando toda a largura do socalco, a entrada ocidental desta igreja está a uma muito curta distância do maciço rochoso, quase esbarrando com esta. E só a implantação no sentido do declive pode justificar o desnível existente entre a capela-mor e o corpo da igreja, este último ocupando uma cota bem mais elevada do terreno. Deste modo, no acesso ao interior da nave única há degraus descendentes e o seu piso interno vai baixando progressivamente em direcção à cabeceira rectangular.

No entanto, também acreditamos que este carácter isolado não foi favorável à autosuficiência exigida pela Ordem de Cister, conforme indiciam algumas notícias documentais. Em 1227, o Capítulo Geral da Ordem autorizou o abade de São Pedro das Águias a transferir para outro local o mosteiro, considerado pobre e com más condições de habitabilidade (SOUSA 2005: 113). Mas este projecto não se veio a concretizar, tendo sido este mosteiro taxado em 500 libras no ano de 1321, segundo o *Catálogo das Igrejas, Mosteiros e Comendas do Reino*.

Mas, o processo de decadência deste cenóbio isolado continuou paulatinamente ao longo dos séculos. Tendo sido visitado em 1533 pelo abade de Claraval, Bronseval, este mosteiro foi considerado como uma casa em total desrespeito pela observância cisterciense, situação que não tinha melhorado três anos mais tarde, à passagem dos visitadores aragoneses (SOUSA 2005: 113). Por esta altura a comunidade monástica era apenas formada por cinco religiosos.

Parece que ao longo do século XVI a influência dos abades comendatários deve ter sido a principal causa de ruína material e disciplinar do cenóbio, pelo que durante o reinado de D. João III (1521-1557) foi este mosteiro integrado na Congregação de Alcobaça (SOUSA 2005: 113), *para melhorar tanto no espiritual como no temporal* (BOLETIM 1954: 12). Mas, apesar de todas estas limitações humanas e materiais, consta que o mosteiro de São Pedro das Águias



desempenhou um importante papel no povoamento do seu domínio, nomeadamente através da fundação de diversas localidades (SOUSA 2005: 113).

No entanto, a determinada altura da sua história, este mosteiro foi abandonado, não se sabendo precisar a sua causa e data concretas. Apesar do facto de ser pequeno e de difícil desenvolvimento poder constituir uma justificação para tal facto, não nos podemos esquecer do alcance que teve o fenómeno da Extinção das Ordens Religiosas em 1834. Só este difícil percurso pode explicar o facto de que, quando a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), se deparou em 1943/1954 com este edifício, o tivesse encontrado quase desmoronado (BOLETIM 1954). Todavia, nas proximidades das suas paredes meio desmanteladas encontravam-se, ainda, *todos os silhares e pedras esculpidas da sua antiga fábrica* (Idem: 5). Esta circunstância permitiu à DGEMN a reconstrução do templo dentro dos princípios de restauro então praticados e na linha da reintegração estilística, sendo que *só raramente houve que recorrer aos trabalhos de talhar novas pedras, limitando-se a tarefa mais árdua à busca dos lugares onde todo aquele material se encontrava antes das derrocadas* (Idem: 16). Assim, ao fazermos uma leitura do românico que São Pedro das Águias nos apresenta temos de ter sempre presente esta profunda e datada intervenção, pois é dela que decorre o nosso entendimento actual deste edifício.

Estamos, pois, diante de um edifício formado por dois corpos rectangulares, escalonados, mostrando uma planimetria comum ao românico português. Incomum é, sim, a sua implantação

e a qualidade plástica da sua escultura arquitectónica, irmanada do eixo Braga-Rates e da zona do Ave (ALMEIDA 1986: 110). É precisamente ao nível dos portais que os elementos escultóricos de São Pedro das Águias assumem maior preponderância, aparecendo em ambos representações de alto significado para a antropologia dos portais românicos (ALMEIDA 1986: 109).

Passando quase despercebido, porque a um par de metros da fraga rochosa e inserido ainda sobre um corpo rectangular, ligeiramente avançado, o portal principal desta igreja de São Pedro das Águias mostra-nos uma profusa e túrgida ornamentação escultórica. As três arquivoltas do portal apoiam-se em leões-atlantes e a sua envolvente surge ornada com motivos ziguezagueantes. Ao modo de feras guardiãs, estes leões mostram os olhos bem abertos e a cabeça atenta, virada para fora, significando a guarda da entrada da igreja e do espaço sagrado do seu interior. É na arquivolta interna que encontramos a mais nítida influência do românico do foco bracarense, nomeadamente na composição de animais afrontados, feita no sentido das aduelas, característica comum do românico desta região. O tímpano do portal principal, mostra-nos também uma cruz, na senda dos modelos bracarenses. Um entrelaço assimétrico, muito largo e com um esquema excepcionalmente dinâmico, envolve o motivo central formado por uma cruz, elemento simbolicamente muito importante.

Todo este conjunto assenta sobre impostas onde imperam as palmetas estilizadas, de origem bracarense e que se prolongam sob a forma de friso, já ornado de bilhetes, por toda

a fachada. Os capitéis ostentam uma túrgida decoração, de tendência vegetalista, embora no capitel exterior do lado direito se vejam vestígios daquilo que em tempos foram animais afrontados no ângulo do seu cesto. As colunas mostram fuste liso, de pequenas dimensões. A fachada principal termina sob a forma de empena triangular e é encimada por uma cruz pátea. Sobre o portal rasga-se ainda uma pequena fresta.

Adossado ao lado esquerdo, surge um arco de volta perfeita e que cria uma ligação entre a fachada ocidental da igreja de São Pedro das Águias e a fraga, com a qual esta tão profundamente se relaciona. Parece que este arco permitiu, em tempos, a ligação ao claustro do mosteiro, hoje inexistente (PESSOA 1998: 2; GUSMÃO 1961: 42-43). O tímpano mostra, do lado interno, uma composição esculpida em baixo-relevo e abrangendo os dois silhares que o compõem. Vê-se aqui uma cruz pátea relevada e, num registo inferior, uma decoração de linhas entrançadas e que se transformam em corpos de serpentes.

A fachada lateral Norte é rasgada, na nave, por um portal e por duas estreitas frestas que permitem a iluminação do interior do corpo da igreja. As duas arquivoltas deste portal assentam igualmente sobre figuras atlantes, embora apresentando um maior nível de degradação do que as do portal principal, estas últimas mais resguardadas. A arquivolta interna é formada apenas por três aduelas e, em cada uma delas, três cabeças de lobo surgem a trincar um toro e são, ainda, envolvidas por decoração geométrica. Na arquivolta exterior impera a decoração vegetalista, formada por folhas de acanto, surgindo uma inscrição muito significativa no seu fecho. Trata-se de uma inscrição propiciatória e apotropaica e que transcreve, adaptando, o

texto do Salmo 121,8, "O Senhor guardará a tua saída e a tua entrada, desde agora e para sempre" (BARROCA 2000, II- I: 600-604).

D(omi)M(us) EXERCITUM : custo[DI] / AT : HUIus : TEMPLI : INTROI / TUM ET EXITUM

Assim, esta inscrição, que pede ao "Deus dos Exércitos" que guarde a entrada e saída do templo remete-nos para uma tipologia de epígrafes de significado ambivalente, porque enquanto que protegem, também castigam quem não respeita este espaço sacro.

Também neste portal lateral Norte se destaca o tímpano, onde surge uma representação do *Agnus Dei* acompanhado de cruz, com um tamanho desmesurado relativamente ao quadro disponível, o que originou a quase eliminação das suas pernas. O *Agnus Dei* é um dos temas mais vulgares dos tímpanos românicos portugueses, (ALMEIDA 1971: 111). Nos primeiros tempos românicos o Cordeiro de Deus é entre nós, devido à poderosa tradição moçárabe, um tema apocalíptico muito vulgar, apresentando-se a sua iconografia com inúmeras variantes. As impostas deste portal são lisas e os capitéis, do seu par de colunas, mostram, no lado esquerdo, motivos animalistas e, no lado direito, motivos vegetalistas.

Nesta fachada lateral norte aparecem algumas mísulas que nos lembram a existência de uma estrutura alpendrada, agora desaparecida, e que poderia estar relacionada com o claustro, que se desenvolveria neste lado da igreja. A fachada oposta não ostenta qualquer outra abertura além das duas estreitas frestas que rasgam os seus paramentos, ao nível da nave. Em ambos os alçados, uma série de cachorros sustentam a cornija, uns lisos, outros mostrando motivos zoomórficos e mesmo antropomórficos.

O corpo da capela-mor é percorrido não só por um embasamento saliente, mas também e sensivelmente a meio, por uma cornija de decoração muito simples. É sobre esta que se rasga, na fachada posterior, uma estreita fresta e que permite a iluminação da capela-mor a partir da

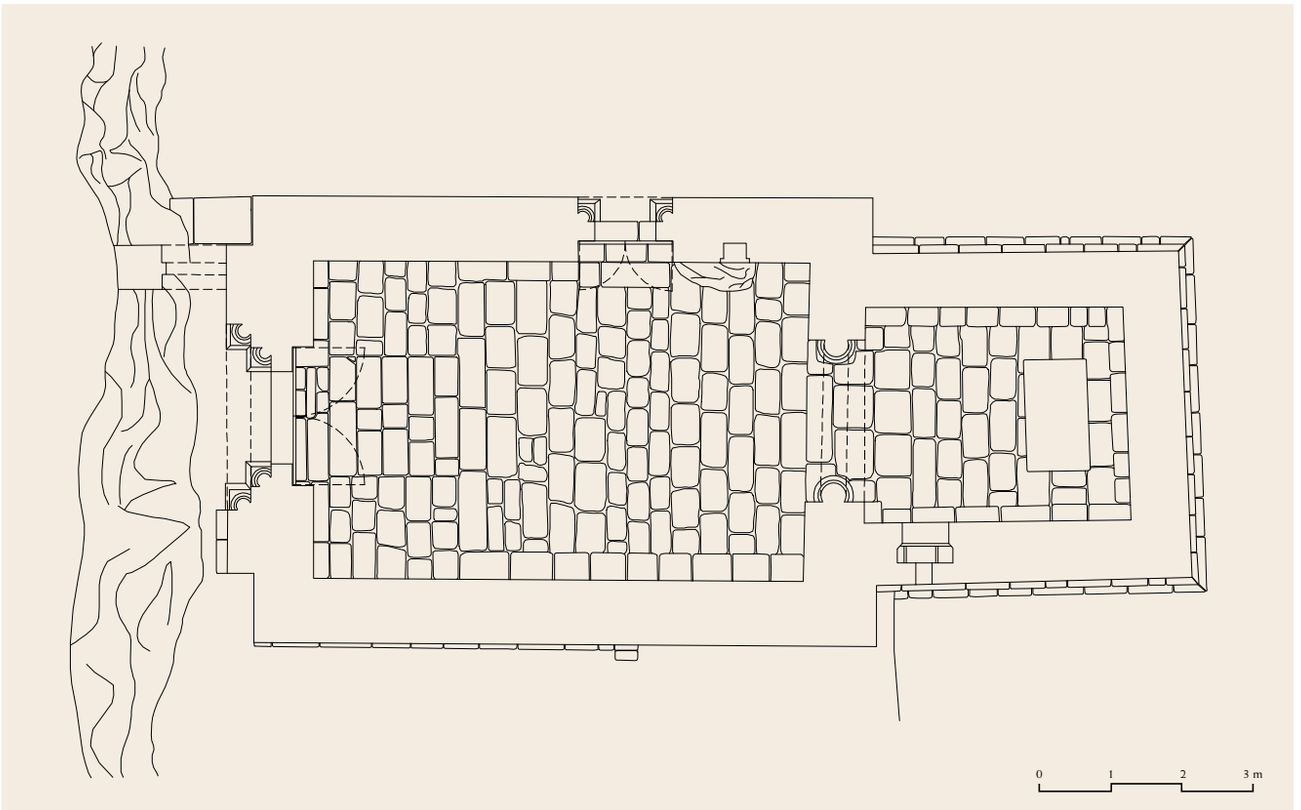
sua parede fundeira, voltada a Oriente. Sobre o ângulo da empena desta fachada posterior da capela-mor vemos um Cordeiro sobrepujado por cruz vazada, enquanto que no ângulo da empena da nave, bastante mais elevado, vemos uma cruz de Malta.

O interior da igreja de São Pedro das Águias é extremamente simples. Além dos aspectos já acima referidos, é de destacar o seu arco triunfal, de perfil ultrapassado. As suas duas arquivoltas são ornadas por pérolas e assentam sobre dois colunelos de fuste liso. Este conjunto é ainda valorizado pela plástica túrgida das palmas que formam os seus capitéis.

Assim, tendo em conta as características arquitectónicas e escultóricas, mas também a tipologia da epígrafe do portal lateral Norte, é bem possível que a igreja de São Pedro das Águias tenha sido edificada no século XII, muito embora a cabeceira possa ser, neste caso, mais tardia (ALMEIDA 1986: 109; BARROCA 2000, II-I: 600). A ser assim, na construção deste eremitério não seguiu a regra da construção românica e que geralmente era iniciada pela cabeceira. Tal facto apenas poderá ser justificado pela reduzida proximidade entre a fachada ocidental e a escarpa abrupta.

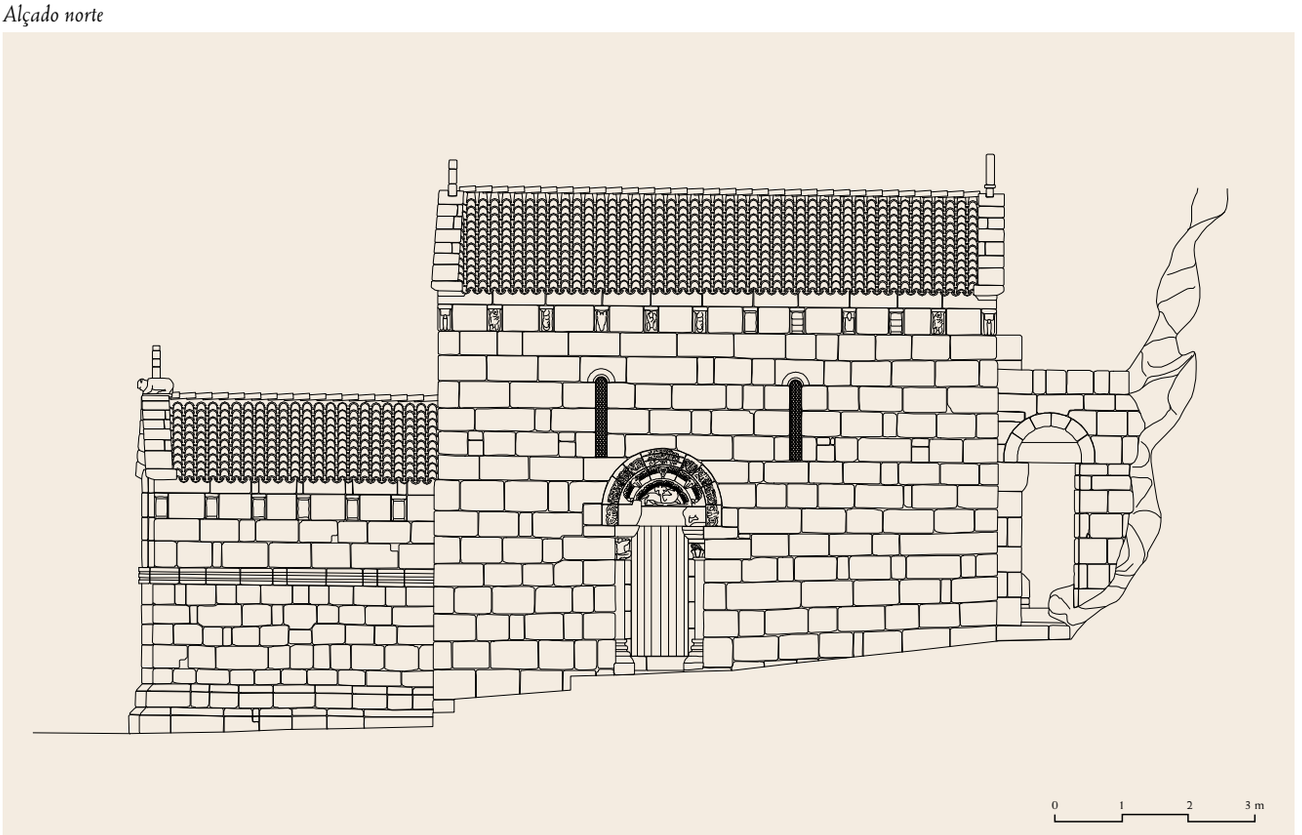
Cremos que ficou bem comprovada a singularidade desta pequena igreja, isolada e detentora de uma implantação tão original, relacionando-se de forma tão particular com a orografia do território que a abriga. A este aspecto acresce, ainda, a qualidade plástica dos seus elementos escultóricos, sendo que os temas dos portais estão muito próximos das formas decorativas de Braga-Rates, de que são exemplo as figuras esculpidas nas aduelas do portal principal, mas também os leões-atlantes que, tal como em São Pedro de Rates (Póvoa de Varzim) abrigam as entradas para o espaço sacro. A igreja de São Pedro das Águias é, por fim, a nosso ver, um dos mais elucidativos exemplos portugueses da profunda relação existente entre a arquitectura românica e a paisagem e entre estas e uma procura popular incessante de encontrar uma origem lendária para justificar tal relação.

Texto: Maria Leonor Botelho - Planos: Hugo Almeida - Fotografias: Michael Schlapkohl



Planta

Alçado norte



BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *O românico. História da Arte em Portugal*, vol. 3, Lisboa, Publicações Alfa, 1986.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, "Primeiras Impressões sobre a Arquitectura Românica Portuguesa", in *Revista da Faculdade de Letras-Série História*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1971, vol. II, pp. 65-116.

BOLETIM da DGEMN, *Igreja de S. Pedro das Águias. Taboaço*, nº 75, Março, 1954.

COSTA, M. Gonçalves da, *História do Bispado e Cidade de Lamego. II. Idade Média: Paróquias e Conventos*, Lamego, s/n, 1979.

DIAS, Geraldo Coelho, "Cluniancenses (Monges Beneditinos do Mosteiro de Cluny)", in AZEVEDO, Carlos Moreira de (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal,* Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, vol. A-C, pp. 381-385.

GUSMÃO, Artur Nobre de, *Românico Português do Noroeste. Alguns motivos geométricos na escultura decorativa*, Dissertação para Concurso de Professor do 8º Grupo da Escola Superior de Belas Artes de Lisboa, Lisboa, Sociedade Industrial Gráfica, 1961.

MATTOSO, José, "Cluny em Portugal, Ordem de", in SERRÃO, Joel (dir.), *Dicionário de História de Portugal,* Porto, Livraria Figueirinhas, 1993, vol. II, pp. 81-82.

PESSOA, Lúcia (actualização), "Antigo Mosteiro de São Pedro das Águias/Igreja de São Pedro das Águias" (Nº IPA: PT01189070009), 1998, in *Inventário do Património,* URL: www.monumentos.pt

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (dir.), *Ordens Religiosas em Portugal. Das origens a Trento - Guia Histórico*, Lisboa, Livros Horizonte, 2005.

Tomar-Santarém

Charola do Convento de Cristo

Charola do Convento de Cristo

IMPLANTADA NO ALTO de uma elevação sobranceira à planície onde se estende a cidade de Tomar, a antiga capela castral românica faz parte do amplo conjunto monumental do Convento de Cristo, classificado como Património Mundial em 1983. Composto pelo Castelo e por uma série de outras estruturas de carácter militar, civil e religioso, com uma cronologia que se situa entre os séculos XII e XVII, o Convento de Cristo é um dos mais notáveis conjuntos edificados em Portugal.

Aqui trabalharam os melhores arquitectos e artistas vinculados aos ciclos manuelino, renascentista e maneirista, como Diogo de Arruda, João de Castilho, Diogo de Torralva, Filippe Terzi, Olivier de Gand, Fernão Muñoz, Jorge Afonso, Gregório Lopes e Domingos Vieira Serrão, entre outros.

Remonta a 1159 a posse da região de Tomar pela Ordem dos Templários, quando o Bispo de Lisboa lhes doa a igreja de São Tiago de Santarém. No mesmo ano, D. Afonso Henriques entrega-lhes o Castelo de Ceras com o seu amplo termo. O Castelo de Tomar, localizado em Ceras, começaria a ser construído em 1 de Março de 1160, como testemunha a epígrafe gravada em mármore e colocada na Torre de Menagem (BARROCA 2000: 276).

O primeiro testemunho da presença dos Templários em Portugal data de 1128, quando a Condessa D. Teresa lhes doa o Castelo de Soure (Coimbra). A vila e o Castelo tinham sido incendiados pela população que fugira para Coimbra, aquando das notícias da incursão almorávida de 1116, acontecimento que deixaria a região do vale do Mondego, da maior importância estratégica no processo da Reconquista, mal povoada e sem estruturas defensivas.

Erguida pelos cavaleiros da Ordem do Templo, a Torre de Menagem do Castelo de Soure, situada no topo Norte do castelo, conserva um elemento distintivo relativamente à arquitectura militar de então: o alambor ou seja, uma base reforçada da torre por uma estrutura pétrea inclinada, em rampa. Esta solução confere à torre maior capacidade de resistência e dificulta o assalto dos seus muros. No Castelo de Tomar, concebido para albergar a sede da Ordem em Portugal, o alambor é introduzido ao longo de toda a muralha exterior da fortificação. Com origem na arquitectura militar desenvolvida pelos Cruzados no Próximo Oriente, esta técnica construtiva foi utilizada no Castelo de Saone, situado no Principado de Antioquia e no Crac dos Cavaleiros, erguido na fronteira Norte do Condado de Tripoli, regiões da actual Síria, onde Gualdim Pais esteve entre 1151 e 1156, no âmbito da II Cruzada (BARROCA 1996/97: 198).

Gualdim Pais, que se fez tumular na Igreja de Santa Maria dos Olivais (Tomar), panteão dos Mestres do Templo, que ainda hoje guarda a sua inscrição funerária datada de 1195, foi Mestre da Ordem do Templo em Portugal entre 1157 e 1195 (BARROCA 2000: 526-527). Nasceu na região de Braga, filho de D. Paio Ramires e D. Gontrode Soares, estirpe dos Ramirões, uma importante família implantada naquela região.

A sua acção em várias campanhas militares da Reconquista e a sua actividade construtiva desenvolvida nos Castelos de Pombal (Leiria), Penas Roias (Mogadouro), Almourol (Vila Nova da Barquinha, Santarém), Longroiva (Meda, Guarda), Cardiga (Golegã), Idanha-a-Velha e Monsanto (Idanha-a-Nova), fazem deste cavaleiro templário uma das figuras mais importantes no processo da Reconquista e da formação de Portugal (BARROCA 2000: 525).

A introdução das mais inovadoras soluções que a arquitectura militar portuguesa conheceu ao longo do século XII devem-se, sem dúvida, aos Templários (BARROCA 1996/97: 202).

No panorama europeu da arquitectura medieval da Ordem do Templo, a capela castral do Convento de Tomar, designada por Charola, ocupa um importante lugar, dado o seu bom estado de conservação e, principalmente, devido às soluções da sua planta centralizada e à sugestiva espacialidade interior (ALMEIDA 2001: 138).

O templo é composto por uma nave circular em torno de um corpo central octogonal dotado de oito pilares, com arcos muito altos em cada uma das faces do polígono, rematando em cúpula sob a qual está o altar. A nave circundante é coberta por abóbada de berço dividida por dezasseis arcos torais. O exterior apresenta contrafortes que seccionam o muro em igual número de panos.

Apesar da aparente simplicidade do aspecto externo, a articulação do espaço interior entre a nave e o corpo central, e entre o espaço inferior e as coberturas fazem desta igreja o mais equilibrado e sofisticado momento da arquitectura românica portuguesa.

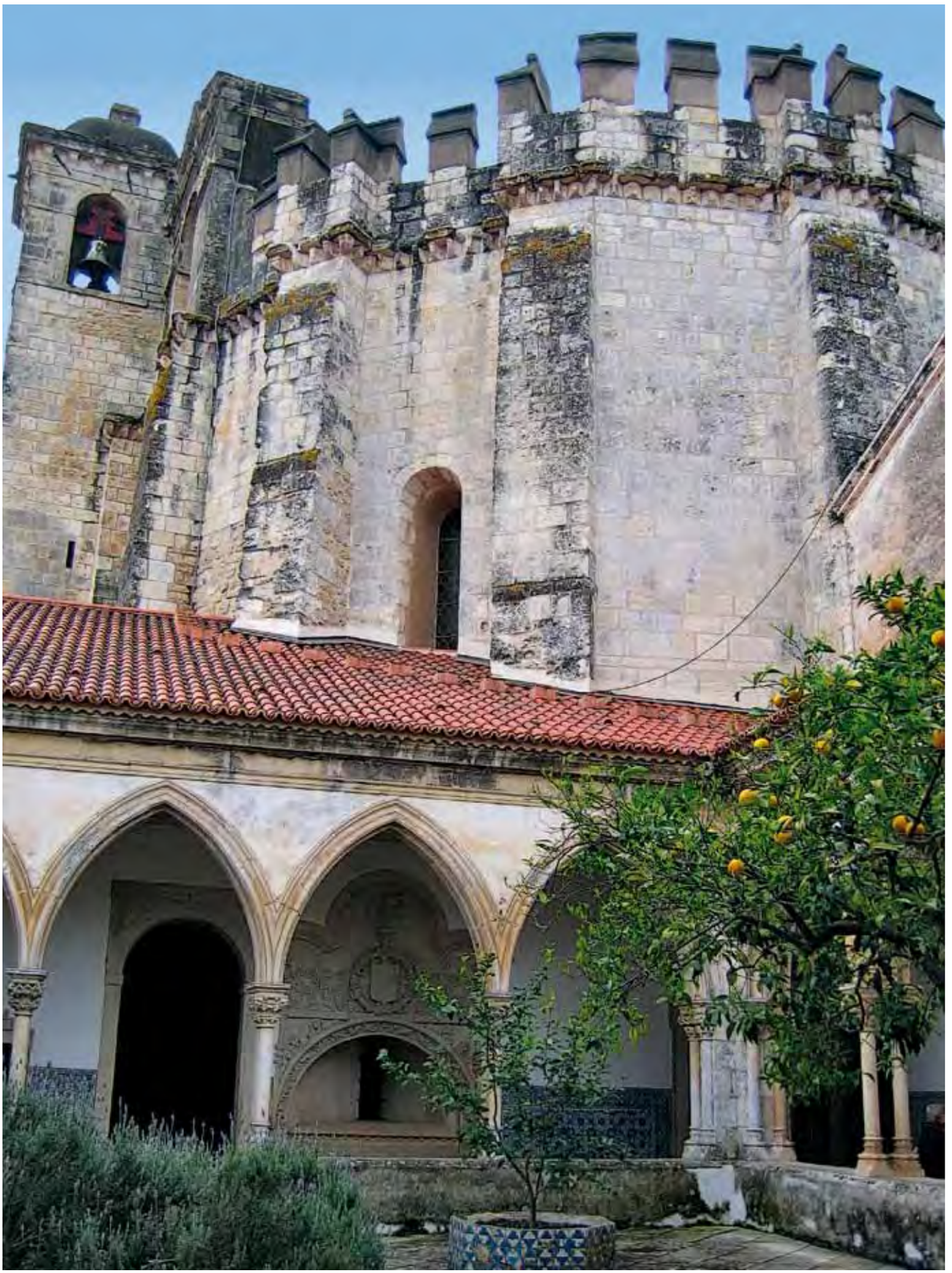
A construção deste templo teve duas fases distintas. O octógono central mostra, nas bases, impostas e capitéis, modelos muito semelhantes aos da Sé-Velha de Coimbra. Terá sido construído ainda em vida de Gualdim Pais, pelo menos até ao nível do seu primeiro andar. A segunda fase das obras, patente na nave circular, data já do século XIII (ALMEIDA 2001: 138). A diferença cronológica das duas fases de construção poderá dever-se ao cerco almhoada de 1190, na sequência do qual a região de Tomar mergulhou numa grave crise económica (BARROCA 1996/97: 197).

Apesar da semelhança dos modelos dos capitéis da primeira fase com os que foram utilizados na Sé Velha de Coimbra, como os que figuram animais híbridos, dragões ou aves afrontadas, em Tomar há motivos novos e mesmo praticamente inexistentes em toda a arquitectura românica portuguesa, como o que representa a iconografia de *Daniel na cova dos Leões*. Este tema, narrado no Antigo Testamento (Dn 6, 14), conta dois episódios da vida de Daniel. Lançado duas vezes, por ordem dos reis persas Dario e Ciro, numa cova de leões, salva-se da morte em ambos episódios. Os teólogos e pensadores cristãos interpretaram estas cenas ora como uma prefiguração de Cristo, da sua morte e da Ressurreição, ora como a imagem simbólica do justo perseguido e salvo por Deus. Esta iconografia é representada já nas catacumbas do século III, sendo frequente nos capitéis das igrejas românicas do Ocidente europeu (DUCHET-SUCHEAUX e PASTOUREAU 1996: 122-123).

À volta da capela castral cresceram as dependências conventuais, principalmente depois da nova Ordem de Cristo ter substituído a Ordem do Templo, em 1319. Os dois claustros anexos datam de meados do século XV (DIAS 2002: 85). Na época manuelina a Charola recebeu várias transformações. Um rico programa decorativo, que inclui pintura e escultura, a ligação da capela ao terreiro e a abertura de um arco que permite o acesso ao amplo coro, então construído, são os exemplos mais relevantes dessas alterações. A decoração da abóbada do corpo octogonal em pintura, que simula elementos arquitectónicos em ligação com a heráldica manuelina e com a representação de figuras humanas e animais, conferiu à Charola um programa de grande impacto visual. Na parte superior dos muros do tambor central foi pintado um programa cristocêntrico com os instrumentos da Paixão apresentados por anjos. (DIAS 2002: 87).

No panorama da arquitectura românica portuguesa o templo de Tomar é o único exemplo de planta centralizada que se conserva. A escolha do programa pode dever-se a duas motivações: o número reduzido de pessoas a que se destinava e, principalmente, porque a Ordem tinha como casa-mãe o templo de planta circular do Santo Sepulcro de Jerusalém (ALMEIDA 1986: 29).

A adopção e o modelo deste templo tem dividido os autores. A forma de rotunda arquitectónica, que teve diversas expressões na arquitectura, está muito relacionada ora com o plano dos baptistérios, ora com a organização dos espaço das construções funerárias como referiu Élie Lambert, autor que dedicou à rotunda de Tomar e à planta do Mosteiro da Batalha uma atenção crítica (LAMBERT 1940).



Fazendo um balanço da historiografia sobre a arquitectura templária na Península Ibérica, Joan Fuguet Sans realça o papel desempenhado por Élie Lambert que, nos meados do século XX, amplamente se dedicou a este tema. O criterioso inventário realizado por Lambert levou-o a concluir que a incidência da planta centralizada nas construções da encomenda da Ordem do Templo é muito reduzida. Com excepção de alguns exemplares, tanto no Oriente como no Ocidente, os templos encomendados pelos cavaleiros da Ordem do Templo adoptaram, maioritariamente, a planta rectangular, enquanto grande parte dos templos de planta centralizada, atribuídos aos Templários em França e em Espanha, foram capelas destinadas a uma função funerária (FUGUET SANS 2007: 10). O trabalho de Lambert teve também o mérito de libertar os estudos sobre a arquitectura templária da áurea mítica que, desde o Romantismo, envolvia a Ordem do Templo e as suas construções religiosas e militares.

Segundo P. L. Huerta Huerta as igrejas de planta centralizada não podem ser consideradas uma excepção no panorama da arquitectura românica europeia. Entre as mais de oitenta capelas inventariadas na Hungria, erigidas entre os séculos X e XII, as dezenas de templos, planimetricamente similares, em França e em Itália e os exemplos contabilizados em Espanha

–três em Navarra, (Torres del Rio, Eunate e a Capela do Espírito Santo de Roncevalles) uma em Castilla e Léon (a Vera Cruz de Segóvia), e cerca de onze na Catalunha– o autor sublinha que nem a planta centralizada foi exclusiva da Ordem do Templo, nem as igrejas construídas pelos templários adoptaram sempre esta estrutura (HUERTA HUERTA 2004: 49-50).

Contudo, não há dúvida que um conjunto importante de templos que adoptaram a planta centrada tem como denominador comum uma função funerária. Segundo Huerta e Huerta, esta tipologia evoca a Anastasis de Jerusalém de forma muito abstracta, não equivalendo a uma *cópia* do Santo Sepulcro. A sua utilização deve ser entendida como uma recordação alegórica "que no implicaba necessariamente un conocimiento visual de la rotonda de Jerusalén, ni por los criadores ní por los comitentes" (HUERTA HUERTA 2004: 50-51), embora este autor considere que em alguns casos terá havido um conhecimento directo do Templo de Jerusalém, sobretudo por parte das Ordens Militares.

A Charola de Tomar, conforme expressa Huerta Huerta corresponde ao exemplo que mais se aproxima da Igreja de Vera Cruz de Segóvia, templo de complexa morfologia, consagrado em 1208 (HUERTA HUERTA 2004: 64-65).

Datando já da época gótica é de referir o exemplo da Capelas dos Mestres, adossada à igreja do Senhor dos Mártires de Alcácer do Sal (Setúbal), conjunto construído pela Ordem Militar de Santiago. A Capela dos Mestres é um pequeno templo de planta centralizada destinado a panteão dos mestres da Ordem. Erguida em 1333 por iniciativa de D. Garcia Peres (SILVA 1997: 50), a capela tem uma planta octogonal coberta por abóbada de cruzaria de ogivas, testemunhando a tradição europeia da conotação funerária que a planta centralizada tem, desde a Antiguidade (ALMEIDA e BARROCA 2002: 68). Este exemplar é uma das três edificações góticas, que conjugam a função funerária, a planta centralizada e a utilização de um espaço octogonal.

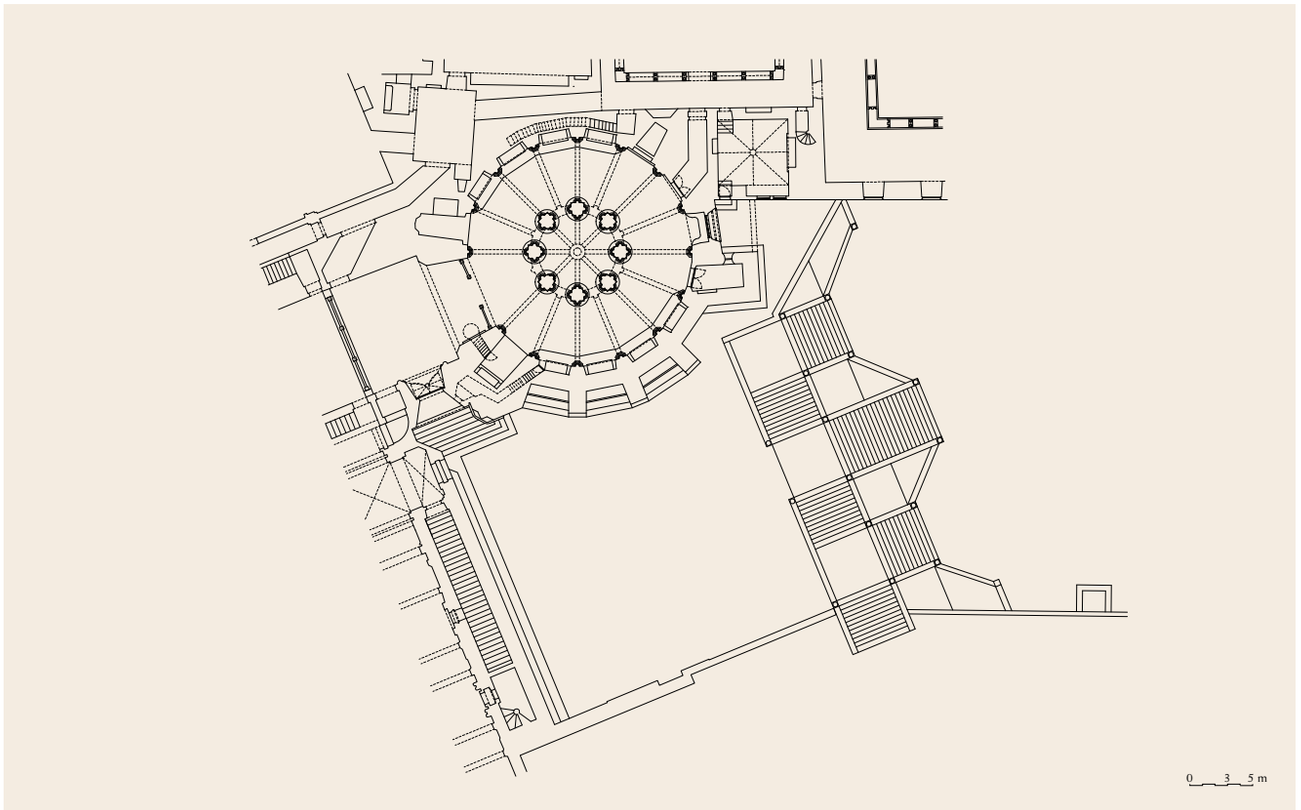
Adossada ao lado Sul da igreja do Mosteiro da Batalha (Leiria), a Capela do Fundador estava concluída em 1434. Destinada a panteão de D. João I, da rainha D. Filipa de Lencastre e dos seus filhos, a capela segue o modelo de planta centralizada. É composta por um quadrilátero no centro do qual se ergue um octógono assente em pilares e coberto por uma abóbada em estrela. De grande qualidade arquitectónica e construtiva, este espaço funerário da dinastia de Avis utiliza, tal como na Charola de Tomar, um octógono abobadado sob o qual foi colocado o duplo túmulo de D. João I e D. Filipa de Lencastre. Começado a erguer em 1436, o panteão de D. Duarte habitualmente designado de *Capelas Imperfeitas*, construído a Oriente da cabeceira da igreja, apresenta igualmente uma planta centralizada que inclui um amplo octógono central destinado a ser coberto por uma abobada que não chegou a ser construída.

É significativo que nestes exemplares de arquitectura funerária se utilize a planta octogonal, como acontece no corpo central da Charola de Tomar.

Embora considere, como Lambert, que a utilização da planta centralizada nos templos tem uma relação directa com os planos dos baptistérios e dos edifícios de função funerária, C. A. Ferreira de Almeida realçou que, a partir do século XII e até à Época Moderna, aquela organização do espaço tem uma clara conotação com o Santo Sepulcro. É por esta razão que os edifícios dedicados à Vera Cruz, ao Bom Jesus ou ao Calvário, começam a utilizar sistematicamente a planta centralizada (ALMEIDA 1986: 118).

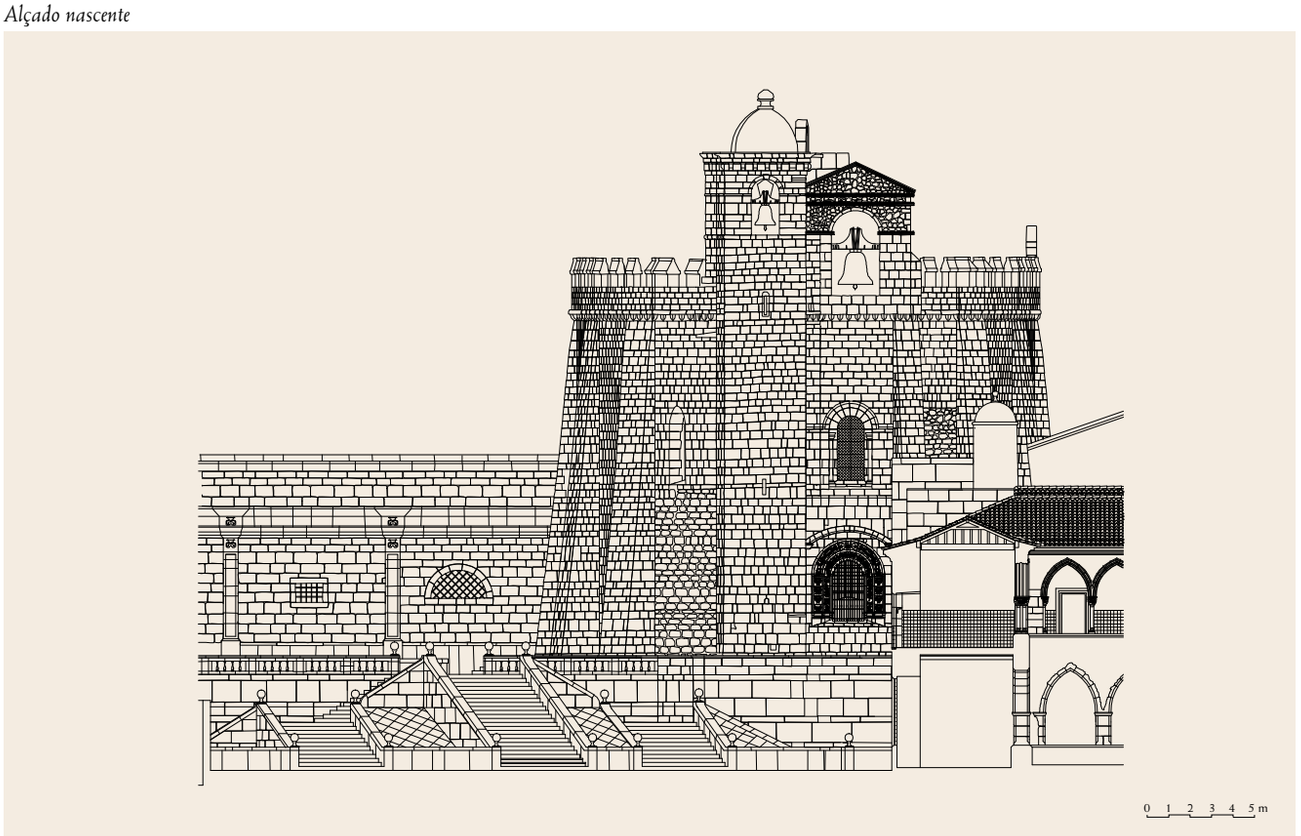
Segundo a interpretação deste autor, no caso de Tomar, a simbólica do seu traçado e dos oito pilares de sustentação da abóbada central, equivalentes aos do Templo de Jerusalém, que na numerologia do tempo significavam a Páscoa e a Ressurreição, colocam esta Charola dentro do grupo de edifícios românicos que mais pretenderam imitar o Santo Sepulcro (ALMEIDA 2001: 139).

Texto: Lúcia Rosas - Planos: Pedro Azevedo - Fotografias: Michael Schlapkohl, Pedro Luis Huerta e Jaime Nuño



Planta

Alçado nascente



BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *O românico. História da Arte em Portugal*, vol. 3, Lisboa, Publicações Alfa, 1986.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *O Românico. História da Arte em Portugal*, vol. 1, Lisboa, Editorial Presença, 2001.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de e BARROCA, Mário Jorge, *O Gótico. História da Arte em Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, 2002.

BARROCA, Mário Jorge, "A Ordem do Templo e a Arquitectura Militar Portuguesa do Século XII", *Portugália*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Instituto de Arqueologia, Nova Série, vols XVII-XVIII, 1996/1997, pp. 171-202.

BARROCA, Mário Jorge, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2000, 4 vols.

DIAS, Pedro (coord.), *Manuelino. À descoberta da Arte no tempo de D. Manuel I*, Lisboa, Civilização, 2002.

DUCHET-SUCHAUX, Gaston e PASTOUREAU, Michel, *La Bíblia y los Santos*, Madrid, Alianza Editorial, 1996.

FUGUET SANS, Joan, "La historiografía sobre arquitectura templária en la Península Ibérica", *Anuario de Estudios Medievales*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 37/1, enero-junio, 2007, pp. 367-386.

HUERTA HUERTA, Pedro Luis, "Exotismo y singularidad: las iglesias de planta centralizada", *Significado y función del edifício románico*, Aguilar de Campoo, Fundación Santa Maria la Real, 2004, pp. 38-67.

LAMBERT, Élie, "Remarques sur le plan dês églises abbatielles de Tomar et e Batalha", *Congresso do Mundo Português*, Lisboa, s/n, 1940, pp. 588-602.

SILVA, José Custodio Vieira da, "Da galilé à capela-mor: o percurso do espaço funerário na arquitectura gótica portuguesa", *O Fascínio do fim. Viagens pelo final da Idade Média*, Lisboa, Livros Horizonte, 1997, pp. 45-59.

Torre de Moncorvo
Bragança

Igreja de São Tiago de Adeganha

Igreja de São Tiago de Adeganha

A IGREJA PAROQUIAL de São Tiago de Adeganha, freguesia do concelho de Torre de Moncorvo (Bragança), está implantada num dos limites do aglomerado, no qual se conserva um interessante conjunto de arquitectura vernacular. A documentação histórica até agora conhecida, sobre esta freguesia e a respectiva igreja, é muito escassa. Embora a tradição refira que Adeganha recebeu foral de 1259 (ALVES 2000: 183-184), a verdade é que o referido documento corresponde uma carta de emprazamento ou foro, contrato estabelecido entre D. Afonso III e Domingos Eanes e Teresa Peres, incidindo sobre um casal reguengo situado em *Adegania*.

Contudo, a área da paróquia conserva uma série de testemunhos arqueológicos datados entre a época da Reconquista e a época românica, como o designado Castelo de Adeganha localizado na Senhora do Castelo. Num esporão sobranceiro ao Vale da Vilariça, implantou-se o referido castelo medieval que teve um povoado a ele associado e uma igreja dedicada a São João. Na vertente Sul do morro da Senhora do Castelo são visíveis alicerces da construção de duas linhas de muralha, em cujo recinto foram encontradas cerâmicas da Época Medieval (BARROCA e ROSAS 2000).

No planalto de Adeganha conservam-se ainda os alicerces da Atalaia do Baldoeiro (Quinta do Baldoeiro). A Atalaia, que remonta à época da Reconquista, é definida por uma planta rectangular. Os alicerces foram identificados junto às ruínas da igreja de São Mamede e à respectiva necrópole de sepulturas escavadas na rocha. A igreja de São Mamede, cujos alicerces foram revelados pelas escavações, efectuadas nos anos 80 do século XX, tinha nave única e cabeceira rectangular. Segundo a referida sondagem esta igreja nunca foi concluída. O aparelho românico, constituído por silhares de granito, alguns deles com siglas, só foi utilizado na abside e no início da nave (RODRIGUES 1994: 37). No entanto, os elementos remanescentes permitem encontrar paralelos com a igreja românica de São Salvador de Ansiães (Carrazeda de Ansiães) datável da segunda metade do século XII. O povoado do Baldoeiro parece corresponder a uma fortificação de origem senhorial, edificada entre os séculos XI e XII, que terá sido abandonada no século XIII uma vez que a igreja de São Mamede não se encontra referida no *Rol das Igrejas de 1320* (RODRIGUES 1994: 41).

Estes testemunhos arqueológicos configuram uma significativa ocupação medieval ocorrida no decurso do processo da Reconquista e dos tempos sequentes. O seu abandono não será alheio ao desenvolvimento do povoado de Adeganha e à própria construção da respectiva igreja.

Segundo os estudos sobre a distribuição da população em Portugal nos séculos XIV e XV –alicerçados no rol das igrejas de 1320-21, resultante da bula *Apostolice Sedis* dada pelo papa João XXII ao rei D. Dinis e no rol dos besteiros do conto [1422]– a faixa oriental do distrito de Bragança era uma das regiões aparentemente menos povoadas (MARQUES, A. H. de Oliveira: 1987, 15-19).

Na então designada Terra da Vilariça a reduzida quantidade de igrejas arroladas em 1320-21 é expressiva de um habitat aglomerado. A referência a *São Tiago de Idanha* informa que a igreja estava taxada em 250 libras, valor que se aproxima da média das outras igrejas da mesma Terra. (ALMEIDA, F. 1971: 110-111).

A paróquia de Adeganha, como aliás todo o vasto território transmontano, esteve integrada da arquidiocese de Braga até à criação da diocese de Miranda do Douro (1545).

A igreja de São Tiago de Adeganha é um curioso exemplo de arquitectura medieval que coloca problemas de datação. Embora a sua aparência seja românica, a ausência de tímpanos e de colunas nos portais, bem como o tipo de cachorros e a forma de os esculpir, denunciam uma cronologia próxima da segunda metade do século XIII ou do início do século XIV. A arquitectura românica teve, em Portugal, uma tão profunda aceitação que os seus modelos se mantiveram durante grande parte da Idade Média.

A igreja é composta por uma nave única de planta longitudinal e por cabeceira rectangular, ambas cobertas com tectos de madeira. Adossada à parede Norte da capela-mor foi construída a sacristia, já na Época Moderna.

A fachada principal é rematada por uma sineira de dois vãos com decoração perlada nas aduelas e nas impostas. O portal axial, em arco quebrado que assenta em mísulas, tem aduelas com enxaquetado e pérolas. Sobre a pedra de fecho está gravada uma cuz. Quase à mesma altura conservam-se duas mísulas que terão pertencido à estrutura de um alpendre.

Nesta fachada, acima do portal, há dois baixo-relevos contíguos com a seguinte figuração: num deles representam-se três mulheres em pé unidas pelos braços, com as cabeças cobertas e calçado bicudo. A figura ao centro está a dar à luz e é protegida pelas outras duas. O outro

relevo figura um personagem, cuja posição das pernas parece indicar movimento. Numa das mãos segura um cântaro e na outra um objecto de difícil identificação.

Na fachada Norte abre-se um portal de arco de volta perfeita, decorado com um motivo de quadrifólios que se prolonga nas paredes laterais. As impostas receberam um motivo entrelaçado. Não apresenta tímpano nem colunas. Ladeando o portal permanecem três arcossólios de perfil quebrado, dois a Oriente e um a Ocidente. Em dois caso mantêm-se as tampas tumulares. Dois dos arcossólios têm as aduelas sem qualquer decoração e o outro é rematado por uma moldura e por um motivo geométrico.

Este último arcossólio é ladeado por duas mísulas, uma com escultura antropomórfica e a outra com um motivo animalista, e ainda por uma figura encaixada nos silhares, que aparenta ser um frade. Cremos que a existência de mísulas indica ter havido uma cobertura que ambientava esta estrutura e que a figura esculpida fazia parte do *programa* funerário.

Os arcossólios abertos nas superfícies murárias, ora no exterior ora no interior, que muitas igrejas românicas conservam, correspondem a uma das primeiras formas de tumulação integradas no espaço do templo.

Entre vários exemlpos, referimos o arcossólio da igreja de São Vicente de Sousa (Felgueiras-Porto) pelo facto de conservar uma epígrafe datada de 1162. O facto de esta inscrição rematar com uma cruz parece indicar o seu conteúdo funerário. Se a inscrição corresponde a

esta hipótese é de assinalar que se trata do exemplar mais antigo, registado até agora, no que diz respeito à construção de um arcossólio de função funerária (BARROCA 2000: 287).

No muro da fachada Norte, em aparelho pseudo-isódomo, conservam-se mísulas que terão sustentado um alpendre. A cornija assenta em cachorros, ora de secção rectangular, ora de perfil quadrangular com escultura antropomórfica, animalista e vegetalista.

Na fachada Sul, o portal apresenta um alçado semelhante ao do lado Norte. A Ocidente abre-se, na espessura do muro, um arcossólio de volta perfeita ladeado por duas mísulas com escultura animalista. Esta fachada também conserva as mísulas do que terá sido a estrutura de um alpendre. É rematada por cornija assente em cachorros. Há exemplares de secção rectangular e outros de perfil quadrangular, com escultura antropomórfica, zoomórfica e vegetalista. Sob o nível da cachorrada permanece um baixo-relevo que exibe a seguinte composição: uma figura humana ampara, com uma perna levantada, outra figura enfaixada e disposta transversalmente. A primeira personagem segura um objecto na mão, que parece ser um cântaro. Voltaremos a esta questão.

A cabeceira, cuja parte posterior assenta em afloramento granítico, apresenta vãos de iluminação rectangulares, posteriores à obra medieval, e cachorros lisos que alternam com outros, antropomórficos e animalistas. O aparelho é pseudo-isódomo nas fiadas mais baixas e irregular nas fiadas superiores, o que constitui outro elemento que indica a reconstrução da cabeceira em obras da Época Moderna.

No interior, a nave é dividida da cabeceira por arco triunfal com impostas de gramática toscana, moldura claramente posterior à fabrica medieval da igreja. De facto no actual espaço interno, onde se conservam pinturas murais do início do século XVI e altares da época barroca, quase nada resta do arranjo da igreja medieval o que aliás é muito frequente nos templos românicos portuguesas. A igrejas são edifícios intimamente ligados ao pulsar das comunidades durante muitas centenas de anos e, por isso, o seu interior foi alvo de mutações decorrentes de novos rituais litúrgicos e devocionais (ALMEIDA 1986: 47).

Contudo, a documentação informa-nos que os altares, as pias baptismais, os túmulos, entre outros elementos, apresentavam uma variedade de soluções na matéria-prima escolhida e nos revestimentos decorativos, conferindo ao interior das igrejas um aspecto assaz diferente daquele que hoje apresentam.

As constantes obras de manutenção, substituição e alteração das várias parcelas das igrejas, cuja motivação é muito variada, ora cingindo-se à necessária conservação das construções, ora sendo impulsionada por razões devocionais e litúrgicas, são elementos que faziam da igreja um objecto em constante mutação.

É frequente o registo de edifícios parcialmente inacabados, de obras que se prolongam durante vários anos, como é recorrente a menção a igrejas e capelas em muito mau estado de conservação, onde chovia pelos muitos problemas de manutenção dos telhados e onde os pavimentos, em rocha viva ou em terra, se degradavam facilmente. Os altares de fora, as capelas funerárias ou os arcossólios que abrigam um túmulo, as capelas individuais e familiares que vão sendo fundadas no interior das igrejas e dotadas de altares, pinturas e alfaias litúrgicas, o espaço que se arranja e soleniza para melhor enfatizar o lugar da pia baptismal, faziam da nave da igreja um espaço que abrigava uma série de micro-lugares destinados a várias devoções.

Apesar da diferente localização dos silhares esculpidos, que referimos aquando da descrição das fachadas principal e Sul, a sua iconografia enigmática parece indicar uma relação entre ambos. Em Rubiães (Paredes de Coura) e em São Cláudio de Nogueira (Viana do Castelo) há cachorros cujo tema aparenta ser o de uma mulher a dar à luz, mas não conhecemos nenhum caso em que a mulher esteja em pé e acompanhada por outras duas. Na iconografia da *Natividade* é conhecida a presença das parteiras que, não só auxiliam o *Nascimento* como estão presentes para testificarem o parto virginal de Maria. Outra das suas funções é dar o primeiro banho ao *Menino*, motivo da frequente presença de cântaros de água na representação da *Natividade*.

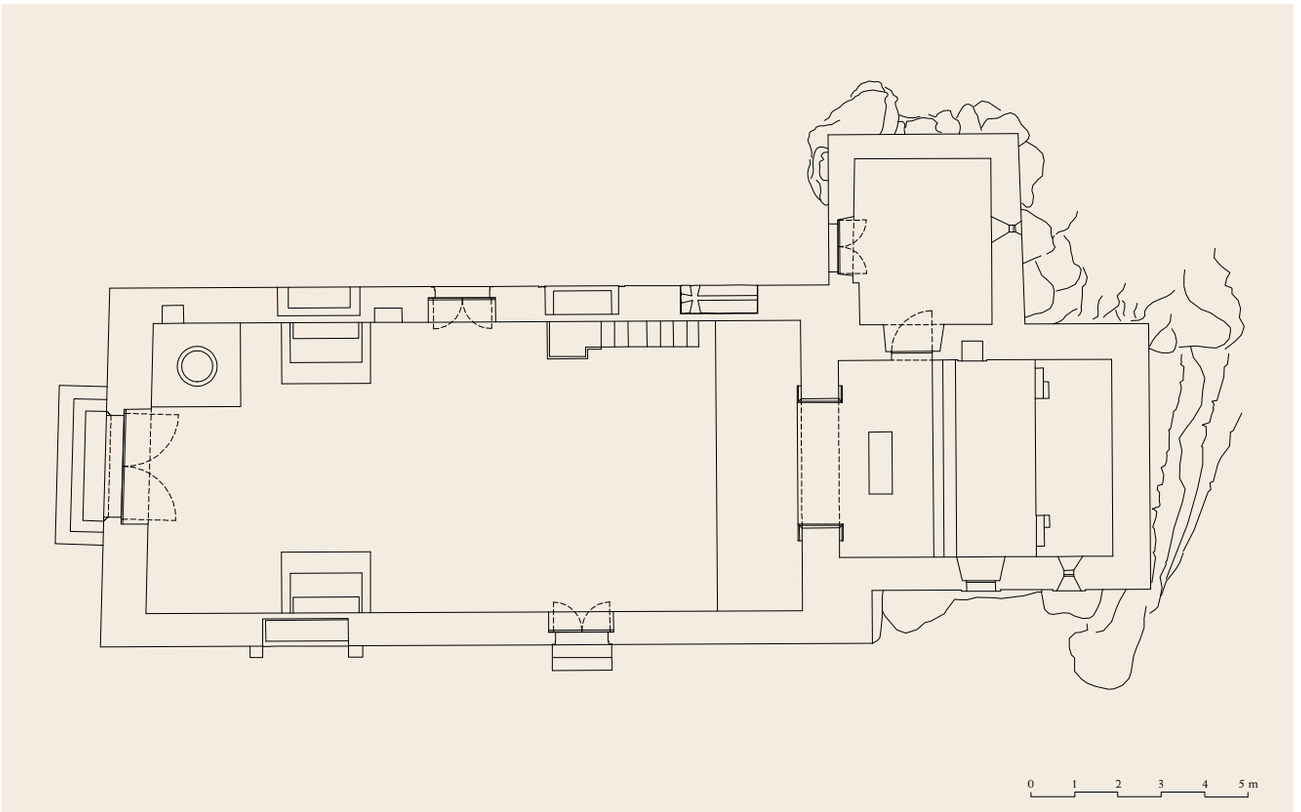
Segundo as visões de Santa Brígida e as *Revelações* de São Boaventura, Nossa Senhora deu à luz ajoelhada, no caso da primeira versão e em pé, encostada a uma coluna, no caso da segunda. Ambas as versões, com predominância para a segunda, tiveram influências decisivas na representação do *Presépio* (ALMEIDA 1983: 3-18).

Parece-nos assim que poderemos ver na igreja de Adeganha a representação de uma *Natividade*, embora não saibamos explicar porque motivo os baixo-relevos estão em locais tão afastados. Eles correspondem a uma representação que merece uma mais aprofundada reflexão, bem como a comparação com outros casos, porventura existentes. Apesar das dúvidas que a sua interpretação suscita, não sendo esta mais do que uma hipótese a rever, a figuração das três mulheres e do parto parece-nos evidente, e é mais um dos temas a atender no complexo estudo da iconografia medieval portuguesa.

Exceptuando a cabeceira que deverá datar do século XVI, com arranjos posteriores nas aberturas, esta igreja de *aspecto românico*, tanto pela espacialidade e altura da nave como pelos portais sem colunas mas de decoração cuidada, cachorros muito variados sendo embora alguns de secção quadrangular, indica uma construção tardo-românica com alguns aspectos já ao gosto gótico, como os alçados dos portais.

Propomos uma datação hipotética da segunda metade do século XIII ou mesmo dos inícios do século XIV.

Na década de 1990 foram encontrados, no forro da igreja matriz de Torre de Moncorvo, embutidos nas estruturas de suporte dos telhados, sobre a abóbada, uma série de aduelas e parcelas de um friso. O friso apresenta uma decoração de quadrifólios em tudo semelhantes aos dos portais laterais da igreja de São Tiago de Adeganha. Torre de Moncorvo recebeu carta de foral em 1258. Em 1295 edificava-se a muralha da vila, havendo referências a uma igreja dedicada a Santa Maria nos meados do século XIV (CAVALHEIRO e REBANDA 1998: 14-15).



Planta

A actual matriz, que começou a ser construída nas primeiras décadas do século XVI, reutilizou materiais da igreja medieval de Santa Maria. Considerando estes elementos, parece-nos que a primitiva igreja de Santa Maria de Torre de Moncorvo deveria datar dos finais do século XIII e do princípio do século XIV, o que se coaduna com a cronologia que atribuímos à paroquial de São Tiago de Adeganha.

Texto: Lúcia Rosa - Plano: Hugo Almeida - Fotografias: Michael Schlapkohl

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *O Presépio na Arte Medieval*, Porto, Faculdade de Letras do Porto, 1983.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *O românico. História da Arte em Portugal*, vol. 3, Lisboa, Publicações Alfa, 1986.

ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal* (Nova Edição preparada e dirigida por Damião Peres), vol. 4, Porto/Lisboa, Livraria Civilização Editora, 1971.

ALVES, Francisco Manuel (Abade de Baçal), *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, vol. IV, Bragança, Câmara Municipal de Bragança, 2000 (ed. Revista por Barros, Amândio Morais).

BARROCA, Mário Jorge, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2000, 4 vols.

BARROCA, Mário Jorge e ROSAS, Lúcia Maria Cardoso, s/v, "Adeganha", in *Do Douro Internacional ao Côa. As raízes de uma fronteira. Levantamento do Património medieval dos concelhos de: Almeida, Figueira de Castelo Rodrigo, Freixo de Espada à Cinta, Meda, Miranda do Douro, Mogadouro, Pinhel, Sabugal, Torre de Moncorvo e Vila Nova de Foz Côa*, Porto, Instituto de Documentação Histórica da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2000 (edição em CD-ROM).

CAVALHEIRO, Eugénio e REBANDA, Nelson, *A Igreja Matriz de Torre de Moncorvo*, Mirandela, João Azevedo, Editor, 1998.

MARQUES, A. H. de Oliveira, "Portugal na crise dos séculos XIV e XV", in *Nova História de Portugal* (direcção de Joel SERRÃO e A. H. de Oliveira MARQUES), vol. 4, Lisboa, Editorial Presença, 1987.

RODRIGUES, Miguel, *Cerâmicas medievais da região de Moncorvo (sécs. XII-XIII)*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1994.

Valença
Viana do Castelo
Mosteiro de Sanfins de Friestas

Mosteiro de Sanfins de Friestas

Em Sanfins de Friestas, a igreja do antigo Mosteiro beneditino é um excelente indicador de quanto uma igreja românica deve ser entendida não só pela arquitectura que patenteia, mas também pelo local escolhido para a sua implantação. Situado a 200 m de altitude, entre a montanha pelada, a antiga mata de carvalhos e os socalcos agricultados que descem até ao rio Minho, Sanfins de Friestas testemunha, ainda hoje, os interesses económicos desta comunidade monástica na pastorícia e na agricultura.

Entre caminhos antigos, uma parte do muro da cerca ainda conservada e os vestígios de um sistema de irrigação, aproximamo-nos da igreja e entendemos a sua posição estratégica face à margem galega.

No Natal de 1134 o ainda infante D. Afonso Henriques concede carta de couto ao Mosteiro, explicitando que o abade tinha o direito de receber, em cada ano, os primeiros veado, javali, corça ou salmão apanhados na área do couto, sendo obrigado a comandar a defesa do *vao de carexi*, no caso de haver guerra entre Leão e o condado portucalense (DMP-DR: doc. 142).

Fundado provavelmente no final do século XI, já que a primeira referência documental remonta ao tempo da condessa D. Teresa (1112-1128), o Mosteiro era, no primeiro quartel do século XIV, a instituição monástica mais rica entre os mosteiros do Bispado de Tui situados em território português. No *Catálogo das Igrejas, comendas e Mosteiros do Reino* (1320) é taxado em 1100 libras, valor bastante elevado se o compararmos com as outras casas monásticas do mesmo território que não ultrapassavam em média, as 200 libras. D. Pedro I (1357-1367) confirmou os privilégios do Mosteiro em 1363, enquanto D. João I (1385-1433) não só os confirmou, como ampliou, provavelmente em reconhecimento do auxílio prestado nas guerras com Castela (Sousa 2005: 71).

Sendo o interflúvio entre os rios Minho e Lima pertença do reino de Portugal, que então se afirmava, era no entanto à Galiza e, mais precisamente à Sé de Tui, que mosteiros e igrejas deste território estavam ligados por obrigações diocesanas. A reorganização das dioceses efectuada na época do domínio suevo e exigida pela dilatação da metrópole de Braga deveu-se à acção São Martinho, bispo de Dume (556-579). O território situado entre os rios Minho e Lima ficou então incluído no Bispado de Tui. Este enquadramento eclesiástico manteve-se até 1381 quando uma autorização papal permitiu que o território passasse a ter uma administração independente, centrada na Colegiada de Valença. Somente no século XVI, em 1513, é que a região de Entre-Lima-e-Minho seria anexada ao Bispado de Braga, por bula do papa Leão X (Costa 1983: 72-137).

A afirmação de Portugal como reino, ao estabelecer a fronteira no rio Minho, não impediu que a circulação de pessoas e bens se mantivesse entre as duas margens. A bacia do rio é uma unidade ecológica indivisível, e também o foi religiosa, económica e socialmente até ao século XIV. A diocese de Tui administrava as suas terras por meio de arcediagos. Os bispos e o cabido possuíam igrejas, mosteiros e propriedades no território situado entre o Minho e o Lima, que lhes pertenciam por doação condal e régia. A condessa D. Teresa doou à Sé de Tui várias igrejas em 1125. Em 1186, o rei D. Sancho I favoreceu o bispo e os cónegos de Tui com doações de igrejas, capelas e outros bens (Costa 1983: 72-73).

Este tipo de relação entre as duas margens do Minho não se exerceu somente a nível diocesano mas também entre os mosteiros. O mosteiro galego de Santa Maria de Oia (Ponte-

vedra) era dono de um rico património em território português. Clérigos e leigos de Valença, Cerveira, Caminha e seus termos fizeram doações testamentárias a Santa Maria de Oia com o propósito de aí se tumularem (MARQUES 1985: 9).

Contrariando, aparentemente, a permeabilidade da fronteira, a margem esquerda do Minho vai ser, durante a 1.ª dinastia, provida de construções fortificadas. As vilas mais importantes –Cerveira, Caminha, Valença, Monção Melgaço e Castro Laboreiro– serão favorecidas no âmbito de uma política dominada pelos interesses militares que levou os primeiros reis a procurarem que os lugares fronteiriços, que tinham o encargo da primeira defesa, se não despovoassem. Sobrepondo a cartografia das povoações fortificadas à cartografia de mosteiros e igrejas paroquiais é muito evidente a existência de uma linha praticamente contínua de construções em pedra ao longo da margem esquerda do Minho. A história de cada uma destas construções é reveladora das estreitas relações entre as comunidades monásticas e os edifícios militares e entre as primeiras e as actividades defensivas.

A semelhança entre a escultura das igrejas românicas das duas margens do rio é, desde há muito, notada pelos historiadores que têm dedicado o seu trabalho a esta região. Em 1908 Manuel Monteiro agrupou os templos portugueses em dois núcleos, ligando-os ora à Sé de Tui, ora ao românico da província de Orense (MONTEIRO 1980: 148). Depois desta primeira sistematização, outros autores confirmaram e especificaram as mesmas afinidades, que uma fronteira permeável e uma diocese comum ajudaram a esclarecer.

A cronologia das várias etapas da construção da catedral de Tui constitui, ainda hoje, uma questão em aberto na produção historiográfica espanhola. A data do início da construção oscila entre 1140 e 1170 conforme os autores que se têm dedicado a este tema (CENDÓN FERNÁNDEZ 2005). As semelhanças estilística, temática e técnica entre a escultura dos capitéis de Sanfins de Friestas, São Salvador de Ganfei (Valença) e São João de Longos Vales (Monção) e a escultura do transepto e da tribuna Norte da Sé de Tui é tão evidente, que a datação atribuída às igrejas portuguesas tem tido, como padrão de referência, o início do estaleiro da catedral de Tui. Seja qual for a data daquelas parcelas da catedral tudense, a verdade é que os modelos aí presentes tiveram uma ampla circulação que ultrapassa a região da Ribeira Minho, como demonstram os capitéis da cabeceira da igreja de São Cristóvão de Rio Mau (Vila do Conde), cuja data da fundação é atestada por uma epígrafe que regista o ano de 1151.

Estes modelos são glosados numa vasta série de igrejas da província de Pontevedra, como Vilaboa, Tebra, Tomiño, Parada e Angoares, entre outros exemplos, testemunhando uma activa e continuada circulação de artistas e modelos, entre as duas margens do rio.

Sobre uma plataforma, destinada a compensar o acentuado desnível do terreno, ergue-se a igreja de Sanfins de Friestas de apreciável qualidade construtiva, decoração rica e exuberante, características que fazem desta construção um dos melhores exemplares do românico português. Orientada canonicamente, isto é, tendo a cabeceira voltada a Oriente e a fachada principal a Ocidente, a igreja é composta por uma nave muito alta e estreita com dois níveis de frestas. A largura da nave é pouco maior que a largura da ábside, sendo esta de remate semi-circular e abobadada, numa solução construtiva típica do românico da região de Tui na segunda metade do século XII.

No exterior, as cornijas da nave e da cabeceira são ritmadas por cachorros e capitéis com escultura de poderosa volumetria e acentuada variedade de temas.

Na escultura dos cachorros é de notar a tendência para a figuração animalista. Em cinquenta e três cachorros trinta e oito são figurativos, quatro vegetalistas, oito geométricos e três estão fragmentados. Entre os trinta e oito cachorros figurativos, em vinte e cinco foram esculpidos animais e em treze está representada a figura humana. Entre a figuração animalista destacam-se as cabeças de caprinos, de bovinos e de águias com as asas cruzadas no dorso. Quanto à figuração humana, cuja escultura está muito bem adaptada à forma longitudinal do cachorro, à boa maneira românica, são frequentes as figuras sentadas que apoiam as mãos nos

joelhos. No muro sul da nave um dos cachorros figura um personagem sentado que toca um instrumento de arco.

Uma boa parte dos capitéis do exterior da cabeceira é de acentuada dimensão e apresenta escultura de massas volumosas e relevo muito saliente. Correspondem aos modelos mais antigos, devendo esta parcela datar do terceiro quartel do século XII. A obra da igreja terá prosseguido até ao final daquela centúria, vindo a ser concluída em data próxima de 1221.

Os capitéis que mostram figuração humana, agrupando por vezes uma série de personagens que, por terem a cabeça coberta com toucados parecem representar figuras femininas, são de difícil leitura iconográfica como aliás a maioria da escultura de todos os capitéis e mesmo dos cachorros.

O portal sul apresenta um tímpano sobre duas cabeças de leão, que ameaçadoramente mostram os dentes afiados. Elas indicam-nos que a escultura dos portais tem uma função simbólica: a de proteger a entrada dos templos porque o sagrado é ambivalente, protege mas também castiga quem o não respeita.

O portal principal, estreito e de decoração muito menos exuberante, mostra um tímpano decorado com uma banda de temas geométricos e uma serpente, apenas gravados. Esta decoração grafítica tem semelhanças com Rubiães (Paredes de Coura) e Santiago de Breixa (Pontevedra).

O arranjo simplificado do portal Ocidental de Friestas poderá dever-se à existência da galilé (ou nártex), encostada à fachada Ocidental da igreja, que foi demolida em obras de restauro concluídas em 1938. Este tipo de construção que ora se situava frente à fachada principal, ora se encostava lateralmente à igreja, tinha uma função funerária. Além de local de sepultura destinava-se à celebração dos rituais fúnebres.

Gravada em dois silhares avulsos, remanescentes das obras de restauro que o Mosteiro de Friestas recebeu do século XX, uma epígrafe apresenta a seguinte inscrição:

I(n) : ERA M CC : 2 : IX

Datada de 1221 esta epígrafe poderá ter pertencido à referida galilé, acusando uma diferença assinalável entre o início e a conclusão do templo, fenómeno muito frequente na construção românica portuguesa. A análise das fotografias anteriores ao restauro permite concluir que o tipo de cachorros da galilé é posterior ao da nave e da cabeceira e que se coaduna com o primeiro quartel do século XIII.

No interior da igreja destaca-se a cuidada arquitectura da cabeceira abobadada e de planta semi-circular. A nave é coberta por tecto de madeira. Esta é uma solução muito comum no românico de Entre-Douro-e-Minho embora o exemplo de Friestas seja de relevar pela sua qualidade.

O espaço interior da nave está muito unido ao do coro e parece ter sido pensado apenas para a comunidade monástica (ALMEIDA 2001: 87). Actualmente o interior apresenta-se totalmente despido, resultado das várias transformações ocorridas ao longo do tempo e das obras de restauro do século XX já referidas. Contudo é, liturgica e devocionalmente, inconcebível a ausência de objectos e de policromia no interior das igrejas da época românica.

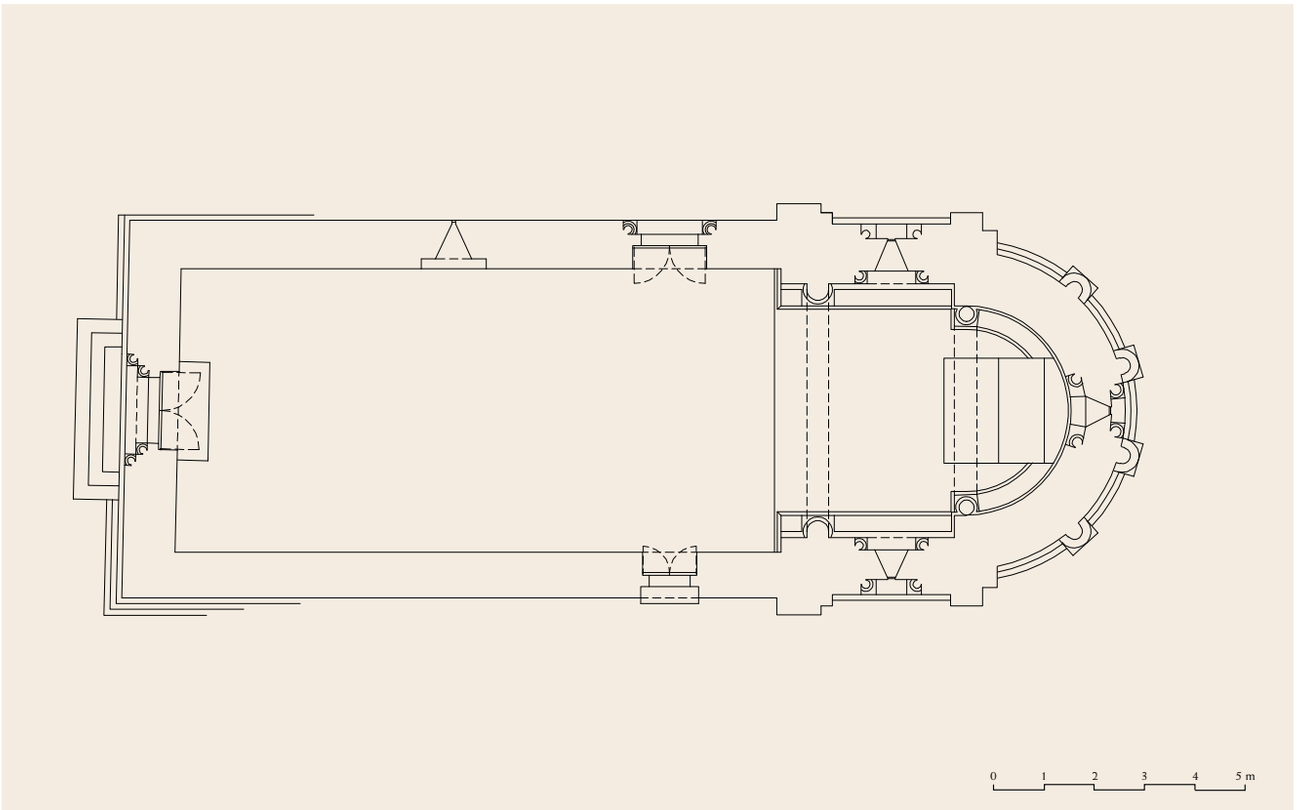
Apesar de se conservarem, em Portugal, muito poucos testemunhos de estatuária, alfaias litúrgicas ou retábulos que ocupavam o interior das igrejas, sabemos que na época românica o

altar estava sempre no primeiro tramo da capela-mor, deixando livre a passagem em seu redor. Ao longo do século XI, o uso de cálices e de cruzes foi sendo, lentamente, acompanhado da utilização de imagens sobre o altar. É realmente na época românica que se inicia o hábito de prestar culto diante de imagens devotas esculpidas. Qualquer templo por muito modesto que fosse, precisava de ter livros litúrgicos, algumas alfaias e vasos sagrados para nele se realizarem os actos de culto.

Os aposentos conventuais arruinados, a Norte, pertencem já à Época Moderna quando os Jesuítas tomaram conta do mosteiro, embora tenham sido então reaproveitados materiais da construção românica como se pode verificar pela inclusão nos muros de pedras sigladas.

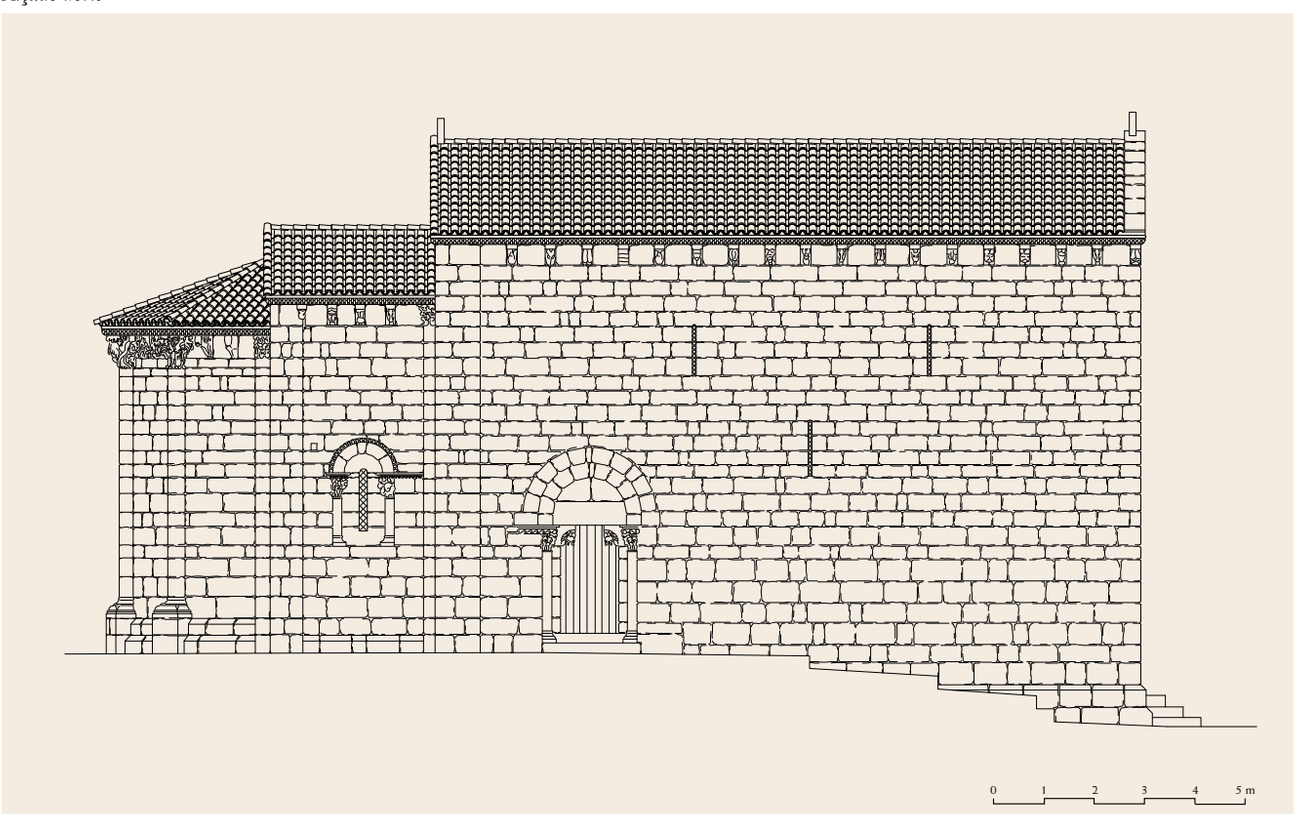
Preocuparam-se os padres Jesuítas em prover de relíquias a sua nova casa. Um cinto de S. Rosendo cingido pelas parturientes e a cabeça de S. Félix mandada transladar pelo rei D. João III do Convento de Chelas (Lisboa), constituíam motivos de devoção que atraíam os fiéis, compensados por indulgências quando visitassem a igreja com devoção.

Texto: Lúcia Rosas - Planos: Sérgio Azevedo - Fotografias: Michael Schlapkohl



Planta

Alçado norte



FONTES

Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios, vol. 1, t. II, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1958.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *O Românico. História da Arte em Portugal*, vol. 1, Lisboa, Editorial Presença, 2001.

CENDÓN FERNÁNDEZ, Marta, *La Catedral de Tui entre Galicia y Portugal*, Coimbra, Almedina, 2005.

COSTA, Avelino Jesus da, "A comarca ecleseástica de Valença do Minho (antecedentes da diocese de Viana do Castelo)", *Actas do 1.º Colóquio Galaico-Minhoto*, Ponte de Lima, 1983.

MARQUES, José, *Cartas inéditas de D. João I no Arquivo Histórico Nacional de Madrid. Novos elementos para o estudo das relações galaico-portuguesas nos séculos XIV e XV*, Braga, s/n, 1985.

MONTEIRO, Manuel, "S. Pedro de Rates (com uma introdução ácerca da architectura românica em Portugal", in *Dispersos I*, Braga, ASPA, 1980 (edição original de 1908).

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (dir.), *Ordens Religiosas em Portugal. Das origens a Trento - Guia Histórico*, Lisboa, Livros Horizonte, 2005.

Viseu

Mosteiro e Igreja de São João de Tarouca

Mosteiro e Igreja de São João de Tarouca

O Mosteiro de São João de Tarouca foi um dos mais precoces mosteiros cistercienses em Portugal, mas também um dos mais importantes, quer durante a época da sua fundação, quer actualmente devido à grande conservação dos seus testemunhos românicos remanescentes e que ainda nos reportam para aquilo que era exigido para a fundação de um mosteiro desta natureza.

A Ordem de Cister, como se sabe, foi fundada na Borgonha por Roberto de Molesme em 1098, como resposta à vontade sentida por alguns monges beneditinos de seguirem com maior rigor a sua Regra (Sousa 2005: 91). Foi nas proximidades de Dijon, no lugar de Cister, que o "novo mosteiro" foi edificado, a primeira casa da Ordem. Em Abril de 1112 deu entrada neste mosteiro o jovem Bernardo de Fontaines (1090-1153) que, logo após três anos, foi chamado a fundar uma nova abadia, Claraval. Estava, pois, dado um novo impulso à recente Ordem Monástica, iniciando-se assim um período de expansão, atraindo novas vocações e restaurando o dinamismo da abadia borgonhesa (Barbosa 2000: 346). Juntamente com La Ferté, fundada em 1113, com Pontigny e Morimon, fundadas em 1114 e 1115, respectivamente, Claraval passou a encabeçar o grupo das abadias-mães onde se viriam a filiar todo um conjunto de novos cenóbios (Sousa 2005: 91). Claraval protagonizará, assim, o maior movimento de expansão dos Monges Brancos, irradiando pouco depois para o território português, quer através da filiação de mosteiros já existentes, quer através da sua criação *ex nihilo* (Barbosa 200: 346).

Neste contexto, cedo entraram os usos e as casas de Cister em Portugal. As comunidades eremíticas e alguns mosteiros de obediência beneditina foram os primeiros a sofrer a influência da nova ordem monástica (Barbosa 2000: 347). Em Portugal, o século XII foi marcado por um ímpeto inicial de fundações masculinas e o século XIII de abadias femininas (Sousa 2005: 92). Alguns monges cistercienses terão sido chamados, talvez a pedido de D. Afonso Henriques (1143-1185), a fim de introduzirem em Portugal a nova corrente espiritual e também, possivelmente, com intuitos de carácter político ligados ao reconhecimento da monarquia portuguesa por parte de outros reinos, fixando-se inicialmente no vale do Douro (Sousa 2005: 92). Assim, neste século XII registou-se uma verdadeira aceitação da Regra cisterciense, mas também uma efectiva protecção régia e de muitas famílias pertencentes à nobreza.

Corria o ano de 1138 quando o mosteiro de São Cristóvão de Lafões (Viseu) aceitou a regra cisterciense. Terá começado então a cronologia cisterciense em Portugal. No entanto, sendo possível que esta primeira tentativa do estabelecimento dos Monges Brancos não tenha passado de uma experiência sem frutos, terá ocorrido depressa uma sua transferência para Tarouca, acompanhada da inclusão da Ordem em Cister, cerca de 1141-1142 (Sousa 2005: 92). Seguiram-se depressa outras fundações, das quais podemos destacar Santa Maria de Alcobaça em 1153 e Salzedas em 1156 (Barbosa 2000: 347-348). Todos estes mosteiros cistercienses eram filiados em Claraval.

Só Tarouca e Alcobaça fundaram ou filiaram outros mosteiros, a maior parte deles ainda na segunda metade do século XII, o que manifesta bem a aceitação e o rápido desenvolvimento que a Ordem conheceu em Portugal (Sousa 2005: 92). No entanto, mosteiros como o de Ermelo (Arcos de Valdevez), Tamarães (Ourém) e Estrela (Covilhã) não conseguiram manter-se, tendo desaparecido ainda durante a Idade Média (Barbosa 2000: 348). A este aspecto não deve

ser indiferente o aparecimento das novas Ordens Mendicantes e que poderão estar na origem da diminuição do número de monges e de conversos em todos os mosteiros (SOUSA 2005: 92).

Foi, pois, neste contexto que vemos surgir o Mosteiro de São João de Tarouca. Conta-se que a primeira pedra da igreja foi lançada por D. Afonso Henriques enquanto defendia esta região contra os mouros (CORREIA 1924: 41). Segundo a lenda, em 1131, aparecera São João Baptista a São Bernardo, pedindo-lhe para fundar em Portugal um convento sob a sua invocação e comunicando-lhe também que os frades de Claraval encontrariam para lá dos Pirenéus um santo anacoreta Cirita e que lhes haveria de servir de guia, indicando o lugar onde poderia estabelecer o seu cenóbio (LACERDA 1929: 648). Alguns frades, escolhidos por São Bernardo, preparam-se para a partida. O grupo era constituído por Boëmond, que ia como abade, Aldeberto, João, Bernardo, Sisinaud e Alain. Encontraram-se em Lamego com o eremita Cirita que os levou à presença do rei. D. Afonso Henriques acolheu-os com reconhecimento e indicou-lhes o lugar de Tarouca para a sua sede, prometendo construir à sua custa a abadia que, em menos de quinze anos, se veio a tornar a mãe de doze casas cistercienses estabelecidas nos limites do novo reino (Idem 648-649).

Independentemente do carácter profundamente lendário associado à fundação deste Mosteiro de São João de Tarouca, o que é certo é que, este mosteiro, inicialmente designado por São João de *Vellaria*, já existia cerca de 1110 como cenóbio beneditino (SOUSA 2005: 101). As primeiras referências documentais que atestam a sua existência datam de 1140 e 1144. (SOUSA 2005: 101). O primeiro diploma trata-se da carta de couto concedida por D. Afonso Henriques, declarando o monarca que Tarouca é um mosteiro beneditino: "*… pro vobis Abbate Domno Iohanne Cirita una cum Fratibus vestris Regula Beati Benedicti… facio cautum ad ipsum Monasterium Sancti Iohanns de Tarauca…*" (Cit. in BARROCA 2000, II-I: 258). A segunda referência surge numa outra doação feita a este mosteiro pelo mesmo monarca, do ermo de Santa Eulália e de algumas salinas: "*…qui dicitus S(ancti) Johannis Taraucae secundum Ordinem Cisterciensem*"(Cit. in idem).

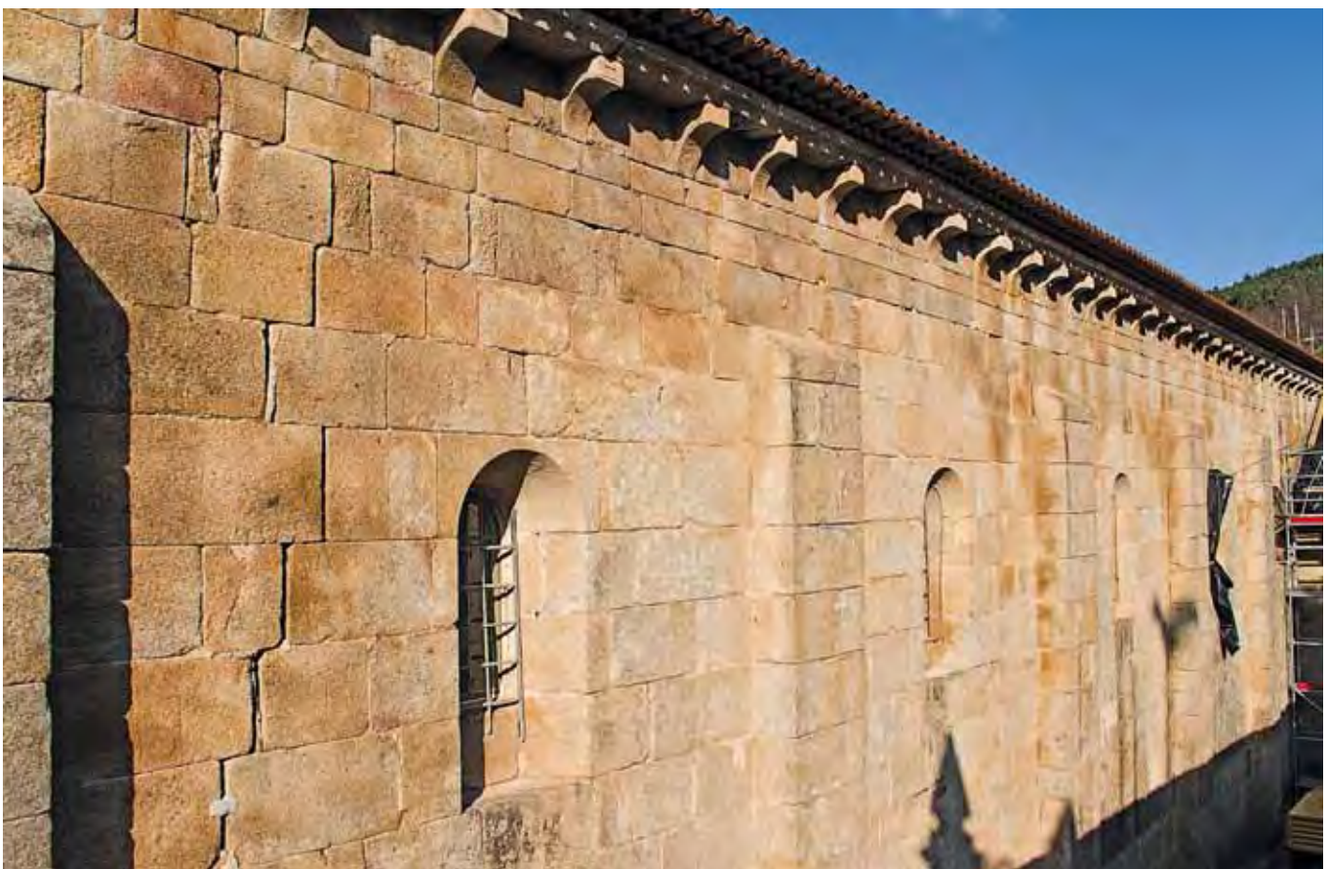
Efectivamente, este cenóbio cisterciense gozou da protecção do rei Conquistador que intercedeu junto do Papa Inocêncio II (1130-1143) e que sob a sua protecção se tornou num dos quatro mosteiros isentos, de protecção papal, do Portugal de então (REAL 1974, I: 22). Não nos podemos esquecer que, durante o século XII, a região de Lamego era ainda considerada como uma área muito rica, de grande expansão, o que depois se irá perdendo em favor do Sul e do litoral, fruto dos avanços da Reconquista e do crescimento paulatino da área territorial reconquistada (ALMEIDA 1986: 39).

Deste modo, reformado entre 1140 e 1144 pelos cistercienses de Claraval, o mosteiro foi trasladado para um local mais próximo das margens do rio Varosa, tendo sido fundado *ex-novo* (SOUSA 2005: 101). A exigência de um espaço de maiores dimensões, adequado às exigências da nova *praxis*, e a imposição de outros critérios de funcionalidade levaram à edificação de um novo mosteiro, em substituição do edifício preexistente (PAGARÁ 2000: 641). Só assim podemos compreender a existência de uma inscrição comemorativa da sua fundação, gravada na orla inferior do tímpano românico, hoje avulso e conservado no interior da Igreja, à esquerda de quem entra (BARROCA 2000, II-I: 254-258):

FUNDATA FUIT • ISTA / ERA • C • LX′ II K(a)L(en)DAS IULLI

Tendo sido este templo de São João de Tarouca fundado em 1 de Julho de 1144, que devia ser pelo menos o segundo erguido neste local, a sua sagração ocorreu quinze anos mais tarde, a 18 de Maio de 1169, conforme nos elucida uma epígrafe gravada em silhar de assinaláveis dimensões, hoje embutida à direita do portal Ocidental da igreja (BARROCA 2000, II-I: 333-336):

[e]RA ⁞ M ⁞ CC ⁞ VII ⁞ XV ⁞ KaLendas ⁞ IUNNI ⁞ DEDICATA FUIT EC(c)L(es)IA ISTA / [per] MANUS IO(han)NIS BRACHARENSIS ARCHIEPiscopI ⁞ ET PETRI / [t]ERCII PORTUGALENSIS ⁞ ET MENENDI LAMECENSIS ⁞ / [et] GUNDISALVI VIS(i)ENSIS EPiscopORUM



Apesar de estar um pouco destruída do lado esquerdo, fruto da construção do portal moderno, o que afectou o início das regras, a reconstituição desta inscrição de Tarouca não ofereceu qualquer dificuldade a Mário Jorge Barroca (BARROCA 2000, II-I: 333). Esta inscrição menciona o Arcebispo de Braga, D. João Peculiar (1138-1175), o Bispo do Porto, D. Pedro Sénior (1154-1174) e aqui referido como Terceiro, por ter sucedido a outros dois homónimos, o Bispo de Lamego, D. Mendo (1147-1176) e o Bispo de Viseu, D. Gonçalo (1166?-1169) (BARROCA 2000, II-I: 336). Cremos que só a importância deste mosteiro cisterciense, protegido pelo então rei de Portugal e directamente relacionado com a principal casa da Ordem em França, poderá justificar a presença de tantos prelados desta categoria neste acto litúrgico. Ao tempo da Dedicação desta igreja era Abade de São João de Tarouca D. Giraldo e que está documentado entre 1163 e Março de 1182 (Idem).

Tendo em conta as datas apresentadas por estas duas epígrafes, podemos afirmar com segurança que a construção do templo cisterciense de Tarouca demorou apenas 15 anos, devendo estar praticamente concluído em 1169 (Idem).Tal facto, tendo em conta a generalizada e lenta progressão da obra românica, só poderia acontecer num mosteiro alvo de efectiva protecção régia, assim como possuidor de uma profunda estabilidade e riqueza económica.

O Mosteiro de São João de Tarouca ergue-se, isolado, na encosta Este da Serra de Leomil, num grande vale ao fundo do qual corre o rio Varosa (FIGUEIREDO 2006: 1). O local escolhido reunia as condições mínimas exigidas para um estabelecimento cisterciense: situado na encosta Este de um vale aberto, ricamente florestado, dotado de pedra para a construção, com água em abundância e com terra fértil para a prática agrícola, além de se encontrar isolado relativamente aos *tumultos do mundo* (PAGARÁ 2000: 641).

É muito importante a relação que se estabelece entre a edificação românica e a paisagem onde esta se implanta e com a qual se relaciona de forma pertinente. Tal facto torna-se ainda mais evidente quando abordamos um conjunto edificado cisterciense e constatamos das profundas relações que este estabelece com o sítio onde este se implantou. Trata-se de um todo orgânico que responde a um acto criterioso e que constitui um dado cultural e histórico de grande relevância, tornando-se assim o sítio cisterciense indissociável da arquitectura e passando a ser encarado como parte integrante do conjunto patrimonial (PAGARÁ 2000: 648). O diálogo entre estas várias partes é que constitui, de facto, o verdadeiro mosteiro cisterciense.

Não nos podemos esquecer que estava consignado nas regras e nas recomendações emanadas dos Capítulos Gerais, e mesmo enunciado de forma breve nos *Exordia*, o aproveitamento máximo das capacidades de um dado conjunto de bens fundiários detidos por um mosteiro (BARBOSA 2000: 349). Apesar das terras recebidas para um novo mosteiro terem de estar afastadas de lugares habitados, nelas deveria haver vinhas, prados, florestas, água para implantação de moinhos e para a obtenção de peixe, assim como cavalos e outros animais (Idem). É bem conhecido o conceito de auto-suficiência associado a este tipo de fundações monásticas, assim como todo o complexo sistema de gestão das propriedades e dos excedentes agrícolas, sujeitos a um organizado conjunto de regras previamente estabelecidas. Entre os cistercienses, tal facto era ainda potencializado pela sua mão-de-obra disciplinada, mas também pelo conhecimento e aplicação de novas técnicas (BARBOSA 2000: 350), de que pode ser exemplo o elaborado sistema hidráulico, coevo da edificação da igreja românica, e que ainda hoje se conserva em São João de Tarouca e que foi recentemente alvo de uma proposta de recuperação e reactivação (PAGARÁ 2000: 647).

Uma inscrição, hoje desaparecida, mas que se conhece através da leitura que Frei António Brandão deixou registada na *Monarquia Lusitana*, indica um nome que poderá está associado à fábrica românica da igreja de São João de Tarouca (BARROCA 2000, II-I: 258-261):

IOANNES FROYLACI DE TARAUCA FECIT HOC

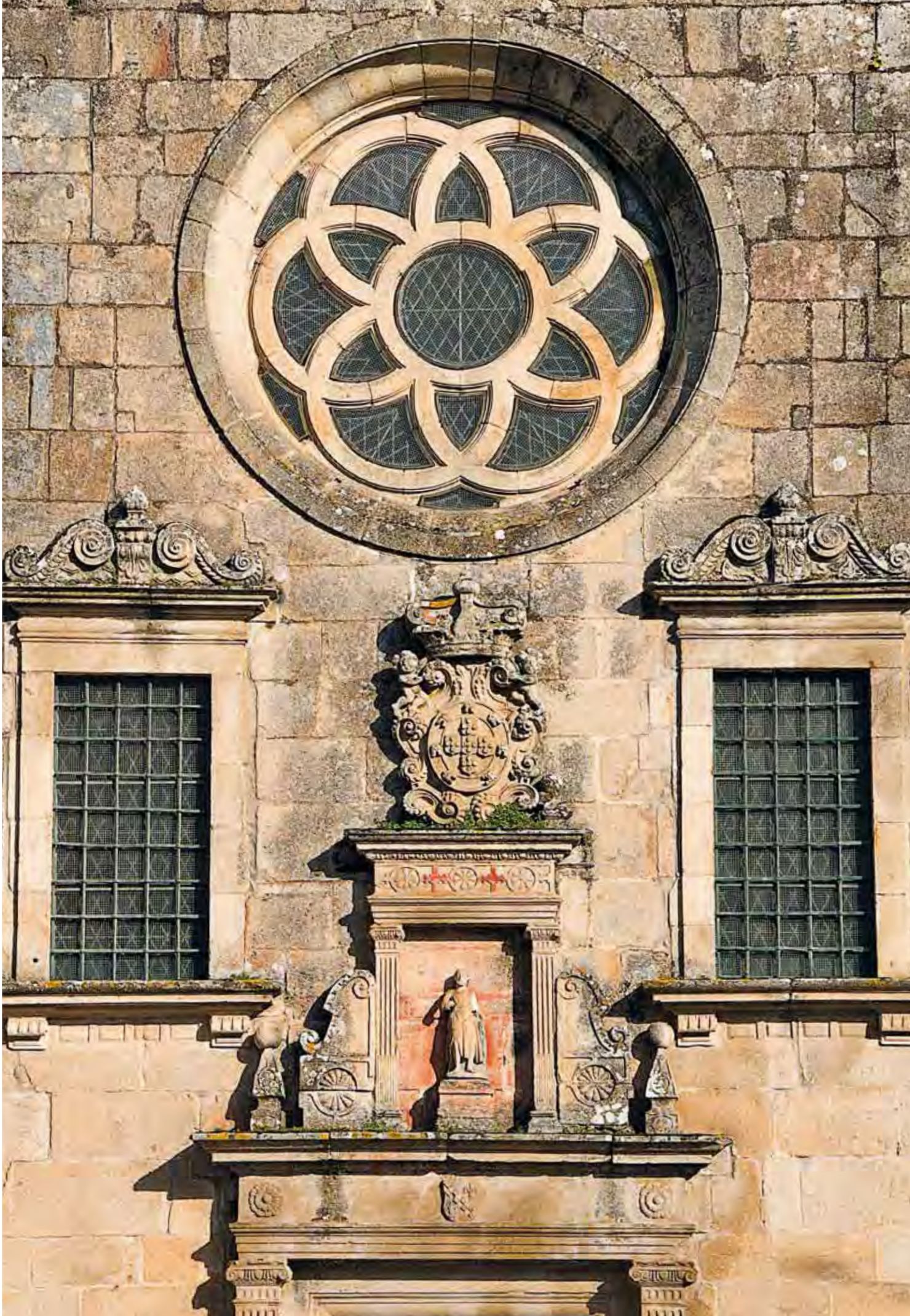
Trata-se de João Froiaz, o primogénito dos sete filhos de Froia Cides e de Gontinha Frogendes, já documentados em Salzedas em 1135 (Idem: 259). João Froiaz casou com Dona

Froio Anes e era proprietário de numerosos bens na zona de Tarouca, onde morava (Idem: 260). Alguns autores têm defendido que este João Froiaz pudesse ter sido o arquitecto do templo românico de Tarouca, no entanto, Mário Barroca chama a nossa atenção para o facto deste *Ioannes Froylaci* nunca se declarar *Magister*, quer nesta epígrafe, quer em toda uma série de documentos onde surge o seu nome. Certamente não nobilitado, as doações protagonizadas por este senhor revelam que era detentor de uma certa fortuna e de alguma categoria social. É por demais conhecida a tendência cisterciense para que as suas estruturas monásticas fossem erguidas por monges-arquitectos (BARROCA 2000, II-I: 260), o que faz com que, tendo ainda em conta os aspectos acima mencionado, João Froiaz fosse antes um benfeitor particularmente generoso, sendo possível que esta inscrição se referisse ao financiamento de parte da obra românica, talvez da zona do Portal Ocidental (Idem: 261). Mais, as abundantes siglas sugerem a Carlos Alberto Ferreira de Almeida a chegada de canteiros forâneos de outras abadias claravenses (ALMEIDA 1996: 110), constituindo estas por então um aspecto muito novo no contexto da arquitectura românica portuguesa (Idem 2001: 136). Trata-se de um grupo muito característico, denso e diversificado, com siglas bastante grandes, bem elaboradas e muito prístinas para o nosso meio, que importava estudar (Idem 1978, I: 49).

A igreja de São João de Tarouca, apesar das transformações que veio a sofrer durante a Época Moderna, tem sido considerada como um bom exemplar de pura arquitectura cisterciense, de origem borgonhesa (ALMEIDA 1986: 112). O seu arquitecto, ou responsável, deve ser formado na escola românica bernardina, de origem borgonhesa, conhecendo as suas proporções e formas (Idem, 2000: 136). Com efeito, a manutenção da unidade no seio da Ordem de Cister surge, no início desta, como um princípio peremptório, estabelecido na *Charta Charitatis*, na qual se apela para a necessidade de que a "Regra seja interpretada de uma só e única maneira por todos e assim observada", bem como para o imperativo de os monges viverem em harmonia sob uma "só caridade, uma única regra e costumes semelhantes" (PAGARÁ 2000: 643). Neste sentido, para além de toda a estrutura orgânica de funcionamento da Ordem, a observância da Regra de São Bento, a vivência dos mesmos usos e costumes e o seguimento da mesma liturgia em todas as abadias, ter-se-á prescrito uma uniformidade indiscutível à planimetria monástica cisterciense (Idem). Não nos podemos esquecer da circulação de modelos, entre as abadias cistercienses, todas elas respondendo a um mesmo esquema estrutural e aos mesmos preceitos construtivos.

Tal como a instituição monástica, esta arquitectura representa algo de absolutamente novo no nosso programa construtivo, nas soluções estruturais e espaciais e, até, na austeridade decorativa (ALMEIDA 1986: 110). Apesar das transformações na fachada, realizadas na Época Moderna, e dos notáveis conjuntos de pintura, talha e azulejo que enriquecem o seu interior, a arquitectura desta igreja de Tarouca apresenta soluções absolutamente novas no contexto da nossa arquitectura românica (ROSAS 2009: 13).

A igreja cisterciense de São João de Tarouca mostra-nos uma solução aparentada com o "plano bernardino" de Claraval II, constituindo um bom exemplo da sua extensão (ALMEIDA 2001: 135 e 1992: 77). Este plano foi aplicado nas primeiras igrejas cistercienses e após o ingresso de São Bernardo de Claraval na Ordem (PAGARÁ 2000: 643). Esta tipologia planimétrica caracteriza-se por uma configuração em cruz latina, cabeceira composta por três ou cinco capelas escalonadas e de fecho recto, transepto saliente e corpo escalonado de três naves, com cinco ou sete tramos, na proporção de 2:1 (Idem). É bem possível que o arquitecto de Tarouca tenha seguido de perto o plano da abadia borgonhesa de Fontenay (CORREIA 1929: 649), salvaguardando a considerável diferença de escala e a consequente simplificação da estrutura (PAGARÁ 2000: 643). As afinidades entre a abadia portuguesa e a borgonhesa podem ser verosímeis se tivermos presente a circulação de monges-arquitectos cistercienses que existiria por então, assim como as exigências existentes ao nível das planimetrias deste tipo de estruturas monásticas e que respondiam a toda uma série de normas previamente estipuladas.



Assim, estamos diante de uma igreja que apresenta o "plano Bernardino" na sua forma mais simples e que se compõe por planta de desenvolvimento longitudinal, onde três capelas planas escalonadas correspondem a três naves, também elas escalonadas. Um transepto relativamente largo e saliente confere a esta igreja uma planimetria cruciforme. A nave central ostenta abóbada de berço quebrado sustentado por arcos torais apoiados em mísulas e correspondentes a pilares em "T", enquanto que as naves laterais apresentam abóbadas transversais, mais baixas e que ajudam a contrafortar a larga nave central. Aqui em Tarouca estamos diante de uma estrutura robusta, equilibrada e bem proporcionada (PAGARÁ 2000: 643), simbolizada ainda na opção por uma arquitectura muito despida, reflexo da austeridade dos primeiros tempos cistercienses, mas onde se evidencia sempre a arte de bem construir (ALMEIDA 1986: 110). Assim, nas palavras de Lúcia Cardoso Rosas, entrar na igreja de São João de Tarouca, totalmente coberta por abóbadas em arco quebrado, apreciar a organização do seu espaço e a articulação dos volumes, constitui a melhor forma de compreender a arte de bem construir e a modernidade da arquitectura deste templo no contexto do românico português (ROSAS 2009: 13).

No entanto, esta igreja absolutamente românica foi muito alterada, em termos estruturais, na Época Maneirista, com a transformação das naves laterais em capelas intercomunicantes e com a reforma da fachada principal (FIGUEIREDO 2006: 10). Embora ainda se preserve a rosácea anunciadora de um gótico, esta fachada foi dotada com um portal de lintel recto, encimado por nicho e pelas armas portuguesas.

Mas as vivências de São João de Tarouca acompanharam as da Ordem de Cister em Portugal. Vivendo entre os séculos XII e XIV o seu período áureo, a partir do século XV este mosteiro conheceu o início de um período de decadência, situação idêntica a outras casas portuguesas, sobretudo Alcobaça (BARBOSA 2000: 348). Foi também por então que se começaram a desenhar as tendências de autonomia em relação à ordem, numa tentativa de criar uma Congregação Portuguesa de Cister, encabeçada pelos abades comendatários, nomeadamente o cardeal-infante D. Afonso (1509-1540) e o futuro rei, cardeal D. Henrique (1512-1580). Confrontados

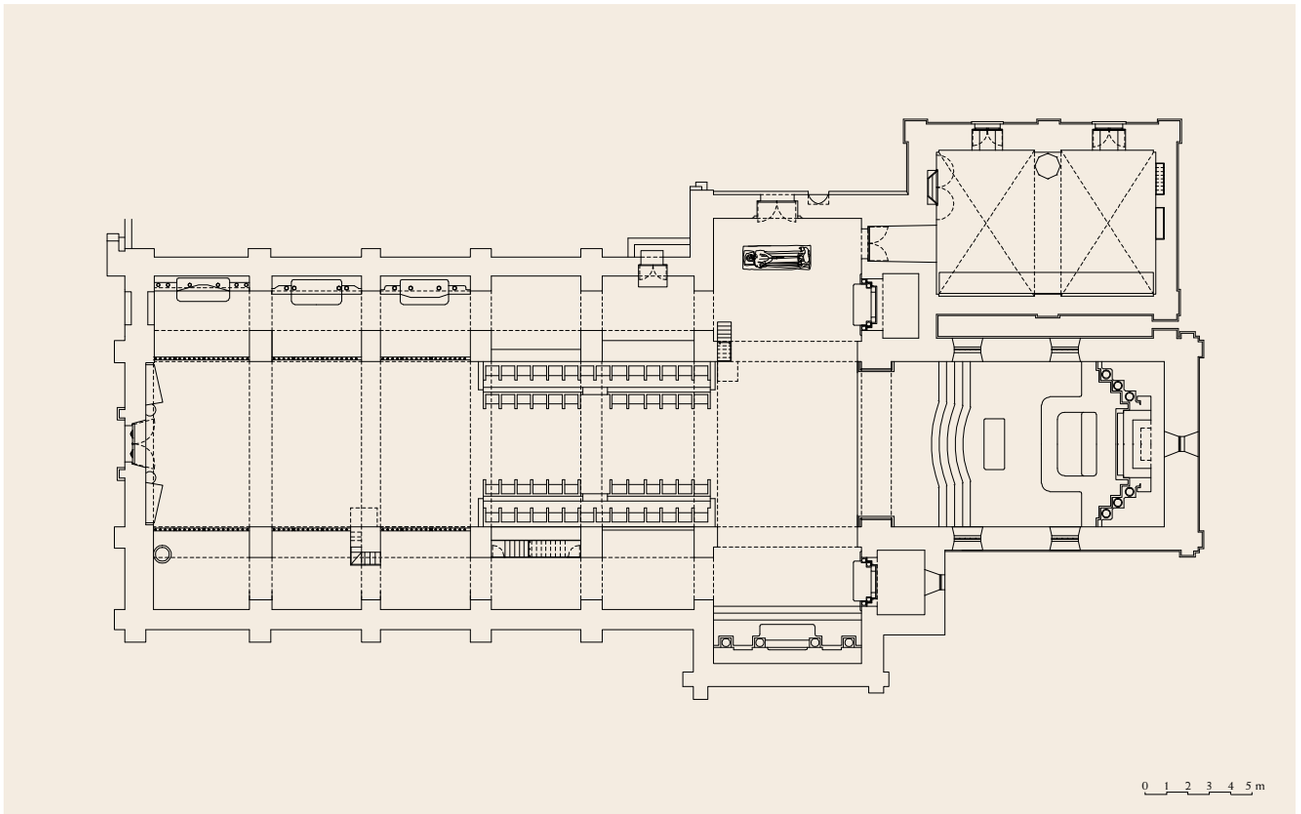
com uma situação de real decadência e de descalabro, a situação só veio a ser ultrapassada quase um século mais tarde, com a criação da Congregação Portuguesa, com sede em Alcobaça, e consequente afastamento dos abades comendatários, reconhecida pela Bula *Pastoralis Officiis* de 26 de Outubro de 1567 (SOUSA 2005: 93). D. Sebastião (1557-1578) reconheceu a Congregação Portuguesa de Alcobaça em 1570.

Neste contexto, e como todos os outros mosteiros cistercienses masculinos, Tarouca sofreu também a administração dos abades comendatários mas, em 1494, Álvaro de Freitas, seu comendatário, restabeleceu o temporal e fez restituir as propriedades ao mosteiro, conseguindo reequilibrar a situação financeira do mesmo (SOUSA 2000: 101). Mantinha-se, todavia, o estado de vida desregrada da comunidade. Em 1533, o abade de Claraval iniciou a reforma de Tarouca, confiando tal tarefa ao Comendatário de Alcobaça, o infante D. Afonso, irmão do rei D. João III (1521-1557), e a dois cistercienses do mosteiro de "Piedra" em Aragão (Idem).

Em 1543, D. João III, alegando a impossibilidade de restabelecer a observância em Tarouca, obteve de Paulo III (1534-1549) a sua supressão, juntamente com a dos mosteiros de Salzedas e Seiça, tendo sido os seus rendimentos e propriedades entregues às Ordens Militares de Avis e de Cristo (Idem). Já em finais do século XVI, o cardeal D. Henrique restitui à Ordem os três mosteiros, que foram então repovoados.

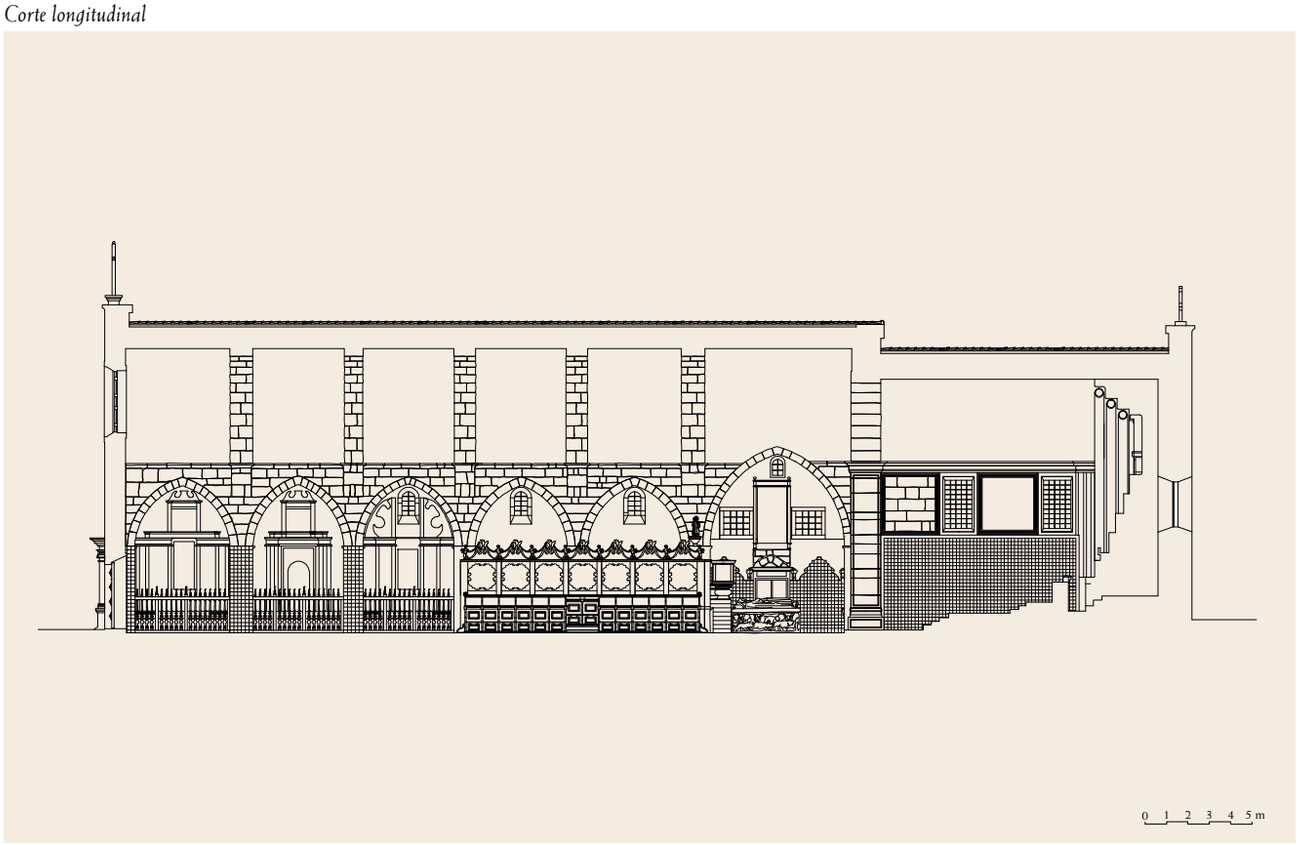
É neste contexto que devemos entender a renovação maneirista da igreja românica de Tarouca. No entanto, somos da opinião de que só estas vicissitudes por que passou o Mosteiro cisterciense de São João de Tarouca poderão justificar o facto de encontrarmos actualmente uma igreja, mas também toda uma ambiência paisagística, que ainda vão de encontro àquilo que foram os preceitos primeiros desta Ordem monástica. Mais, só a situação de instabilidade inicialmente vivida por esta Congregação Cisterciense Portuguesa poderá também estar na origem da manutenção da fábrica românica de Tarouca, apenas transformando-a e adaptando-a às novas exigências estéticas e litúrgicas.

Texto: Maria Leonor Botelho - Planos: Pedro Azevedo - Fotografias: Michael Schlapkohl



Planta

Corte longitudinal



BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, "Arquitectura", *Nos Confins da Idade Média. Arte Portuguesa. Séculos XII-XV*, Catálogo da Exposição realizada no Museu Nacional Soares dos Reis (13 de Março a 26 de Abril de 1992), Porto, IPM-Museu Nacional Soares dos Reis, 1992, pp. 75-78.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *O românico*. *História da Arte em Portugal*, vol. 3, Lisboa, Publicações Alfa, 1986.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *O Românico*. *História da Arte em Portugal*, vol. 1, Lisboa, Editorial Presença, 2001.

BARBOSA, Pedro Gomes, "Cistercienses", in AZEVEDO, Carlos Moreira de (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, vol. A-C, pp. 346-351.

BARROCA, Mário Jorge, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2000, 4 vols.

CORREIA, Vergílio, *Monumentos e Esculturas (séculos III-XVI)*, 2ª Edição, correcta e aumentada, ilustrada com 80 reproduções de desenhos e fotografias, Lisboa, Livraria Ferin, Editora, 1924.

FIGUEIREDO, Paula, "Mosteiro e Igreja de São João de Tarouca" (Nº IPA: PT011820060009), 2006, in *Inventário do Património*, URL: www.monumentos.pt

LACERDA, Aarão de, "Arte", in PERES, Damião (dir. literária) e CERDEIRA, Eleutério (dir. artística), *História de Portugal*, Edição Monumental comemorativa do 8º Centenário da Fundação da Nacionalidade, Porto, Portucalense Editora, Lda., 1929, vol. II, pp. 616-708.

PAGARÁ, Ana Fátima, "O Mosteiro de São João de Tarouca: um importante legado cisterciense a preservar", in *Cister: Espaços, Territórios, Paisagens*, Actas do Colóquio Interacional, Mosteiro de Alcobaça, 16-20 de Junho de 1998, Lisboa, IPPAR, 2000, vol. II, pp. 641-652.

REAL, Manuel Luis Campos de Sousa, *A Arte Românica de Coimbra (Novos dados-Novas Hipóteses)*, Dissertação de Licenciatura em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1974, 2 volumes (texto dactilografado).

ROSAS, Lúcia Maria Cardoso, "Arquitectura Medieval Duriense", Museu do Douro, 2009 (no prelo).

SANTOS, Reynaldo dos, *O Românico em Portugal*, Fotografias de Mário Novais, Lisboa, Editorial Sul, 1955.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (dir.), *Ordens Religiosas em Portugal. Das origens a Trento - Guia Histórico*, Lisboa, Livros Horizonte, 2005.

Outros vestígios importantes

ABADE DE NEIVA. Barcelos

A Igreja de Santa Maria de Abade de Neiva (Barcelos) apresenta uma cronologia algo tardia no contexto do românico português, sendo atribuída a sua construção à primeira parte do século XIV, tendo em conta não só diversos aspectos artísticos como também as siglas, em grande parte alfabéticas, que povoam os seus paramentos. A igreja, de nave única e capela-mor rectangular, surge ladeada por uma forte e também tardia torre ameada. A fachada principal, dotada de óculo, foi alargada por contrafortes laterais que se alinham com ela e que enquadram um portal anunciador do gótico, esguio, de arco muito quebrado e sem tímpano.

Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: Mariana Themudo/JFF

ABRAGÃO. Penafiel

Da primitiva construção românica, a Igreja de São Pedro de Abragão (Penafiel) apenas conserva a cabeceira e respectivo arco cruzeiro. Fortemente ritmada no exterior por contrafortes escalonados, apresenta dois tramos que criam um espaço rectangular. A abóbada de berço quebrado apoia-se internamente em colunas adossadas, com bases bulbiformes e capitéis volumosos, se comparados com a dimensão do espaço interno. Embora já existam informações relativas a esta igreja paroquial em 1105, o que é certo é que estamos diante de uma obra cuja construção deve ser colocada no segundo quartel do século XIII, tendo em conta a tradição que a atribui a D. Mafalda, filha do rei D. Sancho I. Foi em 1668 que se substituiu a nave românica pela actual.

Texto e fotografia: Maria Leonor Botelho

ADEGANHA. Torre de Moncorvo

Também a Igreja de Santiago Maior de Adeganha (Torre de Moncorvo) acusa bem o carácter tardio do românico português. A capela-mor é rectangular, sendo mais baixa e mais estreita do que a nave única. Dotada de três portais, estes patenteiam bem a sua cronologia adiantada pelo facto de não ostentarem nem colunas, nem tímpanos. No entanto, a sua decoração é extremamente cuidada e variada: no portal principal, bilhetes e pérolas decoram as arquivoltas e nos laterais sobressaem os entrelaçados e frisos geométricos compostos por uma sucessão de quadrifólios. Em ambas as fachadas laterais destacam-se arcossólios, três do lado Norte e um do lado Sul, assim como os cachorros de fisionomia variada.

Texto e fotografia: Maria Leonor Botelho

ÁGUAS SANTAS. Maia

Curiosa é a igreja de Águas Santas (Maia), pelo facto de ter sido concebida como igreja de duas naves, sendo que só em 1874 lhe foi acrescentada uma terceira nave. Assim, esta igreja tem duas naves românicas, de épocas diferentes, e duas capelas românicas na cabeceira: a da nave Norte é semi-circular e a da nave principal, que durante tantos séculos foi a nave Sul, é rectangular. Tem sido uma das igrejas mais estudadas do românico português, não só devido à sua originalidade espacial, mas também pelo facto de testemunhar o reaproveitamento de capitéis anteriores, talvez visigóticos.

Texto e fotografia: Maria Leonor Botelho

A

AIRÃES. Felgueiras

Embora actualmente conheçamos a igreja de Santa Maria de Airães (Felgueiras) com três naves de sabor românico, o que é certo é que estas são fruto de uma intervenção que se realizou algures no século XVIII e que teve por fim ampliar esta igreja. Assim, a planta primitiva de Airães constava de nave única e cabeceira rectangular. Enquadra-se esta igreja no românico tão característico da região do vale do rio Sousa, de que podemos destacar o portal enquadrado por corpo avançado que lhe confere uma maior profundidade e o tratamento cuidado posto na escultura que o ornamenta, feita a talhe de bisel.

Texto e fotografia: Maria Leonor Botelho

ALMACAVE. Lamego

Muito transformada com obras das mais variadas épocas foi a igreja românica de Santa Maria de Almacave (Lamego), sendo que todo um conjunto de anexos foram posteriormente adossados às suas fachadas laterais, entre os quais podemos nomear a sacristia e a torre sineira. Criou-se assim um conjunto de diversos volumes escalonados. Com nave longitudinal e capela-mor rectangular mais estreita do que esta, ao nível do românico o que se destaca nesta igreja é o portal principal. Composto por quatro arquivoltas de arestas vivas, é envolvido por um friso enxaquetado. As arquivoltas apoiam-se sobre delgadas colunas cuja decoração, bastante presa ao cesto, nos mostra motivos fitomórficos, animalistas e fantásticos.

Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: Mariana Themudo/JFF

ANTAS. Vila Nova de Famalicão

Apesar das suas modestas proporções, a Igreja de Santiago de Antas (Famalicão) destaca-se pela boa conservação da sua fisionomia. Tem nave única e capela-mor rectangular, embora tenha sido um pouco ampliada durante a Época Moderna para acolher o retábulo-mor maneirista. O seu arco cruzeiro impõe-se pelas robustas e baixas colunas, dotadas de capitéis cuja decoração animalista e vegetalista se desenvolvem em cestos bem definidos. Já as colunas que sustentam as quatro arquivoltas de arco quebrado do portal ocidental são mais elegantes e ostentam capitéis estreitos, com a decoração colada ao cesto, anunciando um gótico que se aproxima.

Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: Mariana Themudo/JFF

AREIAS DE VILAR. Barcelos

A fachada da igreja de São João Baptista do Mosteiro beneditino de Vilar de Frades (Barcelos) resulta de um arranjo revivalista no século XIX, no qual se integraram dois trechos românicos muito recompostos. O portal principal, tal como hoje se apresenta, é uma adaptação revivalista, como bem evidencia a sua arcada interior, embora seja constantemente considerado como o mais historiado dos portais românicos portugueses. Com base no insólito dos temas (como o busto vestido à moda do tempo de Camões), na modernidade da patine, na falta de erosão e também na sua qualidade, é possível distinguir bem os elementos que contribuíram para a recomposição deste portal onde surgem também temas próprios do românico bracarense.

Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: Mariana Themudo/JFF

ARGA DE BAIXO. Caminha

Algo bucólica é a localização do Santuário de São João de Arga (Caminha). Situado numa quebrada da serra de Arga, mostra um tipo de instalação muito arcaico, ligado ao usufruto de manchas propícias à pastorícia. Acresce-se a isto o carácter isolado, algo ascético deste mosteiro beneditino, referido já nas Inquirições de D. Afonso III de 1258. De pequenas dimensões, apresenta nave única e capela-mor rectangular que com esta comunica através de muito estreito arco triunfal apontado. Sendo a fachada uma obra evidentemente inserida na linguagem classicizante da época moderna, é ao nível do corpo da igreja que se conservam os primitivos trechos românicos como alguns cachorros ou os portais laterais.

Texto e fotografia: Maria Leonor Botelho

ARMAMAR. Armamar, Viseu

É possível que tenha existido um templo anterior à actual a Igreja Matriz de Armamar, possivelmente construído em finais do século XII, se tivermos em conta que há referências relativas à sua existência em 1212. Todavia, tendo em conta o estilo da sua cabeceira circular, podemos atribuí-la a meados do século XIII. Com três naves, separadas por pilares, que apenas servem para aguentar a cobertura em madeira, esta igreja destaca-se pela sobriedade, tanto ao nível do interior, como do exterior. Na cachorrada, que permanece intacta, barris, rolos, cabeças de javali e esferas. O portal apresenta arquivoltas simples, sendo os ábacos e impostas adornados com esferas.

Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: Mariana Themudo/JFF

ARNÓIA. Celorico de Basto

Talvez construído em finais do século XI, o Castelo de Arnóia (Celorico de Basto) apresenta-se altaneiro e de acesso difícil, edificado sobre planta poligonal. A entrada principal, do lado Sul, é defendida pela robusta torre de menagem, quadrangular e ameada, cuja porta de acesso, voltada ao terreiro, surge a uns dois metros acima do solo. Os paramentos da cintura de muralhas têm um remate liso e são reforçados na parte setentrional por um forte cubelo. Embora os contornos da sua fundação sejam ainda um mistério, esta tem vindo a ser atribuída a D. Muninho Viegas, o Velho, que terá reconstruído este testemunho de arquitectura militar românica.

Texto e fotografia: Maria Leonor Botelho

ARNÓIA. Celorico de Basto

Embora a Igreja do Mosteiro de Arnóia seja um edifício construído entre os séculos XVII e XVIII, está ainda profundamente presa ao antigo edifício românico ao nível da sua planimetria. Uma longa nave única é rematada por uma cabeceira também rectangular. São ainda visíveis diversos elementos da primitiva estrutura românica: potentes contrafortes e parcelas de frisos enxaquetados ainda pontuam os paramentos exteriores. Ainda se conserva nos espaços do Mosteiro um tímpano românico esculpido com *Agnus Dei*, da escola de Rates e uma placa com a figura de São Miguel, armado de escudo, atacando serpente, calcando-a e cravando-a com lança.

Texto e fotografia: Maria Leonor Botelho

A

ARNOSO (SANTA EULÁLIA). Vila Nova de Famalicão

Consta que o Mosteiro Beneditino de São Salvador de Arnoso terá sido fundado por São Martinho de Dume em 642. Todavia, uma inscrição no portal Sul poderá querer datar as obras da primeira fase ou, ainda, simbolizar a mudança de plano que se verificou nesta igreja. Assim, o corpo da nave surge ornado internamente com altas arcadas cegas porque, inicialmente, este espaço estava destinado a ser a capela-mor. Este corpo, nas partes central, ocidental e oriental, foi adaptado de modo a servir de nave da igreja, com três portais (axial e dois laterais). Daí que o arco triunfal tenha assumido uma configuração acanhada e irregular na sua comunicação para a abside rectangular.

Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: Mariana Themudo/JFF

ARÕES. Fafe

Embora exista a possibilidade de ter sido fundada no século XI, a Igreja de São Romão de Arões (Fafe) só terá sido certamente construída em finais do século XII, tendo sido alvo de uma remodelação durante a primeira ou segunda década do século XIII. Foi tardia a Dedicação desta igreja pelo arcebispo de Braga, D. Silvestre Godinho, conforme nos indica a inscrição gravada no tímpano do portal lateral sul e que reporta ao ano de 1237 (*Era* 1275), sendo então abade D. Gomes. Com uma só nave com cobertura em madeira e capela-mor rectangular abobadada em berço quebrado, esta última destaca-se pela sua singular personalidade arquitectónica e decorativa.

Texto e fotografia: Maria Leonor Botelho

AROUCA. Arouca, Aveiro

O Díptico-Relicário do Mosteiro de São Pedro de Arouca (Aveiro) é uma peça de excepcional qualidade e de grande importância, e que se expõe no Museu de Arouca. A tradição permite aceitar que esta peça terá pertencido a D. Mafalda, filha de D. Sancho I e falecida em 1256. Composto por alma de madeira, apresenta nas portadas exteriores, forradas por duas folhas de prata dourada e rematas de forma trilobada, a cena da Anunciação, num trabalho de repuxagem de grande mestria e excelente desenho. No seu interior temos, na parte esquerda, quinze *loculi* que abrigam várias relíquias, identificadas por inscrições feitas a esmalte. No entanto, esta peça, importada da área da bacia do Mosa, deve ser datada de entre 1200 e 1220.

Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: Museu de Arte Sacra do Mosteiro de Arouca/Maria Leonor Botelho

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO (procedência de LORVÃO)

O Comentário do Apocalipse do *Beatus* de Liébana que pertenceu ao Mosteiro de Lorvão (Penacova), e que actualmente se guarda no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, assume um lugar de cimeira no contexto da miniatura hispânica. Datado de 1189 e assinado por Egas, seu copista, foi transcrito para o Mosteiro de Lorvão respeitando o original. As iluminuras deste códice estão na sequência de um protótipo miniaturado muito antigo, talvez bastante próximo do exemplar que o Beato de Liébana redigiu e, provavelmente, iluminou em 784. Iluminado durante a época românica, nota-se aqui uma preferência pelas representações que cobrem total ou parcialmente as folhas, e concebidas como autênticas visões espirituais.

Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: Arquivo Nacional da Torre do Tombo

ATEI. Mondim de Basto

Muito tardia parece ser a igreja Paroquial de Atei (Mondim de Basto), cuja construção, deixada à mera inspiração de artífices locais, talvez um pouco inexperientes, tem sido atribuída ao século XIV. Com nave única e capela-mor rectangular, mais baixa que esta, apesar de bastante transformada, a Paroquial de Atei conserva ainda uma cachorrada, tendencialmente lisa, assim como alguns indícios românicos ao nível dos portais Ocidental e Sul. Com arcadas simples e sem colunas, a sua decoração mostra-nos dentes de serra, círculos concêntricos e ornatos em espinha. O portal Sul ostenta ainda umas toscas figuras humanas, fruto do trabalho de artífices indígenas.

Texto e fotografia: Maria Leonor Botelho

AVELEDA. Lousada

Muito reformada na Época Moderna, a Igreja de São Salvador de Aveleda (Lousada) conserva ainda a nave e a fachada primitivas, românicas. É nesta última que os elementos românicos são mais notórios, particularmente no portal composto por três arquivoltas quebradas e com arestas vivas, assentes sobre colunas dotadas de capitéis vegetalistas semelhantes entre si. Ao nível dos alçados laterais torna-se notório que nem todas as parcelas pertencem ao período medieval, tendo a igreja sofrido um acrescento ao seu cumprimento. Os portais laterais são simples, a cachorrada é lisa e a igreja ostenta um lacrimal que corre sobre os portais e que acusa a existência de alpendres.

Texto e fotografia: Maria Leonor Botelho

AVELEDA. Lousada

Permitindo a travessia sobre o rio Sousa, entre os lugares de Vilela, a Poente de Caíde de Rei, e os lugares de Vilar de Nuste e de Cartão, a Ponte a que chamam de Vilela (Lousada) apresenta características técnicas e construtivas semelhantes às utilizadas durante a Época Medieval. Todavia, a sua datação é extremamente difícil. Feita com cantaria granítica, a ponte de Vilela é composta por quatro arcos de volta perfeita, estando os dois arcos laterais actualmente assoreados. Sendo o tabuleiro horizontal sobre os arcos centrais, este é já rampante nos das extremidades e apresenta-se protegido com guardas.

Texto e fotografia: Maria Leonor Botelho

AZINHOSO. Mogadouro

A igreja Paroquial de Azinhoso (Mogadouro), dedicada a Santa Maria, deve ser colocada numa cronologia algo tardia do românico transmontano, se tivermos em conta a tipologia adoptada nos seus três portais (ocidental e laterais Norte e Sul): nas arquivoltas sem colunas, dominam os arcos quebrados. Destaque-se o cuidado colocado na decoração das arquivoltas e das impostas, de tendência vegetalista e geometrizante. Um dos aspectos mais curiosos deste monumento está na assimetria patente na composição da fachada ocidental, cujo portal se encontra ligeiramente deslocado para Sul, o mesmo acontecendo com a pequena janela de época muito posterior, também desalinhada com a empena dos sinos.

Texto e fotografia: Maria Leonor Botelho

B

BARCOS. Tabuaço

Considerado um edifício de românico de resistência muito tardio (talvez mesmo já pertencente à época gótica), a igreja Matriz de Barcos (Tabuaço) pode ter sido mesmo construída já em pleno século XIV, época em que esta freguesia foi cabeça do maior termo da região de Lamego. É ao nível do portal principal que se afirma a tradição românica, nomeadamente através das duas arquivoltas concêntricas sustentadas por um par de colunas. Nesta igreja de nave única e capela-mor rectangular encontramos um grande conjunto de siglas e de marcas de canteiro ou de posição, aspectos característicos da construção medieval.

Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: Mariana Themudo/JFF

BARRÔ. Resende

A igreja Matriz de Barrô (Resende) é um edifício românico bastante bem conservado. A nave única com cobertura em madeira é rematada por uma capela-mor rectangular, composta por dois tramos de abóbada de pedra, em arco quebrado. Também o arco cruzeiro é apontado e os seus capitéis mostram-nos uma cena de caça, como que talhada à goiva. Rica e movimentada é a fachada principal desta igreja, formada por quatro registos horizontais delimitados por molduras. Se o portal acusa uma linguagem já goticizante, nas suas arquivoltas quebradas e nos seus elegantes capitéis, já o conjunto de arquivoltas que enquadram a rosácea feita com círculos remetem-nos para os janelões românicos da Sé-Velha de Coimbra e da Sé do Porto.

Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: Mariana Themudo/JFF

BELVER. Gavião

O castelo de Belver (Gavião) é um dos mais paradigmáticos castelos românicos em Portugal. Localizado na chamada Linha do Tejo, este castelo foi mandado erguer na tentativa de defesa do território português ameaçado pelo avanço dos muçulmanos, em local escolhido por Afonso Pais, prior dos Hospitalários. A dificuldade de acesso, assim como a sua poderosa muralha, fez com que este castelo nunca tenha sido palco de importantes conflitos. No cimo de um monte cónico, esta estrutura militar afirma-se na sua planta quase oval, pontuada por torreões quadrangulares que abrigam, ao centro, uma robusta torre de menagem ameada.

Texto e fotografia: Maria Leonor Botelho

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL (procedência de ALCOBAÇA. Leiria)

Pertença do espólio da Biblioteca Nacional de Portugal, a grande Bíblia românica do Mosteiro de Alcobaça (Leiria) é composta por quatro volumes de grandes dimensões (51 x 35 cm). Esta obra destaca-se na notável colecção de códices deste mosteiro cisterciense, pela variedade e riqueza das suas iluminuras que nos mostram qualidade e mãos diferenciadas na sua concepção, tendo sido posto um especial cuidado no volume consagrado ao Novo Testamento. No entanto, as técnicas pictóricas e a gama de colorido que estes quatro volumes denunciam são bastante estranhas ao nosso meio, mostrando semelhanças com a miniatura de Cister, anterior às determinações austeras de S. Bernardo.

Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: Biblioteca Nacional de Portugal

BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DO PORTO (procedência de COIMBRA)

O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra mostrou ter tido, ao longo da época românica, um dos mais notáveis *scriptoria*. Não nos podemos esquecer da sua importância histórica e do patrocínio que D. Afonso Henriques (1143-1185) deu a esta casa de Cónegos Regrantes de Santo Agostinho. A sua colecção de iluminuras guarda-se hoje na Biblioteca Pública Municipal do Porto. O chamado *Liber Comicum*, datado de 1139, representa uma notável afirmação da iluminura românica em Portugal. Também datável de meados do século XII é o *Vetus Testamentum*, parte de uma Bíblia de grande formato (58 x 41 cm) que, com outras do mesmo género, constitui uma categoria muito especial de manuscritos próprios da época românica.

Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: Biblioteca Pública Municipal do Porto

BOELHE. Penafiel

Situada nas margens do rio Tâmega, a igreja de São Gens de Boelhe (Penafiel), na sua simplicidade aparente, tem uma relação muito especial com a paisagem. É bem visível a qualidade dos seus muros pseudo-isódomos, surgindo esta igreja no panorama do românico português num lugar de destaque pelas suas expressões decorativas originais, muito rurais e muito regionalizadas. Assim, é nos capitéis do portal ocidental que encontramos a revivescência de técnicas tradicionais, das épocas visigóticas e moçárabes, através dos motivos decorativos de natureza tendencialmente vegetalista. Este exemplar do românico rural pode ser datado de meados ou finais do século XIII, embora haja uma referência topográfica para este local, "uilla Boneli", de 1111.

Texto e fotografia: Maria Leonor Botelho

BOTICAS. Vila Real

Situada num promontório do belíssimo vale da Serra do Barroso, a igreja paroquial de Covas do Barroso surge num enquadramento claramente rural, implantada numa plataforma sobre-elevada relativamente à estrada. Os vestígios românicos remanescentes indicam-nos uma construção tardia (conjecturalmente atribuída ao século XIII), apesar do monumento ter sido profundamente transformado pelos séculos posteriores aos da sua construção. É na capela-mor que residem os vestígios românicos mais interessantes. Além dos cachorros lisos e historiados que sustentam a cornija lateral, há que destacar a sua fresta fundeira. Neste testemunho românico vemos uma decoração de cariz geométrico, nas arquivoltas, a casar-se com temas de carácter vegetal, nos capitéis.

Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: Sara Díez de Mier/FSMLR

BRITISH MUSEUM (procedência da região de BRAGA)

No Museu Britânico de Londres encontramos uma peça de singular importância para o românico português e que se trata de uma placa, em osso de baleia, proveniente de uma igreja da região de Braga, e que deveria cobrir uma arqueta de relíquias, tendo em conta as marcas de cravo que mostra. Num relevo muito macio representa-se a Adoração dos Magos, numa iconografia que segue os padrões da Alta Idade Média. Os reis ainda não têm coroa, pois só a partir da época feudal é que se dá aos Magos a categoria de "reis" e que se começa a representá-los ajoelhados, em atitude de fidelidade. Estamos diante de um protótipo da nossa escultura românica, datável de inícios do século XII, ainda ligado a modelos pré-românicos.

Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: British Museum

C

CABEÇA SANTA. Penafiel

A igreja de Cabeça Santa (Penafiel) tem um lugar de destaque dentro do românico da região da bacia do Sousa, não só porque apresenta características desta família, nomeadamente ao nível do tratamento escultórico dos capitéis do portal principal, mas também porque acusa a ligação à escola da região do Porto, nomeadamente através das suas evidentes semelhanças com a igreja de Cedofeita. Por este facto, alguns autores acreditam haver uma identidade entre os canteiros de ambas as oficinas. Assim, esta igreja de Cabeça Santa constitui um receptor/transmissor das influências da região francesa de Limoges e de Coimbra, assimiladas e depois disseminadas através dos monumentos portuenses.

Texto e fotografia: Maria Leonor Botelho

CÁRQUERE. Resende

Em Resende, o Mosteiro de Santa Maria de Cárquere forma um conjunto medieval extremamente interessante e de grande significado regional, apesar do carácter muito reduzido dos vestígios românicos. Rodeada de ciprestes, a igreja ocupa um local alto, a partir do qual se desfruta uma paisagem grandiosa. Além do facto do óculo da fachada poder ser uma reminiscência do vão de iluminação românico, existe uma eloquente e estreita fresta formada por duas arquivoltas de volta perfeita e lavradas com motivos geométricos. Estas arquivoltas apoiam-se sobre capitéis onde estão esculpidas águias, com seus pescoços contorcidos. Sob esta fresta corre um excerto de friso onde sobressaem motivos entrelaçados. Se tivermos em conta a qualidade deste conjunto podemos suspeitar da magnitude e da qualidade artística que terá tido a igreja românica deste mosteiro.

Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: Mariana Themudo/JFF

CÁRQUERE. Resende

À imagem de Nossa Senhora de Cárquere, da igreja do mesmo nome em Resende, está associado um milagre. Pela sua intercessão, D. Afonso Henriques (1143-1185) terá sido curado de uma deficiência com que nascera nas pernas. É por esta razão que se atribui a fundação do Mosteiro de Nossa Senhora de Cárquere (Resende) ao Conde D. Henrique (1966-1112). Trata-se de uma imagem de marfim, com cerca de 3 cm de altura, e já datável do século XIII, tendo em conta o tipo de pregueados dominantemente alongados ou quebrados. A Virgem, com coroa e véu na cabeça, está sentada e tem o Menino, também coroado, sobre o seu joelho esquerdo.

Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: José Vicente

CARRAZEDO DE MONTENEGRO. Valpaços

Na igreja de Carrazedo de Montenegro (Valpaços) existe uma Anunciação que, apesar do anjo se inspirar directamente na figura do profeta Daniel do Pórtico da Glória de Compostela, é considerada um conjunto já gótico. Esta escultura é, em território português, a mais significativa e eloquente amostra de arte românica derivada da do Mestre Mateus. A Senhora, muito frontal, estática, tem coroa na cabeça, véu comprido a cair sobre os ombros e vestes com pregueados animados, já protogóticos. Bastante juvenil é a figura do Anjo, com ténia na cabeça e nimbo canelado. As suas asas caem até aos joelhos e a sua mão direita, pousada sobre o peito, aponta para a Virgem, enquanto que a outra segura um rótulo.

Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: Mariana Themudo/JFF

CASTRO DE AVELÃS. Bragança

Embora de fundação certamente anterior, o poderoso Mosteiro beneditino de Castro de Avelãs (Bragança) terá sido reedificado durante a primeira metade do século XIII. Todavia, daquilo que foi o templo românico, hoje apenas nos resta a cabeceira, sendo que o projecto inicial de uma igreja de três naves nunca chegou a ser concluído. Castro de Avelãs assume um lugar de destaque dentro do granítico e calcário românico português, por ser o único monumento deste estilo construído em tijolo, além de atestar uma evidente influência castelhana, nas arcadas e janelas cegas, com molduras em dentes de serra e frisos salientes que compõem a sua decoração.

Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: Jaime Nuño González/FSMLR

CEDOFEITA. Porto

A igreja de S. Martinho de Cedofeita, no Porto, destaca-se no contexto do românico português por ser a única igreja de uma só nave com abóbada de pedraria. Sendo-lhe atribuída uma fundação sueva, a verdade é que estamos diante de um templo românico datável da segunda metade do século XII, senão de finais deste século. A anterioridade de uma edificação poderá ser testemunhada pelos famosos capitéis do arco cruzeiro que, apesar de difícil datação, sugerem no seu aspecto cúbico e na sua decoração biselada um estilo românico (ou proto-românico) que se distingue do restante edifício. Em Cedofeita há que destacar também a influência limosina, nos toros diédricos e capitéis sem imposta dos vãos, como também a representação do Agnus Dei inscrito em círculo polilobado do portal lateral Norte.

Texto e fotografia: Maria Leonor Botelho

CERVA. Ribeira de Pena

Em Terras de Basto, e mais propriamente em Ribeira de Pena, a igreja de Cerva apresenta alguns vestígios românicos. Erguendo-se numa plataforma sobranceira à vila, a sua nave única e capela-mor rectangulares acusam a presença de silhares românicos ao nível dos seus paramentos, onde proliferam diversas marcas de canteiro. Ao longo da nave, um conjunto de cachorros tendencialmente lisos, e acusando um carácter tardio, confirmam a origem de um templo românico neste local que, ou foi muito transformado ou dele se aproveitaram muitos elementos numa reconstrução feita durante a época moderna.

Texto e fotografia: Maria Leonor Botelho

CETE. Paredes

O mosteiro beneditino de São Pedro de Cete (Paredes) é um dos 21 monumentos que integram a Rota do Românico do Vale do Sousa. A toponímia é explicada pela suposta vinda de monges de Cete, em França, a pedido de dois mouros ilustres, Samora e Mosara, que se terão convertido ao cristianismo e mandado edificar este mosteiro. Com uma cronologia bastante tardia, de finais do século XIII, ou mesmo já de inícios do século XIV, o actual edifício surge no lugar de um anterior que diversos vestígios testemunham, como algumas pedras decoradas, o portal do claustro e a parte inferior dos muros de grande parte da nave. De resto, a construção apresenta uma feição claramente gótica.

Texto e fotografia: Maria Leonor Botelho

C

CHÃ. Montalegre

A igreja de São Vicente da Chã (Montalegre) apresenta um importante trecho românico, apesar das transformações significativas sofridas durante a Época Moderna, com vista à sua ampliação. Assim, a fachada principal e parte dos alçados laterais, na zona mais próxima desta última, são nitidamente românicos. Nesta zona vemos ainda um conjunto significativo de cachorros. O portal principal, sem tímpano e com as duas arquivoltas ornadas com motivos geométricos assentam directamente sobre os pés direitos, atestando uma cronologia bem tardia, já próxima daquilo que tem sido designado como gótico rural. Apesar de muito transformada na parte superior, ainda vemos dois modilhões e um friso e que atestam ter existido uma estrutura alpendrada adossada à fachada principal.

Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: María Sortino/FSMLR

CIMO DE VILA DA CASTANHEIRA. Chaves

A igreja de São João Baptista de Cimo de Vila da Castanheira (Chaves) surge entre os exemplares de arquitectura românica, de resistência, cuja cronologia é difícil de precisar. Assim, construída algures entre os finais do século XIII e os inícios do XIV, esta igreja apresenta uma nave única e capela-mor rectangular. São parcos os elementos escultóricos remanescentes, concentrando-se estes na cachorrada (com representações de rostos humanos e de animais) e ao nível do arco triunfal. Aqui, no intradorso da primeira aduela do lado direito vemos uma curiosa e ingénua representação humana que segura uma roca.

Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: María Sortino/FSMLR

COIMBRA

A demolida igreja românica de São Cristóvão de Coimbra tinha três naves de três tramos e falso transepto, separadas por três pilares (de cada lado) que também suportavam a sua abóbada. Um elemento que destacava este edifício era a sua cripta e que tinha a particularidade de apresentar a configuração das três naves do templo. A cabeceira tripartida, também original, era composta por capela-mor poligonal e absidíolos, semi-circulares internamente e rematados em linha recta no exterior. No entanto, este edifício de finais do século XII não só foi adaptado a teatro em meados do século XIX, tendo sido mais tarde demolido para que no seu local se construísse o Teatro S. Luís, o actual Sousa Bastos.

Texto: Maria Leonor Botelho - Desenho: SIMÕES, Augusto Filipe
Reliquias da architectura romano-byzantina em Portugal e particularmente na cidade de Coimbra. Lisboa: Typ. Portugueza, 1870, entre p.14-15

CONSTANCE. Marco de Canaveses

No Marco de Canaveses, a igreja de Constance, profundamente transformada ao longo dos tempos, conserva na sua estrutura algumas parcelas românicas. De entre elas destaca-se o portal Sul, com uma só arcada assente sobre pés-direitos. Consolas esculpidas apoiam um tímpano decorado com o tema da Árvore da Vida. Esta temática surge também no tímpano de Tarouquela (Cinfães) ou de Mancelos (Amarante). A esta freguesia está associado o nome de D. Mafalda, filha de D. Sancho I e de D. Dulce, e mulher de D. Henrique de Castela (1214-1217). Tendo habitado a Quinta do Paço de Soutelo, foi esta rainha a fundadora da Albergaria de Canaveses.

Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: Mariana Themudo/JFF

CORRELHÃ. Ponte de Lima

A Capela de Santo Abdão da Correlhã (Ponte de Lima) é um dos poucos testemunhos de carácter funerário do românico português. Esta ermida de reduzidas dimensões, com nave única e capela-mor rectangular, é datável da segunda metade do século XIII. Na sua simplicidade extrema há que destacar o curioso tímpano do portal ocidental com decoração apotropaica, patente no círculo e na cruz que corroboram a função funerária desta edificação. Mas, no centro do mesmo, vê-se uma depressão fortuita, pois um visitador da Igreja considerou, em 1750, que a representação de um nu, com os órgãos genitais definidos, era obscena. Assim, ordenou que se picasse o tímpano, deixando a pedra do tímpano lisa e rasa.

Texto e fotografia: Maria Leonor Botelho

CORRELHÃ. Ponte de Lima

A igreja matriz da Correlhã (Ponte de Lima), dedicada a São Tomé, encontra-se muito próxima da Capela de Santo Abdão, ambas ocupando um mesmo e único adro. Sendo uma das mais antigas paróquias de Ribeira Lima, há dela notícias em 1102. Tem-se atribuído a sua fundação ao arcebispo de Compostela, D. Diego Gelmirez, tanto mais que se conta ter sido aqui que este se refugiou, por ser a sua igreja da posse dos bispos de Santiago, quando levou as relíquias de S. Frutuoso de Montélios de Braga para Compostela. Apesar de muito transformada, há ainda testemunhos da igreja românica primitiva ao nível dos cachorros lisos, da composição dos portais e das cruzes terminais.

Texto e fotografia: Maria Leonor Botelho

COSTA. Guimarães

No Mosteiro de Santa Marinha da Costa (Guimarães), os mais antigos testemunhos arqueológicos remontam aos séculos VI-VII. É a arqueologia que nos faculta a maior parte das informações relativas a este monumento, hoje convertido em Pousada. No século IX deve ter existido aqui um templo de características asturianas, testemunhado por um fragmento de ajimez que ainda subsiste. No século X terá sido construído um templo moçárabe e na segunda metade do século XII terão ocorrido as transformações de maior vulto, quando este edifício foi doado aos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho. Profundamente modificada na Época Moderna, a actual igreja mantém a traça primitiva e até grande parte dos muros românicos.

Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: Mariana Themudo/JFF

COUCIEIRO. Vila Verde

Conforme nos indica uma inscrição, a igreja de São João Baptista de Coucieiro (Vila Verde) terá sido sagrada em 1128 por D. Paio Mendes. Todavia, face ao aspecto do edifício actual, esta inscrição será relativa a uma edificação anterior que foi aqui aproveitada por algum restauro revivalista. Há, nesta igreja muito transformada, importantes vestígios da construção românica. As duas arquivoltas do portal principal apresentam temas esculpidos organizados nas suas aduelas ao modo do românico bracarense. Nestes, ao lado de temas antigos, estão representados homens com carabina, lembrando os soldados das invasões francesas! Daí que se considere estarmos diante de um exemplo epi-românico.

Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: João Ferrand/JFF

C E

CRASTO. Ponte da Barca

A Igreja do Mosteiro de São Martinho de Crasto (Ponte da Barca) surge orientada conforme a tradição, erguida numa encosta íngreme. Tendo em conta esta localização particular, a entrada deste templo fazia-se, e faz-se ainda hoje, lateralmente. Sobre a fachada principal há uma robusta torre que apenas comunica com o interior do templo e com a zona do antigo claustro. Pela interrupção do friso interior, cerca de um metro depois da segunda fresta, ficamos com a clara sensação de ter ocorrido uma suspenção na construção da sua fábrica românica. A nave românica apresenta-se muito profunda e a capela-mor, barroca, tem sensivelmente a mesma altura.

Texto e fotografia: Maria Leonor Botelho

EJA. Penafiel

Localização especial tem a igreja de São Miguel de Entre-os-Rios (Eja, Penafiel), implantada naquilo que em tempos foi a *civitas* de Anegia, associando-se assim ao ambiente de Reconquista e reorganização do território. Todavia, apesar dos aspectos arcaizantes deste exemplar, estamos já diante de uma igreja inserida naquilo que tem sido chamado de "românico de resistência", como atesta a persistência do sabor românico nos seus portais, arco cruzeiro e cachorrada, embora introduza já uma linguagem que a associa ao "gótico rural", visível no tipo de decoração vegetalista. Assim, estamos diante de um monumento ecléctico, onde às soluções construtivas românicas se associam elementos decorativos de um estilo já posterior.

Texto e fotografia: Maria Leonor Botelho

ERMELO. Arcos de Valdevez

A igreja do Mosteiro de Ermelo (Arcos de Valdevez) é um dos mais significativos exemplos, em território português, da redução do programa construtivo primitivo durante a Época Românica. Estamos diante de uma igreja inicialmente concebida para ter três naves. Todavia, a drástica necessidade de redução do programa inicial, certamente explicada pelas profundas mudanças sofridas ao nível da sua estrutura monástica, conferiram a este edifício um carácter muito original no arranjo resultante da opção por uma única nave, também ela medieval, mas muito tardia, e pelo arco que vemos no exterior, e que certamente seria o arco cruzeiro de acesso ao absidíolo Sul.

Texto e fotografia: Maria Leonor Botelho

ERMIDA. Castro Daire

Na Ermida do Paiva (Castro Daire) encontramos um dos poucos mosteiros da Ordem dos Premonstratenses que durante a época românica se ergueram em território português. A este facto acresce que, além de estarmos diante de um exemplo revelador de alguma eloquência em termos estruturais (a nave única é rematada por cabeceira poligonal), conserva-se aqui um dos raros vestígios de claustros românicos em território português e que formaria um átrio quadrado ou rectangular. Outra singularidade deste monumento é o facto de apresentar uma grande abundância de marcas de canteiro, assim como uma rica variedade de desenho das suas formas, o que lhe mereceu a designação de "templo das siglas".

Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: João Ferrand/JFF

FERREIRA DAS AVES, Sátão

Com uma tónica marcadamente rural, certamente saída das mãos de artistas locais, com alguma capacidade, embora pouco acima de um nível popular, a igreja de Santo André de Ferreira das Aves (Sátão, Viseu) deve ter sido construída em meados do século XIII, tendo em conta o estilo dos elementos românicos remanescentes. De facto, a igreja actual, datável do século XVI, conservou alguns elementos primitivos, certamente por atestarem alguma antiguidade. De entre estes conservou-se, apesar dos remeximentos, o portal lateral Sul. Composto por duas arquivoltas, envolvidas por friso pontuado por pérolas, destaca-se aqui o tímpano onde se fez esculpir uma figura de dragão trincando o rabo.

Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: João Ferrand/JFF

FERVENÇA. Celorico de Basto

Em Celorico de Basto, a igreja paroquial de Fervença apenas conserva, da época românica, a capela-mor. Quadrangular, e composta por dois tramos, esta surge dotada com uma abóbada de berço. No arco cruzeiro notam-se influências do românico da bacia do Minho, pois tem capitéis idênticos a outros de São Pedro de Ferreira (Paços de Ferreira) e do Mosteiro de Ermelo (Ponte da Barca). Mas as impostas apontam já para uma influência bracarense, nomeadamente através da adopção da palmeta como motivo decorativo. Também os motivos lanceolados e das ovas, que se desenvolvem em torno do arco, atestam a mesma origem. Estamos, pois, diante de mais um exemplo da miscigenação de diversas influências num mesmo edifício românico.

Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: Mariana Themudo/JFF

FIÃES. Melgaço

A igreja de Santo André, do Mosteiro de Fiães (Melgaço), é uma obra de raiz cisterciense, cuja construção terá tido início durante o primeiro quartel do século XIII, tendo em conta a existência de uma avultada doação para as suas obras. Todavia, do românico cisterciense apenas se conservam a cabeceira e, na fachada, o portal principal, tendo desaparecido a restante construção monástica. A cabeceira, apesar das marcas locais, mostra bem o espírito cisterciense na sua abside de dois tramos e ladeada por dois absidíolos, abobadados com berço bastante quebrado. Implanta-se este edifício num local bucólico e isolado, propicio à meditação, conforme exigiam os preceitos de São Bernardo de Claraval.

Texto e fotografia: Maria Leonor Botelho

FONTE ARCADA. Póvoa de Lanhoso

A igreja do Mosteiro Beneditino de Fonte Arcada (Póvoa de Lanhoso) ainda se conserva em relativamente bom estado, excelente testemunho de arquitectura românica reassumida com grande personalidade, localmente e numa época tardia. Mas, apesar de ter sido dotada com um novo corpo, continua a impor-se neste monumento a sua ampla capela-mor, formada por dois tramos e com remate semi-circular. Organizada em dois níveis, vemos no primeiro arcadas cegas em todo o seu redor, sendo as do topo mais estreitas e ritmadas intercaladamente por colunas gémeas onde se apoiam arcaturas frisadas e levemente ultrapassadas. Já o segundo andar mostra arcaturas cegas no primeiro tramo e, no topo, três frestas largamente abertas para o interior, de três colunelos e desenvolta movimentação.

Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: João Ferrand/JFF

FREIXO DE BAIXO. Amarante

A Igreja do Divino Salvador de Freixo de Baixo (Amarante) é um monumento que, apesar de ter sofrido bastantes transformações à sua fábrica primitiva, merece bem alguma atenção. Da sua estrutura primitiva ainda conserva a totalidade da sua fachada ocidental onde um portal, formado por arquivoltas ornadas com toros, ostenta uma escultura de notável qualidade ao nível dos seus capitéis. Também de realçar a maciça torre fortificada que se ergue no lado Sul do adro da igreja. A espacialidade deste último corresponde àquilo que, em tempos, foi a primitiva galilé, da qual ainda se vêem trechos dos alicerces primitivos. Estamos diante de um exemplar românico construído ao longo do século XIII.

Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: María Sortino/FSMLR

GANFEI. Valença do Minho

Apesar de ter sido alvo de profundas transformações ao longo dos séculos XVI, XVIII e XIX, a igreja do mosteiro beneditino de São Salvador de Ganfei (Valença do Minho) conserva ainda uma espacialidade bem românica, além de todo um conjunto de vestígios, patenteando nas suas três naves uma organização muito típica do românico Galego e da margem esquerda do Alto Minho. A cabeceira, formada por três absides, conserva ainda os dois absidíolos românicos e os pilares da nave são também da época românica. Os seus diferentes capitéis, com animais, aves, folhas volumosas e temas historiados, sempre com escultura volumosa e personalizada, pertencem à mesma escola dos da Sé de Tui e podem ser considerados como um dos pontos altos da nossa arte românica.

Texto e fotografia: Maria Leonor Botelho

GATÃO. Amarante

A igreja de São João Baptista de Gatão (Amarante) é um daqueles casos em que se testemunham as profundas transformações sofridas pela fábrica românica primitiva, decorrentes de campanhas realizadas em épocas posteriores às da sua construção. Da fábrica primitiva, a capela-mor é o elemento que se conserva na íntegra. Exteriormente, os alçados Norte e Sul ostentam uma banda lombarda a sustentar a cornija, sendo a empena da fachada posterior rematada por uma cruz terminal românica, vazada. O arco triunfal que se abre para o interior da capela-mor mostra um friso enxaquetado a envolver um par de arquivoltas, sustentadas por colunas, cujos capitéis apresentam uma rica composição formada por motivos vegetalistas e enrolamentos.

Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: María Sortino/FSMLR

GERAZ DO LIMA (SANTA LEOCÁDIA). Viana do Castelo

Parece que em Geraz do Lima (Viana do Castelo), conforme indicia uma inscrição reaproveitada e localizada na imposta do primeiro arco formeiro do lado esquerdo, por volta do ano de 1188 foram assinaladas as reformas românicas introduzidas num templo de origem anterior. Todavia, a actual igreja de Santa Leocádia de Geraz do Lima é um edifício da Época Moderna, tendo-se destruído a construção românica por ocasião da sua edificação. Mas na capela-mor ainda se conserva a sapata do edifício românico, tendo-se também aí reaproveitado alguns silhares românicos almofadados. O Museu Pio XII, de Braga, conserva uma aduela (nº 669) proveniente desta antiga sede de mosteiro, assim como dois fragmentos de um friso pré-românico.

Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: Mariana Themudo/JFF

IRIVO. Penafiel

Tradicionalmente referido como ponto de paragem do cortejo fúnebre da Beata Mafalda, de Rio Tinto para o Mosteiro de Arouca, o Memorial da Ermida (Irivo, Penafiel) encontra-se hoje descontextualizado da antiga rede viária medieval, com a qual deve ser relacionado e entendido. O monumento apoia-se sobre uma base pétrea rectangular, com sapata, onde foi aberta a cavidade sepulcral. A tampa encontra-se soerguida por pequenas colunas geminadas que, nas faces exteriores, ostentam caras sumariamente tratadas. O conjunto é dignificado por um arco decorado nas aduelas, onde molduras bem marcadas e tardias, são ainda pontuadas por meias esferas ou pérolas em três faces distintas.

Texto e fotografia: Maria Leonor Botelho

JAZENTE. Amarante

Tendo em conta a datação tardia da igreja matriz de Jazente (Amarante), devemos considerá-la como de gótico rural em vez de românica. Trata-se de uma construção extremamente simples e despida, cujos portais além de não ostentarem colunas e impostas, mostram tímpanos vazados em cruz. A classificação desta igreja no âmbito do gótico rural condiz com o desenho concretizado ao nível dos portais. Os cachorros desta igreja também são simples. Tendo em conta estas características propõe-se que a igreja de Jazente tenha sido edificada em finais do século XIII, se não mesmo já durante o século XIV.

Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: Mariana Themudo/JFF

LAVANDEIRA. Carrazeda de Ansiães

A igreja de São Salvador do Castelo de Carrazeda de Ansiães é um monumento românico de profundo significado. Trata-se de uma obra que deve quase toda a sua inspiração ao românico da região de Braga e da bacia do Ave e que representa um dos momentos finais da sua evolução. Nesta igreja de planimetria simples (nave única e capela-mor rectangular), destaca-se o tímpano do portal axial onde surge representado Cristo Pantocractor rodeado pelo Tetramorfo. A forma plana e muito grafada da escultura deste tímpano denuncia-nos a transposição do desenho de uma iluminura para a pedra, assim como a falta de experiência do escultor para a figuração de cenas em relevo.

Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: João Ferrand/JFF

LEIRIA

Localizada no sopé do Castelo de Leiria, a igreja de São Pedro surge no panorama do românico português como sendo um edifício onde se sentem duas fortes influências, a coimbrã e a lisboeta. É nos capitéis da cabeceira que mais se sentem as influências do românico de Coimbra, enquanto que a marca lisboeta parece ser mais significativa nas figuras rompantes das arquivoltas do portal principal, inscrito em corpo avançado sobre a frontaria. Aliás, de resto, no exterior deste edifício impera a simplicidade. É de destacar, ainda, a composição criada ao nível da cabeceira, composta por capela-mor de abside semicircular –inscrita em rectângulo, como se vê exteriormente– e absidíolos rectangulares, todos três abobadados em volta perfeita.

Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: Alexandre Delmar/JFF

LINHARES. Celorico da Beira

A actual igreja Matriz de Linhares (Celorico da Beira) conserva pequenas parcelas de paramento românico na sua fábrica barroca. É no alçado lateral Norte que podemos apreciar uma extensa parcela, em granito aparente, na qual se rasga um portal de acesso ao interior da nave. Sem colunas, as duas arquivoltas deste portal assentam sobre impostas e permitem datá-lo de finais do século XIII ou de inícios do seguinte. Também no lado Sul ainda se conserva uma parcela de paramento românico, rasgada por estreitas frestas e onde uma cachorrada atesta não só uma cronologia românica, como também demonstra que os alçados laterais da nave foram alteados por ocasião da transformação da igreja na época barroca.

Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: João Ferrand/JFF

LOMAR. Braga

A igreja românica em Lomar (Braga) foi profundamente transformada ao longo dos séculos, tendo sido a sua fachada principal refeita no século XVI. Todavia, manteve-se aqui (talvez enquanto memória da fachada românica primitiva?) um fragmento de friso de pontas de lança, muito esguias. Mas é no alçado lateral Sul que se encontram os mais significativos vestígios românicos desta igreja, nomeadamente ao nível de um conjunto de quatro arcosólios que se rasgam no paramento, junto ao nível do solo. Mas, apesar de já existirem fontes documentais que atestam a existência de uma igreja na paróquia de Lomar no século XI, os vestígios remanescentes apontam-nos antes para uma datação que se coloca em meados do século XIII.

Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: Mariana Themudo/JFF

LONGOS VALES. Monção

Embora o corpo da nave da igreja de São João de Longos Vales (Monção) ter sido totalmente refeito no século XVII, conserva-se ainda a sua cabeceira românica, um elemento de visita obrigatória no âmbito do românico português. Datável de finais do século XII, ou mesmo de inícios do seguinte, nesta cabeceira semicircular está bem presente a influência do românico galego, imanado através da Sé de Tui. Ao nível do exterior vemos uma arquitectura extremamente vigorosa que se coaduna bem com a volumosa e densa escultura que nos mostra. No interior, o gosto escultórico expande-se pelos capitéis, pelas bases e mesmo por um fuste da arcada da entrada da capela-mor onde vemos uma representação de São Pedro.

Texto e fotografia: Maria Leonor Botelho

MALHADAS. Miranda do Douro

A igreja de Nossa Senhora da Expectação de Malhadas (Miranda do Douro) é composta por nave única, dividida em quatro tramos por arcos-diafragma que alternam com cobertura em madeira, e por cabeceira rectangular. A estes arcos-diafragma correspondem, no exterior e do lado Sul, contrafortes de esbarros muito salientes. Na sua posição altaneira, relativamente ao núcleo habitacional que a acolhe, a igreja de Malhadas destaca-se por ter, também do mesmo lado, um alpendre que abriga o respectivo portal. A sua estrutura pétrea é de acentuada volumetria, ostentando uma cobertura em madeira, sendo o travejamento talhado com incisões de motivos geométricos à semelhança da estrutura que cobre a nave da igreja.

Texto e fotografia: Maria Leonor Botelho

MANCELOS. Amarante

Embora tenha sofrido diversas transformações ao longo dos séculos, a igreja de São Martinho de Mancelos (Amarante) conserva ainda importantes parcelas da época românica. Ao nível dos alçados laterais são ainda visíveis extensos trechos de paramentos, além duma cachorrada lisa cuja forma é característica da dos modilhões cerrados de traves de madeira. Mas o que mais se destaca neste monumento românico é o imponente portal, formado por quatro arquivoltas ligeiramente quebradas. Este portal ainda hoje se encontra ao abrigo de uma galilé, à qual se acede por simples arco quebrado e cuja empena é coroada, tal como a da nave da igreja, por merlões.

Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: Maria Sortino/FSMLR

MANHENTE. Barcelos

O que nos resta da primitiva igreja românica de Manhente (Barcelos) não vai além da parte inferior da fachada, de alguns panos de muro e de algumas pedras decoradas. De facto, estamos diante de um monumento que foi profundamente transformado durante a Época Moderna. Todavia, o românico remanescente neste edifício destaca-se pela qualidade plástica do seu portal principal –um dos mais antigos mostruários, rurais, de temas decorativos bracarenses–, mas também porque estamos perante um dos primeiros exemplos do românico português que nos revela o nome de um arquitecto, *Magister Gundisalvus*. A epígrafe que nos fornece tal informação destaca-se ainda por conter uma oração associada ao nome do mestre-de-obras deste edifício, datável da primeira parte do século XII.

Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: Mariana Themudo/JFF

MEINEDO. Lousada

Tendo em conta a simplicidade da traça e a ausência de decoração, podemos considerar a igreja matriz de Meinedo (Lousada) como um edifício românico, mas de resistência, atestando quanto este modo de construir foi, no Norte de Portugal, muito estimado até épocas tardias. Disso é prova o seu portal principal, onde as arquivoltas quebradas não têm colunas, assentando directamente sobre impostas. Todavia, apesar da sua aparente simplicidade, esta igreja assume um importante papel na História da Alta Idade Média, uma vez que terá sido neste local –*Magnetum*– que se localizaria a primitiva sede da diocese portucalense.

Texto e fotografia: Maria Leonor Botelho

MEINEDO. Lousada

Também em Meinedo (Lousada), a Ponte de Espindo assegura a passagem sobre o rio Sousa, estabelecendo a ligação viária entre os lugares de Bustelo e de Boim. Trata-se de uma estrutura de pequenas dimensões, constituída por um só arco de volta perfeita apoiado em sólidos pilares que arrancam directamente das margens, apresentando-se o da margem esquerda, no lado montante, protegido por um muro ou mouchão. A largura do vão obrigou à elevação do arco e à colocação do tabuleiro em cavalete. Se as aduelas do arco são bem esquadriadas, já o restante aparelho desta estrutura apresenta-se muito irregular.

Texto e fotografia: Maria Leonor Botelho

M

MONSANTO. Idanha-a-Nova

De pequenas dimensões é a capela de São Miguel do Castelo de Monsanto (Idanha-a-Nova). Apresentando uma planta composta por nave única e capela-mor rectangular, mais estreita e mais baixa do que esta, é sob a forma de ruína que podemos apreciar este monumento românico tardio e marcadamente regional. É de destacar a existência de três arcossólios com arcos apontados, na fachada lateral Norte e que conteriam tumulária. Na envolvência desta capela, isolada e erguida numa zona de pendor inclinado, extramuros, surgem sepulturas escavadas nos afloramentos graníticos e um campanário, de dupla sineira.

Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: João Ferrand/JFF

MONSARAZ. Reguengos de Monsaraz

A Ermida de Santa Catarina de Monsaraz (Reguengos de Monsaraz), construção atribuída aos Templários, é o monumento românico que mais a Sul se localiza em território português. Trata-se de uma construção feita em xisto e tijolo, cuja opção por uma planta hexagonal atesta bem o gosto que esta Ordem Militar teve pelas plantas centralizadas. Os seus muros internos acusam uma notável animação devido ao recurso a arcadas cegas, a frisos em dente de serra, a molduras negativas quadrangulares e a paredes ainda muito animadas na parte superior pelas aberturas da galeria de circulação. Esta animação interna contrasta com a relativa pobreza dos paramentos externos. A Época Moderna acrescentou-lhe uma nave.

Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: Amélia Alexandre/JFF

MONTEMOR-O-VELHO. Coimbra

O Castelo de Montemor-o-Velho (Coimbra) desempenhou, ao longo de vários séculos, um papel estratégico de primordial importância, pelo que é possível identificar aqui estruturas de pelo menos seis fases distintas, balizadas entre os finais do século X e os meados ou finais do século XV. Pode-se ainda acrescentar uma última fase, fruto da intervenção realizada pela DGEMN ao longo do século XX. A reforma da época românica corresponde a uma segunda fase, tendo-se então ampliado a muralha para Sul e Ocidente, agora dotada de torreões de planta semi-circular, apresentando alguns deles um embasamento rectangular. Foi também por esta altura que se terá construído a Torre de Menagem, com planta sub-rectangular, cuja implantação se explica tendo em conta a primitiva entrada do Castelo.

Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: João Ferrand/JFF

MONTEMOR-O-VELHO. Coimbra

Muito embora a Igreja Paroquial de São Martinho de Montemor-o-Velho (Coimbra) tenha sido profundamente reformada em 1880, daí resultando o seu aspecto actual, encontramos neste edifício testemunhos que atestam a sua origem românica. Destaquem-se os contrafortes que, nos alçados laterais, irrompem dos paramentos caiados de branco. Mas o que aqui mais comprova a origem medieval deste edifício é precisamente uma inscrição comemorando talvez a construção da igreja de São Martinho, erguida à custa do esforço de Telo (*quiçá* o D. Telo também fundador de Santa Cruz de Coimbra?) e que se encontra na face exterior do alçado Sul da nave, imediatamente acima do portal lateral.

Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: João Ferrand/JFF

MOREIRA DE REI. Trancoso

Erguida sobre um afloramento granítico, a igreja de Santa Marinha de Moreira de Rei (Trancoso) encontra-se cercada por um conjunto de sepulturas antropomórficas escavadas na rocha e que formam um dos mais antigos cemitérios de sepulturas rupestres portuguesas. Tratando-se de um dos mais antigos monumentos da região, esta igreja terá sido matriz da póvoa acastelada fundada nos meados do século XI por D. Flâmula, nobre senhora da família condal de D. Mumadona Dias (c. 900-968). Todavia, estamos diante de um edifício erguido por canteiros locais e que deve ser enquadrado no românico de resistência e que se desenvolveu ao longo dos séculos XIII e XIV.

Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: João Ferrand/JFF

MOREIRA DO LIMA. Ponte de Lima

A capela do Espírito Santo de Moreira do Lima (Ponte de Lima) é uma das poucas ermidas medievais do Entre-Douro-e-Minho. Apesar de ser geralmente classificada como românica pela historiografia da especialidade, existe nesta igreja uma inscrição que reporta a sua construção para o século XV. É ainda importante reter que o culto do Espírito Santo, a que esta igreja está dedicada, remonta ao século XIV. Também o portal principal deve datar desta época, tendo em conta a imposta e sua organização, as arquivoltas e até a sua decoração, sendo que os cachorros de bustos que surgem nos seus alçados laterais são já característicos de finais da Idade Média.

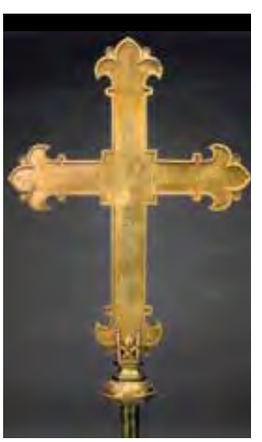
Texto e fotografia: Maria Leonor Botelho

MUSEU ALBERTO SAMPAIO (procedência de GUIMARÃES)

O Cálice de prata dourada, que D. Sancho I (1185-1211) e D. Dulce (1152-1198) ofereceram em 1187 ao Mosteiro de Santa Marinha da Costa (Guimarães), conforme inscrição gravada em torno da base, pertence actualmente à colecção do Museu de Alberto Sampaio (Guimarães). Este cálice apresenta-se com uma larga copa hemisférica, um pé prismático com um nó gomado e uma base larga e achatada. Se a copa é lisa, já sobre a base há seis medalhões com trabalho em repuxado que nos mostram, de forma alternada, leões e largas folhagens.

Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: Museu Alberto Sampaio/José Pessoa/Divisão de Documentação Fotográfica - Instituto dos Museus e da Conservação, I.P.

MUSEU NACIONAL DE ARTE ANTIGA (procedência de COIMBRA)



Em 1214, D. Sancho I (1185-1211) mandou fazer uma preciosa cruz de ouro para oferecer ao Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. Actualmente podemos ver esta cruz exposta no Museu Nacional de Arte Antiga (Lisboa). Trata-se de uma cruz processional cujas hastes terminam em forma de flor-de-lis, onde aparecem espigas de trigo de marcado valor simbólico. Na sua face principal mostrava uma relíquia do Santo Lenho, segundo fórmula muito vulgar no mundo bizantino, ambientada por delicadas ornamentações e coloridas pedras preciosas. Já no reverso destaca-se a figuração do Agnus Dei, rodeado de Tetramorfo, numa iconografia muito característica da época românica e que se relaciona com a antiga resistência à representação humana de Cristo sobre a cruz.

Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: Museu Nacional de Arte Antiga/José Pessoa/Divisão de Documentação Fotográfica - Instituto dos Museus e da Conservação, I.P.

MUSEU NACIONAL DE MACHADO DE CASTRO (possível procedência do PORTO)

Embora não sabendo onde se poderia encontrar, na Sé do Porto existiria, muito provavelmente, um conjunto escultórico que representava uma –Anunciação– ao qual terá pertencido uma escultura de Anjo românico que hoje se expõe no Museu Nacional de Machado de Castro, Coimbra. Apesar de estar bastante mutilado (faltam-lhe as mãos, a cabeça e parte das asas), as suas vestes acusam, no cair dos pregueados, uma convenção estilística, românica, frequente no centro e oeste de França, testemunhando-se também aqui a relação que o românico da região do Porto teve com estas regiões francesas. Esta estátua de granito é datável dos fins do século XII pois o seu movimento e graça de corpo reflectem já uma espacialidade protogótica.

Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: Museu Nacional de Machado de Castro/Arnaldo Soares/Divisão de Documentação Fotográfica - Instituto dos Museus e da Conservação, I.P.

MUSEU NACIONAL DE MACHADO DE CASTRO (procedência de REFOJOS DE BASTO. Cabeceiras de Basto)

No Museu Nacional de Machado de Castro podemos apreciar um Cálice que o rico magnate da região de Basto, D. Gueda Mendes, mandou fazer para oferecer ao Mosteiro de São Miguel de Refojos de Basto (Cabeceiras de Basto), de que era patrono. Trata-se de uma peça de extraordinária qualidade artística, datada de 1152, conforme inscrição gravada em redor do seu pé. Em prata dourada, mostra uma forma plenamente românica, copa hemisférica, nó arredondado e pé tronco-cónico, ligeiramente côncavo. Toda a parte exterior do cálice está coberta com decoração feita por cinzelagem ou a buril. Em redor da copa e debaixo de doze arcadas, representa-se Cristo rodeado por um Apostolado, cuja iconografia é muito própria desta época.

Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: Museu Nacional de Machado de Castro/José Pessoa/Divisão de Documentação Fotográfica - Instituto dos Museus e da Conservação, I.P.

MUSEU NACIONAL DE MACHADO DE CASTRO (procedência de ALMEDINA. Coimbra)

Da igreja românica de São João de Almedina (Coimbra) apenas sobrevive hoje um conjunto de arcadas do seu claustro, integrado nos edifícios do Museu Nacional de Machado de Castro, da mesma cidade. Embora não se detecte uma grande clivagem temporal, são aqui identificáveis duas fases distintas, a primeira mostrando ainda fortes presenças moçárabes no tipo de bases e na solução decorativa dos capitéis, enquanto que a outra, mais significativa, mostra já bases e capitéis plenamente românicos. As arcadas remanescentes deste claustro representam o balbuciar da arte românica em Portugal e, mais significativamente, na cidade de Coimbra, pertença que foram da primeira grande construção românica da cidade do Mondego.

Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: Museu Nacional de Machado de Castro/José Pessoa/Divisão de Documentação Fotográfica - Instituto dos Museus e da Conservação, I.P.

MUSEU NACIONAL DE MACHADO DE CASTRO (procedência de COIMBRA)

A igreja de Santa Justa de Coimbra encontra-se documentada desde 1098. Em 4 de Fevereiro de 1102 foi doada, pelo bispo de Coimbra D. Maurício Burdino, à comunidade monástica de Saint-Benoît-sur-Loire. Reformada na época românica, quando foi transformada em Colegiada pelo presbítero Rodrigo, como testemunha a epígrafe da sua lápide sepulcral guardada no Museu Nacional Machado de Castro (Coimbra). Numa das faces desta lápide de calcário podemos apreciar a inscrição funerária, versificada e com clara preferência pelos caracteres rectificados, daquele que foi o fundador da Colegiada desta igreja coimbrã. No mesmo Museu guardam-se ainda alguns capitéis bem lavrados e que pertenceram a este edifício, atestando a qualidade da fábrica românica.

Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: Museu Nacional de Machado de Castro/Arnaldo Soares/Divisão de Documentação Fotográfica - Instituto dos Museus e da Conservação, I.P.

MUSEU NACIONAL DE MACHADO DE CASTRO (procedência de COIMBRA)

A igreja românica de São Pedro foi demolida para dar lugar à construção da actual Cidade Universitária, em 1945-1946. O facto de ter sido um convento beneditino, durante o século XII, não impediu que servisse desde muito cedo como igreja de freguesia. A julgar pela sua temática ornamental e esmero dos seus trabalhos escultóricos, e porque muitos dos seus temas têm paralelos em outras igrejas do Centro e do Norte, desde Rates e Braga à região de Lamego, este era um grande monumento de significado inter-regional. Os vestígios que foram guardados no Museu Nacional de Machado de Castro (Coimbra) atestam bem este facto.

Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: Museu Nacional de Machado de Castro/Arnaldo Soares/Divisão de Documentação Fotográfica - Instituto dos Museus e da Conservação, I.P.

NOGUEIRA. Viana do Castelo

Na igreja de São Cláudio de Nogueira (Viana do Castelo) identificam-se várias fases construtivas. É composta por uma pequena nave e uma capela-mor rectangular, relativamente comprida em relação ao tamanho da nave. A parte mais antiga da igreja, o arco cruzeiro, poderá ser anterior à campanha que edificou a capela-mor, à qual se associa uma epígrafe no interior do edifício e onde se lê a data de 1184. De facto, aqui vemos ainda dois trechos de muro da primitiva construção, cuja análise do aparelho e sua disposição indiciam técnicas construtivas mais remotas. Este arco é bastante baixo, mostrando as bases dos fustes ao nível do pavimento e fechando muito o espaço da cabeceira.

Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: Mariana Themudo/JFF

NUMÃO. Vila Nova de Foz de Côa

O Castelo de Numão está implantado num cabeço elevado, em local de antiga ocupação Neolítica. Localizado em lugar estratégico, o Castelo remonta ao século X tendo sido conquistado pelos muçulmanos em 1030. Reconquistado por Fernando Magno em 1059, foi reedificado no século XII por Fernão Mendes de Bragança casado com a irmã de D. Afonso Henriques, D. Sancha. A Torre de Menagem terá sido construída no século XII sendo o Castelo posteriormente reformado por D. Dinis. No povoado abandonado conservam-se as ruínas da Igreja da Santa Maria, dentro dos muros. Os elementos arruinados indiciam um programa de românico tardio. O portal remanescente é já da época gótica.

Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: João Ferrand/JFF

OLIVEIRA DO CASTELO. Guimarães

O Castelo de Guimarães constitui uma das mais poderosas imagens de um castelo medieval para os portugueses, em grande parte pela sua associação com as origens do reino e com a personalidade de D. Afonso Henriques (1143-1185). Remontando a sua origem ao tempo de D. Mumadona Dias (c. 900-968), sua fundadora, a estrutura românica foi posteriormente transformada na época de D. Fernando (1367-1383) pelo que estamos diante de uma estrutura militar essencialmente gótica. No entanto, é ao nível da sua planimetria em forma de escudo, sem cubelos em redor e com ampla Torre de Menagem ao centro, que identificamos a marca da reformulação românica feita ao tempo do rei *Conquistador* e de seu filho, D. Sancho I (1185-1211).

Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: Mariana Themudo/JFF

OLIVEIRA DO CASTELO. Guimarães

A igreja de São Miguel do Castelo de Guimarães tem sido glosada, mais do que pela sua arquitectura, pelo facto de lhe estar associada uma lenda e que a identifica como o local de baptismo do nosso primeiro rei, D. Afonso Henriques (1143-1185). São vários os autores que questionam a veracidade desta lenda. Na verdade, o estilo arquitectónico desta construção românica não se coaduna com uma cronologia tão precoce, sendo antes datável de finais do século XII ou inícios do século XIII (tendo em conta que se aponta a data de 1239 para a sua sagração). Construída no interior da cerca baixa, participa da simplicidade da arquitectura militar, porque se relaciona com o núcleo do Castelo românico-gótico de Guimarães.

Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: Mariana Themudo/JFF

OUTEIRO SECO. Chaves

A Igreja de Nossa Senhora da Azinheira de (Chaves) assume um carácter particular no contexto do românico da região transmontana, distinguível pela sua localização numa planície agrícola, pelo seu carácter tardio e inserido no românico de resistência, pela qualidade artística do seu portal principal e da sua fresta fundeira (a única remanescente da época românica), mas também, pelo grande número de cachorros que ainda prevalecem em torno de todo o edifício. Nossa Senhora da Azinheira de Outeiro Seco distingue-se ainda pela sua colecção de pintura mural, fruto de uma grande campanha realizada no século XVI.

Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: María Sortino/FSMLR

PAÇO DE SOUSA. Penafiel

A igreja de São Salvador de Paço de Sousa (Penafiel) assume-se como um dos mais significativos monumentos românicos, quer em termos artísticos, quer em termos históricos. Em termos artísticos este mosteiro beneditino surge como o principal foco irradiador de um dialecto do românico e que se desenvolveu em torno do vale do rio Sousa. Este edifício compendia, pois, as principais características daquilo a que se veio chamar de *românico nacionalizado* e que resulta da conjugação das influências coimbrã e portuense com os antecedentes locais e autóctones. As suas singulares características, tanto ao nível da arquitectura como da escultura, e o facto de conservar o túmulo de Egas Moniz, fazem deste velho mosteiro beneditino um dos mais apelativos e prestigiados testemunhos da arquitectura românica portuguesa.

Texto e fotografia: Maria Leonor Botelho

PAÇO DE SOUSA. Penafiel

É no Mosteiro de Paço de Sousa (Penafiel) que se guarda o túmulo de Egas Moniz (1080-1146), o aio de D. Afonso Henriques (1143-1185). Da linhagem dos Riba-Douro, foi-lhe incumbida a tarefa de educar o jovem monarca, tendo vindo ainda a assumir um papel preponderante na história da formação do reino nascente. Apesar de extremamente remexido, facto comprovado pela falta de unidade técnica e conceptual dos seus faciais, este túmulo não deixa de se assumir como um dos principais documentos escultóricos do românico português pelo facto dos seus baixos-relevos procurarem narrar a lenda que se associa à vida do *Aio*.

Texto e fotografia: Maria Leonor Botelho

PAÇOS DE GAIOLO. Marco de Canaveses

A Capela de Fandinhães em Paços de Gaiolo (Marco de Canaveses) é um bom testemunho do reaproveitamento de um edifício em parte demolido. Tendo-se em 1873 desfeito o corpo da nave, arruinado, e utilizando-se a pedra para ampliar a actual igreja paroquial, adaptou-se, consequentemente a cabeceira a capela. Assim, actualmente, o arco triunfal da igreja foi convertido em portal principal, vendo-se ainda os arranques laterais da nave. Naquilo que em tempos foi a nave e que hoje forma o átrio da igreja, conserva-se uma sepultura composta por uma laje. Os toros diédricos existentes nas frestas acusam a influência do Limousin francês, através do românico do Porto, via Travanca (Amarante).

Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: Mariana Themudo/JFF

PADERNE. Melgaço

Pertença dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, o Mosteiro de São Salvador de Paderne (Melgaço) assume-se como um dos mais significativos monumentos românicos da margem esquerda do rio Minho. Este edifício destaca-se, pois, não só pelas suas soluções arquitectónicas e características decorativas, mas também porque se assume como protótipo, bem datado, do românico nesta região. Uma inscrição gravada na fachada informa-nos que esta igreja foi sagrada em 1264. Mas o que mais notabiliza este edifício é o facto de possuir dois portais, monumentalizados através de arquivoltas ricamente ornamentadas, posicionados em dois planos diferentes, mas ambos voltados a Ocidente.

Texto e fotografia: Maria Leonor Botelho

PENAS RÓIAS. Mogadouro

Foi por iniciativa de D. Fernão Mendes (c. 1095-c. 1160), tenente da terra de Bragança entre 1165 e 1187, que o Castelo de Penas Róias (Mogadouro) foi doado à Ordem Militar dos Templários. Conforme inscrição gravada no lintel de acesso à Torre de Menagem quadrangular deste castelo, terá sido no ano de 1172 que os Templários terão procedido à reconstrução deste castelo. Esta estrutura militar apresentava um circuito amuralhado bastante amplo que Duarte D'Armas desenhou em 1509-1510 no seu "Livro das Fortalezas do Reino", encomendado por D. Manuel I (1495-1521). No entanto, deste castelo, hoje não se conserva praticamente nada da sua muralha, apenas sobrevivendo, e em relativo bom estado de conservação, a sua Torre de Menagem, erguida no mais alto afloramento rochoso.

Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: João Ferrand/JFF

PEREDO DA BEMPOSTA. Mogadouro

Crê-se que ao longo de toda a Idade Média, a igreja de Nossa Senhora da Anunciação, no lugar de Algosinho (Peredo da Bemposta-Mogadouro), terá estado anexa ao mosteiro beneditino de Castro de Avelãs (Bragança). Um dos aspectos mais curiosos deste edifício românico prende-se com o facto da fachada Ocidental ser muito baixa relativamente à largura da nave, o que é em parte justificado pelo facto do piso interior da nave estar assente em cota muito mais baixa do que a fachada ocidental. Do portal principal acede-se à nave por uma escada de onze degraus (fruto das intervenções de restauro do século XX) a que se segue, do lado do Evangelho, um afloramento rochoso.

Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: Sara Díez de Mier/FSMLR

POMBAL

Junto à segunda cintura da muralha do castelo de Pombal, do lado Sul, existem as ruínas da cabeceira da igreja de Santa Maria, destruída pelas invasões francesas. Os vestígios românicos existentes nesta capela poderão ser datáveis de finais do século XII ou de inícios do século seguinte. Esta cronologia vai de encontro à do Castelo de Pombal, cuja construção feita ao tempo de D. Gualdim Pais datará de 1171. Os vestígios desta igreja mostram-nos que esta apresentava uma cabeceira composta por abside semi-circular e absidíolos rectos que seriam delimitados por uma parede do lado das naves.

Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: Mariana Themudo/JFF

PRAIA DO RIBATEJO. Vila Nova da Barquinha

Considerado o mais impressionante monumento guerreiro, o Castelo Templário de Almourol (Praia do Ribatejo-Vila Nova da Barquinha), foi erguido num cenográfico ilhéu rochoso que aflora no rio Tejo. Ocupando a totalidade do espaço disponível, os paramentos desta estrutura militar revelam, no reaproveitamento de diversos materiais, a velocidade que a Ordem do Templo imprimiu a esta construção tão geográfica e militarmente estratégica. A planta adapta-se aos condicionalismos impostos pela topografia do local, assumindo um contorno irregular, embora se tivesse adoptado, sempre que possível, troços de muralha rectilíneos. Cubelos redondos, alguns já relativamente salientes, nas zonas de inflexão de itinerário da muralha, conferem uma fisionomia muito particular a este castelo erguido a partir de 1171.

Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: João Ferrand/JFF

RIBAS. Celorico de Basto

A igreja do Mosteiro de Ribas (Celorico de Basto), consagrado ao Divino Salvador, é um bom testemunho do românico de resistência, ou talvez mesmo já do gótico rural, de finais do século XIII ou de inícios do século XIV. Exemplificando o tratamento dado às formas românicas pela inspiração local dos artistas autóctones, torna-se difícil propor uma classificação estilística para este edifício em particular, tanto mais que uma inscrição, fragmentada, que naturalmente aludiria à construção –pois diz "iste fecit"– é paleograficamente da época gótica. Também a forma do seu portal principal, com duas arquivoltas quebradas e estreitos capitéis, cuja ornamentação vegetalista se cola ao cesto, são indícios de uma cronologia tardia.

Texto e fotografia: Maria Leonor Botelho

RIO COVO (SANTA EULÁLIA). Barcelos

Na igreja de Santa Eulália de Rio Covo (Barcelos) ainda se conservam alguns vestígios da época românica. Na capela-mor vemos modilhões românicos, esculpidos. Vêem-se, ainda neste edifício, o topo de uma fresta e um fragmento de friso de arquivolta, decorado com elementos vegetais, muito estilizados. Todavia, tendo em conta a plástica dos fragmentos existentes, que nos indicam ainda que a cabeceira desta igreja seria quadrangular, e que nos apontam para uma época bastante tardia do românico português, tem-se indicado a segunda parte do século XIII como época de construção deste edifício. Mais, as siglas alfabéticas, existentes em muitos silhares, corroboram esta hipótese.

Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: Mariana Themudo/JFF

RIO MAU. Vila do Conde

A igreja de São Cristóvão de Rio Mau (Vila do Conde) é uma das mais antigas do românico português. De facto, tendo em conta uma inscrição comemorativa do início da construção, gravada ao longo de cinco silhares do interior da capela-mor, a edificação desta igreja da bacia do rio Ave terá sido iniciada em 1151, apesar de haverem referências documentais e vestígios que apontam para a existência de um edifício anterior. Neste edifício, de estrutura extremamente simples, sobressai um rico conjunto de elementos escultóricos, detectando-se ainda um evidente contraste entre a qualidade da fábrica da capela-mor e a da nave.

Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: Jaime Nuño González/FSMLR

RUBIÃES. Paredes de Coura

Integrada na família do românico da margem esquerda do rio Minho, patenteando a influência galega, a igreja de São Pedro de Rubiães (Paredes de Coura), localiza-se ao lado da via romana e medieval que ligava Braga a Compostela. Apesar das reduzidas dimensões da sua nave, a igreja de Rubiães destaca-se pela riqueza da sua temática escultórica, nomeadamente a do seu portal principal. Assim, encontramos aqui um dos raros conjuntos de estátuas-colunas do românico português, numa representação do tema da Anunciação. O tímpano, apesar de ser uma cópia do século XIX, mostra-nos uma representação do Cristo Pantocractor, dentro de mandorla.

Texto e fotografia: Maria Leonor Botelho

SALZEDAS. Tarouca

Em 1156, D. Teresa Afonso resolveu entregar o seu Mosteiro de Santa Maria de Salzedas (Tarouca) aos Cistercienses. Deste acto, ficou-nos o título original, que o garante, bem como o juramento feito por um Abade João, que ao receber tal cargo se comprometeu, solenemente, a aí conservar sempre a referida observância monástica. O primeiro mosteiro da Ordem de Claraval que houve em Salzedas é hoje uma ruína, há muito conhecida como sendo a *Abadia Velha* ou *Salzedas I*. Dedicaram-se então os Cistercienses a construir, num local muito próximo, a *Abadia Nova*, ou *Salzedas II*, que, embora esteja actualmente muito transformada por elementos barrocos, mantém ainda alguns vestígios da primitiva fábrica da época românica.

Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: Mariana Themudo/JFF

SANTA CRUZ. Coimbra

O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra foi a casa-mãe dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, patrocinada por D. Afonso Henriques (1143-1185), fruto de influências provindas de São Rufo de Avinhão e obra do dinamismo e vanguardismo do arcediago de D. Telo e de outros eclesiásticos ligados à Sé de Coimbra. Embora a sua igreja tenha sido totalmente reconstruída durante a época manuelina, ao que se sabe, na época românica, a arquitectura desta igreja destacava-se bastante, podendo ser hoje praticamente reconstituída com base nos vestígios remanescentes e em descrições antigas. Estando posicionada fora de muros, e apesar da frontaria ter sido idêntica à da Sé-Velha, em Santa Cruz conciliou-se de maneira única a forma de uma estrutura acastelada com a da estrutura religiosa.

Texto e fotografia: Maria Leonor Botelho

S

SANTA LEOCÁDIA. Chaves

A igreja de Santa Leocádia (Chaves) apresenta alguns vestígios românicos na sua estrutura bastante alterada ao longo dos séculos. A sua fachada foi totalmente transformada durante o século XVIII, assim como os seus portais laterais primitivos foram entaipados, permanecendo ainda, muito embora, as suas cicatrizes nos paramentos exteriores da nave. Mas é ao nível da fresta do topo da capela-mor que melhor se afirmam os elementos românicos neste monumento transmontano, nomeadamente na rica composição de duas arquivoltas ornamentadas que a compõem. Também o arco triunfal, apesar de ser já quebrado e ter sofrido um considerável alteamento, apresenta um evidente sabor românico na sua linguagem plástica.

Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: María Sortino/FSMLR

SANTA MARIA. Viseu

No Tesouro da Sé de Viseu guardam-se duas arquetas-relicário, rectangulares e com tampa em dupla rampa. O seu corpo de madeira está coberto com placas de cobre dourado, esmaltadas e figuradas, lembrando-nos que estamos diante de duas peças importadas da região de Limoges (França), certamente em inícios do século XIII. As duas peças são muito semelhantes entre si. Na sua frente, sobre a tampa, em *champlevée*, vemos o Cristo Pantocrator e uma Crucifixão. Um Apostolado, representado sob arcadas, enche a restante superfície. Não nos podemos esquecer da grande força e importância, mas também dinâmica, que a época românica atribuiu ao culto das relíquias.

Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: Tesouro-Museu da Catedral de Viseu

SANTA MARIA DO CASTELO DE SÃO MIGUEL. Torres Vedras

É possível que *Magister Menendus*, referido numa inscrição funerária de 1208, tivesse sido o arquitecto da igreja de Santa Maria do Castelo de São Miguel de Torres Vedras (Lisboa). Esta inscrição encontra-se gravada na ombreira direita do portal lateral Sul, na face voltada ao exterior. Apesar de profundamente transformada, conforme atesta a sua capela-mor rectangular extremamente profunda relativamente à dimensão da nave única, esta igreja conserva ainda elementos românicos, nomeadamente ao nível dos portais. Apesar de estarmos na presença de uma obra provinciana, esculpida com certa dificuldade, esta não deixa de permanecer fiel ao esquema proposto pelo centro lisboeta, cujo tema das pombas debicantes é reproduzido nos capitéis do portal ocidental.

Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: Mariana Themudo/JFF

SANTA MARIA MAIOR. Chaves

O edifício da época românica que existiu em Chaves, dedicado a Santa Maria Maior, desapareceu quase completamente devido à construção da nova igreja do século XVI, que apenas respeitou o antigo portal axial e a torre fronteira da antiga construção. Mas tendo em atenção o que resta, assim como o seu posicionamento, pode inferir-se que a primitiva matriz românica de Chaves teria uma só nave e apresentava uma alta torre instalada sobre o portal principal. Este tipo de organização de fachada da igreja não tem grandes paralelos entre nós, embora os haja na área galega e, sobretudo, na meseta espanhola. Trata-se de um portal, decorado com temas vegetais geometrizados e movimentadas arquivoltas e abrigado sob a robusta torre existente do lado esquerdo da fachada da actual igreja.

Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: Mariana Themudo/JFF

SANTO ISIDORO. Marco de Canaveses

No Marco de Canaveses, a igreja de Santo Isidoro padroniza o românico da região do Baixo Tâmega, tanto na organização do espaço como no arranjo dos alçados, na tipologia das aberturas e no gosto patente nas rosáceas. Mais, esta igreja é também um excelente testemunho da repetição das formas românicas numa cronologia bastante tardia e que corresponde ao século XIV. Mas o que aqui se destaca é o portal principal, que domina totalmente a fachada e é formado por três arquivoltas que envolvem um tímpano com cruz vazada. Os seus capitéis seguem modelos provenientes da mancha de Pombeiro, a que as palmetas bracarenses das impostas fazem coerente companhia.

Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: Mariana Themudo/JFF

SÃO BARTOLOMEU. Coimbra

A igreja românica de São Bartolomeu de Coimbra, que existiu até à segunda metade do século XIX, era muito interessante, sendo a sua construção perfeitamente coeva da Sé-Velha da mesma cidade, mostrando com esta semelhanças ao nível da tipologia, estilo e planimetria, embora tivesse dimensões mais reduzidas. Esta igreja, cuja orientação seria diferente da actual, tinha três naves abobadadas e parece ter sido reedificada na segunda metade do século XII. Uma intervenção arqueológica realizada na década de 1970 revelou-nos um conjunto de estruturas que, conforme interpretação do seu testemunho fotográfico, podem ser identificadas com o arranque de um pilar que poderia sustentar um arco do antigo edifício.

Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: IHRU/SIPA Fotografia: 098851

SÃO JOÃO BAPTISTA. Tomar

Conforme inscrição que ainda se encontra gravada no lintel da porta de acesso da Torre de Menagem, o Castelo de Tomar (Santarém), foi edificado por Gualdim Pais, o quarto Mestre da Ordem do Templo em Portugal, em 1160. Apesar das grandes transformações a que foi sujeito ao longo dos séculos, que nos dificultam o perfeito entendimento da sua configuração original, há indícios de que a fortaleza românica de Tomar seria muito evoluída, tanto mais que foi concebida segundo o modelo de fortificações típico do Sul, com Alcáçova e Almedina, conceito muito distante do conceito senhorial do Norte cristão. Não nos podemos esquecer que esta era a sede da Ordem dos Templários em Portugal.

Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: Mariana Themudo/JFF

SÃO JULIÃO DE MONTENEGRO. Chaves

A Igreja de São Julião de Montenegro (Chaves) apresenta-se relativamente bem conservada, com excepção da sua fachada principal que foi reconstruída em meados do século XIX. Ter-se-á desmantelado por então o primitivo portal românico, encontrando-se ainda algumas peças no interior da igreja e outras no Museu Municipal de Chaves. Mas aquilo que distingue esta igreja, no contexto do românico nacional, é precisamente o arco triunfal românico. Os seus capitéis apresentam uma temática antropomórfica, animalista e vegetalista potentosa. É através da plástica conseguida nestes capitéis que se tem procurado ligar o românico de São Julião de Montenegro ao da região de Orense, em Espanha.

Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: María Sortino/FSMLR

S

SÃO MARTINHO. Covilhã

A Capela de São Martinho da Covilhã (Castelo Branco), composta por nave única e cabeceira rectangular, mais estreita e mais baixa que esta, apresenta-se-nos num românico não só extremamente simples, mas também já bastante tardio e enquadrado numa corrente bastante rural e periférica do românico português. Assim, a desproporção verificada entre a dimensão do arco quase abatido do portal principal e a restante fachada é por demais evidente. A estreita fresta, posicionada no seu alinhamento, onde colunelos atarracados sustentam a sua arquivolta, sobe quase até ao nível da empena triangular que coroa o edifício. Quatro modilhões atestam que existiu em tempos uma estrutura alpendrada a abrigar este portal.

Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: João Ferrand/JFF

SÃO NICOLAU. Marco de Canaveses

A igreja de São Nicolau, no Marco de Canaveses, localiza-se na margem Norte do rio Tâmega, entre dois antigos acessos da margem esquerda e apresenta-se geograficamente muito próxima da igreja de Santa Maria de Sobretâmega, da qual está apenas separada pelo rio. Só a importância geográfica e estratégica alcançada pela ponte mandada construir sobre este rio, e neste local, pela rainha D. Mafalda (1125-1157) pode justificar esta proximidade. Dentro daquilo que tem sido designado como românico de resistência, a igreja de São Nicolau apresenta soluções tardias como os portais sem colunas ou capitéis e os cachorros lisos.

Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: Mariana Themudo/JFF

SÃO PEDRO. Trancoso

A igreja de Nossa Senhora da Fresta (Trancoso-Guarda) tem aspectos que a ligam ao românico da vizinha região de Lamego, de época muito tardia, muito embora haja autores que a considerem já um edifício da época gótica. Conta a lenda que, em finais do século XII, quando se reconstruiu esta igreja, após uma investida muçulmana, se encontrou uma imagem de Nossa Senhora, que se acreditava destruída, entaipada no vão de uma fresta. Apesar de profundamente transformada ao nível da fachada principal, esta igreja conserva ainda uma espacialidade românica, na sua nave única e capela-mor rectangular, assim como extensos paramentos românicos nos seus alçados laterais.

Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: João Ferrand/JFF

SÃO TORCATO. Guimarães

Apesar dos acrescentos, a igreja de São Torcato de Guimarães conserva ainda uma parte da planta românica. Esta igreja vimaranense assume um lugar de destaque no panorama do românico do Entre-Douro-e-Minho por ostentar ajimezes e ser um exemplo flagrante do reaproveitamento de elementos de uma construção anterior, do período visigótico. São ainda claríssimas as suas influências moçárabes, que se espelham igualmente nos numerosos frisos ali corridos. No entanto, por apresentar uma arcatura sob cornija na sua capela-mor, estamos diante de uma edificação românica algo tardia.

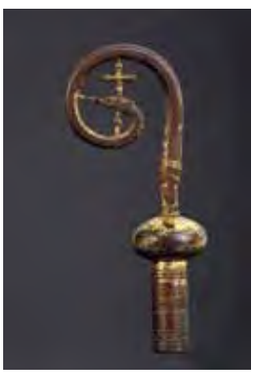
Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: João Ferrand/JFF

SÃO VICENTE. Guarda

A Capela de Nossa Senhora de Mileu, no concelho da Guarda, surge-nos como um monumento românico bastante tardio, podendo ainda ser integrado no âmbito daquilo que se tem chamado de gótico rural. Este edifício apresenta uma muito ampla e curiosa nave única, onde se nota ainda um grande cuidado colocado nos seus elementos decorativos. Atente-se às métopas decoradas entre os cachorros e à escultura dos capitéis do arco cruzeiro que, embora inspiradas em modelos românicos, mostram uma grande distância entre si. Este templo foi concebido para ser capela de "porta aberta", pois tem gradeamentos na entrada da capela-mor, o que comprova que a devoção e romaria a Nossa Senhora do Mileu, muito célebre na época moderna, já existiria nos fins do século XIII ou inícios do século XIV.

Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: João Ferrand/JFF

SÉ. Braga



Em Portugal existem três báculos românicos, de entre os quais se destaca o Báculo dito de Santo Ovídio, que se guarda no Tesouro da Sé de Braga. Segundo a tradição, esta crossa de báculo apareceu no túmulo de Santo Ovídio. É o mais antigo exemplo conhecido em Portugal, dentro desta tipologia de alfaia litúrgica. A crossa é de secção prismática, sendo a voluta decorada por uma serpente bicéfala. Um nó, oval e liso, e uma haste destinada ao encabamento, completam a peça. Na haste são ainda de registar três bandas de temas cinzelados, duas com entrelaçados e outra com motivos vegetalistas. Esta peça, em cobre dourado e cinzelado, tem sido datada do século XII, já que os outros dois exemplares acusam um maior refinamento na sua execução.

Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: Tesouro-Museu da Sé de Braga/Manuel Correia

SÉ. Lamego

A catedral românica de Lamego desapareceu para dar lugar a outra construção gótica que, por sua vez, foi profundamente transformada durante a época barroca. A julgar pelos vestígios conhecidos, esta igreja seria certamente um monumento chave para a compreensão desta arquitectura na diocese lamacense. A única parcela que actualmente se conserva é a parte inferior da torre dos sinos, cujos silhares, além de serem bem aparelhados, ostentam ainda um rico conjunto de siglas. Todavia, tendo em conta a sua forma, este trecho da construção românica da catedral de Lamego deverá datar já da segunda metade do século XIII. Recorde-se o carácter tardio do românico português.

Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: Mariana Themudo/JFF

SÉ. Lisboa

A Sé de Lisboa assume-se como um dos monumentos de maior destaque no panorama do românico nacional, não só por ser a igreja primaz da capital de Portugal, como ainda por ser o único monumento românico existente na mesma. Este edifício, associado à irradiação do românico de Coimbra –pois em ambos terá trabalhado o mesmo arquitecto, mestre Roberto– tem ainda uma especial conotação pelo facto de ser constantemente associado à formação do reino nascente ao tempo de D. Afonso Henriques (1143-1185). No entanto, estamos diante de um monumento profundamente transformado pelo tempo e pelos homens, sujeito a sucessivas reconstruções, sendo logo a primeira já da época gótica, ao nível da sua cabeceira.

Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: Mariana Themudo/JFF

S

SÉ NOVA. Coimbra

A igreja de São Salvador de Coimbra conserva ainda grande parte da sua fábrica românica. Foi edificada na parte elevada da antiga cerca da Almedina, paralela à próxima igreja de S. João, na segunda metade do século XII, ao tempo em que se levantava a Sé-Velha e em local onde anteriormente tinha existido um templo moçárabe. Segundo inscrição que se encontra ao lado do portal principal, terá sido o magnato conimbricense Estêvão Martins quem mandou construir a fachada, quando corria o ano de 1179. Com três naves e originalmente dotada com cabeceira tripartida, sendo os absidíolos e a abside todos quadrangulares, dos quais apenas existe hoje o absidíolo do lado da Epístola, esta igreja apresenta ainda falso transepto, ligeiramente acusado.

Texto e fotografia: Maria Leonor Botelho

SEPINS. Cantanhede

A actual igreja de São João Baptista, Paroquial de Sepins (Cantanhede), resulta de uma reforma de finais do século XIX. Conserva-se hoje, encastrado na parede da capela-mor, do lado da Epístola, uma réplica de um tímpano românico, sendo que se desconhece o paradeiro actual do seu original. A sua composição tripartida mostra Cristo Pantocrator no arco central, sentado em majestoso e alto cadeiral e esculpido com minúcia sobre os modelos contemporâneos, ladeado pelas figuras da Águia (de S. João), no lado esquerdo da composição, e do Anjo (de S. Mateus), no lado oposto, que seguram filactera.

Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: João Ferrand/JFF

SERNANCELHE. Sernancelhe,Viseu (=freguesia, concelho e distrito)

Apesar de bastante remodelada durante a época manuelina e no século XVIII, a igreja Matriz de Sernancelhe (Viseu) conserva ainda algumas parcelas românicas. Trata-se de uma igreja de nave única e capela-mor rectangular, onde se destaca o portal principal, formado por três arquivoltas redondas sobre colunas cilíndricas e capitéis de fortes volutas, sendo uma das suas arquivoltas ornada com pequenas imagens de anjos com livros sobre os joelhos e separados por docéis. Esta igreja é um testemunho esclarecedor da policromia dos edifícios medievais pelo facto de conservar um importante conjunto de pintura mural no seu interior, embora de época posterior à românica.

Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: João Ferrand/JFF

SERZEDELO. Guimarães

A igreja de Santa Cristina de Serzedelo (Guimarães) forma, ainda hoje, um curioso conjunto monumental medieval, de que fazem parte o bloco maciço da sineira, a galilé coberta, a igreja e a uma capela funerária, gótica, a Sul, que hoje serve de sacristia. A igreja deste mosteiro de Cónegos Regrantes de Santo Agostinho apresenta uma enorme semelhança com a igreja, geograficamente próxima, de São Miguel de Vilarinho (Santo Tirso), o que lhes granjeou a apelidação de igrejas *gémeas*. Estamos também diante de um dos raros monumentos românicos ainda dotados de galilé, cuja construção se seguiu à da igreja. Este conjunto arquitectónico terá sido construído entre finais do século XIII e inícios do século XIV.

Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: Mariana Themudo/JFF

SOALHÃES. Marco de Canaveses

A igreja Matriz de Soalhães (Marco de Canaveses), apesar de profundamente transformada durante o século XVIII, conserva ainda o seu portal principal, datável do século XIV. Todavia, este apresenta-nos já uma feição proto-gótica pois surge sem tímpano e com três arquivoltas quebradas, a interna assente por meio de imposta nos pés-direitos do muro, e as exteriores, em colunas com capitéis vegetalistas. Data de 875 a fundação do Mosteiro de Soalhães, doado por D. Sancho II (1185-1211) ao bispo do Porto em 1267. Na capela-mor, ao abrigo de um arcossólio, existe um interessante túmulo cujo facial tem esculpidos, sob arcada, oito escudos que conservam vestígios de policromia.

Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: Mariana Themudo/JFF

SOBRETÂMEGA. Marco de Canaveses

É muito recuada a fundação da igreja paroquial de Santa Maria de Sobretâmega (Marco de Canaveses). A localização desta igreja, que substitui a paroquial da antiga freguesia de São Pedro de Canaveses, dever-se-á à iniciativa da rainha D. Mafalda (1125-1157) fundadora da Albergaria e da ponte de Canaveses. Todavia estamos diante de uma construção mais tardia e que mantém o sabor românico da região. Apresentando-se sob a forma planimétrica mais comum da arquitectura românica portuguesa –nave única e cabeceira rectangulares–, a paroquial de Sobretâmega mostra-nos um portal destituído de colunas e de capitéis e um conjunto de cachorros lisos de secção quadrangular.

Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: Mariana Themudo/JFF

SOURE. Soure, Coimbra (=freguesia, concelho e distrito)

O Castelo de Soure (Coimbra) desempenhou um papel estratégico fundamental no processo da Reconquista da zona Centro do País, entre 1064 e 1147, quando as conquistas de Santarém e Lisboa afastaram a linha de fronteira para junto do Tejo. A sua importância estratégica saiu amplamente reforçada a partir de 1131, quando D. Afonso Henriques (1143-1185) se fixou em Coimbra convertendo esta cidade em "capital" do reino. Em 1128, este castelo foi doado aos Templários. A sua segunda fase construtiva, e que equivale à época românica e ao século XII, compreendia pelo menos duas torres, uma das quais continua a existir. Todavia, como vestígio românico temos apenas, na actualidade, a base da torre principal.

Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: João Ferrand/JFF

SOUTO (SÃO SALVADOR). Guimarães

A antiga igreja românica de São Salvador do Souto (Guimarães), pertença de um mosteiro de Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, foi totalmente transformada no século XVIII e a sua capela-mor foi ainda objecto de reforma no século XIX. É de destacar, do lado Sul da cabeceira, uma curiosíssima arcatura sob cornija românica que ainda se conserva. Esta apoia-se sobre mísulas esculpidas à maneira de cachorros de volumosa e popular escultura, apesar do conjunto ter sido reelaborado no século XIX, altura em que se fizeram de novo alguns modilhões. Entre os temas desta cachorrada podemos citar pipos, homens fazendo o pipo, cabeças de animal e volumosos toros recortados.

Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: João Ferrand/JFF

T

TABUADO. Marco de Canaveses

Em Tabuado, Marco de Canaveses, encontramos uma igreja românica consagrada ao Divino Salvador, cuja arquitectura se encontra bastante bem conservada. A sua arquitectura é notável pela simplicidade que aparenta, como a sua decoração apresenta já um fino talhe a bisel, que não deixa de ser, no entanto, bastante sóbrio. Diversos elementos neste monumento, nomeadamente ao nível do arranjo do portal principal e da rosácea, mas também a técnica escultórica, apontam para uma relação com as igrejas de Paço de Sousa (Penafiel) e Vila Boa de Quires (Marco de Canaveses), atestando uma cronologia tardia, certamente de meados do século XIII. Destaque-se a originalidade do arco triunfal, composto ao modo de portal.

Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: Sara Díez de Mier/FSMLR

TAROUQUELA. Cinfães

A igreja do Mosteiro de Tarouquela (Cinfães - Viseu) encontra-se ainda bastante bem conservada. É a partir de 1187 que se começa a conhecer a Regra de São Bento neste mosteiro, muito embora possamos estar diante de uma construção datável de meados, ou mesmo do segundo quartel do século XIII, tendo em conta o facto do o arco cruzeiro não apresentar uma única coluna. A sua capela-mor, tanto interna como exteriormente, é uma das obras da nossa arquitectura românica com maior densidade ornamental. No interior desenham-se dois andares (divididos por largo friso), um formado por arcadas cegas e outro por elaboradas frestas. Destaque-se ainda o seu portal principal, onde os chamados –cães de Tarouquela– guardam a entrada do templo.

Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: Mariana Themudo/JFF

TÁVORA (SANTA MARIA). Arcos de Valdevez

A Capela de S. João Baptista da Comenda de Távora (Arcos de Valdevez), apesar da sua modesta fábrica, é uma pequena construção de motivação devocional e funerária, sendo ainda um dos primeiros testemunhos arquitectónicos das poderosas fidalguias que ao longo das épocas seguintes tanto marcaram a região de Ribeira Lima. Reflectindo um românico ruralizado e de resistência, esta construção estará certamente muito mais próxima dos fins do século XIII que dos finais da centúria anterior. Além dos túmulos que esta pequena capela, dotada de nave única e capela-mor rectangular, guarda, é de destacar o interesse da fresta da parede Sul, que exteriormente ostenta colunelos onde vemos ingenuamente esculpidas atarracadas esculturas que, por mostrarem livro, poderemos considerar como prováveis representações dos Apóstolos.

Texto e fotografia: Maria Leonor Botelho

TELÕES. Amarante

A actual igreja Paroquial de Telões (Amarante) conserva ainda importantes vestígios românicos que nos apontam a segunda metade do século XIII como sendo uma possível cronologia para a construção desta igreja românica. Recorde-se o carácter bastante tardio do românico português. Conservam-se ainda importantes trechos de muro e é de destacar o conjunto de contrafortes que ainda existem ao nível da fachada posterior da cabeceira e que nos informam que esta parte da igreja foi concebida para ser abobadada. Também se conserva um conjunto de cachorros, uns com decoração simples e outros lisos. O arco triunfal românico encontra-se inalterado, ostentando bases bolbiformes evoluídas, capitéis com temas vegetais e imposta de aspecto tardio.

Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: Mariana Themudo/JFF

TRAVANCA. Amarante

O Mosteiro de São Salvador de Travanca (Amarante) representa um conjunto monumental que se destaca na nossa arquitectura românica, com a sua fábrica de razoável dimensão e uma das nossas mais elevadas torres medievais a seu lado. Na sua implantação e aparato, este conjunto de raiz medieval expressa bem a economia agrícola que o desenvolveu e as sucessivas pretensões dos homens ligados a essa instituição nas diferentes épocas. O interior deste templo - na sua planimetria de três naves com transepto -, forma um dos mais ritmados espaços da arquitectura românica portuguesa, apesar dos seus elementos constitutivos acusarem diversidades técnico-estilísticas, fruto da longa perduração no tempo do estaleiro construtivo deste edifício.

Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: María Sortino/FSMLR

TRAVANCA. Amarante

Apesar de serem um mesmo conjunto, a torre costuma ser destacada pela historiografia isoladamente, dado o valor do seu portal. Cremos que seria de continuar a fazê-lo, porque justifica-se claramente… A torre do Mosteiro de São Salvador de Travanca (Amarante) merece uma atenção especial por ser, não só uma das nossas mais elevadas torres medievais, mas porque se encontra isenta, próximo da igreja românica do mosteiro. Tal facto remete-nos para uma afirmação senhorial evidente face ao mosteiro beneditino, uma vez que esta torre nunca serviu para abrigar os sinos e é rematada superiormente por um balcão ameado que recorda a sua feição defensiva. Há que destacar o muito ornamentado portal que permite o acesso ao seu interior, cujas arquivoltas mostram uma ornamentação muito próxima dos padrões do românico bracarense, manifestada nos animais uniafrontados da arcada, feitos com pouca modelação e carregados de grafismos.

Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: María Sortino/FSMLR

TRESMINAS. Vila Pouca de Aguiar

A igreja Paroquial de Tresminas é a única igreja do concelho de Vila Pouca de Aguiar que ainda ostenta significativos elementos medievais. Por um lapso de tempo considerável, apenas a capela-mor deve ter funcionado como local de culto, aguardando a edificação da nave, pois na face interna do arco triunfal encontramos adaptações para receber porta. De facto, a capela-mor seria a parte mais antiga do templo, da qual apenas nos resta a cachorrada, apesar de adulterada pela ampliação moderna, que a adaptou para receber o altar de talha dourada que ainda hoje alberga. As primeiras referências relativas à existência desta igreja datam de finais do século XI e surgem no *Censual* do bispo D. Pedro de Braga.

Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: João Ferrand/JFF

TREVÕES. São João da Pesqueira

Durante os séculos XV e XVI, a igreja Matriz de Trevões (São João da Pesqueira), de matriz românica foi profundamente reformada. No entanto, estamos diante de um exemplar muito significativo da acumulação de várias campanhas construtivas. Tendo em conta os elementos remanescentes, podemos assumir que estamos diante de uma arquitectura românica sistematicamente tardia e de resistência. Embora de aparência românica, a sua cabeceira deve datar do século XV, época em que muitas igrejas paroquiais foram construídas ou reconstruídas, segundo padrões utilizados na arquitectura românica. Parte de um friso, hoje incorporado junto ao altar do Espírito Santo, também indicia a sua origem românica.

Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: João Ferrand/JFF

U V

UNHÃO. Felgueiras

Embora integrada na região da bacia do rio Sousa, onde se desenvolveu um românico específico, a que por vezes se tem chamado de nacionalizado itálico, a igreja do Salvador de Unhão (Felgueiras) destaca-se aqui, também, por mostrar uma miscigenação entre soluções decorativas próprias desta região com outras, provenientes da região de Braga. Reformada no século XVIII, a igreja conserva na fachada ocidental e no alçado da parede Sul importantes restos de arquitectura medieval. Abrigado em corpo pétreo pentagonal, de acordo com a tradição românica regional, o portal desta igreja é uma peça românica de especial interesse e excelente qualidade, apresentando um conjunto de capitéis vegetalistas, considerados entre os mais bem esculpidos de todo o românico do Norte de Portugal.

Texto e fotografia: Maria Leonor Botelho

VALDREU. Vila Verde

A igreja do Mosteiro de Valdreu (Vila Verde) conserva uma boa parte da sua primitiva fábrica românica e que deve ser considerada como um lugar de certo interesse na arquitectura do tempo e para a arquitectura regional deste período. Tendo em conta os vestígios conservados, este edifício ocupa um lugar particular no românico minhoto, pois surge como um elo entre o românico desenvolvido em torno da bacia do rio Lima e o das bacias do Tâmega e Sousa. A parte melhor conservada é a da capela-mor quadrangular, rasgada por três frestas que mostram a mesma organização, formada por dupla abertura e dois colunelos, tanto na parte do interior como no lado exterior do templo.

Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: João Ferrand/JFF

VALE DE ANTA. Chaves

Apesar das suas reduzidas dimensões, a capela da Granjinha (Vale de Anta, Chaves) ostenta um portal de sumo interesse para o conhecimento do românico português, tardio e ruralizado. Sendo datável do século XIII, este portal é composto por duas arquivoltas em cujas aduelas, de arestas vivas, se esculpiram animais fantásticos afrontados e inspirados nos modelos bracarenses. As impostas ostentam motivos geométricos encadeados, mas difíceis de discernir. As duas arquivoltas são sustentadas por robustas colunas, cujos capitéis exibem temas zoomórficos, vegetalistas e antropomórficos. Junto do capitel exterior do lado esquerdo do observador vemos um curioso nicho onde se inscreve uma cara, de clara inspiração local.

Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: Sara Díez de Mier/FSMLR

VALENÇA. Valença (freguesia e concelho)

A Igreja de Santa Maria dos Anjos, matriz de Valença do Minho, conserva a capela-mor e parte da nave da época medieval, em estilo românico, tardio. Conserva-se aqui uma curiosa cachorrada, com métopas de inspiração galega, com temas florais e geométricos populares, comparáveis aos da Igreja de Nossa Senhora da Orada (Melgaço). A composição do portal principal vai bem de encontro à sua cronologia tardia, mostrando bases, capitéis e impostas de aspecto proto-gótico, o que é ainda corroborado pela data de 1270, inscrita no tímpano, aquando do seu restauro em 1919, segundo os modelos originais.

Texto e fotografia: Maria Leonor Botelho

VEADE. Celorico de Basto

Apesar de ter sofrido grandes transformações, a igreja paroquial de Veade (Celorico de Basto) conserva algumas partes românicas de significativa importância para a história da arquitectura da época românica. Por ocasião de uma intervenção realizada em meados do século XX, foram encontrados importantes testemunhos de arquitectura românica, de que é exemplo portal lateral Norte, que estava entaipado e que se encontra muito bem conservado. Tem colunas finas, capitéis pequenos, impostas de escultura saliente e figurações de sereias com dupla cauda de peixe nas primeiras aduelas da arcatura. Já o portal Sul perdeu actualmente a sua função primeira, uma vez que se encontra a uma cota bastante elevada relativamente ao pavimento exterior.

Texto e fotografia: Maria Leonor Botelho

VERIM. Póvoa de Lanhoso

A igreja paroquial de Verim (Póvoa de Lanhoso) é um daqueles exemplos de difícil datação, uma vez que testemunha uma notável perduração do modo românico de construir. Apesar das dificuldades, e tendo em conta o seu bom estado de conservação, é possível que esta tenha sido erguida entre os finais do século XIII e inícios do século XIV. O seu alçado Norte, onde se rasga um simples portal composto já por arco quebrado, teve em tempos uma estrutura alpendrada, conforme denunciam os cachorros e o lacrimal remanescente. Destaca-se o seu tímpano principal que, rasgado por cruz vasada, envolta por ornato enleado que termina em cabeça de serpente, denota já uma grande evolução sobre os outros da mesma região.

Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: João Ferrand/JFF

VILA. Melgaço

Ligada desde muito cedo ao Mosteiro de Fiães (ao qual pertencia) e dedicada à Mãe de Cristo, a igreja de Nossa Senhora da Orada (Melgaço) assumiu-se desde muito cedo como um importante centro de devoção popular. Aqui acorriam peregrinos de todas as freguesias vizinhas a pedir remédio para as epidemias e a rogar sol e chuva, conforme as necessidades agrícolas. Apesar da simplicidade da sua planta, composta por nave única e capela-mor rectangular, esta igreja destaca-se pela perfeição do aparelho e acabamento da sua fábrica. A sua apurada ornamentação remete-nos para a tão próxima influência do românico irradiado a partir da Sé de Tui.

Texto e fotografia: Maria Leonor Botelho

VILA. Melgaço

Embora mantenha a traça românica, a igreja matriz de Melgaço –igreja de Santa Maria da Porta– sofreu reformas, que a julgar pelo seu aspecto actual, datam, na sua maioria, da época moderna. É ao nível dos portais, Ocidental e lateral Norte, que melhor se conserva a traça e ornamentação românicas, datáveis já do século XIII. Extremamente original é o motivo retratado no tímpano do portal lateral Norte onde se gravou um feroz canídeo, cercado por arquivolta de pequenos e sinuosos riscos. Significando a guarda e o cuidado que devem ter os que entram no espaço de uma igreja, é surpreendente o resultado e a força desta representação, conseguida através de meios técnicos tão elementares.

Texto e fotografia: Maria Leonor Botelho

V

VILA BOA DE QUIRES. Marco de Canaveses

A igreja do Mosteiro de Santo André de *Vila Boa de Quires* (Marco de Canaveses) está documentada desde 1118. Tendo, em inícios do século XIII, abraçado a Ordem de São Bento, também pela mesma época se terá construído a igreja actual, tendo em conta muitas siglas, algumas alfabéticas, já de aspecto gótico. Embora a igreja tenha sido ampliada em 1881, teve-se o cuidado de reconstruir o portal e a fresta da construção original. A fresta destaca-se pela sua eloquente composição, enquadrada por três arquivoltas, alongadas e ligeiramente quebradas, e dotada de mainel de secção poligonal, sobre o qual surge um tímpano vazado por uma tímida rosácea.

Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: Mariana Themudo/JFF

VILA BOA DO BISPO. Marco de Canaveses

Data de 1079 a referência documental mais antiga relativa à igreja de Vila Boa do Bispo (Marco de Canaveses), embora a sua fundação entre 990 e 1022 seja tradicionalmente atribuída ao Bispo D. Sesnando, irmão de D. Mónio Viegas. Apesar das profundas transformações sofridas durante a Época Moderna, esta igreja conserva importantes trechos de arquitectura românica, destacando-se, de entre estes, a sua fachada principal. Esta apresenta, de cada lado do portal principal, já da Época Moderna, duas arcadas cegas, arranjo que mais comummente surge para decorar as capelas-mores. E nas aduelas destas arcadas temos bem presente a influência bracarense na forma como as figuras animalistas foram esculpidas no sentido das aduelas.

Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: Mariana Themudo/JFF

VILA COVA. Barcelos

O Mosteiro de Banho, em Vila Cova (Barcelos), está documentado a partir do século XII. Todavia, dele apenas sobrevivem hoje algumas ruínas, nomeadamente a capela-mor, circular, já sem abóbada, situada entre ramadas e campos. Pelo que se pode observar, este mosteiro de Cónegos Regrantes de Santo Agostinho estaria dotado com uma importante igreja românica, embora relativamente pequena, com oussia circular e uma só nave. A sua fachada ocidental terminava em empena recta, horizontal, o que lhe daria um aspecto torriforme e a relacionaria directamente com a sua casa-mãe, Santa Cruz de Coimbra. Também aqui o coro-alto do templo estaria sobre o nartéx abobadado.

Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: Mariana Themudo/JFF

VILA MARIM. Vila Real

A Torre da Quintela (Vila Marim-Vila Real) já existiria durante a época românica, no século XII, uma vez que em 1234 esta estrutura senhorial era doada à Ordem do Hospital. Assim, a sua forma actual resulta de uma reconstrução do século XIV, o que não impede que esta torre solarenga seja considerada como uma das mais regulares e bem proporcionadas torres medievais de Portugal, dotada que está de janelas de balcão e atalaias angulares assentes em mata-cães. A Torre da Quintela ergue-se no fundo de um vale interior, próximo do antigo concelho de Constantin de Panóias, que D. Dinis substitui em 1289 pelo de Vila Real.

Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: João Ferrand/JFF

VILA NOVA DE MUÍA. Ponte da Barca

Fundado em 1100 ou 1103, por D. Godinho Fafes Sarracim, Senhor de Lanhoso e um dos companheiros d'armas do Conde D. Henrique, o Mosteiro dos Cónegos Regrantes em Vila Nova de Muía (Ponte da Barca) conserva ainda parte da sua fábrica românica, datável de finais do século XII. No entanto, a primitiva igreja foi ampliada, tanto na cabeceira como no corpo, embora seja possível restabelecer facilmente o seu tamanho original através da leitura das cicatrizes dos muros que conservaram grande parte da traça românica. Trata-se de um considerável conjunto mediévico, composto pela igreja, pátio e sua torre senhorial defensiva, integrada já na parte habitacional.

Texto e fotografia: Maria Leonor Botelho

VILA VERDE. Felgueiras

Canonicamente orientada, a igreja Velha de São Mamede de Vila Verde (Felgueiras) está situada num local sobranceiro a uma paisagem majestosa, dominando o extenso vale de Vila Verde e mostrando-nos como a localização das igrejas, na Época Românica, acompanha o habitat das populações, situando-se ora sobranceiras às agras, nas áreas mais planas, ora sobre as encostas, nas áreas mais montanhosas. Datando a mais antiga referência documental deste edifício de 1220, esta igreja insere-se estilisticamente naquilo que se tem chamado de românico de resistência. A sua capela-mor rectangular encontra-se parcialmente soterrada devido à implantação do edifício no plano inclinado da encosta e relaciona-se de forma muito especial com a nave única, formando com ela um tronco de pirâmide trapezoidal.

Texto e fotografia: Maria Leonor Botelho

VILAR DO TORNO E ALENTÉM. Lousada

Localizada em Vilar do Torno e Alentém (Lousada), a Torre de Vilar, mais do que uma construção militar, é um símbolo do poder senhorial sobre o território. Com cerca de 14 metros de altura, esta *domus fortis*, construída durante a segunda metade do século XIII e inícios do século XIV, ergue-se sobre um afloramento granítico que coroa uma pequena elevação. As paredes, com cerca de um metro de espessura, assentam directamente na rocha granítica e são construídas num aparelho de excelente qualidade onde proliferam as siglas de canteiro. As fachadas apresentam numerosas seteiras e duas janelas rectangulares, não tendo restado, contudo, quaisquer estruturas ou elementos secundários de madeira.

Texto e fotografia: Maria Leonor Botelho

VILARINHO. Santo Tirso

De acordo com os elementos remanescentes, a igreja de São Miguel de Vilarinho (Santo Tirso), terá sido erguida durante a segunda metade do século XIII. Ao nível planimétrico, esta igreja aproxima-se muito da sua –gémea– de Santa Cristina de Serzedelo (Guimarães). Assim, estamos diante de um templo românico que, apesar de muito transformado pelas vontades do tempo, conserva ainda intacto o seu nartéx funerário, ao qual se sucede a nave única e a capela-mor rectangular. Conserva-se ainda o seu portal principal românico, abrindo para este espaço, e formado por quatro arquivoltas quebradas, sendo as exteriores toreadas e as interiores dotadas de arestas lisas.

Texto: Maria Leonor Botelho - Fotografia: Mariana Themudo/JFF

V

VILE. Caminha

A igreja de São Pedro de Varais (Vile-Caminha), localizada a meia encosta, num vale que dois montes escarpados, em projecção a poente da Serra d'Arga, é um dos mais significativos exemplos do românico português e da íntima relação existente entre arquitectura e paisagem. No entanto, esta edificação acusa uma estranha anomalia, derivada de um desvio significativo para Sul ao nível do corpo da abside quadrangular. Este edifício românico é bastante tardio, tendo sido construído algures entre finais do século XII e inícios do século XIII. É de destacar a temática do tímpano do seu portal principal, onde se esculpiu uma cruz hasteada ladeada de dois signos-saimões de cinco pontas, abrangidos por círculos, símbolo apotropaico, mas também religioso e cristão durante a Idade Média.

Texto e fotografia: Maria Leonor Botelho

Bibliografía

Porto (Jaime Nuño)

AA.VV., *Entre-Douro e Minho. I. Douro Litoral,* Guia de Portugal, 3ª Edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1994, vol. 4º.

AA.VV., *Trás-os-Montes e Alto-Douro. I. Vila Real, Chaves e Barroso,* Guia de Portugal, 3ª Edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1995, vol. 5º.

AFONSO, Luis, "As pinturas murais (séc. XV) do pórtico axial da Sé de Braga", *Minia*, 3ª série, n.º 4, ASPA, Braga, 1996, pp. 51-75.

AFONSO, Luis, *A Pintura Mural Portuguesa entre o Gótico e o Renascimento: Formas, Significados, Funções. Anexo A. Corpora da Pintura Mural Portuguesa (c. 1400-c.1550)*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2006.

ALARCÃO, Jorge de, *Coimbra. A montagem do cenário urbano*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

ALMEIDA, Álvaro Duarte de e BELO, Duarte (coord.), *Portugal Património. Guia-Inventário,* volume II, Vila Real. Bragança, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, "Primeiras Impressões sobre a Arquitectura Românica Portuguesa", in *Revista da Faculdade de Letras-Série História*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1971, vol. II, pp. 65-116.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, "Os Caminhos e a Assistência no Norte de Portugal", in *A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média. Actas das Iªs Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, t. 1, Lisboa, s/n, 1973, pp. 39-57.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *A Igreja Românica de Rates (Póvoa de Varzim)*, Separata do Boletim Cultural "Póvoa de Varzim" (vol. XIV, nº1), Póvoa de Varzim, s/n, 1975.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *Arquitectura Românica de Entre Douro e Minho*, Porto, 1978, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2 vols., texto dactilografado.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, "Território Paroquial no Entre-Douro-e-Minho. Sua Sacralização", *Nova Renascença*, vol. 1, nº 2, Porto, Associação Cultural Nova Renascença, 1981, pp. 203-212.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *O Presépio na Arte Medieval*, Porto, Faculdade de Letras do Porto, 1983.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *A Anunciação na Arte Medieval em Portugal. Estudo Iconográfico*, Iconografia II, Porto, Instituto de História de Arte-Faculdade de Letras do Porto, 1983.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *O Díptico-Relicário de Arouca,* Iconografia III, Porto, Instituto de História de Arte-Faculdade de Letras do Porto, 1983.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *O românico. História da Arte em Portugal*, vol. 3, Lisboa, Publicações Alfa, 1986.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *Alto Minho*, Lisboa, Editorial Presença, 1987.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *Influências francesas na arte românica Portuguesa,* Paris, Fondation Calouste Gulbenkian/Centre Culturel Portugais, 1987.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, "Castelos e Cercas Medievais. Séculos X a XIII", in MOREIRA, Rafael, *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, pp. 38-54.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, "Arquitectura", *Nos Confins da Idade Média. Arte Portuguesa. Séculos XII-XV*, Catálogo da Exposição realizada no Museu Nacional Soares dos Reis (13 de Março a 26 de Abril de 1992), Porto, IPM-Museu Nacional Soares dos Reis, 1992, pp. 75-78.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, "Castelos Medievais do Noroeste de Portugal", *Finis Terrae. Estudios en Lembranza do Prof. Dr. Alberto Balil*, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela, 1992, pp. 371-385.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *O Românico. História da Arte em Portugal*, vol. 1, Lisboa, Editorial Presença, 2001.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de e BARROCA, Mário Jorge, *O Gótico. História da Arte em Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, 2002.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *A Igreja Românica de Bravães*, s.l., s.n., s.d., pp. 223-238 (texto policopiado).

ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal* (Nova Edição preparada e dirigida por Damião Peres), vol. 4, Porto/Lisboa, Livraria Civilização Editora, 1971.

ALMEIDA, Mª. José Pérez Homem de, *San Salvador de Bravães: una encrucijada en el románico portugés*, Porto, Centro de Estudos Humanísticos, 1984, pp. 317-339.

ALVES, Francisco Manuel (Abade de Baçal), *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, vol. IV, Bragança, Câmara Municipal de Bragança, 2000 (ed. Revista por Barros, Amândio Morais).

ANTUNES, Rute, "Igreja Matriz de São Martinho de Mouros/Igreja de São Martinho" (Nº IPA: PT011813140002), 2006, in *Inventário do Património*, URL: www.monumentos.pt

BANDEIRA, Filomena e NOÉ, Paula, "Igreja de Bravães" (Nº IPA: PT011606030001), 1996, in *Inventário do Património*, URL: www.monumentos.pt

BARBOSA, Pedro Gomes, "Cistercienses", in AZEVEDO, Carlos Moreira de (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, vol. A-C, pp. 346-351.

BARREIROS, P. Manuel d'Aguiar, *Elementos de Archeologia e Bellas Artes*, Obra Illustrada com 336 gravuras, Braga, Imprensa Henriquina, 1917.

BARREIROS, P. Manuel d'Aguiar, *A Egreja de Villar de Frades no Concelho de Barcellos*, Porto, Edições Illustradas Marques Abreu, 1919.

BARREIROS, P. Manuel d'Aguiar, *A Portada Românica de Villar de Frades e o seu symbolismo*, Porto, Edições Illustradas Marques Abreu, 1920.

BARREIROS, P. Manuel d'Aguiar, *Egrejas e Capelas Romanicas de Ribeira Lima*, Porto, Edições Illustradas Marques Abreu, 1926.

BARREIROS, P. Manuel d'Aguiar, "Cluny e a Arte Românica em Portugal", in SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos (dir.), *Brotéria*, Lisboa, s/n, 1937, vol. XXIV, fasc. 5, pp. 545-556.

BARREIROS, Cónego Manuel de Aguiar, *S. Pedro de Varais. Uma Capela Românica do Concelho de Caminha*, Porto, Marques Abreu, Editor, 1950.

BARREIROS, P. Manuel d'Aguiar, *A Cathedral de Santa Maria de Braga. Estudos criticos archeologico-artisticos*, Reedição facsimilada incluída nas comemorações do IX Centenário da dedicação da Catedral de Santa Maria de Braga, S.L., Sólivros de Portugal, 1999.

BARROCA, Mário Jorge, *Necrópoles e Sepulturas Medievais de Entre-Douro-e -Minho. (Séc V a XV)*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1987.

BARROCA, Mário Jorge, *Em torno da Residência Senhorial Fortificada. Quatro Torres Medievais na região de Amares*, Separata da "Revista de História", vol. IX, Porto, Centro de História da Universidade do Porto, 1989, pp. 9-61.

BARROCA, Mário Jorge, *Contribuição para o Estudo dos Testemunhos Pré-Românicos de Entre-Douro-e-Minho*, Separata das Actas do Congresso Internacional IX Centenário da Dedicação da Sé de Braga, vol. I, O Bispo D. Pedro e o ambiente político-religioso do século XI, Braga, Faculdade de Teologia, Cabido Metropolitano e Primacial, 1990, pp. 101-145.

BARROCA, Mário Jorge, *Epigrafia Medieval Portuguesa: 862-1422*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1995, 4 vols., texto policopiado.

BARROCA, Mário Jorge, "Medidas-Padrão Medievais Portuguesas", *Revista da Faculdade de Letras-Série "História"*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1992, vol. IX, pp. 53-86.

BARROCA, Mário Jorge, *Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico (Séculos IX a XII)*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 1994.

BARROCA, Mário Jorge, *Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico (Séculos IX a XII)*, Separata da Revista "Portugália", Nova Série, vols. XI/XII, 1990/1991, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Instituto de Arqueologia, 1991, pp. 89-136.

BARROCA, Mário Jorge, "Os Castelos", *Nos Confins da Idade Média. Arte Portuguesa. Séculos XII-XV*, Catálogo da Exposição realizada no Museu Nacional Soares dos Reis (13 de Março a 26 de Abril de 1992), Porto, IPM-Museu Nacional Soares dos Reis, 1992, pp. 51-57.

BARROCA, Mário Jorge, *Mosteiro de Santa Maria das Júnias. Notas para o estudo da sua evolução arquitectónica*, Separata da "Revista da Faculdade de Letras", II Série, vol. XI, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1994, pp. 417-443.

BARROCA, Mário Jorge, "A Ordem do Templo e a Arquitectura Militar Portuguesa do Século XII", *Portugália*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Instituto de Arqueologia, Nova Série, vols XVII-XVIII, 1996/1997, pp. 171-202.

BARROCA, Mário Jorge, "Torres, Casas-Torres ou Casas-Fortes. A Concepção do Espaço de Habitação da Pequena e Média Nobreza na Baixa Idade Média (Sécs. XII-XV)", *Revista de História das Ideias. A Cultura da Nobreza*, Coimbra, Instituto de História das Ideias, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, vol, 19, 1998, pp. 39-103.

BARROCA, Mário Jorge, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2000, 4 vols.

BARROCA, Mário Jorge e ROSAS, Lúcia Maria Cardoso, s/v, "Adeganha", in *Do Douro Internacional ao Côa. As raízes de uma fronteira. Levantamento do Património medieval dos concelhos de: Almeida, Figueira de Castelo Rodrigo, Freixo de Espada à Cinta, Meda, Miranda do Douro, Mogadouro, Pinhel, Sabugal, Torre de Moncorvo e Vila Nova de Foz Côa*, Porto, Instituto de Documentação Histórica da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2000 (edição em CD-ROM).

BASTO, A. de Magalhães, *História da Santa Casa da Misericórdia do Pôrto*, Porto, Edição da Santa Casa da Misericórdia do Porto, 1934.

BASTO, A. de Magalhães, *A Sé do Porto. Novos dados documentais relativos à sua Igreja*, Porto, Edições Marânus, 1946.

BOLETIM da DGEMN, *"Domus Municipalis" de Bragança*, nº 4, Junho, 1936.

BOLETIM da DGEMN, *Igreja de S. Pedro de Ferreira*, nº 7, Março, 1937.

BOLETIM da DGEMN, *Igreja de S. Pedro de Roriz*, nº 9, Setembro, 1937.

BOLETIM da DGEMN, *Igreja de S. Pedro de Rates*, nº 23, Março, 1941.

BOLETIM da DGEMN, Igreja de S. Tiago de Coimbra, nº 28, Junho, 1942.

BOLETIM da DGEMN, *Igreja de S. Pedro das Águias. Taboaço*, nº 75, Março, 1954.

BOLETIM da DGEMN, *Sé Velha de Coimbra*, nº 109, Setembro, 1962.

BOTELHO, Maria Leonor, *A Sé do Porto no Século XX*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006.

BOTELHO, Maria Leonor, *A Igreja de São Vicente de Sousa e o* Românico Nacionalizado *da Região do Vale do Sousa*, Felgueiras, Câmara Municipal de Felgueiras (no prelo).

BRANDÃO, Domingos de Pinho, *Obra de Talha Dourada, Ensamblagem e Pintura na Cidade e na Diocese do Porto: Documentação II (1700 a 1725)*, Porto, s/n, 1985.

CASTRO, Augusto Mendes Simões de, *Notícia Histórica e Descriptiva da Sé Velha de Coimbra (com uma photographia)*, Coimbra: Imprensa Académica, 1881.

CAVALHEIRO, Eugénio e REBANDA, Nelson, *A Igreja Matriz de Torre de Moncorvo*, Mirandela, João Azevedo, Editor, 1998.

CENDÓN FERNÁNDEZ, Marta, *La Catedral de Tui entre Galicia y Portugal*, Coimbra, Almedina, 2005.

CORPUS Codicum Latinorum et Portugalensium Eorum qui in Archivo Municipali Portugalensis Asservantur Antiquissimorum Iussi Curiae Municipalis Editium, Portucale, Typis Portucalensibus, 1891, vol. I.

CORREIA, Vergílio, *Monumentos e Esculturas (séculos III-XVI)*, 2ª Edição, correcta e aumentada, ilustrada com 80 reproduções de desenhos e fotografias, Lisboa, Livraria Ferin, Editora, 1924.

CORREIA, Vergílio, *Obras. Volume II - Estudos de História da Arte: Arquitectura*, Acta Universitaties Conimbrigensis, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1949.

CORREIA, Vergílio e GONÇALVES, António Nogueira, *Inventário Artístico de Portugal*, vol. II, Cidade de Coimbra, Lisboa, Academia Nacional de Belas-Artes, 1947.

COSTA, Avelino Jesus da, "A comarca ecleseástica de Valença do Minho (antecedentes da diocese de Viana do Castelo)", *Actas do 1.º Colóquio Galaico-Minhoto*, Ponte de Lima, 1983.

COSTA, M. Gonçalves da, *História do Bispado e Cidade de Lamego. II. Idade Média: Paróquias e Conventos*, Lamego, s/n, 1979.

DIAS, Geraldo J. A. Coelho, "O Mosteiro de Pombeiro e os beneditinos nas origens de Felgueiras", *Felgueiras-Cidade*, Felgueiras, Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Felgueiras, ano 1, nº 1, Junho de 1993.

DIAS, Geraldo Coelho, "Cluniancenses (Monges Beneditinos do Mosteiro de Cluny)", in AZEVEDO, Carlos Moreira de (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, vol. A-C, pp. 381-385.

DIAS, Pedro (coord.), *Manuelino. À descoberta da Arte no tempo de D. Manuel I*, Lisboa, Civilização, 2002.

Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios, vol. 1, t. II, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1958.

DUARTE, Joaquim Correia, *Resende e a sua História*, vol. 2, As Freguesias. Resende, Edição da Câmara Municipal, 1996.

DUARTE, Joaquim Correia, *Resende na Idade Média. Notas e Documentos*, Resende, Câmara Municipal de Resende, 2001.

DUCHET-SUCHAUX, Gaston e DUCHET-SUCHAUX, Monique, *Les Ordres Réligieux*, Paris, Flammarion, 2000.

DUCHET-SUCHAUX, Gaston e PASTOUREAU, Michel, *La Bíblia y los Santos*, Madrid, Alianza Editorial, 1996.

FERRO, Adérito Gomes Ferreira Paulo, "Inquérito à vida dos Mosteiros na Arquidiocese de Braga sob D. Fr. Bartolomeu dos Mártires", *Actas do II Encontro sobre Historia Dominicana*, t. III, Porto, Arquivo Histórico Dominicano, 1987, pp. 161-206.

FIGUEIREDO, Paula (actualização), "Sé de Braga" (Nº IPA: PT010303520005), 2001, in *Inventário do Património*, URL: www.monumentos.pt

FIGUEIREDO, Paula, "Mosteiro e Igreja de São João de Tarouca" (Nº IPA: PT011820060009), 2006, in *Inventário do Património*, URL: www.monumentos.pt

FONSECA, Luis Adão da, "Ordens Militares", in AZEVEDO, Carlos Moreira de (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, vol. J-P, pp. 334-345.

FUGUET SANS, Joan, "La historiografía sobre arquitectura templária en la Península Ibérica", *Anuario de Estudios Medievales*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 37/1, enero-junio, 2007, pp. 367-386.

FUSCHINI, Augusto, *A Architectura Religiosa na Edade-Media*, Ensaios de História da Arte, Lisboa, Imprensa Nacional, 1904.

GAILLARD, Georges, *Études d'Art Roman*, Paris, PUF, 1972.

GOMES, Saul António, "Notícia sobre os frescos quatrocentistas de S. Francisco de Leiria", *Lusitania Sacra*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa/Universidade Católica Portuguesa, 2ª. série, t. 8/9, 1996-1997, pp. 573-598.

GOMES, Saul António, "Livros e alfaias litúrgicas do tesouro da Sé de Viseu em 1188", *Humanitas*. 54 (2002), pp. 269-281.

GONÇALVES, António Augusto, *Roteiro Illustrado do Viajante de Coimbra*, Coimbra, Typ. Auxiliar d'Escriptorio, 1894.

GONÇALVES, António Nogueira, *Novas Hipóteses acerca da Arquitectura Românica de Coimbra*, Coimbra, Gráfica de Coimbra, 1938.

GONÇALVES, António Nogueira, *A Sé-Velha Conimbricense e as inconsistentes afirmações histórico-arqueológicas de M. Pierre David*, Porto, Tip. Empreza Guedes, Lda., 1942.

GONÇALVES, António Nogueira, *Evocação da obra dos canteiros medievais de Coimbra*, Conferência promovida pela Sociedade de Defesa e Propaganda de Coimbra e pronunciada no Claustro da Sé-Velha em 27 de Junho de 1943, Coimbra, Publicações da Sociedade de Defesa e Propaganda de Coimbra, 1944.

GONÇALVES, António Nogueira, *Estudos de História da Arte Medieval*, Coimbra, EPARTUR, 1980.

GRAF, Gerhard N., *Portugal Roman. Le Sud du Portugal*, La Nuit des Temps, Paris, Zodiaque, 1986.

GRAF, Gerhard N., *Portugal Roman. Le Nord du Portugal*, La Nuit des Temps, Paris, Zodiaque, 1987.

GUDIOL RICART, José e GAYA NUÑO, Juan Antonio, "Portugal", in *Ars Hispaniae. Historia Universal del Arte Hispánico*, Arquitectura y Escultura Românicas, Madrid, Editorial Plus Ultra, 1948, volumen quinto, pp. 355-371.

GUSMÃO, Artur Nobre de, *Românico Português do Noroeste. Alguns motivos geométricos na escultura decorativa*, Dissertação para Concurso de Professor do 8º Grupo da Escola Superior de Belas Artes de Lisboa, Lisboa, Sociedade Industrial Gráfica, 1961.

HUERTA HUERTA, Pedro Luis, "Exotismo y singularidad: las iglesias de planta centralizada", *Significado y función del edifício románico*, Aguilar de Campoo, Fundación Santa Maria la Real, 2004, pp. 38-67.

JORGE, Ana Maria C. M. e RODRIGUES, Ana Maria S. A. (coord.), *História Religiosa de Portuga*, volume I, Formação e Limites da Cristandade, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000.

LACERDA, Aarão de, "O Templo das Siglas (A Igreja da Ermida do Paiva)", in CORREIA, Vergílio (dir. lit.), *Terra Portuguesa*, Revista Ilustrada de Arqueologia Artística e Etnografia, volume III, ano 2º, nºs 21 a 23, Lisboa, S. Pessanha (Outubro a Dezembro), 1917, pp. 220-223.

LACERDA, Aarão de, "O Templo das Siglas (A Igreja da Ermida do Paiva)", in CORREIA, Vergílio (dir. lit.), *Terra Portuguesa*, Revista Ilustrada de Arqueologia Artística e Etnografia, volume III, ano 3º, nºs 29 a 30, Lisboa, S. Pessanha, 1918, pp. 78-80.

LACERDA, Aarão de, "O Monumento" (de *O Templo das Siglas*), in CARNEIRO, António e PINTO, Álvaro (dir.), *A Águia*, Órgão da Renascença Portuguesa, Porto, Renascença Portuguesa, 2ª Série, vol. XVI, (Jul. a Dez.), 1919, pp. 65-76.

LACERDA, Aarão de, "A Alma das Pedras", in *Chronicas de Arte*, Porto, Typographia da "Renascença Portuguesa", 1918, vol. I, pp. 53-56.

LACERDA, Aarão de, "Arte", in PERES, Damião (dir. literária) e CERDEIRA, Eleutério (dir. artística), *História de Portugal*, Edição Monumental comemorativa do 8º Centenário da Fundação da Nacionalidade, Porto, Portucalense Editora, Lda., 1929, vol. II, pp. 616-708.

LACERDA, Aarão de, *História da Arte em Portugal*, vol. I, Porto, Portucalense Editora, S.A.R.L., 1942.

LAMBERT, Élie, *L'Art Portugais*, Paris, Annales de L'Université de Paris, 1948.

LAMBERT, Élie, *Les grands monastères portugais. Leur caractère national dan l'histoire de l'architecture monastique internationale*, Tirage à part du Bulletin des Études Portugaises, Coimbra, Coimbra Editora, Limitada, 1954.

LAMBERT, Élie, "Remarques sur le plan dês églises abbatielles de Tomar et e Batalha", *Congresso do Mundo Português*, Lisboa, s/n, 1940, pp. 588-602.

LENCART, Joana, *O Costumeiro de Pombeiro. Uma comunidade Beneditina no século XIII*, Lisboa, Editorial Estampa, 1997.

LIBER FIDEI Sanctae Ecclesiae Bracarensis, Ed. Avelino de Jesus da Costa, vol. III, Braga, 1990.

Livro Preto da Sé de Coimbra, in Infopédia (Em linha), Porto, Porto Editora, 2003-2010 (consult. 2010-03-19).

MARQUES, A. H. de Oliveira, "Portugal na crise dos séculos XIV e XV", in *Nova História de Portugal* (direcção de Joel SERRÃO e A. H. de Oliveira MARQUES), vol. 4, Lisboa, Editorial Presença, 1987.

MARQUES, José, *Cartas inéditas de D. João I no Arquivo Histórico Nacional de Madrid. Novos elementos para o estudo das relações galaico-portuguesas nos séculos XIV e XV*, Braga, s/n, 1985.

MARQUES, José, *A Arquidiocese de Braga no século XV*, Lisboa, IN/CM, 1988.

MARTINS S. J., Mário, *Peregrinações e Livros de Milagres na nossa Idade Média*, 2ª. ed., Lisboa, Edições Brotéria, 1957.

MATTOS, Armando de, "Panorama da Arte Românica do Douro-Litoral", in *Douro-Litoral*, Boletim da Comissão Provincial de Etnografia e História, Terceira Série, I, Porto, Junta de Província do Douro-Litoral, 1948, pp. 3-20.

MATTOS, Armando de, "O verbete inventariante dos monumentos românicos em Portugal", in *Douro-Litoral*, Boletim da Comissão Provincial de Etnografia e História, Terceira Série, VI, Porto, Junta de Província do Douro-Litoral, 1949, pp. 40-44.

MATTOSO, José, *Le Monachisme Ibérique et Cluny. Les monastères du diocese de Porto de l'an mil à 1200*, Dissertation présentée pour l'obtencion du grade de docteur en scienses historiques à l'Faculté de Philosophie et Lettres de la Université de Louvain, 1966, 2 vols. (texto dactilografado).

MATTOSO, José, *Le Monachisme Ibérique et Cluny. Les monastères du diocese de Porto de l'an mil à 1200*, Louvain, Publications Universitaires de Louvain, 1968.

MATTOSO, José, *O Românico português. Interpretação económica e social*, Comunicação pronunciada em 25 de Outubro de 1980 no Salão Medieval da Universidade do Minho, integrada nas comemorações do 1º centenário do nascimento de Manuel Monteiro promovidas pela ASPA, in *Minia*, Braga, 2ª série, 4 (5), 1981, pp. 5-24.

MATTOSO, José, "Cluny em Portugal, Ordem de", in SERRÃO, Joel (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Livraria Figueirinhas, 1993, vol. II, pp. 81-82.

MATTOSO, José, "João Soares Coelho e a Gesta de Egas Moniz", *Portugal Medieval: novas interpretações*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, pp. 409-435.

MAURÍCIO, Rui Paulo Duque, "O Mosteiro de Santa Maria de Júnias: a construção e a paisagem", in *Cister: Espaços, Territórios, Paisagens*, Actas do Colóquio Interacional, Mosteiro de Alcobaça, 16-20 de Junho de 1998, Lisboa, IPPAR, 2000, vol. II, pp. 605-614.

MEIRELES, Fr. António da Assunção, *Memórias do Mosteiro de Pombeiro*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1942 (Ms. do século XVIII).

MIRANDA, Maria Adelaide e SILVA, José Custódio Vieira da, *História da Arte Portuguesa. Época medieval*, Lisboa, Universidade Aberta, 1995.

MONTEIRO, Manuel, "Paço de Sousa (O Românico Nacionalizado)", in *Boletim da Academia Nacional de Belas-Artes*, Lisboa, Academia Nacional de Belas-Artes, 1943, XII, pp. 5- 21.

MONTEIRO, Manuel, *O Românico Português. A Igreja de S. Tiago de Coimbra*, Coimbra, Coimbra Ed., 1951.

MONTEIRO, Manuel, *Igrejas Medievais do Porto (Obra Póstuma)*, Porto, Marques Abreu, 1954.

MONTEIRO, Manuel, "S. Pedro de Rates (com uma introdução ácerca da architectura românica em Portugal", in *Dispersos I*, Braga, ASPA, 1980 (edição original de 1908).

MONTEIRO, Manuel, *Dispersos, Inéditos e Cartas. Artigos em Publicações Periódicas. Monografias*, Recolha, Organização de textos e bibliografia por Henrique M. Barreto Nunes, Braga, Edição Aspa, 1980.

Monumenta Portugaliae Vaticana (Pref. COSTA, António Domingues de Sousa), 4 vols, 5 tomos, Braga, Ed. Franciscana, 1968-1982.

MOURINHO (Júnior), António Rodrigues, *Arquitectura Religiosa da Diocese de Miranda do Douro-Bragança*, Sendim, 1995.

NOÉ, Paula (actualização), "Igreja de Roriz" (Nº IPA: PT011314190006), 1997, in *Inventário do Património*, URL: www.monumentos.pt

NOÉ, Paula (actualização), "Igreja e Ruínas do Mosteiro de Santa Maria das Júnias" (Nº IPA: PT011706230004), 2003, in *Inventário do Património*, URL: www.monumentos.pt

NOÉ, Paula, "Igreja de Santiago/Igreja de São Tiago e a demolida Igreja da Misericórdia de Coimbra" (Nº IPA: PT020603190008), 2003, in *Inventário do Património*, URL: www.monumentos.pt

NOÉ, Paula e GUIMARÃES, Maria (actualização), "Antigo Igreja de São Pedro de Rates" (Nº IPA: PT011313110001), 2001, in *Inventário do Património*, URL: www.monumentos.pt

OLIVEIRA, A. de Sousa, *A Igreja Românica de Santa Maria de Meinedo e a sua raiz na Alta Idade Média*, Separata do Boletim da Associação Cultural Amigos do Porto, vol. IV, t. II e III, Porto, Associação Cultural dos Amigos do Porto, 1969.

OLIVEIRA, A. de Sousa, *A Abside Românica de S. Pedro de Abragão*, Separata do Boletim da Associação Cultural Amigos do Porto, vol. IV, t. I,Porto, Associação Cultural dos Amigos do Porto, 1967.

OLIVEIRA, António Coelho de Sousa, "A Igreja Românica de Santa Maria de Meinedo e a sua raiz na Alta Idade Média", in *Congresso Luso-Espanhol de Estudos Medievais. XI Centenário da Presúria de Portucale por Vímara Peres*, Porto, Câmara Municipal do Porto, 1968, p. 317.

PAGARÁ, Ana Fátima, "O Mosteiro de São João de Tarouca: um importante legado cisterciense a preservar", in *Cister: Espaços, Territórios, Paisagens*, Actas do Colóquio Interacional, Mosteiro de Alcobaça, 16-20 de Junho de 1998, Lisboa, IPPAR, 2000, vol. II, pp. 641-652.

PASSOS, Carlos de, *Uma Igreja Românica Desconhecida na Ribeira Lima*, Separata da "Biblos", Coimbra, Coimbra Editora, Lda., 1933.

PASSOS, Carlos de, "O Românico de Bravães", in *Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências - Quarto Congresso da Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências (celebrado juntamente com o XVII Congresso da Associação Espanhola para o Progresso das Ciências)*, Porto, 18 a 24 de Junho de 1942, Porto, Imprensa Portuguesa, 1943, t. VIII, 7ª Secção, Ciências Históricas e Filológicas, pp. 204-205.

PASSOS, Carlos de, *O Mosteiro e a Igreja de Santo Tirso*, Santo Tirso, Câmara Municipal de Santo Tirso, 1956.

PASSOS, Carlos de, *A Egreja Românica de Castro de Avelãs*, 2ª edição, Porto, Imprensa Portugueza, 1958.

"Pedro de Rates (S.)", in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa e Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia Lda., (195-), vol. XX, p. 831.

PESSANHA, D. José Maria da Silva, *A Architectura Byzantina*, Dissertação de Concurso por D. José Maria da Silva Pessanha, candidato ao logar de professor da 13ª cadeira da Escola de Bellas-Artes de Lisboa, Lisboa, Officina Typographica, 1904.

PESSANHA, D. José Maria da Silva, *A Architectura Byzantina*, segunda edição retocada e ampliada, Lisboa, Escola Typographica das Officinas de S. José, 1907.

PESSOA, Lúcia (actualização), "Antigo Mosteiro de São Pedro das Águias/Igreja de São Pedro das Águias" (Nº IPA: PT01189070009), 1998, in *Inventário do Património*, URL: www.monumentos.pt

PINTO, Joaquim Caetano, *Resende. Monografia do seu Concelho*, Braga, s/n, 1982.

PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor, *Os Patronos do Mosteiro de Grijó (Evolução e Estrutura da Família Nobre. Séculos XI a XIV)*, Ponte de Lima, Edições Carvalhos de Basto, 1995.

PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor, *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, Porto, Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna, 1999, 3 vols.

PORTER, A. Kingsley, *Spanish Romanesque Sculpture*, New York, Hacker Art Books, 1969, 2 vols.

QUARESMA, Sandra (actualização), "Igreja de São Pedro de Ferreira/Igreja de São Salvador de Ferreira" (Nº IPA: PT011309050001), 2004, in *Inventário do Património*. URL: www.monumentos.pt

REAL, Manuel Luis Campos de Sousa, *A Arte Românica de Coimbra (Novos dados-Novas Hipóteses)*, Dissertação de Licenciatura em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1974, 2 volumes (texto dactilografado).

REAL, Manuel Luis, *O românico condal em S. Pedro de Rates e as transformações beneditinas do séc. XII*, Póvoa de Varzim, Separata do Boletim Cultural "Póvoa de Varzim" (vol. XXI, nº1), 1982.

REAL, Manuel Luis, "Inéditos de Arqueologia Medieval Portuense", *Arqueologia*, Porto, Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto, (Dezembro), 1984, nº 10, pp. 30-43.

REAL, Manuel Luis, *A Igreja de S. Pedro de Ferreira. Um invulgar exemplo de convergência estilística*, Separata de "Paços de Ferreira - Estudos Monográficos", Paços de Ferreira (Câmara Municipal), 1986, pp. 247-294.

REAL, Manuel Luis, "O projecto da Catedral de Braga, nos finais do século XI, e as origens do românico português", in *Actas do Congresso Internacional Comemorativo do IX Centenário da Dedicação da Sé de Braga. Volume I. O Bispo D. Pedro e o Ambiente Político-Religioso do Século XI*, Braga, Universidade Católica Portuguesa e Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1990, pp. 435-489.

REAL, Manuel Luis, "O românico português na perspectiva das relações internacionais", in VALLE PÉREZ, Xosé Carlos e RODRIGUES, Jorge, *Románico en Galicia y Portugal/Românico em Portugal e Galiza*, Catálogo da Exposição A Arte Românica em Portugal, Edição trilingue em espanhol, português e inglês, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Fundación Pedro Barrié de la Maza, 2001, pp. 30-55.

REAL, Manuel Luis, "Agnus Dei", *Arte, poder e religião nos tempos medievais. A identidade de Portugal em construção*, Viseu, Câmara Municipal de Viseu, 2009, pp. 242-243.

REAL, Manuel Luis e SÁ, Pedro, *O Mosteiro de Roriz na Arte Românica do Douro Litoral*, Santo Tirso, Imprensa Portuguesa, 1982.

RÉAU, Louis, *Iconografia del Arte Cristiano. Iconografia de la Bíblia. Nuevo Testamento*, Barcelona, Ediciones del Serbal, 1996 (Publicação original em língua francesa de 1957).

RODRIGUES, Manuel Augusto (coord.), *António de Vasconcelos perpetuado nas páginas do "Correio de Coimbra" (1922-1941)*, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 2000.

RODRIGUES, Manuel Augusto e COSTA, Avelino Jesus da, *Livro Preto: Cartulário da Sé de Coimbra*, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1999.

RODRIGUES, Miguel, *Cerâmicas medievais da região de Moncorvo (sécs. XII-XIII)*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1994.

"Roriz", In *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa e Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia Lda., (195-), vol. XXVI, pp. 206-209.

ROSAS, Lúcia Maria Cardoso, *A Escultura Românica das Igrejas da Margem Esquerda do Rio Minho*, Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica - Trabalho de Síntese apresentado à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1987, 2 vols. (texto policopiado).

ROSAS, Lúcia Maria Cardoso, *A Colegiada de S. Martinho de Cedofeita do Porto*, Porto, s/n, 1988, pp. 33-52.

ROSAS, Lúcia Maria Cardoso, "Escultura e Ourivesaria", *Nos Confins da Idade Média. Arte Portuguesa. Séculos XII-XV*, Catálogo da Exposição realizada no Museu Nacional Soares dos Reis (13 de Março a 26 de Abril de 1992), Porto, IPM - Museu Nacional Soares dos Reis, 1992, pp. 79-84.

ROSAS, Lúcia Maria Cardoso, *O Claustro da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães*, Separata da Revista "Portugália", Nova Série, vols. XVII-XVIII, 1996/1997, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Instituto de Arqueologia (1997), pp. 255-268.

ROSAS, Lúcia Maria Cardoso, "Arquitectura Medieval Duriense", Museu do Douro, 2009 (no prelo).

ROSAS, Lúcia Maria Cardoso (coord. científica) e MACHADO, Rosário Correia (coord. geral), *Românico do Vale do Sousa, s.l.*, Valsousa, Rota do Românico do Vale do Sousa, 2008.

ROSAS, Lúcia Maria Cardoso (coord. científica) e MACHADO, Rosário Correia (coord. geral), *Rota do Românico do Vale do Sousa. Guia. s.l.*, Valsousa, Rota do Românico do Vale do Sousa, 2008.

ROSSA, Walter, *Diversidade. Urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*, Dissertação de Doutoramento em Arquitectura (especialidade em Teoria e História da Arquitectura) apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia de Coimbra, 2001, (texto policopiado).

SANTA MARIA, Frei Agostinho de, *Santuário Mariano*, vol. 4, Lisboa, Oficina de António Pedroso Gairão, 1716.

SANTOS, Reynaldo dos, *A Escultura em Portugal*, 1º vol, séculos XII a XV, Lisboa, Oficinas Gráficas de Bertrand (Irmãos), Lda., 1948.

SANTOS, Reynaldo dos, *O Românico em Portugal*, Fotografias de Mário Novais, Lisboa, Editorial Sul, 1955.

SANTOS, Reynaldo dos, *Oito Séculos de Arte Portuguesa. História e Espírito*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, Editorial Notícias (196-), 3 vols.

SÃO TOMÁS, Frei Leão de, *Beneditina Lusitana* (introdução e notas de José Mattoso), Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1974, vol. II (1.ª ed., Lisboa, 1644-51).

SILVA, Jorge Henrique Pais da, "Notícia sobre uma Igreja Românica do Noroeste - S. Mamede de Vila Verde (Felgueiras)", Comunicação apresentada ao IV Colóquio Portuense de Arqueologia (1965), in *Páginas de história da arte: estudos e ensaios*, Lisboa, Editorial Estampa, 1986, vol. II, pp. 45-52.

SILVA, José Custodio Vieira da, "Da galilé à capela-mor: o percurso do espaço funerário na arquitectura gótica portuguesa", *O Fascínio do fim. Viagens pelo final da Idade Média*, Lisboa, Livros Horizonte, 1997, pp. 45-59.

SILVA, José Custódio Vieira da, "Memória e Imagem. Reflexões sobre a Escultura Tumular Portuguesa (séculos XIII e XIV)", *Revista de História da Arte*, Lisboa, Instituto de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, nº 1, 2005, pp. 47-81.

SIMÕES, Augusto Filipe, *Reliquias da architectura romano-byzantina em Portugal e particularmente na cidade de Coimbra*, Lisboa, Typ. Portugueza, 1870.

SIMÕES, Augusto Filipe, *Da Architectura Religiosa em Coimbra durante a Edade Media*, Conferencia feita em 21 de Fevereiro no Instituto de Coimbra, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1875.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (dir.), *Ordens Religiosas em Portugal. Das origens a Trento - Guia Histórico*, Lisboa, Livros Horizonte, 2005.

VASCONCELOS, Dr. António de, *A Sé-Velha de Coimbra (Apontamentos para a sua história)*, versão fac-similada da edição de 1930, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1992, vol. I.

VASCONCELOS, Dr. António Garcia Ribeiro de, *A Sé-Velha de Coimbra (Apontamentos para a sua história)*, Subsídios para a História da Arte Portuguesa (XXVII), Coimbra, Imprensa da Universidade, 1935, vol. II.

VASCONCELOS, Joaquim de, *Elencho de Quatro Conferências sobre História da Arte Nacional. Estylo românico archaïco. O romanico dos seculos XI e XII,* Porto, Typographia Universal (a vapor), 1908.

VASCONCELOS, Joaquim de, *A Arte Românica em Portugal,* Texto de Joaquim de Vasconcellos com reproducções seleccionadas e executas por Marques Abreu, Porto, Edições Illustradas Marques Abreu, 1918.

VENTURA, Leontina e FARIA, Ana Santiago, *Livro Santo de Santa Cruz. Cartulário do século XII*, Coimbra, INIC/CHSCUC, 1990.

VITORINO, Pedro, *A Absíde de Castro de Avelãs* (com 5 ilustrações), Porto, Emp. Indust. Gráfica do Porto, Lda., 1928.

VITORINO, Pedro, *Tímpanos românicos ornamentados*, separata do "Douro-Litoral", Boletim da Comissão Provincial de Etnografia e História, fasc. III, Porto, Domingos Barreira, 1941 (Jun.).

WATSON, Walter Crum, *Portuguese Architecture,* London: Archibald Constable and Company Limited, 1908.

Arte Românica em Portugal

Concelho	Freguesia	Monumento
Alcobaça	Alcobaça	Túmulo de D. Brites (mulher de D. Afonso III) e Bíblia
		Bíblia (Biblioteca Nacional de Portugal)
Amarante	Freixo de Baixo	Mosteiro de Freixo de Baixo
	Gatão	Igreja de Gatão
	Jazente	Igreja Matriz de Jazente
	Mancelos	Igreja do Mosteiro de Mancelos
	Telões	Igreja Paroquial de Telões
	Travanca	Mosteiro de São Salvador de Travanca
Arcos de Valdevez	Ermelo	Mosteiro de Ermelo
	Távora (Santa Maria)	Capela da Comenda
Arouca		Mosteiro de Arouca: Díptico-Relicário
Barcelos	Abade de Neiva	Igreja de Abade de Neiva
	Areias de Vilar	Igreja e Mosteiro de Vilar de Frades
	Manhente	Igreja e torre de Manhente
	Rio Covo (Santa Eulália)	Igreja de Santa Eulália
	Vila Cova	Mostiero do Banho
Braga	Lomar	Igreja Paroquial de Lomar
	Sé	Santa Maria Maior e Sé Primaz e Crossa do báculo de Santo Ovidio
Bragança	Bragança	Domus Municipalis
	Castro de Avelãs	Castro de Avelãs
Caminha	Arga de Baixo	Igreja do Mosteiro de São João de Arga
	Vile	São Pedro de Varais
Cantanhede	Sepins	Igreja Paroquial de Sepins
Carrazeda de Ansiães	Lavandeira	Igreja de São Salvador de Ansiaes
Castro Daire	Ermida	Igreja Monasteiral de Ermida do Paiva
Celorico da Beira	Linhares	Igreja Matriz
Celorico de Basto	Arnóia	Castelo e Mosteiro de Arnóia
	Fervença	Igreja Paroquial de Fervença
	Ribas	Mosteiro de Ribas
	Veade	Igreja paroquial de Veade
Chaves	Cimo de Vila de Castanheira	Igreja de São João Baptista
	Outeiro Seco	Igreja de Nossa Senhora da Azinheira
	Santa Leocádia	Igreja de Santa Leocádia de Montenegro
	Santa Maria Maior	Igreja Matriz
	São Julião de Montenegro	Igreja Paroquial
	Vale de Anta	Capela de Granjinha
Cinfães	Tarouquela	Igreja do Mosteiro de Tarouquela
Coimbra		Museu Machado de Castro: Anjo de Sé do Porto
		Cálice de D. Gueda Mendes
		Igreja de Santa Justa
		Igreja de São Bartolomeu
		Igreja de São Cristovão (demolida em 1860)
		Igreja de São Pedro
	Almedina	Sé Velha
	Almedina	Claustro de São João de Almedina
	Santa Cruz	Mosteiro de Santa Cruz, *Liber Comicum, Vetus Testamentum*
		Cruz de ouro de Sancho I (Museu Nacional der Arte Antiga, Lisboa)
	São Bartolomeu	Colegiada de Santiago
	Sé Nova	Igreja de São Salvador
Covilhã	São Martinho	Igreja de São Martinho
Fafe	Arões (São Romão)	Igreja de São Romão de Arões
Famalicão	Antas	Igreja de Santiago de Antas
	Arnoso (Santa Eulália)	Igreja de São Salvador de Arnoso
Felgueiras	Airães	Igreja de Santa Maria de Airães
	Pombeiro de Ribavizela	Mosteiro de Pombeiro
	Sousa	Igreja de São Vicente de Sousa
	Unhão	Igreja Matriz de Unhao
	Vila Verde	Igreja Velha de São Mamede de Vila Verde
Gavião		Castelo de Belver
Guarda	São Vicente da Beira	Capela de Nossa Senhora de Mileu
Guimarães		Museu Alberto Sampaio: Calice de prata dourada do
		Mosteiro de Santa Marinha da Costa
		Castelo
	Costa	Mosteiro de Santa Marinha da Costa
	Oliveira do castelo	Castelo e Igreja de São Miguel do Castelo
	São Torcato	Igreja de São Torcato
	Serzedelo	Igreja do Mosterio e Santa Cristina de Serzedelo
	Souto	Igreja de São Salvador de Souto
Lamego	Almacave	Igreja de Santa Maria de Almacave
	Armamar	Igreja Matriz
	Sé	Sé de Lamego
Leiria		Igreja de São Pedro
Lisboa		Museu Nacional de Arte Antiga: Calice que D. Dulce ofreceu a Alcobaça,
		mais 2 calices do mesmo mosteiro, tres cruzes de cobre dourado, e
		Báculo de Ermida de Paiva
	Sé	Sé
Londres		Museu Britânico: Pequena placa em osso de baleia (Regiao de Braga)
Lorvão		Mosteiro de Lorvão. *Apocalipse de Lorvão e Livro das Aves*
Lousada	Aveleda	Igreja de Sao Salvador de Aveleda
		Ponte de Vilela
	Meinedo	Igreja Matriz de Meinedo
	Vilar do Torno e Alentém	Torre de Vilar
Maia	Águas Santas	Mosteiro de Águas Santas
Marco de Canaveses	Constance	Igreja de Constance
	Pacos de Gaiolo	Capela de Fandinhaes
	Santo Isidoro	Igreja de Santo Isidoro
	São Nicolau	Igreja de São Nicolau
	Soalhães	Igreja Paroquial de Soalhães
	Sobretâmega	Igreja de Santa Maria de Sobretâmega
	Tabuado	Igreja do Divino Salvador de Tabuado
	Vila Boa de Quires	Igreja de Vila Boa de Quires
	Vila Boa do Bispo	Igreja do Mosteiro de Vila Boa do Bispo
Mêda	Longroiva	Castelo
Melgaço	Fiães	Mosteiro de Fiães
	Paderne	Igreja de São Salvador de Paderne
	Vila	Igreja de Nossa Senhora de Orada
		Igreja Matriz Santa Maria da Porta
Miranda do Douro	Malhadas	Igreja Paroquial de Malhadas
Mogadouro	Azinhoso	Igreja Matriz
	Penas Róias	Castelo
	Peredo da Bemposta	Igreja de Algosinho
Mondim de Basto	Atei	Igreja Paroquial de Atei
Monsanto	Idanha-a-Nova	Igreja de São Miguel do Castelo
Monção	Longos Vales	Igreja de São Joao de Longos Vales
Montalegre	Chã	Igreja de São Vicente
	Pitões das Júnias	Mosteiro de Santa Maria das Júnias
Montemor-o-Velho		Castelo
		Igreja de São Martinho
Paços de Ferreira	Ferreira	Igreja de São Pedro de Ferreira
Paredes	Cete	Igreja de Cete
Paredes de Coura	Rubiães	Igreja de São Pedro de Rubiães
Penafiel	Abragão	Igreja de Abragão
	Boelhe	Igreja de São Gens de Boelhe
	Cabeça Santa	Igreja de Gândara
	Eja	Igreja de São Miguel de Entre-os-Rios
	Irivo	Memorial da Ermida
	Paço de Sousa	Igreja de São Salvador de Paço de Sousa
		e Túmulo de Egas Moniz
Pombal		Castelo e ruínas da Igreja de Santa Maria
		Capela do Castelo
Ponte da Barca	Lindoso	Castelo de Lindoso
	Bravães	Igreja de São Salvador de Bravães
	Crasto	Igreja do Mosteiro de São Martinho do Crasto
	Vila Nova de Muía	Mosteiro de Vila Nova de Muía
Ponte de Lima	Correlhã	Igreja Matriz da Correlhã
		Santo Abdão de Correlhão
	Moreira do Lima	Capela do Espírito Santo
Porto	Sé	Sé
	Cedofeita	Igreja de São Martinho de Cedofeita
Póvoa de Lanhoso	Fonte Arcada	Mosteiro Beneditino de Fonte Arcada
	Verim	Igreja de Santa Maria
Póvoa de Varzim	Rates	São Pedro de Rates
Reguengos	Monsaraz	Ermida de Santa Catarina de Monsaraz
Resende	Barrô	Igreja Matriz
	Cárquere	Igreja do Mosteiro de Cárquere
	São Martinho de Mouros	Igreja Matriz
Ribeira de Pena	Cerva	Igreja de Cerva
Santo Tirso	Roriz	Igreja do Mosteiro de Roriz
	Vilarinho	Igreja de São Miguel
Sao Joao da Pesqueira	Trevões	Igreja Matriz
Satão	Ferreira das Aves	Igreja de Santo André
Sernancelhe	Sernancelhe	Igreja Matriz
Soure		Castelo primitivo
Tabuaço	Barcos	Igreja Matriz
	Távora	Ermida de São Pedro das Águias
Tarouca	Salzedas	Igreja e Mosteiro de Santa Maria de Salzedas
	São João de Tarouca	Igreja de São João de Tarouca
Tomar	São João Baptista	Castelo
		Convento de Cristo
Torre de Moncorvo	Adeganha	Igreja de Santiago Maior de Adeganha
Torres Vedras	Santa Maria Castelo São Miguel	Igreja de Santa Maria do Castelo
Trancoso	Moreira de Rei	Igreja de Santa Marinha
	São Pedro	Igreja de Nossa Senhora da Fresta
Valença do Minho	Ganfei	Mosteiro de Ganfei
	Sanfins	Igrejade São Fins de Friestas
	Valença	Igreja Matriz Santa Maria dos Anjos
Valpaços	Carrazedo de Montenegro	Anunciação da Igreja de Carrazedo de Montenegro
Viana do Castelo	Geraz do Lima (Santa Leocádia)	Igreja Paroquial
	Nogueira	São Cláudio de Nogueira
Vila do Conde	Rio Mau	São Cristovão de Rio Mau
Vila Nova da Barquinha	Praia do Ribatejo	Castelo de Almourol
Vila Nova de Foz da Côa	Numão	Santa Maria de Castelo de Numao
Vila Pouca de Aguiar	Tresminas	Igreja Matriz
Vila Real	Vila Marim	Torre da Quintela
	Couceiro	Igreja Paroquial de Couceiro
	Valdreu	Mosteiro de Valdreu
Viseu	Santa Maria	Duas arquetas de cobre (Tesouro da Sé)

Legenda

- CIUDAD IMPORTANTE
- POBLACIÓN CON RESTOS TOMÁNICOS IMPORTANTES
- POBLACIÓN CON RESTOS ROMÁNICOS DE MENOR IMPORTANCIA
- AUTOPISTAS Y AUTOVÍAS
- RED NACIONAL
- RED COMPLEMENTARIA
- RÍOS Y ARROYOS